

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Alexander David Anton Couto Englander

As Tensões da Forma

Ação Coletiva nos Ensaios de Oliveira Vianna e Caio Prado Jr.

Rio de Janeiro

Agosto de 2011

Alexander David Anton Couto Englander

As Tensões da Forma
Ação Coletiva nos Ensaios de Oliveira Vianna e Caio Prado Jr.

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Sociologia (com concentração em Antropologia).

Orientador: Prof. Dr. André Pereira Botelho

Rio de Janeiro

Agosto de 2011

As Tensões da Forma
Ação Coletiva nos Ensaios Oliveira Vianna e Caio Prado Jr.

Alexander David Anton Couto Englander

Orientador: André Pereira Botelho

Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Sociologia (com concentração em Antropologia).

Aprovada por:

Titulares:

Prof. Dr. André Pereira Botelho (PPGSA / IFCS / UFRJ)

Profa. Dra. Elina Pessanha (PPGSA / IFCS / UFRJ)

Prof. Dr. João Marcelo Ehlert Maia (CPDOC / FGV)

Suplentes:

Prof. Bernardo Ricupero (FFLCH / USP)

Profa. Dra. Neide Esterici (PPGSA / IFCS / UFRJ)

Rio de Janeiro
Agosto de 2011

ENGLANDER, Alexander David Anton Couto

As Tensões da Forma: Ação Coletiva nos Ensaios de Oliveira Vianna e
Caio Prado Jr.

PPGSA / IFCS / UFRJ

Tese: Mestre em Sociologia e Antropologia

- | | |
|-------------------|---------------------------------|
| 1. Ação Coletiva | 2. Pensamento Social Brasileiro |
| 3. Caio Prado Jr. | 4. Oliveira Vianna |

Dedico essa dissertação a Freud e em especial ao meu pai, George e à minha
mãe, Penha, pelo constante aprendizado, conflituoso, da Amizade.

RESUMO

As Tensões da Forma Ação Coletiva nos Ensaios de Oliveira Vianna e Caio Prado Jr.

Orientador: André Pereira Botelho

Resumo da Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Sociologia (com concentração em Antropologia).

Esta dissertação tem o objetivo de contribuir para a rediscussão da questão da ação coletiva no pensamento social brasileiro a partir da comparação de três ensaios de interpretação nacional, *Populações meridionais do Brasil* (1920), de Oliveira Vianna (1883-1951) e *Evolução Política do Brasil* (1933) e *Formação do Brasil Contemporâneo* (1942), ambos de Caio Prado Jr. (1907-1990). A abordagem proposta terá como foco analítico, sob uma perspectiva comparativa, a formulação da ação coletiva nesses ensaios cujo tema central é a formação social e política da sociedade brasileira. Entenderemos por ação coletiva a capacidade dos indivíduos associarem-se livremente entre si em busca de interesses comuns. Este recorte analítico permitirá identificar quais seriam os agentes portadores da mudança social e, por outro lado, quais as estruturas que impediriam ou limitariam as transformações da sociedade brasileira na sua constituição de uma nação moderna e participativa, bem como o próprio protagonismo político dos atores sociais. A partir deste exame perceberemos como se configuram de modo diverso nesses textos as relações entre Estado e sociedade e o “lugar” das idéias liberais /iluministas no processo de passagem do poder local ao Estado nacional.

Palavras-Chave: Ação Coletiva; Pensamento Social Brasileiro; Caio Prado Jr.; Oliveira Vianna.

Rio de Janeiro
Agosto de 2011

ABSTRACT

The Tensions of the Form Collective Action in the Essays of Oliveira Vianna and Caio Prado Jr.

Orientador: André Pereira Botelho

Abstract da Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Sociologia (com concentração em Antropologia).

This study aims to contribute to the renewed discussion of the issue of collective action in Brazilian social thought from the comparison of three essays of national interpretation, *Southern Populations of Brazil* (1920), of Oliveira Vianna (1883-1951) and *Brazilian Politic Evolution* (1933) and *Formation of Contemporary Brazil* (1942), both of Caio Prado Jr. (1907-1990). The proposed approach will have an analytical focus, in a comparative perspective, the formulation of collective action in these essays whose central theme is the social and political formation of the Brazilian society. We will understand collective action by the ability of individuals to associate freely with one another in pursuit of common interests. This analytical approach will help identify who would be the agents of social change and, secondly, what are the structures that prevent or limit the transformation of Brazilian society in its constitution of a modern and participative nation as well as its political role of social actors. And from this examination we will perceive how they are configured differently in these texts the relationship between State and society and the "place" of liberal ideas/ Enlightenment in the process of transition from local power to the national State.

Key-words: Collective Action; Brazilian Social Thought; Caio Prado Jr.; Oliveira Vianna.

Rio de Janeiro
Agosto de 2011

AGRADECIMENTOS

No período do mestrado vivenciei grandes aprendizados que muitas vezes transcenderam os limites da vida acadêmica. Por isso os agradecimentos são muitos e de muitos tipos, institucionais, profissionais e afetivos.

Em primeiro lugar destaco a contribuição de meu orientador, André Botelho, pela paciência, quando ela foi necessária e por durante o processo de escrita ter conciliado espaço para a liberdade de pensamento com críticas sempre precisas.

À Elina Pessanha e João Marcelo Ehlert Maia, pelas construtivas críticas no exame de qualificação.

Ao Antônio Brasil Jr., pelas conversas descontraídas e construtivas. Ao André Bittencourt, amigo há quase uma década, com quem costumo dividir as angústias e alegrias da vida acadêmica, ou não. Ao Karim Abdalla e ao Fauto Oliveira, pela importante ajuda com a pesquisa na Biblioteca Nacional. E a todos os demais companheiros de pesquisa: Alice Ewbank, Diego Alvez, Gustavo Elpes, Lucas Carvalho, Marcelo Martins, Maurício H. Veiga Jr., Paloma Malaguti e Pedro Cazes.

Ao CNPq e ao PPGSA / UFRJ, pelo auxílio financeiro sem o qual essa pesquisa não teria sido possível.

Aos funcionários e bolsistas do IEB / USP, pelo profissionalismo e o bom humor, que tornaram o mês de pesquisa no acervo de Caio Prado Jr. profícuo e agradável.

Aos funcionários da Casa de Oliveira Vianna, pela constante solicitude em contribuir com a pesquisa, desde os tempos de minha graduação.

Às funcionárias do PPGSA / UFRJ, pela eficiência e simpatia nos momentos em que mais precisei.

À Sandra Rebel, pela confiança e carinho que perduram dos tempos de Niterói.

À Ana Coutinho, Virgínia Amaral e Luciana Lang, pelo grupo mais divertido e prolífero de que participei em minha graduação. O trabalho sobre Terra em Transe, do Glauber, não apenas me abriu as portas da estética como fez perceber o quão amplo e instigante o pensamento social brasileiro pode ser.

Ao meu amigo Tullio Sartini, pela companhia das ótimas conversas e caminhadas durante o mês de pesquisa em São Paulo. À minha tia Liza, pelo afeto e companheirismo.

Aos meus queridos companheiros de militância, que foi um grande prazer reencontrar em 2010, Zé Antônio, Vladimir Santafé, Aninha Morel, Luiza Colombo e Anjinha. E em especial, Pedro Freire, que em um de seus devaneios oswaldianos me propiciou um valioso *insigth* de pesquisa.

À Luiza Telles, pela flor fresca do amor que espetalas e sorri, porque é dia e Deus esvai solto na brisa, com a boca bem aberta para o sol do ser sul. A ti atiro a rosa dos sonhos, envolta, por tuas mãos distraídas.

A toda a *rapeize* do CEAT, Bernardo “Links”, Felipe “Mullets” Magalhães, Juliana Abramo, Luana Prestrelo, Rafael “Farofa” Serra, Tomás Cândia Alem, Victor “Alemão” Ugarte Bonstein e ZéVi Cente, pela amizade e fanfarronice que fazem parte do meu ser.

À minha família materna, pelo companheirismo nos momentos mais difíceis, em particular ao empenho de tia Lena, pessoa que amo e respeito, com todas as nossas diferenças.

A todos os amigos, amigas e parentes queridos que não cabem nesse curto espaço.

À minha psicanalista, sem cujo trabalho sério essa dissertação não teria sido realizada.

Por último, mas em nada menos importante. À minha mãe, pelo amor, superação e deliciosos almoços durante o período de escrita. Ao meu pai George Englander, pelo carinho e ajuda preciosa que sempre vem me dando ao longo da vida. Aos dois, pelas novas relações emersas na íntima água que corre no rio dos conflitos.

SUMÁRIO

<u>INTRODUÇÃO</u>	<u>P. 12</u>
<u>CAPÍTULO I. AÇÃO COLETIVA E SISTEMATIZAÇÃO DAS CIÊNCIAS NO BRASIL NOS ANOS 1920, 1930 E 1940</u>	<u>P. 28</u>
1.1 UMA COMPARAÇÃO POSSÍVEL	P. 28
1.2 AÇÃO COLETIVA E SISTEMATIZAÇÃO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS	P. 36
<u>CAPÍTULO II. A MUDANÇA DIFÍCIL: AÇÃO COLETIVA NO BRASIL: SEU CARÁTER PRIVADO E LOCAL</u>	<u>P. 68</u>
2.1 A MUDANÇA DIFÍCIL	P. 68
2.2 O LUGAR DA AÇÃO COLETIVA NO BRASIL	P. 76
2.3 AÇÃO COLETIVA DE CLÃ E DOMINAÇÃO PESSOAL	P. 85
<u>CAPÍTULO III. ENTENDER O PASSADO PARA MUDAR O PRESENTE: CLÃS E PASSAGENS PARA O ESTADO NACIONAL</u>	<u>P. 97</u>
3.1 VISÕES DO PASSADO: VIAGENS A MINAS	P. 97
3.2 EM BUSCA DE NOVOS REPERTÓRIOS DE AÇÃO COLETIVA	P.109
<u>CAPÍTULO IV. DA AUSÊNCIA À MUDANÇA: INSOLIDARISMO, INORGANICIDADE E AUSÊNCIA DE NEXO MORAL</u>	<u>P. 145</u>
4.1 IDÉIAS DA AUSÊNCIA	P. 145
4.2 PERSPECTIVAS DE MUDANÇA SOCIAL	P. 175
<u>CONCLUSÃO</u>	<u>P. 193</u>
<u>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</u>	<u>P. 203</u>
<u>ANEXOS</u>	<u>P. 214</u>

Ausência

Por muito tempo achei que a ausência é falta.

E lastimava, ignorante, a falta.

Hoje não a lastimo.

Não há falta na ausência.

A ausência é um estar em mim

E sinto-a, branca, tão pegada, aconchegada nos meus braços,

que rio e danço e invento exclamações alegres,

porque a ausência, essa ausência assimilada,

ninguém a rouba mais de mim.

Carlos Drummond de Andrade, *O Corpo*, 1984.

A Palavra Mágica

Certa palavra dorme na sombra

de um livro raro

Como desencantá-la?

É a senha da vida

a senha do mundo.

Vou procurá-la.

Vou procurá-la a vida inteira

No mundo todo.

Se tarda o encontro, se não a encontro,

Não desanimo,

Procuro sempre.

Procuro sempre, e minha procura

ficará sendo

minha palavra.

Carlos Drummond de Andrade, *Discurso de Primavera*, 1977

Introdução

Nesta dissertação analisaremos, sob uma perspectiva comparativa, como as questões referentes à ação coletiva na sociedade brasileira aparecem nos ensaios *Populações meridionais do Brasil, volume I* (1920), de Oliveira Vianna e *Evolução Política do Brasil* (1933) e *Formação do Brasil Contemporâneo* (1942), de Caio Prado Jr. Buscaremos identificar e qualificar os repertórios de ação coletiva apontados em cada um desses ensaios e suas formulações sobre, de um lado, os limites às ações criados pelas estruturas sociais e, por outro ângulo, os tipos de associações favorecidas ou possibilitadas nas diferentes configurações de "sociedades nacionais" neles reconstruídas. As formas de solidariedade locais e de clã, bem como o predomínio do poder privado sobre o poder público – fatores que criam importantes limites ao sucesso da auto-organização social fundada no associativismo – são amplamente discutidos, tanto em *PMB-I* quanto em *EPB* e *FBC*, o que fornece termos de comparabilidade entre esses ensaios no que tange ao recorte analítico da ação coletiva.

As questões suscitadas pelo tema da ação coletiva, seus limites e possibilidades, são recorrentes no, hoje, chamado pensamento social brasileiro. O destaque de Vianna (*PMB-I*) e Prado Jr. (*EBP* e *FBC*) decorre da identificação efetuada pelos dois autores, através do uso de categorias sociológicas, da dificuldade da livre-associação no Brasil para além das esferas privadas, locais e domésticas, bem como a decorrente indagação sobre os meios e as possibilidades de se constituírem padrões alternativos de solidariedade no país: públicos, nacionais e fundados sob os interesses econômicos e políticos das diferentes classes sociais que compunham o povo brasileiro. Se lembrarmos, como chama atenção Charles Tilly (1996), que o processo de construção do moderno Estado nacional envolve uma redefinição das formas de ação coletiva, corporificada na passagem das lealdades do plano local para o nacional, poderemos dizer que a reconstituição do debate travado entre Vianna e Prado Jr.

possibilitará trazer nova luz sobre os impasses e dilemas do processo de construção da nacionalidade no Brasil. Poder-se-á obter ganhos heurísticos com a conexão proposta entre pensamento social e teoria sociológica, pois a aproximação dos questionamentos e respostas do passado aos problemas sociológicos contemporâneos nos permite captar a dimensão de processo social do presente, que não surge em um vácuo de relações sociais, posto que “os desafios atuais de qualquer sociedade também estão associados à seqüência de seu desenvolvimento histórico” (Botelho, 2009). Isto nos remete ao sentido cumulativo e não consensual da teoria sociológica (Alexander, 1999), o que torna pertinente a prática de novas pesquisas sobre antigos estudos relativos à sociedade nacional, inclusive com a exegese de textos, pois tal prática nos permite não apenas a revisão, mas também a renovação e o aprimoramento dos instrumentos analíticos de nossa disciplina.

Os ensaios de interpretação do Brasil foram a forma simbólica privilegiada de compreensão da nação (Botelho, 2005; Moretti, 2003) entre as décadas de 1920 e 1940, mas isto não permite que tal fenômeno seja abordado como uma unidade cognitiva ou narrativa estruturada, pois como afirma Botelho, ao contrário dos movimentos culturais de sua época, como o modernismo, “o ensaísmo não expressa a organização e a atuação de um grupo de indivíduos/autores com interesses coletivos comuns programáticos e deliberados, a despeito de seus conflitos e disputas internas” (Botelho, 2010: 48). Sabemos que no Brasil desse período histórico as diferentes ciências e saberes ainda não haviam completado o processo de diferenciação e racionalização intelectual que levaram a sua institucionalização em disciplinas acadêmicas. Da ausência de especialização decorria o embaralhamento epistemológico que ganhava expressão no interior dos ensaios da época, dentre os quais, três que aqui estudamos, *PMB-I*, *EPB*, e *FBC*. Neles as categorias sociológicas de entendimento, mesmo quando predominam na economia dos argumentos, não têm autonomia, dividindo os critérios explicativos com outras categoriais, sobretudo as raciais e ambientais.

No prefácio de *PMB-I* Vianna reivindica para si o uso da antropogeografia lançada por Ratzel; da antropossociologia, desenvolvida por Gobineau, Lapouge e Ammon; da psicofisiologia “dos Ribots, dos Sergi, dos Langes, dos James”; da psicologia coletiva “dos Le Bons, dos Sigheles e principalmente dos Tardes” (Vianna, 1987: 14). Esta grande mescla metodológica ganha diferentes dimensões ao longo do ensaio. Na primeira parte preponderam os argumentos raciais, ainda que, como veremos, eles estejam subordinados à categoria sociológica “grande domínio rural”. Esta, por sua vez, predomina na segunda parte e no livro em sua totalidade. Em *EPB* há uma maior unidade metodológica, salvo raros deslizes racistas¹, Prado Jr. faz uso de “um método relativamente novo” – referindo-se “à interpretação materialista – de analisar a história brasileira” (Prado Jr, 2007: 7). Como propôs Fernando Novaes, partindo desta perspectiva teórica o historiador paulista promovia a releitura crítica da bibliografia antecedente sobre a história do Brasil, “questionando suas visões” (Novais, 1986: 14). Já em *FBC* há uma sofisticada mistura de saberes, o que propiciou um refinamento metodológico ao autor, então influenciado pela nascente geografia humana, a economia política, a escola dos *Annales* e a historiografia marxista francesa. Nesta, em especial por Georges Lefebvre, com quem teve contato direto ao frequentar o primeiro curso desse historiador na Sorbonne, em 1937 (Iumatti, 2007: 20-23). Como indicam as pesquisas de Iumatti, enquanto se exilou em Paris, entre 1937 e 1939², Prado Jr. pode travar diálogos e debates “com pesquisadores que estavam na vanguarda do conhecimento histórico naquele

¹ O que prepondera em *EPB* é a denúncia das condições de opressão em que viviam os escravos e índios, bem como do preconceito que estes grupos étnicos sofriam, ambos apontados como a principal causa das revoltas do pós-Independência, ao lado das “diferentes contradições econômicas e sociais” (Prado Jr., 2007: 49). Mas se por um lado Prado Jr. valoriza a “revolta constante” dos escravos, suas insurreições e associações em quilombos (ibidem), por outro reproduz, em raros momentos, preconceitos, lugares-comuns no pensamento social de sua época, tratando os membros de outras etnias como bárbaros e primitivos. Por exemplo, quando afirma que os “escravos, além de seu baixo nível intelectual – grande parte vinha diretamente das selvas africanas, e por isso em nada se diferenciava das populações ainda em completo estado de barbárie de que provinha” (Prado Jr., 2007: 67).

² Prado Jr. foi preso pelo Estado Novo após o evento conhecido por *Intentona Comunista*, em 1935, organizado pelo PCB, partido do qual era membro e teve uma importante função política até 1935, de chefe da seção paulista da *Aliança Nacional Libertadora*, organização de frente popular que buscava combater o fascismo no Brasil (Iumatti, 1998; 2007).

momento” (Iumatti, 2008: 167), o que propiciou importantes ganhos heurísticos ao autor em sua interpretação das fontes primárias: “correspondências de autoridades, de viajantes, memórias, etc” (Novais, 1986: 14). Se em *FBC* a explicação sociológica divide espaço com as causas ambientais e raciais, estas aparecem substancialmente desprovidas dos rígidos determinismos positivistas que lhes eram típicos. Se às vezes resvalam nos preconceitos e lugares-comuns do pensamento social da época, o que prepondera é a proposta intelectual de interdisciplinaridade. Uma influência da historiografia francesa daquele período, desenvolvida em um contexto no qual os processos de diferenciação e institucionalização das ciências e saberes já estavam mais elaborados.

Por serem diversas as ciências e os saberes presentes nos ensaios estudados, será necessário o “recorte” do “social” – entendido como o elemento analítico das relações sociais e nosso objeto de análise sociológica. Objeto de pesquisa que não será considerado a expressão de um contexto histórico externo às obras, mas uma variável interna, constitutiva da forma e do conteúdo dos ensaios estudados. O “social” ganha uma dimensão reflexiva (Brasil Jr. & Botelho, 2010; Giddens, 1978) e se torna um dos muitos elementos a comporem a economia dos argumentos do livro, não sendo abordado como um condicionante externo ao texto (Candido, 1967: 7). Deste modo, o “social” em *PMB-I*, *EPB* e *FBC* será considerado uma categoria analítica em vias de autonomização e eixo explicativo de maior importância epistemológica na economia dos argumentos destas três obras. Como um elemento proveniente das relações sociais do contexto histórico e intelectual no qual esses ensaios foram escritos, mas que ao compor o interior dos textos ganha outra dimensão, na qual a sensação de realidade “pressupõe o dado real, mas não depende dele” (Candido, 2004). Por isso é qualificado como “elemento reflexivo, simultaneamente interno e externo ao texto, ao modo do “correlativo formal” na crítica literária de Antônio Cândido” (Brasil Jr. & Botelho, 2010: 235). Neste ponto também recorreremos às idéias de Anthony Giddens, para o qual as ciências

sociais possuem a peculiaridade da dupla hermenêutica³, entendida como a reciprocidade entre a teoria técnica e o sentido comum, leigo, de seus conceitos reelaborados nos quadros de significação pelos quais os agentes sociais refletem e orientam suas condutas cotidianas. Por isso podemos afirmar que ao escreverem sobre a formação nacional Vianna e Prado Jr. também estavam contribuindo, por meio da difusão de suas idéias, para a construção da nação (Cardoso, 1993; Botelho, 2005).

Como já demonstrou Brasil Jr., em *PMB-I* a explicação sociológica ganha prioridade analítica sobre os critérios raciais e ambientais na economia do ensaio, devido à centralidade da categoria *solidariedade social*, oriunda da escola de Le Play e forjada no contexto da Terceira República Francesa (Brasil Jr., 2007: 28-30). Por outro ângulo, Brasil Jr. também demonstra a originalidade de Vianna. Sem negar a importância do método proveniente dos sociólogos da Escola de Le Play – em especial do livro *Les français d'aujourd'hui*, de Edmond Demolins⁴ – destaca que a operação cognitiva de entender a sociedade a partir do “grande domínio rural” e do “espírito de clã” é um procedimento pioneiro do sociólogo fluminense (Brasil Jr. & Botelho, 2010). Com o uso de tais categorias Vianna pretendia chegar, no plano teórico-metodológico, a um conhecimento “científico” e “objetivo” da sociedade (Bastos, 1993; Bresciani, 2005), demonstrando por meio da prioridade analítica da sociologia sobre a política (Werneck Vianna, 1993: 373; Brandão, 2001) a “desarticulação entre as instituições liberais “transplantadas” e a realidade “singular” brasileira” (Botelho, 2007: 50). No plano analítico Vianna assumia como paradigma de

³ Vejamos como é descrita a dupla hermenêutica nas palavras de Giddens: “Mas vale a pena assinalar aqui que a dupla hermenêutica das ciências sociais a coloca numa posição muito diferente da ciência natural, quanto a um aspecto básico. Os conceitos e teorias produzidos nas ciências naturais se filtram, com muita regularidade, no discurso leigo e tornam-se apropriados como elementos dos quadros de referência diários. Mas isso, é claro, não tem relevância para o mundo natural como tal, ao passo que a apropriação dos conceitos técnicos e teorias formuladas pelos cientistas sociais pode torná-los elementos constitutivos do próprio “objeto de estudo” para cuja caracterização eles foram inventados e, por consequência, *alterar* o contexto de sua aplicação. Essa relação de reciprocidade entre o sentido comum e a teoria técnica é uma característica peculiar e notavelmente interessante da sociologia” (Giddens, 1978: 85).

⁴ Como propôs José Murilo de Carvalho (Carvalho, 2000).

organização social solidária o associativismo anglo-saxão, através do qual buscara, ao menos retoricamente, encontrar formas semelhantes de ações coletivas no Brasil. Todavia, substancialmente, o que identifica na sociedade brasileira é a “hipertrofia da ordem privada e seu predomínio histórico sobre a ordem pública” (Ibidem: 50). Uma decorrência da função simplificadora do grande domínio rural, que gerou “impasses tenazes” para a modernização do país, pois causa primordial do diagnóstico do *insolidarismo* – segundo o qual não existiam agregações solidárias no país para além da esfera local e privada dos clãs.

Já em *EPB* o social alça preponderância através da análise das associações estudadas sob a perspectiva da lógica marxista/dialética da “luta de classes”, princípio explicativo dos conflitos sociais desencadeados na capital e nas províncias durante o processo histórico da Independência nacional e que avançam até o decreto da maioria de D. Pedro II. No Segundo Reinado estas revoltas populares começam a declinar, consolidando-se o projeto de nação proveniente das elites agrárias. Outro elemento cognitivo próprio ao método sociológico presente em *EPB* é a compreensão das lentas e graduais mudanças que ocorriam na sociedade brasileira em decorrência do desenvolvimento das relações sociais capitalistas no país. Processo que na parte final do ensaio leva à abolição da escravidão, ao fim das instituições oligárquicas do Império e ao advento da República.

Podemos dizer que a perspectiva marxista/dialética da luta de classes e da análise do processo de desenvolvimento do capitalismo reaparece em *FBC*, mas desta vez mediada por outras categorias da geografia humana e da economia política, tal como a principal inovação teórica do livro: a categoria “sentido da colonização”, reveladora da complexa inter-relação entre fatores internos e externos que constituíam a sociedade colonial (Iumatti, 2008: 151) e explicativa do precário desenvolvimento das associações de classe no Brasil e da desorganização generalizada da vida social na colônia a partir do lugar dependente de nossa economia no mercado mundial. Como veremos, em *FBC* as ações coletivas com maior

relevância política são as que ocorrem no contexto da Independência e ficam restritas à participação das elites. Por isso a consolidação da sociedade nacional estaria situada no futuro, num porvir caracterizado pela crise estrutural do modelo agrário-exportador e da decorrente ascensão das classes populares à participação política e à conquista de direitos.

Aqui abordaremos o sentido da colonização como o cerne da explicação sociológica presente em *FBC*, categoria totalizante que perpassa e restringe as diferentes conjunturas históricas do processo de formação nacional, entendido como um devir que tende a superar gradualmente suas estruturas sociais originárias, provenientes da colônia: as grandes propriedades rurais, monocultoras, assentadas na mão-de-obra escrava e voltadas para suprir interesses econômicos da metrópole, externos às demandas próprias à sociedade colonial. Neste devir buscar-se-ia suplantar a “desarticulação entre os mercados interno e externo”, fenômeno de inversão em relação aos países centrais, onde essas duas dimensões se articulam, com a preeminência do mercado interno (Rêgo, 2000: 105). Outros autores já destacaram a importância de pensar as continuidades e rupturas com sentido da colonização como método de compreensão das tensões conjunturais do processo de formação nacional. Entre estes ganham destaque Bernardo Ricupero, que analisou a elaboração do método marxista como um instrumento de compreensão da sociedade brasileira em *Caio Prado Jr. e a nacionalização do Marxismo no Brasil* (Ricupero, 2000) e Rubem Murilo Leão Rego, em *Sentimento do Brasil* (Rêgo, 2000), onde buscou entender como as tensões inerentes ao desenvolvimento do capitalismo agrário no Brasil aparecem na obra de Prado Jr. Aqui dialogarei com esses livros com o propósito de entender como os repertórios de ação coletiva na sociedade brasileira são reconfigurados e ganham novas dimensões, em *EPB* e em *FBC*, em relação dialética com o movimento lento e gradual de superação histórica do sentido da colonização.

Na análise sobre o modo como a sociedade nacional é reconstruída nos três ensaios estudados nos concentraremos na caracterização dos repertórios de ação coletiva e nas

perspectivas de mudanças das formas de associações tradicionais, locais, para outras consideradas mais adequadas à modernidade, nacionais. Como propõe Tilly e Bendix, atentar-se-á às tensões e contradições presentes no processo de passagem das organizações locais para o Estado nacional (Tilly, 1996; Bendix, 1996). Para entender como as expectativas e projetos de mudança social aparecem nos ensaios que analisaremos faremos uso da noção de perspectiva, tal como György Lukács a desenvolve em sua intervenção no IV Congresso dos Escritores Alemães, ocorrido em 1956, em Berlim (Lukács, 2010). Nele Lukács aponta que a perspectiva é o desenvolvimento na forma de algo que ainda não existe na vida social, mas que, contudo, não se limita a ser uma mera utopia. Contém abstrações sobre um processo social já em curso e descrito nas narrativas literárias, abstrações essas que podem *por si* estimular e lançar luz ao processo de mudança. Mesmo não sendo fatalista esta perspectiva ganha ares de “objetividade” (ou seria melhor usar o termo intersubjetividade?), pois influenciam os sujeitos de seu tempo histórico, que ao compartilharem semelhantes questões políticas, sociais e culturais com os autores, tornam-se sensíveis aos apelos de mudança narrados nos livros. Torna-se assim “uma tendência a realizar nos fatos esta realidade [narrativa], mediante as ações e os pensamentos de homens determinados” (Lukács, 2010: 287). Como Lukács analisava romances afirmou que “a perspectiva só é autêntica e concreta quando surge das tendências de desenvolvimento dos indivíduos representados nas obras de arte – e não quando é justaposta como verdade social objetiva a determinados homens que têm com ela apenas uma tênue ligação pessoal” (Ibidem: 288). Por isso a perspectiva é sempre imediata e modesta, podendo iluminar apenas o próximo passo.

A perspectiva de mudança social ganha sentido nas obras de Vianna e Prado Jr. a partir das possibilidades de ação coletiva que encontram e descrevem em suas narrativas públicas⁵ (Somers & Gibson, 1994) sobre a formação da sociedade brasileira. Como

⁵ As narrativas públicas, ligadas a formações culturais e institucionais – locais ou abrangentes, micro ou macro – são de dimensão mais ampla do que as narrativas individuais. Como todas as narrativas,

veremos, as perspectivas de mudança social nem sempre se apresentam de forma clara em *PMB-I*, *EPB* e *FBC*, contendo importantes tensões argumentativas. Estas podem ser abordadas de modo positivo, como sendo a formalização das próprias tensões presentes no complexo processo social de construção do Estado nacional. Pois, como afirmava Lukács em sua crítica ao *happy end* na literatura burguesa e no realismo socialista, o embelezamento da realidade conduz a um “otimismo banal e edificante”, que o crítico ou analista social deve rechaçar, pois desconexo do processo histórico-social (Idem, 2010: 290). Os argumentos de Lukács sobre a literatura realista nos ajudam a pensar o processo social no qual os ensaios de interpretação nacional se inseriam como uma forma simbólica privilegiada de reflexão social e intervenção política (Giddens, 1978; 2001) no Brasil entre os anos 1920 e 1940, pois conseguiram traduzir para a forma um passo real dado pelo movimento – sempre complexo, incompleto e repleto de tensões – de passagem do poder local ao Estado nacional (Botelho, 2009). Deste modo, a análise que segue buscará destacar as tensões argumentativas presentes nos textos estudados, adotando uma perspectiva dialética, crítica a facsímiles do *happy end* romanesco nas interpretações ensaísticas do processo de formação do Estado nacional brasileiro.

No primeiro capítulo, *Ação coletiva e sistematização das ciências sociais no Brasil nas décadas de 1920, 1930 e 1940*, retomo a idéia de “sistematização das ciências sociais” - proposta por Élide Rugai Bastos para pensar o papel pioneiro de Gilberto Freyre no Brasil ao tratar a teoria social como um sistema, a sociologia⁶ – para investigar o “lugar” do tema da ação coletiva no processo de sistematização das ciências sociais nos ensaios de interpretação

possuem dramas, enredos, interpretações e apropriações seletivas. A grande mídia, por exemplo, seleciona e conecta certos eventos dramáticos para construir sua versão da “desordem social” (Somers & Gibson, 1994).

⁶ Operação cognitiva que, segundo Bastos, “lhe permitiu mobilizar instrumentos adequados à passagem de uma etapa de *meditação* a uma fase de *explicação* do social” (Bastos, 2006: 174).

nacional entre os anos 1920 e 1940. Para tanto mobilizei os livros *PMB-I*, de Oliveira Vianna; *Casa-Grande & Senzala* (1933), de Gilberto Freyre; *Raízes do Brasil* (1936), de Sérgio Buarque de Holanda e *EPB* e *FBC*, de Prado Jr. A categoria “função simplificadora do grande domínio rural”, presente em *PMB-I*, e situada em *FBC*, a categoria “sentido da colonização” – esta entendida também através de suas mediações dialéticas – foram destacadas devido a importância dos ganhos heurísticos que proporcionaram para a explicação sociológica da escassez de ação coletiva no Brasil.

Para melhor compreender as tensões do processo de autonomização da explicação sociológica, que nos textos dos ensaios convivia com critérios jurídicos, raciais e ambientais de entendimento, fiz uso da noção de *episteme*, de Michel Foucault (Foucault, 2002). Conceito usado como ferramenta analítica para pensar como no Brasil as explicações da sociedade a partir de categorias raciais, ambientais e menos, mas também, as jurídicas, podem ser abordadas em analogia ao que o filósofo francês chamou de “episteme clássica”, na qual “a natureza, a natureza humana e suas relações são momentos funcionais, definidos e previstos” (Foucault, 2002: 427). Com a sistematização da teoria social promovida nos ensaios mencionados iniciou-se no Brasil a constituição de uma “episteme moderna”, própria às ciências humanas, onde as relações sociais deixam de ser determinadas por critérios a elas exteriores, pois não precisam mais se desdobrarem “num espaço soberano, o quadro de sua ordenação” e são compreendidas a partir da dinâmica própria da sociedade, “de uma ordem que pertence agora às coisas mesmas e à sua lei interior” (Ibidem: 431).

Tal abordagem possui um importante desafio teórico: pensar o complexo momento de mudança do predomínio da episteme “classificatória/ naturalista” para a episteme “analítica/ moderna”, processo que não chegou a ser detidamente estudado por Foucault. Durante a pesquisa tentei verificar empiricamente como a passagem de uma episteme à outra não ocorre de modo brusco, disjuntivo, ao modo do “corte epistemológico” de Althusser. Na

análise da economia dos argumentos dos três ensaios aqui estudados pode constatar que esta passagem ocorreu de modo gradual, permeada por tensões entre as explicações sociológicas e naturalistas, que se revesam nos textos, porém, já com o predomínio da primeira.

No Capítulo II, *A mudança difícil – ação coletiva no Brasil: seu caráter privado e local*, inicia-se um estudo mais detido sobre a ação coletiva nos três ensaios que são tema dessa dissertação. Nele busco analisar como em *PMB-I*, *EPB* e *FBC* Vianna e Prado Jr. narram sociedades nas quais o repertório de ação coletiva são quase limitados à esfera privada e local dos clãs rurais. Mas em diferentes níveis, pois Vianna pensa o “grande domínio rural” como uma categoria totalizante, que devido à sua auto-suficiência econômica exerce uma função simplificadora sobre a estrutura social, impedindo a formação da indústria, do comércio, da pequena propriedade rural e de uma classe média urbana. Tal fato deixaria toda a população rural sujeita ao regime dos clãs, “a única forma militante da solidariedade social em nosso povo” (Vianna, 1987: 145). Por isso Vianna restringe sua análise dos conflitos sociais aos confrontos entre público (Estado, poder central) e privado (sociedade, clãs), encarados como duas ordens sociais distintas (Botelho, 2007).

Já Prado Jr, embora tenha como ponto de partida esse problema sociológico posto por Vianna, considera também os limites da grande exploração rural como instituição ordenadora da sociedade. Por isso em *EPB* pode pensar como os conflitos tinham origem no mundo da produção dos latifúndios e eram desencadeados pelos diferentes interesses materiais das classes rurais. E em *FBC*, além de examinar os limites econômicos da grande exploração rural, também estuda as instituições sociais que estavam para além do estrito modelo da grande propriedade escravocrata, monocultora e exportadora de bens primários. No entanto, constata-se um ponto em comum nos dois autores, o caráter difícil da formação da nação no Brasil. Nos três ensaios encontramos argumentos que demonstram como a simplificação da estrutura social gera limitações à esfera da sociabilidade (Brasil Jr. & Botelho, 2010), aqui

veremos como essa restrição tem importantes conseqüências políticas. Usando uma linguagem sociológica weberiana (Weber, 1999), buscaremos entender como o predomínio social dos clãs estabeleceu a dominação pessoal como paradigma de dominação política na formação social brasileira, o que fortalecia a fragmentação, de fato, do país em “ilhas” de poder local.

No capítulo III, *Entender o passado para mudar o presente: clãs e passagens para Estado nacional*, buscar-se-á analisar como as diferentes interpretações da formação social e política da sociedade brasileira presentes em *PMB-I*, *EPB* e *FBC* têm conseqüências analíticas para a concepção de mudança social presente nesses ensaios. Primeiro verificaremos como Vianna e Prado Jr. possuem diferentes relações com o passado patriarcal brasileiro, o que será feito através da comparação das impressões que cada um desses autores tiveram ao viajar para Minas Gerais, local que era considerado – no contexto intelectual nacional das primeiras décadas do século XX – espaço privilegiado para compreender o Brasil colônia, pois nele ainda estariam vivas as tradições e costumes desta época (Braga, 2010). Enquanto Vianna, em 1920, encarava com receio às transformações que ocorriam em Minas, decorrentes da expansão da moderna civilização do litoral, Prado Jr., já em 1940, constatou apenas modificações superficiais na sociedade mineira, que para ele, no fundo, continuava sendo a mesma do passado. Em seguida veremos como a dimensão totalizante que a função simplificadora do grande domínio rural assume em *PMB-I* tem conseqüências para o modo como Vianna pensará a passagem para o Estado nacional, pois como o autor não encontra no interior da sociedade brasileira formas de associativismo alternativas ao poder privado dos clãs, descartará a consideração de uma via societária para a construção do poder público no Brasil. O próprio Estado, fortalecido e centralizado, seria o responsável por combater a privatização dos órgãos públicos, municipais e provinciais, efetuada pelos clãs, restringindo o poder desses e construindo a nação brasileira, ao garantir os direitos civis à plebe rural.

Examinaremos como há em *EPB* e *FBC* mudanças de nível analítico que permitem a Prado Jr. ter uma perspectiva quase oposta a defendida por Vianna. Em *EPB* Prado Jr. identifica nas revoltas populares do pós-Independência diferentes manifestações regionais da insatisfação dos homens pobres “semilivres” com a ordem social dominada pela grande exploração rural. Como veremos, aqui acreditamos que essas rebeliões foram possíveis devido à *recepção ativa* das idéias liberais e democráticas pelas diferentes classes sociais da sociedade brasileira, processo que provocou a expansão do repertório nacional de ação coletiva, ao contribuir para percepção dos diferentes interesses materiais presentes no interior da sociedade. Uma abordagem dinâmica da circulação das idéias, que está ausente de *PMB-I*, onde as idéias liberais e democráticas são consideradas amorfas *a priori* no contexto social brasileiro, pois alheias à realidade social. Para Vianna apenas idéias criadas na própria sociedade brasileira teriam valor heurístico para a política nacional, pois consideraria as peculiaridades do povo, o que tem sido chamado pelo pensamento social contemporâneo de “Brasil real”.

Em *FBC* constata-se uma abordagem do movimento das idéias semelhante ao presente *EPB*. E também é possível verificar uma inovação metodológica em relação à análise social presente no primeiro livro de Prado Jr., pois para além das associações políticas alternativas ao latifúndio são consideradas as organizações sociais que fogem ao padrão do sentido da colonização: a grande propriedade rural monocultora, exportadora de bens primários e escravocrata. O autor confere prioridade analítica não ao estudo das ações coletivas populares em seus momentos privilegiados de mobilização política insurreta, como em *EPB*, mas às instituições sociais rotinizadas, que no cotidiano proporcionavam padrões de sociabilidade alternativos aos dos clãs patriarcais. Desde modo, ao focar-se nas mediações dialéticas entre sua categoria analítica totalizante, o sentido da colonização e a vida social

concreta da colônia, Prado Jr. pode vislumbrar o processo histórico, lento e gradual, de uma via societária de superação das estruturas sociais moldadas pelo sentido da colonização.

No capítulo IV, *Da ausência à mudança – insolidarismo, inorganicidade e ausência de nexos morais*, a escrita ganha um tom de prisma, pois o tema continua sendo o das tensões presentes na passagem da solidariedade de clã para formas de associação próprias ao Estado nacional, mas abordadas sob uma nova perspectiva. Para melhor compreendermos como esse processo é narrado no pensamento social de Vianna e Prado Jr. buscaremos entendê-los sob a luz das categorias de “insolidarismo”, presente em *PMB-I* e a de “inorganicidade”, formulada em *FBC*, e deste mesmo livro, também a noção de “ausência de nexos morais”⁷. Essas categorias e essa noção funcionam como ferramentas analíticas que sintetizam, nos ensaios aqui pesquisados, o caráter precário da ação coletiva no Brasil quando situada para além do poder privado e local dos clãs patriarcais. Comparando-as poderemos perscrutar as semelhanças cognitivas e as mudanças de grau analítico entre *PMB-I*, *EPB* e *FBC*. Entendendo os limites e as possibilidades que “insolidarismo”, “inorgânico” e “ausência de nexos morais” põem à ação coletiva, reconstituiremos em um debate mais amplo as perspectivas de mudança social, entendida como a continuidade do processo formativo da nação. Em *PMB-I* constatamos uma tensão relativa à forma pela qual se passaria dos clãs à nação, Vianna chega a esboçar uma via na qual o Estado tentaria coibir o poder privado dos clãs atraindo-os para a arena pública, mas a alternativa que prevalece na economia dos argumentos do livro é abordagem dualista da via estatal e autoritária, com o conflito aberto entre público (poder central do Estado) e privado (poder local dos clãs).

⁷ Cabe lembrar que as categorias “inorgânico” e “ausência de nexos morais” não estão presentes em *EPB*. Contudo, tomo como hipótese de pesquisa que o problema dos impasses da ação coletiva na sociedade brasileira já estão postos neste livro de estréia de Prado Jr e suas teses são transformadas e sofisticadas em *FBC*, sendo a categoria “inorgânico” uma tentativa de síntese analítica para esses impasses.

Também observaremos como o caráter amorfo que as idéias liberais assumem no contexto social brasileiro pode ter relação com o pensamento racial presente em *PMB-I*. Neste ensaio as idéias liberais só ganhariam expressão no Brasil no ambiente urbano, difundidas por intelectuais “platônicos”, mas que tinham como portadores sociais a “ralé” e não o povo típico das cidades, a “burguesia” e o “proletariado”, como ansiava Vianna, orientado por ideais eurocêntricos. As características psicológicas desorganizadas e impulsivas da ação revoltosa dessa “ralé” – descritas na quarta e última parte de *PMB-I*, onde predominam os argumentos políticos – têm grandes semelhanças com a psicologia dos mestiços inferiores, narrada na primeira parte do ensaio, na qual preponderam os argumentos raciais. Por isso acreditamos ser possível afirmar que o modo negativo como Vianna aborda a recepção das idéias liberais no Brasil pode ter ligação com o elitismo presente em seu pensamento racial. Apesar da retórica presente em *PMB-I*, o problema não seria as idéias em si, mas seus portadores sociais. O que nos permite abordar a via autoritária defendida por Vianna como uma reação aos valores igualitários presentes no modelo de nação liberal/iluminista. Resistência típica de uma sociedade com rígida hierarquia social (Schwarcz, 1993: 63-65; 244-245; Dumont, 1997; Arendt, 2007), pois a construção do Estado nacional só poderia ser feita de cima para baixo, sem a participação popular, e portanto sem ameaça ao poder das elites.

Em relação a Prado Jr., veremos como o autor, com sua abordagem orientada pelo materialismo histórico, conseguiu perceber as associações entre os interesses do poder central e os dos clãs: o primeiro buscava uma aliança com o poder local dos segundos, conferindo-os status de autoridade pública através das Ordenanças. Por outro lado, desde modo o Estado garantia a governabilidade sobre toda a colônia (e, posteriormente, sob todo o Império), o que não seria possível sem o apoio dos clãs patriarcais. Desse modo, em *EPB* e especialmente em *FBC*, há uma abordagem não disjuntiva de público e privado, encarados como domínios que se entrecruzam, porém sem diluírem por completo seus específicos princípios orientadores da

conduta. O que confere uma mudança de grau analítico em relação a *PMB-I*, no que tange à apreciação das contradições inerentes à passagem das formas locais às formas nacionais de solidariedade (Tilly, 1996; Bendix, 1996). Esta perspectiva não dualista reaparece no que concerne ao tema do atraso social e econômico, exposto através das categorias “orgânico” e “inorgânico”, setores separados pelo sentido da colonização, mas enredados na unidade contraditória que era a sociedade colonial: seriam dos próprios limites e do acúmulo de contradições da economia do setor orgânico que surgiriam as condições de possibilidades para a organização do inorgânico e a superação das estruturas sociais moldadas pelo sentido da colonização. Modificação qualitativa que ocorreria através de um lento e gradual processo de transformações da sociedade brasileira, durante o qual novas possibilidades surgiriam nos repertórios de ação coletiva. Uma dinâmica semelhante a das mudanças moleculares pensadas por Gramsci, ao abordar o americanismo como “a acumulação molecular de elementos destinados a produzir uma explosão” (Gramsci, 2001: 242).

Por fim, cabe lembrar que ao longo da dissertação uso a categoria “homens livres pobres” de um modo generalizado, como instrumento para facilitar a comparação entre os três ensaios que são tema dessa pesquisa. Mas tal termo é meramente analítico, não tem valor cognitivo para a compreensão particular de *PMB-I*, *EPB* e *FBC*, pois “homens livres pobres” tem sentido diferentes nesses livros. Em *PMB-I* refere-se à “plebe rural”, os clientes políticos dos chefes de clã; em *EPB* é relativo aos “agregados”, “rendeiros” e “pequenos proprietários”, considerados trabalhadores “pseudolivres” do grande domínio rural (Prado Jr., 2007: 28-29) e às “camadas populares” das revoltas do pós-Independência, que além desses setores de classe mencionados incluem elementos urbanos; e em *FBC* faz menção as diferentes categorias sociais que compunham o setor inorgânico, dos membros da “casta dos vadios” aos “quilombolas” e “agregados”.

Capítulo I

Ação Coletiva e Sistematização das Ciências Sociais no Brasil

nos Anos 1920, 1930 e 1940

*“Contra a argúcia naturalista, a síntese.
Contra a cópia, a invenção e a surpresa”*
Oswald de Andrade, Falação.

1. Vianna e Prado Jr.: uma comparação possível

Na sociologia histórica de Charles Tilly, da qual usamos o conceito de ação coletiva, a mudança social e a construção dos estados⁸ nacionais europeus decorreriam das conflituosas *negociações assimétricas*⁹ entre os grupos e classes sociais mais organizadas de cada contexto nacional (Hunt, 1984: 251-252). Disso decorre a afirmação de que “a estrutura de classe da população” ajudava a “determinar a organização do estado: seu aparelho repressivo, sua administração fiscal, seus serviços, suas formas de representação”, posto que é um dos principais determinantes da configuração das relações de poder (Tilly, 1996: 162). E ainda, fundamental a essa sociologia histórica, “a tradução da estrutura de classe em organização do estado ocorreu através de lutas” (Ibidem: 162). Esta abordagem é muito útil em nossa pesquisa, pois compartilhando o diagnóstico de uma estratificação social muito desigual na sociedade brasileira, divida, sobretudo, em uma grande parcela de escravos e uma pequena minoria de grandes proprietários, Vianna e Prado Jr. constataam a falta de perspectiva econômica e social para os homens livres pobres. O “não lugar” desta terceira camada social –

⁸ Mantenho neste capítulo da dissertação, *Vianna e Prado Jr.: uma comparação possível*, a palavra “estado” com a inicial minúscula, como propõe Tilly (Tilly, 1996), para destacar o caráter histórico deste tipo recente de autoridade, que não sabemos até quando irá perdurar.

⁹ Como alerta Tilly, comumente as negociações não ocorriam através de meios pacíficos e diplomáticos: “O que fizeram os governantes quando se defrontaram com uma resistência dispersa ou maciça? Negociaram. Ora, alguém pode fazer objeções ao uso da palavra “negociação” para designar o envio de tropas com o objetivo de esmagar uma rebelião contra impostos ou prender um contribuinte relutante. No entanto, o uso freqüente de punição exemplar – o enforcamento de alguns cabeças da rebelião em lugar de todos os rebeldes, a prisão do contribuinte local mais rico em vez de todos os delinqüentes – indica que as autoridades estavam negociando com a população.” (Tilly, 1996: 164). Esta concepção de negociação – que Tilly tira das rebeliões de impostos da Europa ocidental do século XVII – é interessante para pensarmos as revoltas regenciais do século XIX no Brasil, abordadas tanto por Vianna quanto por Prado Jr., pois os dois autores se limitaram a enfatizar apenas o aspecto repressivo da ação do poder central.

análoga ao “terceiro estado”, o povo, e inadequada à produção escravocrata e monocultora – seria o cerne das dificuldades associativas na colônia e no Império. Em *PMB-I* isso se traduz na restrição dos conflitos à esfera política, entre o poder central do estado (público) e o poder local dos clãs (privado), constata-se a quase ausência de conflitos societários para além da esfera privada dos embates e disputas por terras entre os clãs. Em *EPB* e *FBC* a compreensão sociológica dos conflitos sociais assume outra perspectiva, têm origem no mundo da produção, d’onde emergem os diferentes interesses de classe. Mas dada a condição de desorganização estrutural em que se encontravam os homens livres pobres, suas ações coletivas nas diversas revoltas desencadeadas pelo processo histórico da Independência nacional estiveram fadadas ao fracasso.

Para melhor entendermos essas diferentes abordagens sobre os conflitos sociais é importante perguntarmo-nos qual era o lugar da escravidão nos ensaios desses dois autores que aqui analisamos? Em *PMB-I* a escravidão aparece apenas de modo lateral, é apontada como uma das causas do insolidarismo, pois base da mão-de-obra do grande domínio que torna desnecessário o trabalho da plebe rural nas lavouras monocultoras, mas Vianna não chega a se questionar sobre o papel político dos escravos. Em posição diversa, Prado Jr. indaga-se sobre este problema e em *EPB* busca entender porque os escravos – que representavam cerca de metade da população do país e eram intensamente explorados nos latifúndios – não se uniram aos populares nas revoltas do pós-Independência. O autor entendia que sobravam motivos econômicos para a ação coletiva dos cativos e, como veremos, descobre razões políticas e culturais que impediram sua organização de classe e deixaram os homens livres pobres sem um aliado de peso nas insurreições regenciais.

Em ambos os autores se evidencia a construção fortemente elitizada do estado nacional, com um duplo caráter assimétrico das negociações entre estado e sociedade. Por um lado a assimetria é acentuada, devido à fragilidade das organizações populares, fortemente

reprimidas pelo poder central. Por outro lado, no que tange às relações com o poder privado organizado, os clãs, a assimetria do modelo proposto por Tilly usualmente se inverte, pois em diversos momentos o estado não teve forças para se impor aos mandões locais. Este processo formativo tem, em Vianna, uma via estatal, sendo a burocracia o principal agente da centralização do poder e da conseqüente repressão aos clãs (Silva, 2008). Em *EPB* e *FBC* constatamos uma articulação entre o estado e os interesses das classes dominantes: os proprietários rurais durante a colônia e o Império, e, ao fim do século XIX, os financistas detentores do capital móvel. Nesses ensaios aprende-se que apenas no futuro os populares teriam condições de se auto-organizarem. Contudo, esse “futuro” deve ser pensado como elemento retórico, pois se textualmente era expressão do porvir da colônia e do Império, implicitamente referia-se aos dilemas contemporâneos à época em que Prado Jr. escrevia – as décadas de 1930 e 1940, quando a classe operária adentrara na cena política do país (Gomes, 2005).

As semelhanças analíticas entre Vianna e Prado Jr. já foram apontadas anteriormente, em *História do Brasil com Empreendedores*, de Jorge Caldeira (2009). Este demonstrou como o uso da categoria “latifúndio”¹⁰, central na obra caiopradiana, não decorre de uma influência marxista, como se poderia supor, mas sim dos primeiros livros de Oliveira Vianna, em especial, *PMB-I* e *Evolução do Povo Brasileiro* (1922). Todavia, Caldeira

¹⁰ Podemos afirmar que havia um *compartilhamento lingüístico*, por parte de Prado Jr. em *EPB* e *FBC*, dos termos usados por Vianna em *PMB-I* para definir a organização econômica e política da grande propriedade rural no Brasil. No que se refere à estrutura econômica Vianna utiliza as categorias “grande domínio rural” e “latifúndio”, Prado Jr. as repete em *EPB*, no subcapítulo *A economia colonial*, acrescentando as expressões “grande exploração agrícola”, “grande exploração rural” e “grande unidade agrícola”. Quanto à organização política que emerge na grande propriedade rural, Vianna usa o termo “clã rural” em *PMB-I*, Prado Jr., em *FBC* – na terceira parte do ensaio, *Vida Social*, no capítulo *Organização Social* – afirma empregar “uma expressão já consagrada” (Prado Jr., 2007b: 286), mas transforma a categoria original de Vianna em uma nova, o “clã patriarcal”. Por isso, mesmo que no escopo desta pesquisa sejam feitas poucas referências ao contexto social e intelectual no qual os livros foram escritos, utilizo elementos do *contextualismo lingüístico* como uma ferramenta analítica que permite pensar a interlocução de idéias e categorias entre os ensaios sobre a formação social e política dos anos 1920 e 1930. Vianna e Prado Jr. são o autores estudados nesta dissertação, mas para melhor compreendê-los também faremos referências à *Casa Grande & Senzala* (1933), de Gilberto Freyre, e *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda (1936), dois dos principais livros que compõem o contexto intelectual de *PMB-I*, *EPB* e *FBC* (Candido, 1995).

aproxima os dois autores com a intenção de desqualificá-los em bloco. Propõe uma nova historiografia do Brasil, que vem buscando entender o passado nacional através da figura do empreendedor (Caldeira, 2009; 2006; 1999; Fragoso, 1998). E entende este como “a mistura entre pequeno produtor livre e mobilidade social” (Caldeira, 2009: 23). Tal perspectiva o leva a afirmar que Vianna produziu uma simplificação da economia brasileira ao negar a existência de empreendedores para além do “latifúndio” – categoria abordada como o único centro dinâmico e organizado de produção de riqueza no passado nacional. Para Caldeira essa descrição estaria articulada à ideologia corporativista do sociólogo fluminense, segundo a qual a sociedade assumia um padrão hierárquico, onde cada classe e grupo social teria uma função específica, cabendo a “cabeça estatal” administrar, “acima dos cidadãos”, a boa realização dessas funções (Ibidem: 91). Se, para Caldeira, Prado Jr. não compartilhava a postura política de Vianna, por outro lado o historiador paulista reproduzia em seu método analítico a interpretação conservadora do sociólogo fluminense. Em livros como *EPB* e *FBC* se mantinha a categoria “latifúndio” como elemento central de sua análise, negligenciando o papel do mercado interno na economia da colônia e do Império, “considerado, além de pequeno no porte, totalmente secundário na dinâmica da economia” (Ibidem: 21).

Não negando o valor desta crítica, feita a partir do estudo de novos documentos históricos, considero importante fazer uma ressalva. Mesmo descobrindo a existência de agentes econômicos antes desconhecidos, a historiografia que dá ênfase ao mercado interno não chega a oferecer dados capazes de questionar a hegemonia social dos grandes proprietários de terras na colônia e no Império, que exerciam a direção política e cultural sobre as demais classes (Ligouri, 2007: 209). Esta hegemonia ganha expressões na história brasileira, por exemplo, uma das mais importantes, a Lei de Terras decretada em 18 de setembro de 1850, que em resposta às pressões britânicas pelo fim do tráfico negreiro protegia os interesses dos latifundiários, pois ao “criar o regime substitutivo de trabalho livre, previa

implicitamente que se tornasse compulsório o trabalho do imigrante em terra alheia” (Martins, 2011: 45). E como o predomínio social da grande propriedade rural é o ponto crucial dos ensaios de Vianna e Prado Jr., podemos afirmar que, por isso, continuam a oferecer abordagens com valor heurístico pertinente para a compreensão das passagens do poder local dos clãs ao poder público no processo de construção e centralização do estado nacional brasileiro. O problema proposto por ambos os autores não está em discutir eventos em seus detalhes históricos, mas em proporem uma abordagem “sociológica” sobre a configuração geral da formação social e política da nação brasileira. Vianna busca entender como o mundo rural, pelas dimensões que o latifúndio assume, fagocita o sentido do urbano, ao restringir a diferenciação social e a conseqüente formação de agentes modernos, típicos das cidades (Brasil Jr. & Botelho, 2010). E Prado Jr. tem como eixo analítico pensar como as estruturas sociais e econômicas da colônia surgiram para atender interesses externos à sociedade que se constituía (Ricupero, 2000; Rêgo, 2000). Aqui, ao contrário de desqualificar estes dois autores, pretendo desestabilizá-los, expondo as tensões e contradições de seus argumentos, mas sem negar o valor sociológico de suas reflexões para a compreensão da sociedade brasileira.

A comparação desses três ensaios, sob a ótica da ação coletiva, permite captar importantes similitudes e mudanças de nível analítico entre elas. A semelhança mais significativa refere-se à *percepção comum da incapacidade de auto-organização do povo brasileiro* e de seu caráter fragmentário, indisciplinado e, por vezes, violento. *PMB-I* é pioneiro ao realizar uma análise macro-histórica da formação social e política do Brasil a partir das relações econômicas, sociais e políticas surgidas no espaço do grande domínio rural. A colonização brasileira ocorrera a partir dos latifúndios, que, difusos espacialmente, constituíam ilhas de vida social relativamente organizada em um território caracterizado pela falta de solidariedade, precária integração entre regiões e ausência de ordem pública. Por serem quase auto-suficientes economicamente os grandes domínios impediam a formação do

comércio, da indústria, da pequena propriedade agrária e de uma classe média urbana. Os dois primeiros não teriam mercado para oferecerem seus produtos, a terceira seria incapaz de concorrer com os grandes produtores e a última não tinha demanda por seus trabalhos especializados. Todos eram absorvidos pelo latifúndio, que exercia sobre eles o que foi chamado de *força centrípeta* dos grandes domínios rurais. Ao povo, a plebe rural, só restaria se associar a algum grande proprietário em troca de terras cultiváveis para sua subsistência e proteção política. Também encontramos em Prado Jr. este mesmo quadro de amplo domínio social e político dos senhores de terras em uma colônia caracterizada pela dispersão territorial, instabilidade da autoridade estatal e dificuldade associativa para além da grande exploração rural. Contudo, enquanto em *PMB-I* o repertório de ação coletiva na sociedade brasileira é restrito à esfera privada dos clãs, em *EPB* e *FBC* as possibilidades de ação são mais amplas. Se o autor, numa continuidade com Vianna, mantém em destaque o latifúndio como única instituição organizada de poder e riqueza, inova ao encontrar na sociedade outras modalidades de agência, mais ou menos independentes dos clãs patriarcais.

Sobre essa mudança de grau entre os dois autores aqui estudados é importante destacar que elas decorrem dos sentidos diversos apontados pelas diferentes categorias totalizantes presentes em *PMB-I* e *FBC*: função simplificadora do grande domínio e rural e sentido da colonização¹¹, respectivamente. Em *PMB-I* a categoria *função simplificadora do grande domínio rural* faz referência a uma estruturação da colônia a partir de dinâmicas internas àquela sociedade. A auto-suficiência econômica do grande domínio rural exercia “uma ação poderosamente simplificadora sobre toda a estrutura das nossas populações rurais” (Vianna, 1987: 117), restringindo às vias de ação coletiva ao âmbito dos clãs rurais:

¹¹ Acredito que as bases das idéias referentes ao sentido da colonização já estavam presentes em *EPB*, sintetizadas nos interesses econômicos da classe dos grandes proprietários rurais, politicamente vitoriosa nos momentos da Independência nacional e das revoltas regenciais. Tais interesses, que passaram a ser defendidos pelo Estado imperial, estavam de acordo com a manutenção da estrutura social fundada na grande propriedade monocultora, produtora de bens primários voltados para exportação e escravocrata, que são os fundamentos da categoria sentido da colonização. Somente ao fim de *EPB*, com a ascensão da burguesia financeira urbana nas últimas décadas do século XIX, é que os grandes proprietários rurais começam, lentamente, a ter seu domínio social abalado, sobretudo, com o fim da escravidão, em 1888.

O grande domínio rural, tal como se vê da sua constituição no passado, é um organismo completo, perfeitamente aparelhado para uma vida autônoma e própria. Essa independência, que recorda a do hofe saxônico, é acentuada e favorecida pelos largos meios de transporte, de que dispõem as fazendas. Nem, neste particular, o grande domínio se subordina à cooperação alheia: são as tropas, criadas no próprio pasto fazendeiro, que levam aos centros consumidores a produção do domínio – o café, o açúcar, os cereais (Ibidem: 116).

Para Vianna a função simplificadora do grande domínio rural provoca conseqüências de caráter totalizante sobre as características da sociedade brasileira, sendo a principal causa do insolidarismo difuso entre a população. O povo do país não teria a capacidade de se auto-organizar, seria *em si* mal formado, com características unicamente rurais, o que tornava inviável a construção do Estado nacional sobre bases populares:

Sem quadros sociais completos; sem classes sociais definidas; sem hierarquia social organizada; sem classe média; sem classe industrial; sem classe comercial; sem classes urbanas em geral – a nossa sociedade rural lembra um vasto e imponente edifício, em arcabouço incompleto e sólido, com os travejamentos mal ajustados e ainda sem pontos firmes de apoio. (Ibidem: 130).

Já em Prado Jr. a categoria totalizante é dialética¹² (Novais, 1986: 16), pois faz referência ao modo como dinâmicas econômicas externas à colônia determinaram a estrutura interna desta. A colônia surge sob a lógica do *sentido da colonização*, com a finalidade de atender interesses comerciais da metrópole portuguesa: lucrar com a demanda européia por produtos primários e tropicais (Rêgo, 2000; Ricupero; 2000). Os próprios clãs patriarcais são tratados como conseqüência dessa estrutura econômica dependente. Enquanto em Vianna são os clãs rurais que explicam nosso insolidarismo e evolução política, em Prado Jr. é o sentido da colonização a causa primordial da desorganização da sociedade colonial e quem confere

¹² Fernando Novais já refletiu sobre o caráter dialético da categoria “sentido da colonização”, que confere sentido às conjunturas históricas específicas, enquanto estas, por sua vez, atualizam o sentido desta categoria: “E o seu travejamento dialético vai transparecendo: o “sentido”, isto é, a essência do fenômeno, explica as suas manifestações, e ao mesmo tempo explica-se por ela” (Novais, 1986: 16).

lógica à dinâmica da evolução social brasileira, que não fora construída para atender seus próprios interesses, mas anseios que lhes eram estrangeiros:

Se vamos à essência de nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde ouro e diamantes; depois, algodão, e em seguida café, para o comércio europeu. Nada mais que isto. É com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fossem o interesse daquele comércio, que se organizarão a sociedade e a economia brasileiras. Tudo se disporá naquele sentido: a estrutura, bem como as atividades do país. Virá o branco europeu para especular, realizar um negócio; inverterá seus cabedais e recrutará a mão-de-obra que precisa: indígenas ou negros importados. Com tais elementos articulados numa organização puramente produtora, industrial, se constituíra a colônia brasileira. (...) O “sentido” da evolução brasileira que é o que estamos aqui indagando, ainda se afirma por aquele caráter inicial da colonização. Telo em vista é compreender o essencial deste quadro que se apresenta em princípios do século passado, e que passo agora a analisar. (Prado Jr., 2007b: 31-32).

Esta diferença analítica possibilitou a Prado Jr. pensar as mediações dialéticas entre sua categoria totalizante e a realidade social concreta (Dias, 1989), viabilizando a identificação de formas de organização social e de ação coletiva que não se adequavam às estruturas dominantes moldadas pelo sentido da colonização. Tal método permitiu a este autor não abordar, como Vianna, o latifúndio como um fato social e político total, o que o possibilitou pensar os conflitos sociais no Brasil para além da esfera política, entre Estado (poder central) e sociedade (poder local dos clãs), considerando também os diferentes interesses que emergiam do mundo da produção e entravam em confronto sob a forma de luta de classes. Este tipo de conflito tem um peso muito pequeno nos argumentos de *PMB-I*, aparece no capítulo II, *Preponderância do Tipo Rural*, quando Vianna narra em seis páginas a vitória da aristocracia rural na disputa de classe com a “burguesia de ricos comerciantes” e os “fidalgos e parasitas

Lusos”, transmigrados em 1808 (Vianna, 1987: 41-42). Conquista que tinha um caráter “perfeitamente lógico”, pois os grandes proprietários rurais formavam a classe que compunha “a maior soma de autoridade social” (Ibidem: 45). Desta forma, depois de três séculos de domínio social, com a Independência a aristocracia rural passava também a controlar o estado. Mas se há ações coletivas baseadas no conflito de interesses, elas não dizem respeito às classes populares, que em *PMB-I* nunca agem de modo auto-organizado, estão sempre submissas a patronagem dos clãs ou dispersas e desordenadas, o que, como veremos, também expressa elementos racistas e demofóbicos do autor. Os clãs rurais são sempre abordados como uma unidade política, nunca são apontados os interesses divergentes das classes que os compunham.

Visto os fundamentos gerais que aproximam e diferenciam nossos dois autores, e que serão recorrentes em nossa análise comparativa, vejamos agora como Vianna e Prado Jr., cada um ao seu modo, foram sistematizadores das ciências sociais no Brasil e como os temas da ação coletiva e da construção do estado nacional foram fundamentais neste processo de racionalização e especialização cognitiva e intelectual da explicação sociológica no Brasil.

2. Ação coletiva e sistematização das ciências sociais nos ensaios de interpretação nacional

A partir da análise das categorias totalizantes, que possuem centralidade explicativa na economia dos argumentos de *PMB-I*, *EPB* e *FBC*, podemos retomar criticamente a tese crítica de Jorge Caldeira sobre a primazia da categoria latifúndio nas três obras aqui estudadas. Se, em parte, discordo desse autor quando se refere ao caráter mistificador das obras de Vianna e Prado Jr., considero importante o destaque conferido à categoria latifúndio nestes dois autores, bem como a demonstração da continuidade analítica da categoria formulada por Vianna nos textos de Prado Jr. Contudo, Caldeira não tem a mesma sensibilidade, ou interesse,

em perceber diferenças fundamentais nas interpretações do Brasil feitas pelo sociólogo fluminense e o historiador paulista. Como poderemos conferir no decurso da dissertação, são muitas as mudanças de nível explicativo entre *PMB-I*, *EPB* e *FBC*, com importantes ganhos heurísticos deste em relação ao primeiro. Essa qualificação analítica pode ser pensada como um avanço da autonomização da explicação sociológica no pensamento social brasileiro dos anos 1930 e 1940. Vejamos a seguir como essa abordagem procede.

A autonomização dos saberes ocorreu de modo articulado ao processo de sistematização¹³ das ciências sociais no Brasil, idéia elaborada por Bastos (Bastos, 1989, 1993, 2006) para pensar o novo instrumental analítico usado pelos ensaístas de 1930. Estes, informados pelas questões postas pelos ensaios de interpretação nacional da década de 1920, em especial o debate “em torno da organicidade do Estado”, valeram-se do discurso sociológico para abordar uma nova temática, as pesquisas sobre “a constituição da sociedade” brasileira (Bastos, 2006: 172). Tal processo foi iniciado por Oliveira Vianna ainda nos anos 1920 e na década seguinte ganhou continuidade em Caio Prado Jr., Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda. Contudo, como alerta Botelho (2010), embora esses intelectuais possuíssem uma temática compartilhada, não estavam organizados em um movimento cultural com um programa elaborado em comum. Desse modo, “buscar qualquer unidade para os ensaios de interpretação do Brasil escritos entre 1920 e 1940 constitui, na melhor das hipóteses, um movimento analítico de atribuição e não de inferência de unidade, como algumas vezes tem sido feito” (Botelho, 2010: 48). Encarar os ensaios de interpretação

¹³ Faço aqui o debate sobre a sistematização das ciências sociais no Brasil, que foca-se nos ganhos heurísticos que os ensaios de interpretação nacional alcançaram ao se valerem de teorias sociológicas como instrumento de compreensão da realidade brasileira (Bastos, 1989; 1993; 2006). Outra vertente interpretativa foca-se na institucionalização das ciências sociais no Brasil (Miceli, 1989; 2001), concentrando suas análises sobre os primórdios da disciplina em pesquisas sobre “as instituições culturais devotadas à prática científica na época” em vez estudar os “grandes autores’ e obras” (Miceli, 2001: 13). A autonomização das ciências sociais é entendida por essa vertente de acordo com “a margem de distância institucional em relação às escolas superiores tradicionais, conforme o grau de autonomia em face de seus mentores políticos, partidários e/ou confessionais, enfim conforme o espaço social de recrutamento dos quadros profissionais para as novas disciplinas” (Miceli, 1987: 6).

nacional como uma unidade foi uma proposta feita a posteriori de suas escritas, em especial pelas ciências sociais já institucionalizadas (Miceli, 2001).

Para melhor compreendermos este processo farei uso da sugestão de Antonio Candido, em *Formação da Literatura Brasileira*, que – como surege Bastos, ao pensar a sistematização das ciências sociais na obra de Gilberto Freyre¹⁴ (Bastos, 2006) – de modo similar, mas em outra disciplina, refletiu sobre o “processo formativo” das letras nacionais (Candido, 2006: 25). Para Candido podemos falar em “literatura brasileira” quando surge na história a “formação da continuidade literária”, na qual as obras perdem o isolamento e passam a estar “ligadas por denominadores comuns” – constituindo partes de um sistema mais amplo que as aglomera (Ibidem: 25). Há uma “tomada de consciência dos autores” quanto ao seu papel neste processo de formação, traduzida na vontade de escrever uma literatura identificada com o que seria o “Brasil” (Ibidem: 29). Assim estabeleu-se “uma tradição contínua de estilos, temas, formas ou preocupações” (Ibidem: 27). Uma das principais continuidades temáticas destacadas por Cândido faz referência ao caráter empenhado da literatura brasileira, encarada pelos escritores como missão intelectual no processo de formação da nacional, teve como principal estilo o *realismo imediatista*, que não raro confundia o exercício das letras com a escrita jornalística, pois “acarretava na obrigação tácita de descrever a realidade imediata, ou exprimir determinados sentimentos de alcance geral” (Ibidem: 27). Esta feição engajada da literatura brasileira, também chamada por Cândido de *nacionalismo artístico*, era recorrente em Estados nacionais em vias de constituição e ao mesmo tempo em que fazia das letras um instrumento civilizador de compreensão e construção da realidade social, restringia o potencial imaginativo das obras, comprometendo-as em sua universalidade:

¹⁴ Bastos retoma elementos importantes do pensamento de Candido, sobre a sistematização da literatura brasileira, para pensar a sistematização das ciências sociais no ensaísmo da década de 1930: “a presença de um conjunto de autores que debatem uma temática comum e que estão conscientes de seu papel de intérpretes da sociedade; a existência de um grupo de receptores, isto é, de um público consumidor dessas interpretações; a definição de um novo instrumento transmissor das mesmas, no caso o discurso sociológico” (Bastos, 2006: 172).

Aliás, o nacionalismo artístico não pode ser condenado ou louvado em abstrato, pois é fruto de condições históricas –, quase imposição nos momentos em que o Estado se forma e adquire fisionomia nos povos antes desprovidos de autonomia ou unidade. Aparece no mundo contemporâneo como elemento de autoconsciência, nos povos velhos ou novos que adquirem ambas, ou nos que penetram de repente no ciclo da civilização ocidental, esposando as suas formas de organização política. Este processo leva a requerer em todos os setores da vida mental e artística um esforço de glorificação dos valores locais, que revitaliza a expressão, dando lastro e significado a formas polidas, mas incharacterísticas. Ao mesmo tempo compromete a universalidade da obra, fixando-a no pitoresco e no material bruto da experiência, além de querê-la, como vimos, empenhada, capaz de servir aos padrões do grupo. (Ibidem: 29).

Candido continua esta passagem demonstrando como o processo nacional de sistematização literária não estava descolado de preocupações formais cosmopolistas e mesmo o engajamento político com a construção e o entendimento da realidade local também tinha influências de idéias européias com pretensões universalistas. Como exemplo desse aspecto o autor descreve o papel que o o iluminismo teve na fase neoclássica das letras brasileiras, beneficiando o aspecto formal e engajado de nossa sistematização literária, compensando, em parte, o “atraso” estético em que se encontrava o contexto intelectual da colônia:

Para nós, foi auspicioso que o processo de sistematização literária se acentuasse na fase neoclássica, beneficiado da concepção universal, rigor da forma, contenção emocional que a caracterizam. Graças a isto, persistiu mais consciência estética do que seria de esperar do atraso do meio e da indisciplina romântica. Doutro lado, a fase neoclássica está indissoluvelmente ligada a ilustração, ao *filosofismo* do século XVIII; e isto contribuiu para incutir e acentuar a vocação *aplicada* dos nossos escritores, por vezes verdadeiros delegados da realidade junto a literatura. (Ibidem).

Aqui utilizaremos as idéias de Candido sobre a sistematização da literatura brasileira como ferramenta analítica para pensar os processos diversos, mas conjugados, de autonomização da explicação “social” da realidade nacional e de sistematização das ciências sociais no Brasil, que ocorreram através do advento de categorias sociológicas nos ensaios dos anos 1920, 1930 e 1940 sobre a constituição da sociedade brasileira, “quando a teoria social deixa de apresentar-se como manifestação dispersa e surge como sistema: a sociologia” (Bastos, 2006: 170). Como vimos, devido ao seu caráter de missão intelectual, fora a literatura a forma simbólica privilegiada de entendimento social da nação do século XVIII até as primeiras décadas do século XX. Mesmo submissa ao formalismo estético e convivendo no interior dos textos literários com outros modos de compreensão da nacionalidade, como o político e o biológico (este principalmente na fase naturalista), era na literatura, em especial nos romances, onde se pensava a realidade nacional a partir de critérios sociais de entendimento. Nos meios científicos predominava a explicação biológica dos problemas da nação e nos ensaios a explicação da realidade nacional ocorria primordialmente através de categorias da política e do direito.

Foi com o ensaísmo dos anos 1920 e 1930 que a autonomização da explicação social e a sistematização das ciências sociais chegaram a um outro nível de elaboração, quando os autores passaram a se valer de teorias sociológicas para entender a nação: Oliveira Vianna valeu-se da Escola de Le Play; Caio Prado Jr., do marxismo; Gilberto Freyre, da antropologia cultural de Franz Boas; e Sérgio Buarque de Holanda, da sociologia alemã¹⁵. Assim como no processo de sistematização da literatura brasileira pensado por Candido, havia entre esses ensaístas uma continuidade formal e temática, bem como a consciência de que com suas idéias estavam intervindo na construção do Estado nacional. Com estes autores o entendimento do

¹⁵Para além da conhecida influência de Weber em *Raízes do Brasil*, pesquisas recentes tem destacado o peso de Sombart (Waizbort & Goldfeder, 2009) e de Simmel (Cohn, 2002; Waizbort & Goldfeder, 2009) na noção de “tipos” presente neste ensaio, quanto ao último, suspeita-se que a influência possa ser maior que a do próprio Weber.

“social” deixava de estar sujeito ao formalismo estético da literatura engajada e passava por um processo intelectual de racionalização e especialização. Assim, como propôs Botelho (Botelho, 2005) – lembrando a sugestão de Moretti (Moretti, 2003) sobre o romance europeu – os ensaios de interpretação nacional tornaram-se a *forma simbólica privilegiada* de expressão cognitiva da realidade do Estado nacional. E devido à sistematização epistemológica dos critérios de construção do conhecimento que proporcionaram, atingiram um novo patamar heurístico, com a predominância dos fatores sociológicos de explicação causal e compreensão na economia dos argumentos de seus textos. Veremos a seguir como a explicação sociológica para o problema da falta de ação coletiva no povo brasileiro, inaugurada por Vianna e desenvolvida por Prado Jr., foi um dos marcos iniciais dos processos articulados de formação da hegemonia intelectual do entendimento da nação a partir de categorias sociológicas e de sistematização das ciências sociais no Brasil. A partir desde momento “o social” começa a se impor, de modo lento e permeado por tensões argumentativas, sobre os critérios raciais, ambientais, jurídicos e políticos, como a explicação preeminente da ação coletiva nos ensaios de interpretação nacional.

Entender esta transformação no *modo* de pensar a sociedade brasileira – que progressivamente deixava de ser compreendida a partir de suas dimensões jurídicas, políticas, ambientais e biológicas (o mito das três raças e os projetos de branqueamento) e passava a ser estudada prioritariamente por suas dimensões propriamente sociais – é fundamental para nosso estudo das narrativas sobre a precariedade da ação coletiva entre o povo brasileiro. Pois esta importante mudança de grau explicativo foi iniciada por Vianna, em *PMB-I*, que entendeu o insolidarismo a partir da função simplificadora que o latifúndio exercia sobre à estrutura social. Posteriormente a explicação sociológica para a falta de ação coletiva no Brasil foi desenvolvida por Prado Jr. em *EPB* e *FBC*, onde além das questões estruturais postas por Vianna, destacou-se também a imaturidade política das camadas médias e populares; a dura

repressão estatal à estes setores sociais nas revoltas do pós-Independência; e o sentido da colonização como causas da ineficiência política das organizações populares.

Vianna e Prado Jr. revolucionam, ambos, o modo de se pensar o caráter precário do associativismo na sociedade brasileira, compreendendo-o através de categorias sociológicas. Antes deles predominavam as explicações classificatórias, orientadas pela episteme naturalista, que presas a suas pre-noções conceituais, promoviam antes a reprodução de preconceitos do que análises sobre a dinâmica própria do associativismo no Brasil. Pode-se constatar esta tese na pesquisa de Lilia Schwarcz, *O Espetáculo das Raças*, que demonstra como a incapacidade de organização do povo brasileiro era explicada *principalmente* a partir de critérios biológicos estabelecidos por intelectuais, quase todos provenientes das elites. Estes pensadores estavam estabelecidos nos museus etnográficos; institutos históricos e geográficos de suas respectivas regiões; nas faculdades de direito de São Paulo e de Recife; e nas faculdades de medicina, em especial a da Bahia (Schwarcz, 1993). Influenciados pelos lugares-comuns da episteme de sua época, se valiam de sua autoridade científica para estigmatizar negros, índios e mestiços, classificando-os como pertencentes a raças e derivações inferiores aos brancos. A mestiçagem era condenada como a responsável pelo fracasso da nação, que só poderia se formar através de políticas branqueamento, como o incentivo à imigração europeia a partir das últimas décadas do século XIX. Tendo a legitimação destas idéias como fim, esses intelectuais promoviam *apropriações seletivas* sobre o pensamento racial europeu, nas quais buscavam evoluir “da justificação de uma espécie de hierarquia natural à comprovação da inferioridade de largos setores da população” (Ibidem: 41).

Esta naturalização das hierarquias sociais pode ser encarada como uma reação à difusão das idéias igualitárias do liberalismo e da democracia, oriundas do pensamento iluminista francês, no contexto histórico de um Brasil ainda dividido em estamentos (Ibidem:

41). Ao mesmo tempo em que as elites de origem rural se valeram do iluminismo para assumir o poder e construir um estado independente, ao traduzirem estas idéias para a conjuntura brasileira, precisavam traí-las em seus fundamentos igualitários para manterem sua dominação social. Dessa forma as idéias raciais foram no Brasil um importante contraponto ao igualitarismo e às liberdades individuais apregoadas pelo iluminismo. Constituíram-se em um “instrumento conservador e mesmo autoritário” (Ibidem: 42) de naturalização das hierarquias sociais e políticas:

A partir desse balanço nota-se que a percepção da “diferença” é antiga, mas a sua “naturalização” é recente. Ou seja, é apenas no século XIX, com as teorias das raças, que a apresentação das diferenças transforma-se em projeto teórico de pretensão universal e globalizante. “Naturalizar as diferenças” significou, nesse momento, o estabelecimento de correlações rígidas entre características físicas e atributos morais. Em meio a esse projeto grandioso, que pretendia retirar a diversidade humana do reino incerto da cultura para localizá-la na moradia segura da ciência determinista do século XIX, pouco espaço sobrava para o arbítrio do indivíduo. Da biologia surgiram os grandes modelos e a partir das leis da natureza é que se classificavam as diversidades (Ibidem: 64-65).

Considerando a recepção ativa desse projeto intelectual e suas consequências sociais no Brasil, podemos afirmar que existia na sociedade brasileira uma *episteme naturalista*¹⁶

¹⁶ Mesmo não estando de acordo, nesta dissertação, com as teses (ou seriam interpretações?) de Foucault sobre a morte do sujeito e do autor, utilizo o conceito *episteme*, pois ele faz referências às condições históricas e sociológicas dos discursos que constituem uma epistemologia. Deste modo podemos entender como a *episteme naturalista* fundava-se sobre discursos racistas, que buscavam contrapor as idéias igualitárias e naturalizar as hierarquias estamentais da sociedade brasileira, e, na Europa, naturalizar a dominação imperialista e as desigualdades da competição de mercado. H. Taine (1828-93), um dos autores preferidos de Vianna, é um exemplo paradigmático deste tipo de pensamento, pois equivalia a noção de raça a idéia de nação “*J’entends les nationalités, les climats et les tempéraments, comme un doublet de race*” (1923: VLI, in Schwarcz, 1993: 63). Foucault, em sua compreensão da *epistémé* clássica, nos ajuda a entender esta duplicação efetuada pelo que chamo aqui de *episteme naturalista*. O homem é pensado como parte funcional de um todo holístico, de modo semelhante ao que Dumont aborda a hierarquia social em sociedades tradicionais (Dumont, 1985; 1997), restando pouco ou nenhum espaço para as liberdades individuais: “Se a natureza humana se imbrica com a natureza, é pelos mecanismos de saber e pelo seu funcionamento; ou, antes, na grande disposição da *epistémé* clássica, a natureza, a natureza humana e suas relações são momentos funcionais, definidos e previstos. E o homem, como

(Foucault, 2002). Este paradigma de pensamento estabelecia correlações diretas entre o fenótipo dos indivíduos e seus atributos morais e, deste modo, estigmatizava negros, índios e mestiços como raças e derivações raciais inferiores aos brancos – como demonstrou Da Matta ao estudar “a fábula das três raças ou o problema do racismo à brasileira¹⁷” (Da Matta, 1981). Os membros da elite nacional em geral se autoproclamavam “brancos” e ligados aos valores ocidentais. Se relacionavam com indivíduos de outras classes e etnias de modo autoritário, *barbarizavam* o “outro”. As relações de alteridade de classe e de etnia eram mediadas por rígidos valores culturais divididos em dois pólos: os ricos e brancos civilizados em oposição aos negros, índios e mestiços pobres e bárbaros. Dessa maneira, as revoltas e organizações dos escravos e de homens livres pobres e mestiços eram encaradas como expressão de instintos, pulsões ou sentimentos primitivos – comumente narrados como violentos e anárquicos – de raças e grupos sociais inferiores à elite “branca”, na escala evolucionista que esta mesma estabelecia.

Para melhor entender este paradigma cognitivo tomarei novamente de empréstimo o pensamento de Antônio Candido, desta vez usando-o como ferramenta analítica que ajudará a sintetizar este modo de pensar. Em *De cortiço à cortiço* (Candido, 1991) o crítico mostra como o paradigma naturalista constituía uma força social no Brasil de fins do século XIX, o que se evidencia quando suas idéias são expressas como elemento simbólico que compunha o interior do texto de *O Cortiço*, de Aluísio de Azevedo. Neste livro a vida do povo livre e mestiço em suas precárias habitações é narrada a partir de critérios biológicos, os sentimentos e desejos dos populares são determinados por seus instintos animais, aguçados pelo calor do

realidade espessa e primeira, como objeto difícil e sujeito soberano de todo conhecimento possível, não tem aí nenhum lugar.” (Foucault, 2002: 427).

¹⁷ Da Matta demonstra como no racismo à brasileira, de modo diverso do praticado nos EUA – seu contraponto comparativo –, não há necessidade de segregar o mestiço, o mulato, o índio e o negro, pois as diferenças são fortemente “naturalizadas”, constituindo uma rígida hierarquia social, que, por si, assegura a superioridade do branco como grupo “racial” dominante (Da Matta, 1981).

clima tropical. Contudo, havia uma tensão na obra, os marcadores biológicos que naturalizavam a hierarquia social conviviam lado a lado com os princípios igualitários, o que levou Aluísio de Azevedo a denunciar a exploração capitalista promovida por João Romão, o dono do Cortiço. Uma tensão ideológica típica do naturalismo, em especial de sua vertente brasileira, onde a recepção dos ideais liberais e igualitários provenientes da Europa e dos EUA foi limitada pelos rígidos valores estamentais, que determinavam sua forma de apropriação seletiva pelas elites do país. Deste modo, no conjunto do livro predomina o entendimento da realidade nacional ocorria prioritariamente a partir de categorias biológicas, fator prejudicial à compreensão das relações sociais e políticas que estavam em jogo. Vejamos como Candido aborda as contradições desta mistura ideológica presente em *O Cortiço*, que são para o crítico as contradições do próprio pensamento naturalista. Nesta reflexão Cândido confere papel de destaque a Silvio Romero, figura mais destacada nesse contexto intelectual em que os divergentes valores da hierarquia racial e do igualitarismo liberal se misturavam na narrativa de um povo em formação:

Na medida em que o problema é deslocado para dimensões tão vastas e incontroláveis como Natureza e Raça, o intelectual e o político perdem de vista a dimensão, mais acessível, que são os aspectos sociais, onde está a chave. Nenhum exemplo mais expressivo que o de Sílvio Romero, lucidamente convencido da importância das componentes africanas e de nosso caráter de povo mestiço, e ao mesmo tempo vendo como solução dos problemas a superação, quanto mais rápida melhor, de uma coisa e de outra, pela formação compensatória de uma população de aspecto aproximadamente branco, que fizesse o Brasil *parecer* igual aos países da Europa.

No Brasil, quero dizer, n' *O Cortiço*, o mestiço é capitoso, sensual, irrequieto, fermento de dissolução que justifica todas as transgressões e constitui em face do europeu um perigo de tentação. Por isso, não espanta que João Romão encarasse

e manipulasse essa massa inquietadora com o desprezo utilitarista dos homens superiores de outra cepa. Por que então apresentá-lo de maneira tão acerba? Por que mostrar nele um explorador abjeto, se a sua matéria-prima era uma caterva desprezível? Esta contradição do livro é a própria contradição do Naturalismo; é a manifestação em Aluísio da ambivalência de sua geração.” (Candido, 1991: 121).

Tendo visto as contradições da episteme naturalista e seu convívio tenso com o liberalismo, o que condicionava a recepção deste na sociedade brasileira, enfraquecendo seu teor igualitário e revelando a originalidade da “cópia” promovida pelos intelectuais brasileiros (Schwarcz, 1993: 19; 247), voltemos a Vianna. Se esta ambivalência entre naturalização da hierarquia social através de categoriais raciais e adoção do liberalismo como horizonte político, típica da episteme naturalista, pode ser facilmente encontrada em *PMB-I*, por outro lado, o modo como Vianna aborda o problema da ausência de ação coletiva nos espaços públicos da sociedade brasileira faz com que, pela primeira vez nos ensaios de interpretação nacional, as explicações sociológicas preponderem sobre as raciais, jurídicas e políticas. Diferentemente de seus contemporâneos, Vianna conseguiu pensar o fracasso do liberalismo da Primeira República a partir da “tese de que os fundamentos e a dinâmica das instituições políticas se encontrariam nas relações sociais” (Botelho, 2010: 59). Assim, deslocou o debate do âmbito jurídico-político para o sociológico, efetuando a importante constatação de que “as inovações institucionais não se realizariam em um vazio de relações sociais” (Idem, 2010: 60). Por suas novas elaborações metodológicas e o uso da teoria sociológica da escola de Le Play¹⁸

¹⁸ O sociólogo francês Frédéric Le Play (1806-1882) desenvolveu o método monográfico de análise social, que propunha à observação empírica através de estudos de caso. Seus estudos buscavam na compreensão científica da sociedade um meio de descobrir o melhor modo de intervenção estatal no fomento das reformas sociais, por isso ficou conhecido como “solidarista”. Após a morte de Le Play dois grupos distintos seguiram seu trabalho, um vinculado ao periódico *La Réforme Sociale*, dá ênfase à elaboração de instrumentos destinados à intervenção racional e reguladora da sociedade. O outro grupo, comandado por Henri de Tourville (1842-1903) e Edmond Demolins (1852-1907), ex-editores afastados da *La Réforme Sociale*, funda o periódico *La Science Sociale*, que destaca o caráter científico do método monográfico na obra de Le Play (Rodrigues Botelho, 2002). No Brasil, Sílvio Romero foi um dos primeiros a usar e adaptar o método de Le Play. Tendo sido professor de Oliveira Vianna na Faculdade

– este ensaísta, que após as publicações de *PMB-I* no início dos anos 1920, passou a ser usualmente classificado como um sociólogo pela imprensa brasileira (Englander & Bittencourt, 2009) – pode ser pensado como um sistematizador das ciências sociais no Brasil (Bastos, 1993). Todavia, como analisaremos mais detidamente no decurso da dissertação, os ganhos heurísticos promovidos por Vianna não significam uma ruptura radical com o paradigma naturalista, pois *PMB-I* é um livro que reúne diferentes epistemologias. Neste ensaio a sociologia divide os argumentos com a teoria racial, em especial a de Lapouge e com o uso de critérios ambientais para a compreensão da sociedade. Este método ainda era utilizado pela própria escola de Le Play, pois no contexto histórico de formulação teórica desta escola sociológica, a França da segunda metade do século XIX, o nível de especialização e racionalização dos saberes ainda não era acentuado, o que permitia a mistura epistemológica entre as explicações sociais e ambientais.

O que faz de Vianna um sistematizador das ciências sociais no Brasil em seu livro de estréia é a ênfase conferida pelo autor à explicação sociológica, pois como vimos, a categoria totalizante “função simplificadora do grande domínio rural” prepondera na economia dos argumentos do livro (Botelho, 2007: 51-52; Brasil Jr., 2007; Brasil Jr. & Botelho, 2010). Devido à simplificação provocada na estrutura social, tudo o que ocorre na sociedade brasileira passa a girar em torno do latifúndio. Inclusive a miscigenação racial – que para Vianna causava a degeneração biológica e moral da plebe rural, determinando a sua condição subalterna na hierarquia social¹⁹ –, ocorre no âmbito do grande domínio. Isto pode ser

Livre de Direito, na primeira década do século XX, lecionando a disciplina “História do Direito Nacional”, Romero introduziu seu aluno na metodologia sociológica monográfica da escola de Le Play (Rodríguez, 2003; Venancio, 2003). É importante que destacar que Romero foi o principal nome da episteme naturalista no Brasil, o que revela uma provável afinidade da sociologia de Le Play com este tipo de pensamento. O caráter engajado do método de Le Play servia aos fins reformistas almejados por Vianna, bem como a proposta empírica de estudos de caso contribuiu para que o sociólogo fluminense pensasse o Brasil a partir de três regiões distintas: o norte, o centro-sul e o extremo sul (Vianna, 1987:15).

¹⁹ Em *PMB-I* Vianna dá continuidade ao argumento naturalista segundo o qual a miscigenação provocaria a degradação biológica e social dos mestiços, que, por isso, naturalmente ocupariam as posições subalternas na hierarquia social. É o que podemos confirmar no capítulo VI, *Etnologia das Classes Rurais*

conferido na parte VII do capítulo IV de *PMB-I, Pequena História do Domínio Rural (I, II, III séculos)*, subtitulada “O latifúndio fazendeiro; sua função antropológica”:

Novo tipo étnico, feito para complicar ainda mais a heterogênea sociedade vicentista, a aparição dessa mestiçaria pululante é uma consequência direta do domínio rural. Ele é o centro de convergência das três raças formadoras do nosso povo. Os contingentes humanos, vindos da Europa, da África e dos platos americanos, aí se aproximam. O latifúndio os concentra e os dispõe na ordem mais favorável à sua mistura. Pondo em contato imediato e local as três raças, ele se faz um esplêndido núcleo de elaboração do mestiço. (Vianna, 1987: 68).

Podemos afirmar, portanto, que em *PMB-I* a episteme naturalista continua presente, explicando a incapacidade de organização popular através de atributos morais e psicológicos derivados da raça, mas é submissa para efeitos explicativos à categoria sociológica do latifúndio e de sua função simplificadora sobre a estrutura social, causa primeira da precariedade da ação coletiva no Brasil para além dos limites privados dos clãs. A mesma prioridade da explicação sociológica ocorre em relação ao pensamento jurídico. Vianna compartilha com outros autores a ele anteriores, como Sílvio Romero e Alberto Torres, a preocupação com a trágica dissociação entre “o arcabouço jurídico formulado para a nação pelas elites e o modo de ser e pensar do povo” (Bastos, 1993: 406). Contudo, a crítica ao idealismo das elites feita por Vianna não é limitada ao âmbito jurídico e nem o leva a tratar a nação como uma unidade institucional abstrata, antes, direciona-o ao método sociológico na tentativa de conhecer o direito costumeiro dos Brasis reais: as regiões norte, centro-sul e

(II e III séculos), em sua VI parte, subtitulada “Antropossociologia dos mestiços. Tipos inferiores”. Nela Vianna aborda as causas do lugar social ocupado pela plebe rural: “Sorte de mediador plástico colocado entre a massa escrava e a nobreza territorial, torna-se a plebe rural, destarte, pela força desses processos seletivos, o lugar social dos elementos inferiores da nacionalidade, daqueles em que predominam na cor, no caráter, na inteligência, os sangues abastardos. É a classe específica dos “mulatos”, dos “pardos”, dos “fulos”, dos “mamelucos”, dos “cafusos”, reconhecíveis na infinita gradação dos seus matizes, do escuro tirante a negro, do moreno tirante ao claro, passando por todas essas nuanças, em que se esbatem e diluem o azeviche do etíope, o bronze do americano e o alabastro do ária. – “O agregados são, na sua maior parte, mulatos e negros, que formam, mais ou menos, um quarto da população” – diz Eschwege”. (Vianna, 1987: 106).

extremo sul, com seus respectivos tipos sociais, o sertanejo, o matuto e o gaúcho. Buscando compreender porque as idéias liberais possuíam um caráter amorfo na sociedade brasileira, desenvolve um novo estilo realista no país, o sociológico, que sob a forma do ensaio superaria o realismo literário como forma simbólica privilegiada de entendimento da sociedade nacional. O estilo iniciado em *PMB-I* ainda se caracterizava pela multiplicidade de saberes e abordagens em uso: “com o diagnóstico da sociedade analisada em suas múltiplas facetas: as diversas regiões, as diferentes raças, os vários tipos de moral social, a alternância rural/urbano, o moderno e o tradicional” (Idem, 1993: 407).

Podemos sintetizar a autonomização da explicação sociológica e a sistematização das ciências sociais efetuadas em *PMB-I* através do seguinte esquema causal, no qual 1 refere-se a autonomização da explicação sociológica e 2 alude a subordinação da explicação racial aos argumentos sociológicos que preponderam no ensaio²⁰:

1- O latifúndio provoca → A simplificação da estrutura social, que impede → a ação coletiva para além do âmbito privado dos clãs, o que torna amorfo → o uso das idéias políticas liberais no contexto social brasileiro.

2- O latúndio provoca → A simplificação da estrutura social, que limita → a miscigenação racial ao interior do grande domínio, que prejudica → os atributos morais da plebe rural mestiça, o que impede → a ação coletiva para além do âmbito privado dos clãs, o que torna amorfo → o uso das idéias políticas liberais no contexto social brasileiro.

Por isso, de acordo com a linguagem foucaultiana que aqui adotamos, podemos afirmar que no texto de *PMB-I* estão presentes as tensões constitutivas da passagem da

²⁰ Élide Rugai Bastos pensou sobre essa questão em sua crítica ao modo parcial que Gilberto Freyre trata o tema da questão racial na obra de Vianna: “Inegavelmente Oliveira Vianna é racista, supondo a “civilização” a partir da aceitação da superioridade branca – a ideologia do branqueamento. No entanto, pode-se perceber que a visão gilbertiana sobre sua obra é parcializada, não percebendo que as teses sobre a questão racial não podem ser dissociadas daquelas sobre o Estado, e das relações deste com a sociedade”. (Bastos, 1993: 415).

episteme clássica, representativa e classificatória, para a episteme moderna, mais dinâmica e analítica. Esse ensaio pode ser pensado como um dos eventos inaugurais das ciências humanas no Brasil, quando a sociedade passa a ser entendida por sua dinâmica interna, não mais fazendo referência a uma ordem natural soberana, representação externa que determinava sua ordenação²¹. Se a questão sociológica da ação coletiva (ou da falta de ação coletiva) é a preocupação central em *PMB-I* – d`onde deriva contribuição à sistematização das ciências sociais de Vianna neste livro –, tal tema não é igualmente relevante para outros autores que também participaram do processo de sistematização sociológica continuado nos anos 1930, mas focaram-se em análises sobre outros assuntos. Assim fez Gilberto Freyre, em sua interpretação culturalista da formação social do Brasil, na qual valorizou de modo pioneiro o equilíbrio de antagonismos da miscigenação entre as três raças e culturas formadoras da nação: índios, portugueses e negros (Bastos, 2006; Benzaquen, 1994) . Talvez pelo problema da ação coletiva ter um peso pequeno nos argumentos de *Casa Grande & Senzala*, ou pela posição política conservadora de Freyre – que ao mesmo tempo em que valorizava o equilíbrio de antagonismos entre as três culturas, desvalorizava os conflitos sociais abertos provocados por interesses divergentes entre as raças e as classes que compunham a nação –, este autor tenha cometido um grande deslize metodológico ao abordar as revoltas liberais, populares e escravas do Império e da República. Visando desqualificá-las Freyre recupera as idéias do principal autor do paradigma naturalista no Brasil, Sílvio Romero²². Dessa forma, em vez de essas ações

²¹ Neste ponto mais uma vez o Foucault de *A Palavra e as Coisas* pode nos ajudar a compreender esta transformação epistemológica. Podemos pensar sua passagem sobre a mudança da episteme clássica para a episteme moderna em analogia à transformação da explicação naturalista, ambiental e jurídica para a compreensão sociológica da nação: “A representação que se faz das coisas não tem mais que desdobrar, num espaço soberano, o quadro de sua ordenação; ela é, ao lado desse indivíduo empírico que é o homem, o fenômeno – menos ainda talvez, a aparência – de uma ordem que pertence agora às coisas mesmas e à sua lei interior. Na representação, os seres não manifestam mais sua identidade, mas a relação exterior que estabelecem com o ser humano. Este, com seu ser próprio, com seu poder de fornecer representações, surge num vão disposto pelos seres vivos, pelos objetos de troca e pelas palavras quando, abandonando a representação que fora então seu lugar natural, retiram-se na profundidade das coisas e se enrolam sobre si mesmos segundo as leis da vida, da produção e da linguagem”. (Foucault, 2002: 431).

²² A referência citada por Gilberto Freyre em *Casa Grande & Senzala* é “SÍLVIO ROMERO, *Provocações e Debates*”. (Freyre, 2001: 245).

coletivas serem narradas como a expressão de disputas políticas, revolta contra condições de exploração e luta por uma concepção mais ampla de cidadania, eram abordadas sob uma perspectiva evolucionista e tratadas como a explosão catártica de instintos primitivos, de fundo étnico, que reprimidos pelo processo civilizador, ansiavam por regressar à sua cultura originária:

Sílvio Romero chegou a criticar-nos pela ingenuidade com que “damos o pomposo nome de revoluções liberais” a “assanhamentos desordeiros”. O caráter antes de choque de culturas desiguais, ou antagônicas, do que cívico ou político, desses movimentos, parece não ter escapado a este arguto observador: “os elementos selvagens ou bárbaros que repousam no fundo étnico de nossa nacionalidade, vieram livremente à tona, alçaram o colo e prolongaram a anarquia, a desordem espontânea”, escreve ele, referindo-se às balaiadas, sabinadas, cabanadas, que têm agitado o Brasil. Poderia talvez estender-se a caracterização aos mata-mata-marinheiros, quebra-quilos, farrapos; quem sabe mesmo atualizá-la, aplicando-a a movimentos mais recentes, embora animados de um fervor ideológico mais intenso do que aqueles?” (Freyre, 2001: 209-210).

Freyre estende esta análise às revoltas de “profundo sentido social”, com condicionantes de raça, classe e culturas oprimidas, das quais menciona a “insurreição dos negros em Minas”, “o movimento de negros na Bahia em 1835” e “Canudos” (Ibidem: 210). Desenvolvendo o argumento naturalista de Sílvio Romero, Freyre discorre sobre o aspecto selvagem dessas revoltas, caracterizadas por serem “explosões de ódio”: (Ibidem: 210):

Os relapsos em furor selvagem observamo-los em movimentos de fins aparentemente políticos ou cívicos, mas na verdade pretexto de regressão à cultura primitiva, recalçada, porém não destruída (Ibidem: 210).

O apelo que Freyre faz à atualização desta abordagem evolucionista sobre as ações coletivas no Brasil contribui para revelar o modo como este autor pensava a sociedade brasileira: uma organização social pré-moderna, pouco diferenciada, na qual inexistia a consciência ou o sentimento – mesmo que mal desenvolvidos – de interesses econômicos e direitos políticos conflitantes. O único conflito possível era o intercultural, que não ameaçava a ordem, pois índios, negros e portugueses se equilibravam em seus antagonismos. Sob esta perspectiva era amenizada a revolta contra o *status quo*. As insurreições e organizações populares e escravas eram abordadas como um momento catártico no qual ocorria a liberação de instintos bárbaros recalçados (pelo contato com a cultura superior, pois mais “evoluída”, do português?), em busca do retorno à sua cultura primitiva. Após o climax das pulsões bárbaras liberadas o equilíbrio de antagonismos culturais se restituiu.

Neste ponto podemos verificar uma semelhança com a análise de Vianna em *PMB-I*. Em *Casa-Grande & Senzala*, como decorrência do elogio à capacidade do patriarcalismo organizar a sociedade (também presente na primeira parte de *PMB-I*) – em contraponto à ineficiência da Igreja e do estado –, a ação coletiva era limitada ao interior do latifúndio (Bastos, 1993). Tudo o que fugia da alçada da família patriarcal era considerado desorganizado, instável e bárbaro. Como pensou Bastos, em uma outra vertente do realismo sociológico, a culturalista, Freyre buscava no estudo do cotidiano da esfera privada da Casa-Grande chegar ao conhecimento do Brasil real, das tradições e costumes do dia-a-dia. Nação que era ocultada pelas idealizações da sociedade pensada por seus intelectuais a partir de fundamentos teóricos eurocêntricos, que relacionados aos imperativos públicos da política, eram alheios às práticas privadas do contexto social nacional. Valendo-se deste método, também foi um sistematizador das ciências sociais no Brasil:

A casa torna-se o locus privilegiado da análise porque é o último reduto dos modos tradicionais de vida, banidos do nível institucional e público.

Gilberto Freyre quer demonstrar a incongruência do processo: os elementos sociais aparentemente prisioneiros da esfera privada constituem-se naquilo que a sociedade é; aqueles definidos como públicos e universais são aquilo que os intelectuais pensam que a sociedade seja. Em outros termos, quer mostrar o descompasso entre a sociedade real e a sociedade pensada. Para tornar a análise possível, busca recuperar o cotidiano dos indivíduos na história. Consolidando a orientação culturalista – como a única forma possível da apreensão do movimento da sociedade (Bastos, 1993: 420).

Passemos a Sérgio Buarque de Holanda, que em seu ensaio *Raízes do Brasil* também nos fornece uma interpretação culturalista para o problema da falta de ação coletiva na sociedade brasileira (Brasil Jr. & Botelho, 2010). Sua narrativa, como a de Freyre, é desprovida da perspectiva utilitária dos interesses econômicos e dos direitos políticos. Nela a “cultura da personalidade”, dominante na colônia e no império, impedia que o processo de “racionalização da vida”, típico da modernidade, ocorresse no Brasil (Buarque, 1995: 32; 38). Ao contrário das sociedades protestantes, onde o aceticismo religioso possuía afinidades eletivas com a ética do trabalho – fomentando padrões de conduta baseados na racionalização do cotidiano, o que possibilitava a acumulação de capital –, no Brasil o que predominava como ideal ético era “uma vida de grande senhor, exclusiva de qualquer esforço, qualquer preocupação”, na qual “o ócio importa mais que o negócio e de que a atividade produtora é, em si, menos valiosa que a contemplação e o amor”. (Ibidem: 38). Esta “autarquia do indivíduo”, que o fechava em si mesmo, na busca pela conservação da totalidade moral de seu ser, de sua honra pessoal, impedia-o de exercer uma “ação sobre as coisas” (Ibidem: 38). Isto implicaria na “submissão a um objeto exterior” e na “aceitação de uma lei estranha ao indivíduo”, típica da ética protestante, na qual há a renúncia pessoal ao devir mundano em troca da glória e da dignidade alcançadas pela satisfação de exigências divinas (Ibidem: 38-39).

No Brasil, contudo, não existiam as condições culturais para que ocorresse o trunfo do espírito sobre a vida (Waizbort & Goldferder, 2009: 34-35). A noção de homem cordial²³, uma construção de tipo própria da metodologia da sociologia alemã (Waizbort & Goldferder, 2009), nos ajuda a entender esta dificuldade do povo brasileiro para as relações abstratas e impessoais, que são os fundamentos das formas modernas de ação coletiva. De acordo com a “metodologia dos contrários” presente em *Raízes do Brasil* (Candido, 1996), “cordialidade” é oposta à “civildade”, “não possibilitando, como pressuporia o segundo termo, a contenção das “leis do coração” nem formas de ritualismo social, nem em mandamentos e sentenças abstratas” (Brasil Jr. & Botelho, 2010: 248). Assim, a incapacidade associativa do povo brasileiro continuava a ser explicada pelo seu caráter impulsivo e desregrado, no qual a polidez é apenas um “disfarce” que permite a cada pessoa “preservar inatas suas sensibilidades e suas emoções”, pois a espontaneidade do homem cordial “é a forma natural e viva que se converteu em fórmula” (Buarque, 1996: 147).

Assim, de certo modo, pode-se perceber em *Raízes do Brasil* resquícios do modo de explicação típico da episteme naturalista para a incapacidade de organização coletiva do povo brasileiro. A dificuldade de associação para além do domínio privado continuava sendo explicada por seus aspectos primários, impulsivos e naturais. Muito embora nesse caso “natural” já não faça menção à natureza e sim à espontaneidade própria de uma sociabilidade que resiste, com “máscaras” e “disfarces,” às padronizações impessoais da vida coletiva (Brasil Jr. & Botelho, 2010: 248; Waizbort & Goldferder, 2009). Deste modo, assim como em Freyre

²³ A noção de *homem cordial* também é explicativa da ação coletiva no Brasil, restrita a esfera privada da família e das relações pessoais. “Cordis” em latim significa coração. O homem cordial é aquele que é movido pelas emoções afetivas que passam pelo seu coração – sendo este entendido como um órgão simbólico agregador dos sentimentos. Tal modo de ser teria relação direta com o privatismo constitutivo da história patriarcal e rural do Brasil: “A lhanza no trato, a hospitalidade, a generosidade, virtudes tão gabadas por estrangeiros que nos visitam, representam, com efeito, um traço definido do caráter brasileiro, na medida, ao menos, em que permanece ativa e fecunda a influência ancestral dos padrões de convívio humano, informados no meio rural e patriarcal. Seria engano supor que essas virtudes possam significar “boas maneiras”, civildade. São antes de tudo expressões legítimas de um fundo emotivo extremamente rico e transbordante” (Holanda, 1995: 147).

e Vianna, são destacados os aspectos pré-modernos da sociedade brasileira, na qual a organização do associativismo ficava restrita ao ambiente privado e doméstico dos sentimentos e das relações pessoais, em detrimento da impessoalidade dos espaços públicos do trabalho, do estado moderno e da nação.

A bem dizer, essa solidariedade, entre eles, existe somente onde há vinculação de sentimentos mais do que relações de interesse – no recinto doméstico ou entre amigos. Círculos forçosamente restritos, particularistas e antes inimigos que favorecedores das associações estabelecidas sobre o plano mais vasto, gremial ou nacional. (Holanda, 1995: 39)

Tal organização societária – na qual os princípios orientadores da conduta fundados em solidariedades privadas predominavam sobre os baseados na esfera dos interesses de mercado –, tinha grandes consequências para a organização da autoridade estatal (Bendix, 1996), pois a falta de racionalização da vida nas nações ibéricas era compensada pelo “princípio unificador”, “sempre representado pelos governos”. (Buarque, 1995: 38). A exaltação extremada da personalidade, em uma sociedade onde todos buscavam agir como fidalgos, impedia o associativismo em organizações estáveis, pois o indivíduo autárquico “não tolera compromissos” com o “outro” (Ibidem: 39). Este império do “eu” causava a “frouxidão da estrutura social”, compensada com o reforço, mesmo que raro e difícil, da obediência às autoridades centrais do estado e da religião católica (Ibidem: 33). A submissão ao autoritarismo aparecia como o outro lado da mesma moeda da desordem social provocada pela vontade individual de mandar. Assim, usando um conceito da sociologia contemporânea, podemos afirmar que em Holanda o *problema da ordem* na sociedade brasileira da colônia e do Império²⁴ era resolvido a partir da organização estatal da ação coletiva nos espaços públicos, tal como em Vianna:

²⁴ Para Holanda a abolição da escravidão marca o fim do domínio agrário no Brasil e o surgimento de um novo sistema social, que teria seu centro de gravidade nos espaços urbanos. A partir deste momento

A vontade de mandar e a disposição para cumprir ordens são-lhes igualmente peculiares. As ditaduras e o Santo Ofício parecem constituir formas tão típicas de seu caráter como a inclinação à anarquia e à desordem. Não existe, a seu ver, outra sorte de disciplina perfeitamente concebível, além da que se funde na excessiva centralização do poder e na obediência (Ibidem: 39).

Para o escopo desta pesquisa é importante destacar que em *Raízes do Brasil* Holanda efetuou uma importante mudança epistemológica, que contribuiu para a elaboração do grau de autonomização da explicação sociológica da nação brasileira. Valendo-se da sociologia alemã (Waizbort & Goldferder, 2009; Cohn, 2002) este autor abordou a questão da dificuldade das associações no Brasil para além das esferas privadas dos círculos familiares e pessoais de relações sem fazer uso dos argumentos da episteme naturalista. Esta, como vimos, reificava através de suas categorias classificatórias a já rígida hierarquia social do país – com resquícios estamentais ainda na década de 1930. Todavia, se há uma elevação no nível da compreensão sociológica, o diagnóstico continuava sendo semelhante ao fornecido pelo paradigma naturalista: na sociedade brasileira, pré-moderna, não havia organização social para além da família e da grande propriedade rural. Tudo o que existia fora dessas era anárquico e determinado antes por instáveis impulsos primários do que por um ordenamento moral exterior.

Agora passemos a outro autor da geração de 1930, Prado Jr. Este, em *EPB* – lançado três anos antes da publicação de *Raízes do Brasil* –, já havia oferecido uma análise mais abrangente para o problema da ação coletiva quando situada além das esferas locais e privadas da grande exploração rural. Isto porque, como observou Bastos, o autor promoveu o questionamento dos “recursos disponíveis para a análise social” no Brasil, valendo-se de uma nova metodologia, a do materialismo histórico. Esta possibilitou o seu “rompimento com a

surgem gradualmente novas possibilidades de ação coletiva de caráter público, que vão além das solidariedades privadas ou estatais. Ocorre uma lenta aniquilação das raízes ibéricas de nossa cultura, surgindo um novo paradigma, o americanista, melhor alinhado aos ideais impessoais, abstratos e coletivos, da modernidade (Brasil Jr. & Botelho, 2010).

explicação culturalista, inaugurando no Brasil uma nova vertente para a explicação social” (Bastos, 1989: 335 e 337). Devido a sua preocupação em desenvolver o marxismo como um método analítico²⁵ para pensar uma sociedade ainda eminentemente agrária da periferia do capitalismo, Prado Jr. pode ser pensado como um *marxista clássico tardio*. Isto em decorrência de seu principal tema de estudo ser o capitalismo agrário²⁶ brasileiro – assunto já perscrutado por Rêgo em *Sentimento do Brasil* (Rêgo, 2000). No que tange ao seu deslocamento a uma posição relativamente marginal no interior do PCB²⁷ (Brandão, 1997: 219; Iumatti, 1998), Prado Jr. se assemelha mais com os marxistas ocidentais, que limitam sua militância ao meio intelectual (Anderson, 2004).

Sua original elaboração do materialismo histórico o possibilitou pensar a sociedade da colônia e do império a partir da dinâmica dos conflitos da luta de classes, causados pelo embate dos divergentes interesses econômicos e políticos dos grupos e classes sociais que compunham a sociedade. Mesmo ainda não contextando a “precariedade” da estrutura social brasileira, o autor conseguiu romper alguns substanciais limites que a caracterização pré-moderna impunha à análise histórica e sociológica. Deste modo, antes de negar a existência de

²⁵ Essa preocupação ganhará destaque em um anexo desta dissertação, uma carta de 1935, na qual Prado Jr. responde a um leitor o que é ser um escritor comunista. Nessa carta fica evidente a preocupação do autor em desenvolver uma teoria útil aos objetivos políticos comunistas de mudança social.

²⁶ Enquanto os marxistas ocidentais, como Lukács, Benjamin, Adorno, Gramsci e Sartre tinham como preocupação central usar o método marxista para pensar questões culturais e estéticas, o marxismo clássico se focava na análise econômica e política da sociedade. Os marxistas clássicos articulavam produção intelectual e prática política, enquanto os “ocidentais” se afastaram da prática, restringindo-se a produção teórica. Sobre o tema do capitalismo agrário no marxismo, Kautsky, da segunda geração de marxistas e Lenin, da terceira geração, publicaram no mesmo ano as duas principais obras, respectivamente *A questão agrária* e *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*, ambas de 1899. Esta última foi a primeira pesquisa a usar o método marxista para pensar uma formação social concreta, possuindo algumas semelhanças com *EPB* e *FBC*. Nestes dois ensaios, especialmente no segundo, Prado Jr. também buscou compreender as medições dialéticas entre conceitos marxistas e formação social concreta, “combinando uma série de modos de produção em uma totalidade histórica articulada” (Anderson, 2004).

²⁷ Prado Jr. chegou a ser o vice-presidente da Aliança Nacional Libertadora em São Paulo, mas com o fim desta organização, em 1935, nunca mais teve uma posição de poder importante no interior do PCB. Ainda chegou a ser deputado constituinte de São Paulo, em 1945, mas com o PCB posto na ilegalidade em maio de 1947, teve seu mandato caçado. Sua atuação política restringiu-se ao meio intelectual, através das publicações de seus livros e artigos e do trabalho de editor na revista e na editora Brasiliense, das quais era proprietário (Iumatti, 1998).

ações coletivas para além das esferas privadas dos clãs rurais, pode estudá-las em seus eventos históricos concretos, buscando entender os motivos específicos de sua ineficácia política.

Podemos afirmar que Prado Jr. rompeu²⁸ com o paradigma naturalista em um duplo aspecto, epistemológico e sociológico. Vamos nos ater primeiro à questão epistemológica. Os argumentos raciais e biológicos que aparecem em *EPB* e *FBC* tem um peso pequeno na economia dos argumentos dos livros. Podem ser pensados como um ranço racista, fruto de uma ruptura incompleta com a episteme naturalista. Tal limitação, contextual e subjetiva, o levou a reproduzir alguns lugares comuns rotinizados no pensamento social e político brasileiro de sua época²⁹. Sob essa perspectiva, o comentado “racismo” de Prado Jr. pode ser abordado como um caso concreto dos limites do voluntarismo humanista, no qual são reveladas as grandes dificuldades de se romper radicalmente com um modo de ser e pensar. Um autor que mesmo conscientemente preocupado em denunciar as relações sociais racistas, não consegue, ele mesmo, livrar-se por completo das pré-noções da episteme classificatória/naturalista em que foi socializado. Assim, mesmo que na maior parte das vezes em que aborda a questão racial Prado Jr. assumia uma postura crítica ao racismo vigente na sociedade brasileira, em alguns momentos o autor chega a reproduzir os preconceitos que criticava.

²⁸ Enfatizemos que as rupturas entre as epistemes nunca ocorrem de modo pleno, disjuntivo. Sempre existem tensões constitutivas à passagem de uma episteme à outra. Tensões que não são restritas ao pensamento, mas fazem parte da dinâmica do próprio contexto histórico.

²⁹ Argumento desenvolvido por Maria Luiza Tucci Carneiro (Carneiro, 1989), segundo a qual no conjunto da obra de Prado Jr. não há preconceitos contra índios e negros, preponderando a denúncia do racismo existente na sociedade brasileira e a defesa da miscigenação como uma solução para “o complexo problema da inter-assimilação das três etnias que concorreram para a formação brasileira” (Idem, 1989: 351). Questão que apareceria na crítica que o autor promoveu à segregação indígena nas aldeias e à “escravidão americana”, que surge como decorrência do sentido da colonização, representando uma involução moral, que a longo prazo teria sido a causa do “naufrágio da civilização ibérica” (Prado Jr., 2007b: 269- 271). É importante destacar que a escravidão moderna no continente americano traz consequências para toda a estrutura social da colônia. Prado Jr. aborda essa questão como uma decorrência da expansão do capitalismo comercial europeu, que tendo o acúmulo de capital como fim, aceitou a contrapartida de um decréscimo civilizador nas colônias: “Surge assim um corpo estranho que se insinua na estrutura da civilização ocidental, em que já não cabia. E vem contrariar-lhe todos os padrões morais e materiais estabelecidos. Traz uma revolução, mas nada a prepara. Como se explica então? Nada mais particular, mesquinho, unilateral. Em vez de brotar, como a escravidão do mundo antigo, de todo o conjunto da vida social, material e moral, ela nada mais será que um recurso de oportunidade de que lançarão mão os países da Europa a fim de explorar comercialmente os vastos territórios e riquezas do Novo Mundo”. (Ibidem: 270).

O que ganha destaque e é inovador nas referidas obras de Prado Jr. é a denúncia da dominação de classe e dos preconceitos de cor exercido pelos senhores “brancos” aos índios, negros e mestiços, marcando um momento de ruptura ideológica na abordagem sobre a questão racial no Brasil (Carneiro, 1989). Como já destacou Florestan Fernandes (1991), tal ruptura com os preconceitos presentes no meio intelectual de sua época pode ter sido possibilitada pela rebeldia moral do autor, que o levou à rejeição radical dos valores de sua classe originária, a elite fazendeira e industrial paulista. Podemos perceber as inovações críticas de Prado Jr. no debate sobre racismo que o autor promove em *FBC*, tendo o Freyre de *Casa-Grande & Senzala* como interlocutor, onde contrapõe-se à idéia de democracia racial, defendendo a tese da existência de “um forte preconceito discriminador de raças” que reforça as diferenças de classes através da marca social da cor da pele (Prado Jr., 2007b: 274). É interessante destacar em nossa pesquisa que Prado Jr. aborda a questão racial sob uma perspectiva pioneira de *crítica sociológica*, com consequências relevantes para o problema da ação coletiva e da formação da nação. Denunciou de modo pioneiro que a forte desigualdade entre as classes sociais e o preconceito racial prejudicavam a integração moral dos setores sociais que compunham a colônia, impedindo a formação de sentimentos coletivos de pertencimento à comunidade nacional, que gradualmente se formava:

Existiu sempre um forte preconceito discriminador de raças, que se era tolerante e muitas vezes se deixava iludir, fechando os olhos a sinais embora bem sensíveis da origem racial dos indivíduos mestiços, nem por isso deixou de se manter, e de forma bem marcada, criando obstáculos muito sérios à integração da sociedade colonial, num conjunto se não racial, o que seria mais demorado, pelo menos moralmente homogêneo. (...) E isto porque empresta uma marca iniludível a esta diferença social. Rotula o indivíduo, e contribui assim para elevar e reforçar as barreiras que separam as classes. A aproximação e fusão se tornam mais difíceis, acentua-se o predomínio de uma sobre a outra. (Ibidem: 274)

Prado Jr. não negou o intercuro sexual entre as três etnias que formavam a colônia, pelo contrário, afirmou que a miscigenação provocou uma “circulação intra-social” apreciável, o que possibilitava a ascensão social de caboclos e mulatos (Ibidem: 274). O autor destacou a importância da mobilidade social dos “indivíduos de origem negra”, pois o preconceito que estes sofriam era “excessivamente rigoroso”, o que não acontecia com a mesma gravidade entre pessoas de origem indígena (Ibidem: 274). Neste ponto não é mais Freyre e sim Vianna o interlocutor implícito, Prado Jr. recupera criticamente as teses de *PMB-I* sobre os “mestiços inferiores” e os “mestiços eugênicos ou superiores”³⁰ (Vianna, 1987: 101), para denunciar que mesmo quando ascendiam à uma posição social mais elevada, os mestiços não estavam livres do preconceito, sendo sua elevação hierárquica explicada pelo sofisma do “branqueamento”. Devido a mobilidade ser entendida pela elite que se julgava “branca” como um processo de arianização do indivíduo, apenas mestiços de tez mais clara – os chamados *brancarrões* – tinham condições de possibilidade de elevar sua posição social. Com a marca do estigma racial exposta em suas peles, negros e mulatos escuros estavam condenados aos lugares mais subalternos da hierarquia social, nos quais se confundiam as categorias de “raça” e “classe” :

Mas, aceitando aquela elevação, não se eliminava o preconceito. Contornava-se com um sofisma que já lembrei acima, um “branqueamento” aceito e reconhecido. Aceitava-se uma situação criada pela excepcional capacidade de elevação de um mestiço particularmente bem dotado; mas o preconceito era

³⁰ Para Vianna a ascensão social dos mulatos era explicada pelo predomínio das características morais e das cores da raça ariana entre eles. Os mestiços que tinham o predomínio do sangue negro estavam condenados a ocuparem as posições mais baixas da hierarquia social. Na passagem a seguir fica clara a ligação direta que Vianna faz entre a cor da pele e as características morais dos indivíduos, bem como a conexão entre a hierarquia racial inventada – que se pretendia científica – e naturalização da hierarquia social. Elementos que como vimos em Schwarz (1993), são típicos do paradigma naturalista: “Em regra, o que chamamos de mulato é o mulato inferior. Há, porém, mulatos superiores, arianos pelo caráter e pela inteligência ou, pelo menos, suscetíveis da arianização, capazes de colaborar com os brancos na organização e civilização do país. São aqueles que, em virtude de caldeamentos felizes, mais se aproximam, pela moralidade e pela cor, do tipo da raça branca. Caprichos de fisiologia, retornos atávicos, em cooperação com certas leis antropológicas, agindo de um modo favorável, geram esses mestiços de escol. Produtos diretos do cruzamento de branco com negro, herdando, às vezes, todos os caracteres psíquicos e, mesmo, somáticos da raça nobre. Do matriz dos cabelos à coloração da pele, da moralidade dos sentimentos ao vigor da inteligência, são de uma aparência perfeitamente ariana”. (Vianna, 1987: 101).

respeitado. Aliás esta elevação social de indivíduos de origem negra só se admitia nos de tez mais clara, os brancarrões, em que o sofisma do branqueamento não fosse por demais grosseiro. O negro ou o mulato escuro, este não podia abrigar quaisquer esperanças, por melhores que fossem suas aptidões: inscrevia-se nele, indelevelmente, o estigma de uma raça que à força de se manter nos ínfimos degraus da escala social, acabou confundindo-se com eles. (Prado Jr., 2007b: 274).

Outro ponto de ruptura de Prado Jr. em relação ao paradigma naturalista de entendimento da sociedade brasileira estava no próprio diagnóstico promovido pelo autor, que não se restringia aos lugares-comuns das teorias antropológica evolucionista e sociológica sobre as sociedades pré-modernas. Ao contrário de Sérgio Buarque de Holanda, que com o uso da metodologia da sociologia alemã superou os limites epistemológicos da explicação naturalista, mas manteve o diagnóstico da ausência de organização social para além da esfera privada das relações pessoais, familiares e do latifúndio, Prado Jr. deu um passo adiante no processo de sistematização das ciências sociais, mudando o grau explicativo não apenas no nível epistemológico, mas também no nível sociológico. O próprio autor, em suas palavras de prefácio à 1ª edição de *EPB*, parecia estar consciente de estar inaugurando um novo tipo de discurso, ao criticar a indiferença e o preconceito com que os historiadores vinham estudando as principais revoltas populares deflagradas no período imperial. Ao expor as pré-noções que norteavam os autores de sua época, Prado Jr. denunciava as bases elitistas da abordagem naturalista sobre a ação coletiva popular no Brasil, na qual o “outro” – no caso, as classes populares – era tratado como “bárbaro”. *Barbarizando o “outro”* este modo elitista de pensar não se abria a alteridade e criava um discurso histórico à imagem e semelhança de seus interesses de classe:

Apesar da premeditada intenção de evitar minúcias, alonguei-me um pouco mais sobre o histórico das revoluções da Menoridade (1831-40) e de princípios do

Segundo Reinado. Fi-lo porque, de todos os fatos da nossa história, nenhum há tão pouco compreendido – o que naturalmente nada tira à sua primordial importância. A Cabanada no Pará (1833-36), a Balaiada do Maranhão (1838-41) e a Revolta Praieira de 1848 em Pernambuco – que são *as principais revoluções populares da época – não passam, para a generalidade dos nossos historiadores, de fatos sem maior significação social, e que exprimem apenas a explosão de “bestiais” sentimentos e paixões das massas*. Isso principalmente com relação às duas primeiras. (Prado Jr., 2007: p. 9, grifo meu).

Como veremos, o desenvolvimento do materialismo histórico promovido por Prado Jr. o permitiu estudar as ações coletivas em suas limitações e contextos sociais específicos, captando as diferentes configurações das relações de poder relativas à luta de classes e às articulações entre sociedade e estado, particulares a cada momento histórico investigado. Em *EPB* o estado é analisado sob a perspectiva marxista, como um instrumento das elites no embate da luta de classes. Se as revoltas do pós-independência não obtem logro devido à imaturidade política das camadas populares, outro motivo do insucesso, igualmente importante, foi a dura repressão da autoridade pública (Martínez, 1998). Esta, se diferenciada do poder privado dos grandes proprietários no exercício da violência estatal, obedecia aos interesses dessa classe dominante no cenário político da época, respondendo com a força das armas às demandas políticas lançadas pelo povo pobre insurreto.

Mesmo após a derrota das rebeliões populares e a estabilização da “monarquia burguesa” no segundo reinado, o desenvolvimento da economia capitalista traz uma nova personagem para o cenário da luta classes – dessa vez restrita ao campo das elites –, a burguesia “progressista”, composta por financistas detentores de capital móvel (Prado Jr., 2007: 89; 95). Durante todo o governo de d. Pedro II essa nova classe endinheirada disputa o controle do poder com os grandes proprietários rurais. E se inicialmente eram mais fracos,

foram gradualmente alcançando logro político, o que foi efetivado com a abolição da escravidão e o fim do império. Em *FBC* as noções de público e privado não chegam a serem diluídas, mas podemos dizer que são ao menos relativizadas pela análise materialista, quando da constatação da articulação do estado (público) com os clãs patriarcais (privado) através das Ordenanças, que ao mesmo tempo em que concedia status de autoridade pública aos chefes de clãs, transformavam-os em aliados do poder central, que, por sua vez, desse modo conseguia garantir a governabilidade em todo o vasto território colonial. Esses ganhos heurísticos promovidos por Prado Jr. desde seu livro de estréia, através das rupturas com os paradigmas naturalista e culturalista de explicação social, já foram analisados por Bastos, em seu artigo *A Sociologia Nos Anos 30 – Uma revisão crítica da articulação: raça e cultura* (Bastos, 1989):

... Evolução Política do Brasil, abre espaço para o rompimento com a explicação culturalista, inaugurando no Brasil uma nova vertente para a explicação do social. Apontando para as fissuras dessa teoria, mostra que a sociedade brasileira não pode ser vista como um “bloco”. Mais ainda, questiona a proposta de existência de um *continuum* entre as velhas e as novas formas de organização do social. Entre o *velho* e o *novo* há um rompimento essencial, na medida em que em cada momento diferente da história se compõe e recompõe as forças sociais. A cada crise se explicitam em bases diferenciadas as contradições. Trata-se de elucidar os interesses que fundam o Estado em cada um desses períodos, apontando para o fato de que ele não pode ser visto apenas como uma ampliação do poder familiar. Em outros termos, mostra que há um salto substancial entre o privado e o público, forma pela qual desnuda o ponto cego das explicações sociológicas da época, marcadas fundamentalmente pelo conservadorismo. (Bastos, 1989: 337).

Destas inovações presentes em *EPB* e *FBC* podemos inferir a formação de um realismo sociológico de matriz marxista, que vislumbra a configuração de um novo rearranjo

dos princípios orientadores da conduta – solidariedade, autoridade e mercado (Bendix, 1996) – em relação aos demais ensaios de interpretação do Brasil de sua época. A solidariedade societária não era mais restrita ao âmbito privado dos latifúndios, existindo, mesmo que de modo precário, fora desses. E chega a ganhar expressão em ações coletivas populares que se voltavam politicamente contra as condições de exploração exercida pelo grande domínio rural. Em Prado Jr. os clãs não constituem um fato social total, como em Vianna e por isso os conflitos sociais não se restringem ao embate entre público (poder central) e (privado clãs). Os diferentes interesses econômicos entre senhores rurais, homens livres pobres e escravos não apenas aparecem como são expressos concretamente na história através dos conflitos entre classes. Contudo, este novo quadro descrito por Prado Jr. não chega a questionar, e antes reintera, a dominação social e política dos clãs patriarcais na colônia e no Império. Período nos quais os clãs constituíam o principal padrão de solidariedade a orientar as condutas societárias: a autoridade pública limitava-se a se colocar ao lado dos interesses econômicos e políticos da grande propriedade nos momentos de conflito e dependia dos clãs patriarcais para garantir a governabilidade. Portanto, se Prado Jr. inovou em seu diagnóstico da sociedade brasileira, promovendo uma descrição mais complexa do que a havia sido feita até então e encontrando mediações entre o privatismo representado pelo grande domínio rural e outros princípios orientadores da conduta, não chegou a oferecer um prognóstico mais otimista para os dilemas da formação da nação.

Por outro lado, podemos observar em Prado Jr. a inferência de uma mudança social situada no futuro, em um momento em que passariam a existir as condições de possibilidades estruturais e políticas para o desenvolvimento da ação coletiva situada além dos estreitos limites dos clãs patriarcais. Como analisaremos detidamente nos capítulos III e IV desta dissertação, em *EPB* essa *perspectiva* da mudança social situada no porvir histórico aparece como um o acúmulo de maturidade política pelas classes populares, que com o tempo

aprenderiam a melhor organizar suas ações coletivas; já em *FBC* a transformação surge no horizonte político como consequência de lentas e graduais mudanças na estrutura social fundada pela lógica do sentido da colonização: a grande exploração monocultora, exportadora de bens primários e escravocrata. Tal estrutura possuía uma dinâmica auto-destrutiva: a cada crise cíclica amentava o contingente de excluídos estruturais do setor inorgânico, que viviam à margem do latifúndio, sem um lugar definido e organizado na sociedade. Em um momento simbólico situado no porvir tal situação se tornaria insustentável, provocando uma mudança qualitativa na estrutura social. Deste modo, em seus estudos sobre a formação da sociedade nacional Prado Jr. não chega a encontrar, no repertório da ação coletiva e na estrutura social, condições de possibilidade para a mudança social e a formação de uma cidadania mais inclusiva para as classes populares da colônia e do Império. Mas ao destacar as lentas e graduais mudanças na configuração do poder político e nos fundamentos da estrutura social, constata o processo de surgimento das condições de possibilidade da democratização social e política do estado nacional, lançando no porvir – tempo presente de suas publicações, atualizado por suas gerações de leitores – a esperança da auto-organização popular na sociedade brasileira.

Tendo investigado essas diferentes perspectivas, podemos afirmar que por meio da força social de suas narrativas públicas sobre a formação da sociedade brasileira os ensaístas estavam contribuindo para a construção do estado nacional³¹ e disputando politicamente, no campo das idéias, sob qual forma se concretizaria a organização da ação coletiva neste

³¹ Retomemos aqui a noção de dupla hermenêutica, de Anthony Giddens, segundo a qual os conhecimentos criados pelos sociólogos são apropriados e reinterpretados reflexivamente pelos atores sociais, que, por sua vez, provocam a modificação do contexto de ação estudado pelos sociólogos, criando a demanda por novas pesquisas. Este caráter recursivo da dupla hermenêutica contribui para a formação de novos repertórios de ação coletiva, um processo que é constitutivo da construção dos estados nacionais: “... quando Maquiavel, Bodin e outros começam a escrever sobre “política”, eles não estavam somente descrevendo uma série de mudanças, nem mesmo apenas fazendo recomendações políticas; eles estavam ajudando a constituir o que seria o Estado moderno como uma nova ordem de poder administrativo. O desenvolvimento de noções de cidadania, como pertencendo à totalidade dos membros de uma comunidade política, está intimamente ligado a isso” (Giddens, 2001: 228).

processo formativo. Como vimos, enquanto veículos de sistematização das ciências sociais no Brasil nas décadas de 1920, 1930 e 1940, os ensaios de interpretação nacional foram a forma simbólica privilegiada (Moretti, 2003; Botelho, 2005) pela qual ocorria a reflexividade dos intelectuais sobre o processo formativo do estado nacional. Os ensaios de matriz explicativa sociológica fundavam um novo paradigma de pensamento sobre o Brasil, situando o debate sobre os rumos do país na arena política e cultural, retomando assim a idéia de liberdade individual liberal/iluminista, então ofuscada pelas reificações da episteme naturalista e suas rígidas pretensões de explicação científica através do uso da categoria “raça”. Como analisou Botelho, recuperando as teses de Theodor W. Adorno, em *O ensaio como forma* (Adorno, 1987), há nesses ensaios um regime distinto de relação entre “subjetividade” e “objetividade”, uma “tentativa de recomposição da relação sujeito/objeto do conhecimento fraturada pela tradição cartesiana” (Botelho, 2010), o que constitui uma ruptura com a objetividade determinista, característica do naturalismo. Neste sentido também iremos recorrer às idéias de Adorno para pensar a desestabilização que as obras de Vianna, Prado Jr., Freyre e Holanda promoveram nos lugares-comuns pelos quais até então se pensava a sociedade nacional, onde a ordem das coisas parecia ser a mesma que a das idéias demofóbicas difundidas pelos intelectuais da época:

O ensaio denuncia sem palavras a ilusão de que o pensamento possa escapar daquilo que é *thesei*, cultura, para aquilo que seria *physei*, da natureza. Expulso do fixado, daquilo que é confessadamente derivado, de formações, o ensaio honra a natureza ao confirmar que ela não é mais para o homem. O seu alexandrinismo dá uma resposta à ilusão de que, por sua mera existência, sabugueiros e rouxinóis – onde a rede universal ainda de algum modo lhes permita sobreviver – provem e façam crer que a vida ainda vive. (Adorno, 1986: 175).

Espero ter sugerido que o tema da ação coletiva é mais do que um recorte analítico do pesquisador, que pode lançar nova luz sobre os três ensaios estudados nesta dissertação. Foi também uma preocupação dos próprios autores que aqui abordamos, Vianna e Prado Jr., ao se perguntarem os motivos da *inexistência*, no caso do primeiro, e da *insuficiência*, em relação segundo, do associativismo popular para além do âmbito privado e local dos clãs rurais. Mesmo com pesos distintos na economia dos argumentos de *PMB-I*³², *EPB* e *FBC*, ao buscarem respostas para essa questão, ambos os autores, cada um há seu tempo e dentro dos limites da metodologia que adotaram, contribuíram de modo decisivo para a autonomização da explicação sociociológica nos ensaios de interpretação nacional das décadas de 1920 e 1930. E desta forma promoveram a sistematização das ciências sociais no Brasil, antes mesmo de sua institucionalização nas universidades que eram construídas no país.

³² Em *PMB-I* o problema da ação coletiva na formação da sociedade brasileira está presente em todo o livro. Mas na *Introdução – A Aristocracia Rural* e na *Primeira Parte – Formação histórica* preponderam os argumentos raciais, que justificam a liderança da aristocracia rural nos primeiros três séculos da colonização. Na *Segunda Parte – Formação Social* e na *Terceira Parte – Formação Política*, predominam os argumentos sociológicos e o problema da falta de ação coletiva para além dos clãs obtém ganhos heurísticos em relação à episteme naturalista, também consideravelmente reproduzida nas duas primeiras partes de *PMB-I*. Na *Quarta Parte – Psicologia Política* há a hegemonia dos argumentos de ordem política, sendo destacada a agência do Estado no combate ao privatismo dos clãs rurais. Contudo, o autor não destaca quais seriam os atores sociais que estariam no interior do poder central, o que dá um tom de idealismo a proposta.

Em *EPB* a questão da ação coletiva permeia toda a obra, pois o enredo atinge seu clímax no *capítulo III. A Revolução*, justamente onde o tema é abordado. A narrativa dos outros três capítulos – os dois primeiros sobre a colônia e o quarto e último sobre o segundo reinado – ajudam a entender as causas e as conseqüências – sociais, econômicas e políticas – do insucesso das revoltas populares do pós-Independência, que almejavam construir uma concepção mais democrática de cidadania no Brasil.

Em *FBC* o tema da ação coletiva tem um peso menor na economia dos argumentos do livro, quando comparado a *PMB-I* e *EPB*. Aparece somente na 3ª e última parte, *Vida Social*, em especial nos capítulos *Organização Social* e *Vida Social e Política*. Contudo, o tema também ganha um aspecto de clímax, ajudando a entender o estado de desorganização social e moral no qual se encontrava a colônia, a situação de exclusão social e política em que as classes populares se encontravam. Fatores que compunham o contexto social da Independência nacional, na qual a elite conquistou autonomia na gestão do estado sem romper com os fundamentos básicos do sentido da colonização.

Capítulo II – A mudança difícil

Ação coletiva no Brasil: seu caráter privado e local

*“Em que invisível foro
Rege um juiz ausente?
Chove medo nas ruas.”*
Drummond, Colônia.

1. A mudança difícil

Nos três ensaios aqui abordados Vianna e Prado Jr. buscam estudar o passado colonial para compreender como haviam se formado as estruturas sociais que atrapalhavam, no Brasil, a constituição de um Estado nacional moderno, no caso do primeiro autor, e a formação da nação, em relação ao segundo. Atrapalhavam, pois criavam limites à organização de formas modernas de associativismo, baseadas na defesa dos interesses de grupos e, principalmente, classes sociais específicas. Ao compreender a lógica das estruturas do passado Vianna e Prado Jr. pretendiam também pensar como desta sociedade poderiam surgir novos padrões de ação coletiva, ampliando o repertório e adequando-o ao Estado nacional que se consolidava nos anos 1920, 1930 e 1940.

Em *PMB-I* Vianna examina como a auto-suficiência econômica dos grandes domínios rurais exerce uma *força centrípeta* sobre a sociedade brasileira, impedindo o desenvolvimento de um mercado interno e seus agentes: os pequenos proprietários rurais, uma burguesia industrial e comercial e, em especial, uma classe média urbana, típica portadora social do associativismo em países anglo-saxões. Por isso a estrutura social é simplificada e as principais formas de ação coletiva descritas em *PMB-I* – tais como as vinditas, o controle privado do Estado e as bandeiras – têm como princípio a solidariedade de clã, que imperava praticamente sozinha na sociedade brasileira. As ações coletivas de clã ocorrem quando os senhores de terras associados com a plebe rural organizam ações defensivas ou expansivas do grande domínio. As bandeiras são típicas ações expansivas, estimuladas pela Coroa, para ampliar a fronteira colonial. Nas vinditas ocorre o conflito entre clãs, provocado por uma

disputa por terras ou pela retaliação em defesa da honra ferida, de algum membro do clã. A solidariedade de clã também adentra o interior do Estado, aliados dos senhores de terras controlam as câmaras, a justiça e a polícia de sua localidade, fazendo uso privado dos bens públicos.

Em *PMB-I* Vianna parte da tese que é na vida social que estão situadas as bases e a dinâmica das instituições políticas, por isso, devido aos limites postos pela dominação das organizações em clãs, a esfera pública do Estado não chega a se diferenciar nitidamente da esfera privada na sociedade brasileira. O autor identifica uma *ambigüidade* inerente ao modo como a solidariedade social se forma no Brasil, pois “os mesmos processos que tornavam as relações de solidariedade entre a "aristocracia senhorial" e a "plebe rural" frágeis, frouxas, instáveis, desnecessárias no plano econômico (e secundariamente militar ou religioso) concorreriam para fortalecê-las para efeitos políticos” (Botelho, 2007: 51). Devido à vastidão das propriedades, o próprio latifúndio continha áreas não aproveitadas pela grande lavoura fundada na mão-de-obra escrava. Esses terrenos livres eram aproveitados pela “plebe rural” – a camada social dos homens livres pobres – para a agricultura de subsistência. Como havia uma grande oferta dessas terras devolutas os membros da plebe rural poderiam migrar facilmente de um latifúndio para outro, não havendo imperativos sociais para a solidariedade econômica entre estes e os senhores de terras. Contudo, como eram os mesmos senhores, chefes de clã, que controlavam o poder público, os homens livres pobres que não se associavam a algum clã rural ficavam sujeitos ao mecanismo da anarquia branca, um estado social marcado pela ausência de ordem pública e de garantias básicas à segurança pessoal. Para não se exporem a essa condição de insegurança os integrantes da plebe eram compelidos a se associarem politicamente com algum clã, oferecendo seus serviços e sua lealdade política ao senhor do grande domínio em troca proteção. Tal forma de solidariedade era intensificada pelos conflitos entre os clãs, que nas disputas pelo poder do Estado, nos confrontos por terras

ou na reparação da honra ferida, findavam por reforçar o sentimento de pertencimento ao grupo. Esta dinâmica social já foi pensada por Brasil Jr. como uma espécie de *hobbesianismo* à brasileira:

É relevante destacar que, embora seja o *medo* o principal impulsionador para a formação de ações conjuntas, não se trata de um *medo generalizado*, tal como em Hobbes, mas o medo em relação a um *inimigo comum*. Este medo *comum* gera associações específicas que entram em conflito umas com as outras, e não a extinção de todo e qualquer conflito (Brasil Jr., 2007: 31).

Para Prado Jr, por sua vez, a inteligibilidade histórica da sociedade brasileira não se encerrava em si própria e sim a partir do lugar periférico que esta ocupava no processo de expansão mundial do capitalismo, inserida em um primeiro momento no colonialismo e posteriormente no imperialismo. Por adotar uma postura dialética, o autor pode chegar à análise das relações concretas e se contrapor à tese da existência de feudalismo ao modo europeu no Brasil, que o PCB, numa prática escolástica e positivista de aplicação automática das “leis universais” da ciência marxista, defendia naquele contexto intelectual (Konder, 1989; 2009). Prado Jr. parte dos aspectos mais gerais e abstratos da colônia para, em seguida, num processo de síntese, reconstruir por etapas as características concretas da sociedade colonial. Dessa forma a colônia é entendida como uma *totalidade*, perspectiva que lhe confere vantagens heurísticas em relação aos demais ensaístas de sua época: Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre e também Oliveira Vianna. O que podemos constatar na análise de Bernardo Ricupero: se “não é possível, partindo da família patriarcal e do *éthos* aventureiro, perceber como se estabeleceu o “sentido da colonização”, em sentido inverso, pode-se, a partir do “sentido da colonização”, entender a criação da família patriarcal e do *éthos* aventureiro no Brasil” (Ricupero, 2007: 150).

O ganho na explicação causal em pensar a colônia como um sistema evidencia os limites das interpretações que se restringiam às análises internas à sociedade brasileira. No

que em *FBC* é conceituado como “sistema colonial”, a metrópole direcionava a economia da colônia para a exportação de bens primários, buscando o lucro rápido (da onde se explica a ética do aventureiro) fundado na grande propriedade baseada em mão-de-obra escrava (lôcus da família patriarcal), o mercado externo era posto no primeiro plano, em detrimento dos interesses internos da sociedade colonial. Embora existisse produção de capital no Brasil, esta não era usada para a construção de uma nação, servindo de base para a acumulação primitiva dos países da Europa. Por isso, tal como Lênin na Rússia, Prado Jr. considerava que a industrialização no Brasil tinha como função subverter a rota do sentido da colonização, pois com ela *a acumulação de capital poderia se originar no interior do espaço nacional* (Iumatti, 2007: 33). Todavia, este ideal nacionalista caiopradiano, que entendia socialismo como uma via de industrialização alternativa ao capitalismo, bem como a menor atenção concedida ao espaço urbano, em favor do rural, impediram que o autor percebesse o significado da industrialização capitalista (com forte presença de empresas multinacionais) para a transformação estrutural do país (Ricupero, 2000: 223-225).

Mesmo a revolução da Independência não muda a dinâmica produtiva colonial, que se perpetua sob a égide de uma aliança entre as elites rurais nacionais – que passam a controlar o Estado brasileiro – e os interesses imperialistas das nações centrais do capitalismo, principalmente os da Inglaterra. O decreto da Independência é abordado no mesmo sentido da *revolução-restauradora* analisada por Gramsci, fruto do medo e da reação à possibilidade de transformação “debaixo para cima” que as classes médias e populares propunham através de sua articulação na ala esquerda, democrática, do partido brasileiro (Ibidem: 166). Portanto, de acordo com as teses de Prado Jr., os agentes portadores da mudança social brasileira deveriam ser capazes de entrar em conflito com as elites rurais que se beneficiam da continuidade da estrutura sócio-econômica da colônia: as monoculturas agrícolas dos latifúndios, voltadas para exportação de bens primários e de base escravocrata. Perscrutando a formação de tais agentes

este autor não desenvolve uma teoria geral das relações entre Estado e Sociedade, para, ao modo de Oliveira Vianna, destacar os limites da ação coletiva no Brasil. Objetiva, antes, em *EPB*, através da análise das revoltas populares ocorridas entre o processo de revolução da independência nacional e o decreto da maioria do imperador d. Pedro II, e, em *FBC*, principalmente no estudo do processo da Independência, investigar as potencialidades e os limites das ações coletivas em seus contextos regionais e práticas efetivas. Para, desta feita, captar as descontinuidades conjunturais nas configurações das relações de poder, bem como as impossibilidades estruturais de democratização política e social da cidadania no Estado nacional brasileiro no segundo quartel do século XIX. Limites estes postos, principalmente, pelo regime de trabalho escravo e a falta de experiência política dos homens livres pobres, fatores que tolham as condições de possibilidades para a formação de associações estáveis de interesses políticos e econômicos compartilhados.

Mesmo tendo programas interpretativos distintos e situados em posições praticamente opostas no campo ideológico, Vianna e Prado Jr. possuem relevantes semelhanças analíticas em suas teses sobre a ação coletiva no Brasil. Ambos os autores identificam limites estruturais na sociedade que impediam o sucesso e a disseminação do associativismo no país. Os laços de solidariedade ficavam restritos ao âmbito privado e local dos clãs patriarcais, o que bloqueava ou criava significativos problemas à formação de um espaço público plenamente diferenciado da esfera privada. Deste modo, tendo como recorte analítico o tema das possibilidades e limites da ação coletiva na sociedade brasileira, buscarei elucidar as continuidades e mudanças de grau explicativo presentes nas interpretações de Vianna e Prado Jr. Para alcançar essa meta pretendo comparar as categorias “insolidarismo” (presente em *PMB-I*) e “inorganicidade” (localizada em *FBC*), incluindo nesta confrontação a noção de “ausência de nexos moral” (também situada em *FBC*), pois as considero centrais para a compreensão dos impasses da ação coletiva nas supracitadas obras de cada autor.

A categoria “inorgânico” e a noção de “ausência de nexos moral” não estão presentes em *EPB*. Contudo, tomo como hipótese de pesquisa que o problema dos impasses estruturais da ação coletiva na sociedade brasileira, que seria caracterizada mais pela desagregação do que pela integração, já estão postos no livro de estréia de Prado Jr. e suas teses são desenvolvidas e sistematizadas em *FBC*, sendo a categoria “inorgânico” e a noção de ausência de nexos moral tentativas de síntese analítica para os impasses que permeiam a obra do autor. Para abordá-las partirei das idéias de Ricupero, presentes em *Caio Prado Jr. e a Nacionalização do Marxismo no Brasil* (Ricupero, 2000) e *Sete Lições sobre as interpretações do Brasil* (Ricupero, 2007). Este autor lembra que para Prado Jr. só seria orgânico à sociedade colonial o que estivesse ligado à grande exploração monocultora, exportadora de bens primários e escravocrata, ou seja, o que era atrelado às instituições estruturadas pelo sentido da colonização e, deste, reprodutoras. Tal característica provocava uma tensão estrutural na economia colonial, entre a produção voltada para o mercado externo e o consumo dos homens livres pobres excluídos do setor orgânico escravocrata, “maior parte da população, elemento inorgânico do sistema” (Ricupero, 2007: 141). Os membros do setor inorgânico viviam dispersos pelo território da colônia, sob condições precárias, no limite da subsistência, se dedicando “a atividades econômicas voltadas ao mercado interno, como a pecuária e a produção de determinados gêneros agrícolas, caso, por exemplo, da mandioca” (Ibidem: 141), ou a uma série de trabalhos e atividades marginais, como o crime e a prostituição.

Para Ricupero, justamente pelo setor inorgânico estar à margem da grande exploração, seria nele que Prado Jr. encontraria “os fundamentos para a constituição de uma futura nacionalidade brasileira”, pois “o que é defeito na colônia pode converter-se em qualidade na nação”, que “deve justamente ter como fundamento produzir para dentro, para o mercado interno” (Ibidem: 142-143). Veremos nos próximos capítulos desta dissertação que se potencialmente o setor inorgânico era o portador da mudança social que levaria à formação da

nação, posto que poderia ser o agente a direcionar a produção para o consumo interno, substancialmente precisaria antes superar uma outra contradição, semelhante ao problema do insolidarismo presente em *PMB-I*: a da precariedade do associativismo para além dos limites do grande exploração rural, pois quanto ao inorgânico “não se pode nem ao menos falar em “estrutura” social, porque é a instabilidade e a incoerência que a caracterizam...” (Prado, 2007b: 344). Desse modo, a formação da nação estaria situada retoricamente em um porvir simbólico – momento não estabelecido pelo autor – pois com o tempo, de modo lento e gradual, o setor inorgânico poderia superar seus próprios limites relativos à organização da ação coletiva.

Ricupero aborda a “ausência de nexos moral” como um contraponto entre a interpretação de Prado Jr. e a de Gilberto Freyre - em especial o de *Casa-Grande & Senzala* – para o qual família patriarcal garantia a integração social e moral da nação brasileira (Idem, 2007b: 146). Esta expressão surge apenas no último capítulo de *FBC, Vida Social e Política*, onde o autor enfatiza que a formação da nação brasileira não se processou através da família, salvo no caso, falho, das “classes superiores da ‘casa-grande’”, “instituição que ficou muito aquém de sua missão (Prado Jr., 2007b: 351). No Brasil a família perderia por inteiro, ou quase, suas qualidades ordenadoras da vida social “e em vez de ser o que lhe concede razão moral básica de existência e que é disciplinadora da vida sexual dos indivíduos, torna-se pelo contrário campo aberto e amplo para o mais desenfreado sexualismo” (Ibidem: 351-352). Prado Jr. foge de uma abordagem moralista ao tema, pois alerta que não se colocava no “terreno dos sentimentos”, mas no plano substantivo da formação social da nação, para a qual a ausência da instituição familiar entre os populares e sua dissolução moral entre as elites prejudicavam a constituição da organização coletiva no Brasil (Ibidem: 352). Vale lembrar que em *FBC* a religião católica também é narrada como incapaz de cumprir sua função ordenadora na sociedade colonial, seu culto limitava-se “a um esqueleto de práticas exteriores e maquinais

vazio de qualquer sentimento elevado” e assim como na família patriarcal, “quanto à moral, era-se de uma tolerância infinita” (Ibidem: 355).

Adiante, veremos no capítulo III como a categoria inorgânico e a noção de ausência de nexos moral se articulam e se complementam nos argumentos de *FBC*. Tomando como exemplo o tema da indisciplina sexual, demonstro como na família patriarcal ela era uma prática corrente e entre as classes populares que compunham o setor inorgânico ela era agravada, sendo o casamento uma “situação excepcional” e a prática da prostituição largamente disseminada entre mulheres livres e pobres, pois não estavam a elas disponíveis muitas outras formas de sustento (Ibidem: 352-354). Em tal reconstituição da sociedade colonial podemos perceber o agravamento do quadro de desorganização social descrito em *PMB-I*, no qual o insolidarismo faz referência apenas à precariedade do associativismo no Brasil para além das esferas locais e privadas, idéia que reaparece, ao menos de modo implícito, na categoria “inorgânico”. Porém, com a noção de ausência de nexos moral a desagregação da sociedade brasileira deixava de estar restrita ao nível associativo, chegando também ao nível moral, o que acentuava ainda mais os impasses à ação coletiva, visto que em *PMB-I* Vianna valoriza as qualidades morais do povo brasileiro – oriunda de características raciais –, que permitiam a estabilidade da ordem rural.

Tendo o objetivo de identificar tanto continuidades temáticas e analíticas como as mudanças de nível explicativo nos três ensaios de Vianna e Prado Jr. que aqui estudamos, destaco que a pesquisa tem como foco analítico a comparação dos elementos cognitivos presentes nesses livros. Sob esta perspectiva, buscarei entender como o problema da ação coletiva aparece nestas interpretações do Brasil nas quais o “social” é narrado centrado nas categorias de “insolidarismo”, elaborada em *PMB-I*, e na de “inorgânico”, bem como na noção de “ausência de nexos moral”, construídas em *FBC* (que, como supracitado, acredito serem

desenvolvimentos de questões sociológicas já apresentadas em *EPB* e que numa linguagem contemporânea podem ser pensadas como relativas à ação coletiva e à mudança social).

2. O lugar da ação coletiva no Brasil: seu caráter privado e local.

O paradigma epistemológico que norteava os ensaístas brasileiros das décadas de 1910 e 1920 não considerava a existência de uma esfera de realidade social autônoma e auto-explicativa, típica do método sociológico. Vianna fazia parte deste grupo e orgulhava-se de seu ecletismo metodológico, que o levou a usar as categorias de “raça” e “meio ambiente” como instrumentos de conhecimento da sociedade nacional. Contudo, por conferir importância central à categoria “solidariedade social” em seu livro de estréia, pode buscar identificar na lógica específica à sociedade a explicação para os dilemas pertinentes à difícil formação da nação brasileira. Esta inovação metodológica, como vimos, insere o autor no léxico sociológico construído no contexto da Terceira República francesa, comum aos textos dos pensadores da Escola de Le Play, muito lidos por Vianna durante as décadas de 1910 e 1920 (Brasil Jr., 2007: 28-30).

No capítulo IX de *PMB-I, Instituições de solidariedade social*, de maneira semelhante a Hobbes, a solidariedade nasce do medo do inimigo comum. Essa concepção leva o autor a considerar a importância do conflito para a formação da solidariedade social, tal como a luta de classes, classificada como “a melhor escola de... educação cívica e da... cultura política” do ocidente (Vianna, 1987: 151). Nos povos ocidentais a luta de classes contribuiu para o desenvolvimento de instituições de solidariedade mediadoras dos diferentes interesses em conflito na esfera pública, tais como os sindicatos de classe e os partidos políticos. Neste ponto é importante diferenciar o modo como Vianna aborda a luta de classes, como um meio de educação cívica que garantisse a justiça e a coesão da nação, do postulado ortodoxo

marxista, que pensa a luta de classes como expressão de uma contradição social da economia capitalista a ser eliminada pela revolução socialista.

Em seu livro *Problemas de Organização e Problemas de Direção* – uma coletânea de artigos publicada pela primeira vez em 1952 –, o sociólogo esclarece a diferença entre sua concepção, neste momento já influenciada pelo pensamento corporativista (ausente no momento da escrita de *PMB-I*), e a abordagem marxista. No capítulo III, *Da Consciência Corporativa e o exemplo da Suécia*, tece grandes elogios aos sindicalistas suecos, por saberem conciliar inteligentemente seus interesses com os interesses coletivos da classe patronal e, principalmente, mas como consequência desta primeira ação, com os interesses coletivos da comunidade nacional. Assim atingiam a condição de justiça social e de pacificação das classes, unidas na comunidade nacional. É interessante destacar que para abordar a sociedade sueca Vianna usa a terminologia “interesse coletivo”, referente a cada classe social e à nação. Desse modo adota uma concepção moderna de ação coletiva, na qual os indivíduos agem de acordo com seus interesses profissionais (econômicos), como “trabalhadores” ou “patrões”, capazes de negociar na arena política, pois se identificam como cidadãos de um mesmo Estado nacional. O exemplo sueco é quase um tipo ideal do que Vianna buscava construir no Brasil:

Pelo que nos conta Planus³³, creio que não há país no mundo em que o trabalhador releve, como ali, um senso social mais vivo, uma compreensão mais profunda do interesse coletivo da profissão – e, também, da Nação. Não apenas do interesse coletivo da sua classe ou categoria, mas, também, do interesse coletivo da classe patronal e – o que é mais expressivo – da própria comunidade nacional. Nas suas reivindicações ou pretensões, a ação dos líderes trabalhistas é orientada, praticamente, no sentido de uma inteligente conciliação entre esses três interesses (Vianna, 1974: 33).

³³ Paul Planos, autor de *Patrons et Ouvriers em Suède*, de 1938, livro em que Vianna se baseia para escrever o artigo *Da consciência corporativa e o exemplo da Suécia*.

Tal configuração social moderna parece ser, salvo engano, o que Vianna gostaria de encontrar, ao menos retoricamente, na sociedade brasileira. Uma busca frustrada, pois devido à força centrípeta exercida pelo grande domínio rural, os conflitos ficavam restritos à esfera privada – à disputa por poder e terras entre os clãs e às vinditas – e à esfera política – os embates entre poder público (Estado central) e poder privado (clãs locais). Desta feita, no âmbito da sociedade somente a solidariedade de clã – restrita aos âmbitos privados e locais – pode se desenvolver plenamente entre nós. Apenas dentro dos limites do latifúndio agro-exportador e de base escravocrata existia organização social fundada nas associações entre senhores de terra e membros da plebe rural³⁴. Quando os conflitos de classe surgem na história do Brasil “apresentam invariavelmente um caráter efêmero, ocasional, descontínuo, local” e além de durarem “tempo brevíssimo” e “desdobrarem-se em áreas restritíssimas”, têm conseqüências “inteiramente negativas em relação à evolução política e social da nacionalidade” (Vianna, 1987: 151). Isto acontece porque as oligarquias rurais acabam saindo vitoriosas, reforçando o poder local dos clãs rurais e retardando a constituição das formas de ação coletiva nacionais e de classe:

É a luta dos fazendeiros paulistas com os jesuítas, na questão dos índios. É a luta dos nobres dos oligarcas maranhenses contra os comerciantes monopolistas, na revolução de Beckman. É a luta dos nobres da terra contra os “mascates”, em Pernambuco. É a formidável coligação paulista contra os reinóis de Nunes Vianna, na “guerra dos emboabas”. São as pequenas e ardentes lutas locais, no Rio, entre proprietários de terra, ciosos dos seus privilégios políticos, e a peonagem enriquecida, mas refugada no poder e na administração (Ibidem: 151).

³⁴ Nas palavras de Vianna: “Um outro agente de solidariedade, tão eficiente na organização dos povos ocidentais, a hostilidade das classes, aqui também não atua. Essa força de integralização falta à nossa nobreza fazendeira. Nenhuma classe podia voltar-se contra os senhores de terra, porque todas elas, pela ação simplificadora do grande domínio são atraídas para a aristocracia rural e se deixam absorver por ela. É, entretanto, a luta de classes não só uma das maiores forças de solidariedade nos povos ocidentais, como a melhor escola da sua educação cívica e da sua cultura política” (Vianna, 1987: 151).

Questão semelhante aparece em *EPB* e *FBC*, a elite rural surge sempre como a protagonista da vida social e da dominação política, não tendo adversários de classe com capacidade de organização para lhes tirarem desta posição. Em *EPB* a aliança política entre as camadas populares e médias nas revoltas regenciais falha na busca por reformas democráticas, devido à falta de coesão de suas ações e equivocadas táticas políticas, sendo derrotadas pelas tropas do governo central, no qual a aristocracia rural detinha plena hegemonia. Já em *FBC* é o “setor orgânico” que define a base da organização social e econômica da colônia: é o latifúndio monocultor, produtor de bens primários voltados para a exportação às nações centrais da Europa e de mão-de-obra escravocrata. Assim como Vianna, Prado Jr. também usa o substantivo “clã” para definir a organização social que emerge da grande propriedade, incluindo o adjetivo “patriarcal”, talvez por influência do Gilberto Freyre de *Casa-Grande & Senzala*, livro com o qual *FBC* também possui um diálogo crítico³⁵. Outro autor que Prado Jr. recupera neste livro é Alberto Torres, fundamental para a formulação das categorias “setor orgânico e inorgânico” em seu “elogio” à escravidão, não ao modo de uma apologia escravocrata, mas como sociólogo: “...Social e economicamente, a escravidão deu-nos, por longos anos, todo esforço, toda a ordem que então possuímos, e fundou toda a produção material que ainda temos” (Prado Jr, 2007b: 341-342). Tudo o que atravessava a fronteira do latifúndio escravocrata era considerado “inorgânico”, amorfo, desorganizado, vivendo à *margem* da sociedade colonial.

³⁵ Em *FBC* há um diálogo crítico com as teses raciais de Gilberto Freyre. Prado Jr. separa dois setores da escravidão, o escravo das atividades produtivas e o escravo doméstico, apontando que em *Casa-Grande & Senzala* Freyre havia se limitado “sobretudo e quase exclusivamente a este último” (Prado Jr., 2007b : 278). Considerando também o primeiro, Prado Jr. afirma que “existiu sempre um forte preconceito discriminador das raças” (Idem, 2007b: 273-274), o negro e o mulato escuro não poderiam ter esperanças de ascensão social, sendo forçados a “viver nos ínfimos degraus da escala social” e terminando por serem confundindo com esses (Ibidem: 273-274). Acredito que essas diferentes perspectivas são provenientes do direcionamento valorativo das análises de cada autor. Enquanto Prado Jr. está preocupado em pensar os valores universais da modernidade no contexto específico do Brasil, o que já foi chamado de nacionalização do marxismo (Ricupero, 2000), Gilberto Freyre não se preocupa com os valores igualitários e universais da modernidade, preferindo pensar uma modernidade à brasileira, na qual a desigualdade social seria algo inerente.

Tal modo de organização social e econômica criava um contingente de “excluídos estruturais”, trabalhadores livres pobres, situados no setor “inorgânico”, que não conseguiam concorrer, como força de trabalho, com a mão-de-obra escrava e, como pequenos produtores, com a grande propriedade. São, por isso, condenados a uma vida material repleta de restrições. Esta marcante contradição entre os setores orgânico e inorgânico levou Prado Jr. a propor a radicalização das idéias de Alberto Torres “e não ver na servidão senão o único elemento real e sólido de organização que a colônia possui” (Idem, 2007b: 342). *A escravidão pode ser considerada, portanto, um fato social total³⁶ da colônia*, sendo a base da organização social e econômica: “assim no campo como na cidade, no negócio como em casa, o escravo é onipresente” (Ibidem: 278). O que estava à margem da escravidão era a massa de excluídos do sistema colonial, o setor inorgânico.

Em *FBC*, de modo semelhante à *PMB-I*, o clã patriarcal aparece como “o único centro real e efetivo de poder e de riqueza” (Ibidem: 287) da sociedade colonial, “reunindo desde o proprietário que do alto domina e dirige soberanamente esta pequena parcela da humanidade, até o último escravo e agregado que entra para a sua clientela”, em uma “unidade econômica, social, administrativa, e até de certa forma religiosa” (Ibidem: 206). Como veremos, Prado Jr. inova em *FBC*, tanto em relação ao seu livro anterior, *EPB*, como em comparação a *PMB-I*, pois considera outras formas de ação coletiva para além dos clãs rurais, como as missões religiosas, e outras formas de organização social *rotinizadas* que fogem ao padrão de organização do grande domínio convencional. Contudo, mesmo tendo um peso menor na economia dos argumentos do livro, quando comparado com *PMB-I*, o clã continua sendo considerado a instituição mais importante da colônia, configurando as características da sociedade colonial para além dos limites do grande domínio.

³⁶ Mauss, *O Ensaio sobre a Dádiva*, 1974.

Tendo visto o domínio social e político dos grandes proprietários rurais, realcemos que a escolha desses três textos – *PMB-I*, *EPB* e *FBC* – foi feita devido à identificação neles de um campo problemático em comum: o da procura frustrada por agentes sociais capazes de construir uma sociedade política moderna, apta a transcender os limites ao desenvolvimento do associativismo impostos pela hegemonia da solidariedade de clã. Vianna busca por partidos políticos, pela burguesia industrial e comercial, por uma classe média urbana, por pequenos proprietários rurais, mas não os encontra. Isto leva o autor a desenvolver uma reflexão sobre os limites estruturais que impedem a formação dos agentes portadores sociais da mudança. Vianna chama este mecanismo que entravaria o surgimento de um Estado nacional moderno no Brasil – ao modo do padrão liberal-democrático anglo-saxão – de *função simplificadora do grande domínio rural*. Este, por ser auto-suficiente economicamente, exerceria uma força centrípeta sobre os demais setores da sociedade, impedindo seu desenvolvimento e fazendo toda vida econômica e social girar em torno do latifúndio.

Dessa forma, podemos afirmar que em *PMB-I* é o grande domínio rural que assume as características de um fato social total, pois toda a vida da colônia ocorre em seu interior ou ao seu redor. A função simplificadora do grande domínio rural traz como consequência a concentração de autoridade junto aos latifundiários, que passam a disputar o controle do Estado em sua localidade, tendo como o objetivo a instrumentalização das instituições públicas com a finalidade de ampliar ainda mais o seu poder privado. É esta circunstância que impelia os indivíduos da plebe rural a associarem-se com um dos clãs, buscando fugir dos perigos da anarquia branca, mecanismo “que expressa a capacidade de apropriação privada das instituições públicas que acaba por distorcer e lhe redefinir o sentido” (Botelho, 2007: 52). Assim constituía-se uma situação de ausência de ordem pública, na qual os homens livres pobres – desprovidos do “poder tutelar” de algum fazendeiro da região – ficariam sujeitos ao “facciosismo” das autoridades públicas, submissas aos interesses patriarcais dos clãs mais

poderosos de cada localidade. A justiça, as tropas das ordenanças, as corporações municipais e o recrutamento militar são as instituições públicas referidas em *PMB-I* como sujeitas a lógica da anarquia branca. A descrição deste fenômeno é feita no capítulo VIII de *PMB-I*, *Gênese dos clãs e do espírito de clã*:

Essas circunstâncias levam ao nosso povo, principalmente às suas classes inferiores, a descrença no poder reparador da justiça, na sua força, no prestígio da sua autoridade. Nessa situação de permanente desamparo legal, em que vivem, sob esse regime histórico de mandonismo, de favoritismo, de caudilhismo judiciário, todos os desprotegidos, todos os fracos, todos os pobres e inermes tendem a abrigar-se, por um impulso natural de defesa, à sombra dos poderosos, para que os protejam e defendam dos juízes corruptos, das “devassas” monstruosas, das “residências” infamantes, das vinditas implacáveis. (Vianna, 1987: 136).

Essa necessidade de associação da plebe rural – setor social que é o *locus* do povo brasileiro – com algum clã consolida o domínio privado das instituições públicas. Se configura uma espécie de “circuito fechado” no pensamento presente em *PMB-I*, com os atores sociais típicos de uma ordem política moderna impedidos estruturalmente de se formarem e com a solidariedade privada dos clãs sendo a única alternativa à anarquia branca dos sertões. A sociedade brasileira passa a ser caracterizada pelo diagnóstico do insolidarismo social, marcada pela incapacidade de associativismo para além dos clãs. Valendo-nos da sociologia weberiana para estabelecer o que seria um Estado moderno, podemos dizer que com este diagnóstico Vianna considera inviável a formação de uma ordem pública estabelecida no moderno padrão racional-legal (Weber, 1999) a partir da via societária de ação coletiva.

Prado Jr. não possui um pensamento tão bem fundamentado quanto Vianna no que tange às causas estruturais que impedem o livre desenvolvimento dos portadores sociais do associativismo. Mas percebe-se em *EPB* e *FCB* ecos da tese Vianna sobre a ação

simplificadora do grande domínio rural e da força centrípeta que este exerce sobre os demais setores da sociedade. No capítulo *Organização Social*, de *FBC*, Prado Jr. dialoga com as teses de Vianna sobre os clãs rurais e concorda com o sociólogo fluminense que o grande domínio, por ser a única instituição organizada e poderosa, exerce uma atração coercitiva sobre os homens livres pobres:

grande domínio que absorve a maior parcela da produção e da riqueza coloniais.

Em torno daqueles que a possuem e senhoreiam, o proprietário e sua família, vem agrupar-se a população: uma parte por destino natural e inelutável, os escravos; a outra, pela atração que exerce o único centro existente, real e efetivo, de poder e riqueza. (Prado Jr., 2007b: 287).

Em *EPB*, além de buscar os atores sociais procurados por Vianna, Prado Jr., então recém adepto do marxismo, buscou entender também os equívocos da ação política dos setores populares que participaram das revoltas ocorridas entre a Independência nacional e a instituição do Segundo Reinado. Os populares sublevados são derrotados pela reação da ordem, promovida pela elite rural e ligada ao decreto da maioria de d. Pedro II. Entre as razões encontradas pelo autor, como veremos mais detidamente a seguir, estavam a falta de experiência política; a ausência de uma ideologia bem definida; a precária unidade política da aliança entre as camadas médias e as populares; a submissão da ação popular a lideranças demagógicas e contemporizadoras, que findavam por trair os movimentos nos momentos de sua radicalização; e a ordem social baseada na mão-de-obra escrava, um impeditivo estrutural à formação de uma sociedade política democrática.

Em *FBC* Prado Jr. marca uma ruptura com o pensamento de Vianna e identifica um limite estrutural ao domínio social do setor orgânico. A cada crise cíclica da produção colonial aumentava a parcela da população que se deslocava do latifúndio para o setor inorgânico. O autor não chega a especificar como, mas dá a entender que o constante crescimento do setor inorgânico chegaria a um momento tal em que a manutenção da dominação do setor orgânico,

ligado ao paradigma colonial, tornar-se-ia inviável. Todavia, Prado Jr. limita-se a apontar uma contradição sistêmica que só com um acúmulo futuro poderia proporcionar mudanças qualitativas e não necessariamente devido à ação política das camadas populares situadas no setor inorgânico. O próprio autor faz uma importante ressalva quanto ao seu próprio esquema de interpretação da sociedade colonial:

Os aspectos com que tal desagregação aparece na superfície dos acontecimentos, desabrochando em choques e conflitos vários, são multiformes e complexos, e é só por abstração e para facilitar a exposição que podemos reduzi-los aos esquemas simples que apresentei, e que são uma sombra da realidade integral. As contradições do sistema colonial têm em comum unicamente isto: o de refletirem a desagregação deste sistema e de brotarem dele. (Ibidem: 369).

Prado Jr. também busca na sociedade colonial atores sociais capazes de promoverem a construção da nação brasileira, mas assim como Vianna, não os encontra. A solução escolhida por Prado Jr. foi apontar as contradições estruturais da ordem social colonial, que gradativamente se auto-esgotava e, desta feita, permitiria que surgisse em seu interior – em um momento simbólico, situado no *porvir* – os atores coletivos capazes de efetuar a mudança social almejada pelo historiador paulistano.

As semelhanças dos diagnósticos de ambos os autores sobre a organização social brasileira – do “insolidarismo”, para Vianna, e da “inorganicidade”, para Prado Jr. – não indicam a ausência plena de associativismo na sociedade brasileira. Antes, têm como referência uma crítica normativa ao modo como a ação coletiva acontecia no Brasil, organizada somente no âmbito privado dos clãs patriarcais, comandados pelos senhores rurais proprietários de algum latifúndio. Essa forma de solidariedade era avessa ao que os dois ensaístas aqui estudados almejavam, modelos de associativismo típicos de um Estado nacional moderno, tais como partidos e sindicatos comprometidos com causas e direitos coletivos e, na esfera propriamente produtiva, pequenos e médios proprietários capazes de alçar sucesso

financeiro através de suas livres iniciativas. Como vimos, Vianna possui uma elaborada reflexão sobre os limites estruturais que impediam a disseminação do associativismo e da livre iniciativa no Brasil: a função simplificadora do grande domínio rural, que exercia uma força centrípeta sobre os setores da vida social externos ao latifúndio. Neste aspecto Prado Jr. não possui um pensamento tão sofisticado quanto o de Vianna e mesmo dialogando com este, adota uma perspectiva diversa. Ao analisar o insucesso das revoltas populares do pós-Independência, destaca que uma sociedade fundamentada no trabalho escravo apresentaria importantes limites estruturais à democratização social e política.

Vejamos agora como a dominação pessoal aparece na abordagem desses dois autores sobre as formas de ação coletiva locais e ligadas aos clãs rurais, ganhando destacado papel no reforço da autoridade patriarcal e da solidariedade de clã.

3. Ação coletiva de clã e dominação pessoal

Tanto Vianna quanto Prado Jr. conferem destacada importância às *relações pessoais* na formação dos laços de solidariedade de clã. Em *PMB-I* as relações pessoais eram típicas das sociedades rarefeitas e isoladas que emergiam dos latifúndios. As distâncias territoriais eram tão grandes que a solidariedade vicinal era prejudicada, enquanto a solidariedade familiar, sobretudo a da família patriarcal, dona do latifúndio, se fortalecia. O patriarca passava assim a mandar sozinho nesse microcosmo rural fechado sobre si mesmo, levando os valores e a autoridade de sua família para todo o latifúndio, fazendo “da sua casa solarenga o seu mundo”:

Sociedade rarefeita, de círculo vicinal limitado, todos, por isso mesmo, se nomeiam, se cumprimentam e mantêm entre si uma certa comunidade de simpatias e afeições... Ora, o latifúndio isola o homem; o dissemina; o absorve; é essencialmente anti-urbano. Nesse insulamento que ele impõe aos grupos humanos, a solidariedade vicinal se estiola e morre. Em compensação, a vida da família se reforça progressivamente e absorve toda a vida social em derredor. O

grande senhor rural faz da sua casa solarenga o seu mundo. Dentro dele passa a existência como dentro de um microcosmo ideal: e tudo é como se não existisse sociedade. (Vianna, 1987: 48).

O isolamento fortalece o sentimento de pertencimento ao grupo comandado pela família patriarcal. Por outro lado, como destaca Vianna, a associação da plebe rural com um senhor de terras não ocorre forçosamente, devido à dependência econômica. Por haver grande oferta de terras disponíveis, os membros da plebe rural têm a possibilidade de migrar de um latifúndio para outro. O trabalho desses homens livres pobres não era o de tipo alienado, como descrito por Marx nos *Manuscritos econômico-filosóficos*³⁷ (Marx, 2004). O trabalhador é um meeiro ou foreiro, que lavra a terra das fazendas “alguns dias da semana, dois ou três. O resto do tempo é para gozo de sua indolência proverbial” (Vianna, 1987: 120). Por isso, nem os fazendeiros têm a necessidade econômica do trabalho específico de um homem livre pobre – porque a produção está baseada na escravidão – e nem estes tinham a necessidade econômica de se associarem a um fazendeiro específico. Sob a óptica econômica as associações entre a plebe e os senhores rurais tinham um caráter instável, inorgânico e informe:

Entre nós, ao contrário, a terra vasta e a terra exuberante – o deserto e o trópico – não tornam necessária a aproximação das classes dentro do ecúmeno rural; não as constringem dentro de uma conexão forçada e permanente; fazem os laços, que as prendem, facilmente solúveis; e lhes dão, no tocante à sua estrutura, à coesão dos seus elementos componentes, uma incoerência, uma desintegração, uma fluidez, uma instabilidade, que as tornam, realmente, inorgânicas e informes (Ibidem: 129).

³⁷ Nos *Manuscritos de 1844* Marx apontou que a divisão de trabalho nas sociedades industrializadas levava à separação e ao estranhamento entre a atividade produtiva e o produto do trabalho dos desejos e identificações pessoais do trabalhador. “A energia espiritual e física *própria* do trabalhador, a sua vida pessoal – pois o que é a vida senão atividade – como uma atividade voltada contra ele mesmo, independente dele, não pertencente a ele. O *estranhamento-de-si* (Selbstentfremdung), tal qual acima o estranhamento da coisa” (Marx, 2004: 83). Como no Brasil a divisão social do trabalho ainda não tinha atingido o nível industrial, os homens livres pobres, ao contrário dos escravos, tinham controle sobre todo o processo produtivo e tempo livre para se dedicarem as suas próprias atividades. Dessa maneira podiam preservar a totalidade moral de suas individualidades, não passando pelo *estranhamento-de-si*.

A solidariedade entre a plebe rural e a aristocracia rural surgia da patronagem política. Os fazendeiros agiam como caudilhos, buscando controlar o poder público de sua localidade para com ele fortalecer sua dominação privada. A justiça, a polícia e o recrutamento militar eram parciais e usados em benefício do chefe de facção que controlava o Estado. Por isso, com *medo* da anarquia branca, os homens livres pobres são impelidos a buscar proteção política junto a um caudilho local – o único a possuir prestígio simbólico e força material capaz de garantir as mínimas condições de segurança e sobrevivência. *Por uma questão de ausência de ordem e segurança públicas as pessoas da plebe rural eram impelidas a se associarem a algum clã.*

Em *FBC*, no capítulo *Organização Social*, Prado Jr. novamente dialoga com as teses de *PMB-I* e promove uma mudança de nível explicativo. Expõe a dominação econômica dos chefes de clãs ao destacar que a liberdade dos trabalhadores livres e agregados era relativa, pois, quando existia, possibilitava apenas a troca de um senhor por outro. Todavia, o regime de trabalho e submissão à dominação pessoal do senhor de terras se repetiam em qualquer latifúndio. No “setor orgânico” os laços de solidariedade laboral ocorrem ao modo do “clã patriarcal”, transcendendo os limites impessoais dos contratos econômicos do capitalismo moderno. Dessa forma, salvo a relativa exceção do caso dos *obrigados*, “rendeiros e lavradores mais modestos”, “um pouco mais afastados e autônomos”, *praticamente inexistia conflito entre as classes que compunham os clãs patriarcais: proprietários, trabalhadores livres, agregados e escravos:*

O senhor deixará de ser o simples proprietário que explora comercialmente suas terras e seu pessoal; o escravo também não será mais apenas mão-de-obra explorada. Trabalha-se para aquele, e até forçado pelo açoite do feitor ou o tronco da senzala, [mas] também conta com ele, e dele depende para os demais atos e necessidades de sua existência; toda ela se desenrola, do nascimento à morte, freqüentemente por gerações sucessivas, na órbita do senhor e do seu

domínio, pequeno mundo fechado em função do qual se sofre e se goza. Multiplicam-se assim os laços que apesar das distâncias vão atando um ao outro. O mesmo se dava com os trabalhadores livres ou agregados; liberdade relativa que não vai além da de trocar um senhor por outro igual; e isto mesmo nem sempre. Um pouco mais afastados e autônomos, os rendeiros e lavradores mais modestos, os *obrigados*: nas relações com estes haverá mais crises, uma fricção maior; mas o contacto permanente, diuturno, de anos a fio, se não de existências sucessivas, acabará aproximando-os e aplainando as arestas mais vivas. (Prado Jr., 2007b: 288-289).

Podemos perceber uma continuidade entre este trecho e o argumento de Vianna, segundo o qual “o senhor rural faz de sua casa solarenga o seu mundo”. O senhor não apenas explora comercialmente “o seu pessoal”. Devido ao isolamento do latifúndio – “este pequeno mundo fechado em função do qual se sofre e se goza” – vão se criando laços de dependência material e simbólica entre escravos, trabalhadores livres, agregados, obrigados e a pessoa do senhor (Ibidem: 289). Os possíveis conflitos têm suas arestas aplainadas pela convivência pessoal cotidiana. Assim como em *PMB-I*, em *FBC*, diferentemente de *EPB* – que destaca as revoltas populares –, Prado Jr. dá ênfase analítica às relações de solidariedade no interior dos clãs patriarcais em detrimento dos conflitos neles presentes, que também são encontrados no livro e constituem uma tensão com esse raciocínio do autor, mas não têm predominância na economia dos argumentos do ensaio.

A consideração da dominação pessoal do senhor rural como um fundamento da solidariedade de clã, que faz o mundo em derredor girar em torno da família patriarcal, nos permite abordar Vianna e Prado Jr. como pertencentes à vertente de autores que abordam a ação coletiva relativa aos clãs rurais sob a lógica de um *sistema de reciprocidades assimétricas*: “que envolveria bens materiais e imateriais, controle de cargos públicos, votos, recursos financeiros, prestígio, reconhecimento de autoridade legal ou não, etc. com base em

relações diretas, pessoalizadas e violentas engendradas entre os diferentes grupos sociais” (Botelho, 2007: 53-54).

Em *PMB-I* há uma descrição do acordo fundado no sistema de reciprocidades assimétricas travado entre os chefes de clãs e a plebe rural: informal e verbal, baseado na confiança mútua derivada do código social tradicional da honra – característica que o autor tanto valoriza na primeira parte do livro, principalmente quando fala da aristocracia rural, mas que seria uma característica positiva geral do povo rural brasileiro. A valorização da honra do povo no meio rural, que “dá-lhes a têmpera das grandes virtudes e as modela nas formas mais puras da moralidade”, provavelmente é feita pelo autor ter percebido que esses valores eram responsáveis pela manutenção da ordem social na colônia e no Império (Vianna, 1987: 48). O que configura uma tensão central nos argumentos do autor, pois essa não era a ordem do poder público e sim a do poder privado dos clãs. É possível verificar isso na *Introdução* de *PMB-I*, dedicada ao estudo da aristocracia rural e repleto de elogios morais a esta classe social. Mais precisamente no capítulo III, *Psicologia do Tipo Rural*, quando são descritas as quatro qualidades morais do homem rural brasileiro, “cuja influência na nossa política é imensa” (Ibidem: 50):

... Uma é a fidelidade à palavra dada. Outra, a probidade. Outra, a respeitabilidade. Outra, a independência moral. (...)

Essas qualidades, pelo menos as duas primeiras, existem mais ou menos difusas por toda a massa da população rural; mas, onde se fazem preexcelentes e fulgem com brilho inconfundível é na nobreza fazendeira. Durante os dois Impérios, no governo dos municípios, na administração das províncias, nas lutas do Parlamento, no Paço, na organização dos partidos, por toda a parte e em tudo, sentimos o influxo prestigioso desses atributos primorosos, de que a penumbra discreta do viver rural, e não o tumulto vertiginoso do viver urbano, parece ser o laboratório inigualável. (Idem, 1987: 50-51).

A defesa que Vianna faz da moral tradicional rural, ligada a hierarquia dos clãs, cai em contradição com a crítica que o autor realiza na segunda parte do ensaio, direcionada ao insolidarismo, ao latifúndio e ao próprio sistema de reciprocidades assimétricas que está na base da solidariedade de clã. Essa tensão argumentativa pode ser pensada como constitutiva das ambigüidades de um autor conservador, que valorizava a coesão social, mas ao mesmo tempo buscava a construção de um Estado nacional moderno, com a instauração de uma ordem pública avessa ao domínio privado dos clãs. Mas também pode ser encarada sob outra perspectiva. Como constatou Brasil Jr., em sua juventude Vianna defendia a difusão da livre-iniciativa nos moldes anglo-saxões como forma de transformação do Brasil. Apenas em abril de 1914, que, encantado com a obra de Alberto Torres e através de missivas trocadas com este, Vianna passa a valorizar a ação estatal como instrumento de mudança e construção de uma ordem pública no país (Brasil Jr., 2007). Antes disso, ainda em 1910, em artigo intitulado *Democracia e Solidariedade (Estado do Rio)*, o autor apostava no “fortalecimento da iniciativa privada, através da missão pedagógica de uma juventude idealista” como melhor meio de combate ao insolidarismo (Ibidem: 107). A iniciativa privada deveria fazer com que as classes produtoras do estado do Rio de Janeiro se tornassem mais independentes do suporte estatal, como ocorria em São Paulo e começava a acontecer em Minas Gerais. Observamos que a conversão de Vianna à postura estatista não aconteceu de modo abrupto, antes apresentou importantes ambigüidades. Podemos verificar em um artigo publicado em 1916, em *O Paiz*, onde o autor defende que uma campanha civilista engendrada pela iniciativa privada da imprensa nacional poderia ser eficaz no combate à corrupção presente no Estado:

Basta que todos os jornais por uma combinação ou uma entente geral, se resolvam a colocar em plano inferior estas pequenas nugas da nossa existência social e política, para que todos os seus leitores as comecem a desramar e a aborrecer. (...) Um ano apenas que vigorasse esse acordo e o estado de espírito da nação estaria modificado (Mourão, 1916).

O artigo de Vianna é uma réplica a um texto de Abner Mourão³⁸, em que este criticara o projeto de revisão constitucional de Alberto Torres, no qual estava proposto o Poder Coodernador – uma espécie de Poder Moderador adaptado à República. Vianna replicara, pois considerava o projeto de Torres “um aparelho admirável que perfeitamente se adapta ao organismo nacional e lhe irá corrigindo e suprimindo os defeitos obstrutores de um bom e normal funcionamento” (Ibidem). Em sua tréplica Mourão ironizou o voluntarismo de Vianna: "e o generoso entusiasmo do Sr. Oliveira Vianna é de tal ordem, que ainda confia no valor de nossa imprensa, não só para a propaganda revisionista como em geral para a difusão de todas as altas idéias nobres" (Ibidem). Apesar de defender a ação da imprensa como meio de elevar o espírito da nação e superar a corrupção, Vianna já tecia, de modo concomitante, elogios ao projeto de centralização estatal proposto por Alberto Torres. Desse modo, misturava em seus argumentos as propostas de estímulo da iniciativa privadas com as de fortalecimento do poder central do Estado.

Esta mudança nas idéias de Vianna, que progressivamente deixou de crer na iniciativa privada e passou a apostar na centralização estatal como melhor forma de superação do insolidarismo, ocorreu em meados da década de 1910, momento em que começava a escrever *PMB-I*. Essas tensões das transformações de suas preferências políticas também podem ser percebidas no texto de seu livro de estréia. O elogio moral que Vianna faz da aristocracia rural na introdução de *PMB-I* pode ser pensado como um meio de valorizar e estimular a iniciativa privada desta classe social que esteve na vanguarda do processo colonizador, presente com “seu brilho inconfundível” em toda vida política do Império: nas organizações dos partidos, dos municípios às disputas no parlamento (Vianna, 1987: 50).

Tais argumentos caem em contradição com a crítica que Vianna faz – a partir da segunda parte de *PMB-I* – aos clãs rurais comandados pela aristocracia rural, que impediam a

³⁸ Abner Mourão foi um jornalista e político capixaba, que trabalhou em São Paulo dirigindo a *Folha da Manhã* e a *Folha da Noite* e no Rio de Janeiro, em *O Paiz*.

formação de uma ordem pública própria a um Estado nacional moderno no Brasil. Os partidos políticos e a atuação da aristocracia rural na política do Império passam a serem considerados apenas parte da ação coletiva dos clãs rurais, que agiam no espaço “público” buscando manter e ampliar seu poder privado. Nesta parte do livro os argumentos de Vianna já estão de acordo com a perspectiva do realismo político, típica da tradição do pensamento conservador brasileiro, ao qual aderira. Este pensamento remonta à vertente defensora da centralização estatal que parte de Visconde do Uruguai, passa por Silvio Romero e Alberto Torres até chegar, naquele momento, no próprio Vianna (Brandão, 2007). Vejamos como o autor muda de postura na descrição da associação política entre “senhor territorial” e seus “clientes” da plebe rural – que chamaremos aqui de pacto social de clã – presente na segunda parte do livro, no capítulo VIII, *Gêneses dos Clãs e do Espírito de Clã*, onde promove uma crítica ao insolidarismo:

Durante todo o período colonial, esses pequenos agregados se mostram de posse de um sensibíllissimo espírito de corpo, hoje, aliás, já muito enfraquecido nas zonas meridionais, mais ainda muito assinalável e vivaz nas dos sertões do norte. Então, o senhor territorial tem, como seu mais vivo punodor, o dever de rebater a injúria porventura feita aos seus rendeiros pelo proprietário vizinho ou pela autoridade local. Considera como acinte ou afronta à sua própria pessoa qualquer ataque ou injúria ao seu foreiro ou cliente, e não o deixa de modo algum ao desamparo. Da parte dos clientes há, por sua vez, o dever de fidelidade absoluta, mantido com nobreza cavalheiresca por esses humildes campônios: desde o dever de prestar, se for preciso, auxílio material na defesa do patrono até a obrigação iniludível de votar no candidato do chefe. Eles não faltam nunca a esses deveres e sentir-se-iam desonrados se não os cumprissem. É tamanha esta fidelidade que chega ao ponto do proprietário obrigar os seus rendeiros a jurar contra a verdade e a romper relações com o seu adversário judicial. O que provoca esta admoestação de Antonil: – “Este respeito nunca há de ser tal que

inclina a obrar contra a justiça, como seria jurar em demanda crimes ou cíveis contra a verdade, e pôr-se de mal com os que, com razão, se defendem (Vianna, 1987: 145).

Pelo menos três das quatro qualidades morais do homem rural brasileiro reaparecem: a fidelidade à palavra dada, a probidade e a respeitabilidade. E desta vez não são abordadas pelo viés positivo da construção da ordem rural, mas negativamente, como valores ligados à estrutura do grande domínio rural, que impedia a diferenciação social no Brasil e o surgimento de uma nação e de um Estado modernos. O aparelho jurídico do Estado é posto em segundo plano em relação à concepção de justiça dos clãs, o que impedia a popularização das noções e sentimentos de cidadania. *O pacto social de clã possuía preponderância sobre o contrato social moderno*. Fundamentado na rede de reciprocidades assimétricas dos clãs, ao mesmo tempo em que assegurava a ordem de dominação política e de classe da aristocracia rural, este pacto constituía uma *protocidadania*, com direitos e deveres que garantiam as mínimas condições de segurança para a vida dos homens livres pobres. Baseava-se comumente em acordos verbais e como não havia ordem pública a única garantia de cumprimento do pacto era o *código social da honra*, a confiança nas tradições, na moral e na palavra das pessoas pactuantes (Englander, 2009). Esta pode ser uma das razões sociológicas do elogio moral de Vianna à boa índole do povo brasileiro efetuado na *Introdução de PMB-I*. A “pessoa”, uma categoria social considerada em sua totalidade moral, pode ser pensada como similar a um *totem*³⁹, particular a cada clã. O pacto social de clã buscará resguardar esta totalidade das parcialidades dos demais clãs. Sob outra perspectiva, na segunda parte do livro, quando Vianna está mais preocupado com a formação do Estado nacional moderno no Brasil do que com o *status quo* da ordem rural, a totalidade moral das pessoas pertencentes aos clãs também passa ao segundo plano. O autor começa a defender valores mais próximos do

³⁹ Zanini, *Totemismo revisitado: perguntas distintas, distintas abordagens*, 2006.

indivíduo moderno, que age de modo independente na defesa de seus interesses e de sua classe. No entanto, acaba não encontrando este tipo social no contexto brasileiro.

Em *EPB* há a descrição de um processo semelhante ao que chamei acima de pacto social de clã. Mesmo sem usar o termo “clã”⁴⁰, ao descrever as condições de trabalho dos pequenos proprietários, agregados e rendeiros, Prado Jr. destaca a dependência destes em relação ao senhor do grande domínio rural e a troca de quase todas suas liberdades individuais por terras e proteção concedidas pelo senhor. Assim como em *PMB-I* e em um provável diálogo com as teses desse ensaio, toda a economia gira em torno do grande domínio rural: “o comércio estava limitado a pequenos mercadores ambulantes”, “quanto à indústria, ela se concentra nos próprios domínios rurais”, o que aumentava ainda mais a dependência em relação ao senhor⁴¹ (Prado Jr., 2007: 22). Os pequenos proprietários são “pouco mais que um servo”, suas plantações são “antes uma dependência do grande domínio do que outra coisa qualquer” (Ibidem: 28). Os agregados são o tipo social mais comum entre os homens semi-livres pobres, “escravos libertos ou mestiços espúrios – que vivem nos grandes domínios prestando aos senhores toda a sorte de serviços: guardas da propriedade, mensageiros etc.” (Ibidem: 28). Os rendeiros são uma derivação dos agregados, mas arrendam a terra pagando aluguéis em dinheiro, “ou mais comumente em produtos naturais ou em serviços” (Ibidem: 28). Tem a situação mais precária possível, pois “raramente se faziam contratos escritos, e mesmo não havia autoridades para os sancionar” (Ibidem: 28). Todos estes trabalhadores pobres e semi-livres da colônia sujeitavam-se ao domínio político do senhor para, em troca,

⁴⁰ A exceção de uma nota no capítulo IV, *O Império*, quando cita Vianna – sem especificar qual livro – para definir os dois partidos do Segundo Reinado, o conservador e o liberal: “Não se pode por isso dizer que as duas tendências políticas que assinalamos coincidam perfeitamente com os partidos do Império, que eram, muito mais que outra coisa qualquer, simples “*agregados de clãs organizados para a exploração em comum das vantagens do poder*” – como chamou Vianna –, à feição dos dois partidos que hoje observamos nos Estados Unidos, *Republicano e Democrata*” (Prado Jr., 2007: 98, grifos do autor).

⁴¹ Em *EPB* Prado Jr. não confere a mesma importância que Vianna à liberdade que a plebe rural tem, nas linhas de *PMB-I*, de migrar de um latifúndio para outro. Possivelmente, como apontaria nove anos depois em *FBC*, por se trocar apenas de senhor, mas mantendo a submissão ao regime de trabalho semilivre. Provavelmente por isso, em *EPB* e *FBC* os trabalhadores rurais são narrados como “semi-livres” e não como “livres”.

terem as mínimas condições de subsistência e segurança. Característica que aponta para uma fundamental continuidade entre *EPB* e *PMB-I*:

Na propriedade quem dominava incontestavelmente é o senhor. Todos os que se fixam em suas terras cedem, em troca da gleba que cultivam para seu sustento e da proteção que lhes outorga o senhor contra outros mandões do sertão ou a própria Justiça, praticamente, toda a liberdade. Ainda em pleno Império, discorrendo sobre os moradores dos engenhos pernambucanos, fundamentava Nabuco de Araújo os direitos dos senhores sobre eles (Ibidem: 28).

Podemos perceber uma implícita alusão à noção de anarquia branca, formulada por Vianna em *PMB-I*, quando Prado Jr. faz referência à proteção do senhor contra “outros mandões do sertão ou a própria Justiça” (Ibidem: 28). Em *EPB* assim como em *PMB-I* haveria o controle privado, por parte dos senhores rurais e seus dependentes, dos bens públicos do interior do Brasil. Processo que era mantido através da dominação pessoal dos senhores sobre seus subordinados e assim sendo a categoria “pessoa” continuava funcionando como um totem, devendo ser resguardada em sua totalidade moral. Em *EPB* Prado Jr. chega a fazer referência à fundamentação dos direitos dos senhores pelos seus servos, feita por Nabuco de Araújo para moradores de um engenho de Pernambuco, durante o Império, apontando para a continuidade da dominação pessoal dos chefes de clãs sobre os trabalhadores semi-livres até este período da história brasileira. O próprio caráter “*semi-livre*” do trabalhador que não estava sujeito à escravidão, termo também usado em *FBC*, está relacionado a esta sujeição moral de sua pessoa à pessoa do chefe de clã. Durante as revoltas ocorridas no período pós-Independência nacional, quando as camadas populares da sociedade brasileira se rebelarão contra as relações de classe⁴² relativas à estrutura social do latifúndio, o problema da

⁴² Em *EPB*, no primeiro século e meio da colonização a simplicidade da estrutura social ajudava a tornar evidente a poderosa dominação de classe da elite rural. Esta era tão acentuada que Prado Jr. chega a igualar trabalhadores escravos e semi-livres em apenas uma classe, enfatizando a exploração econômica em comum que sofriam: “Reduz-se em suma a duas classes: de um lado os proprietários rurais, a classe abastada dos senhores de engenho e fazenda; doutro a massa da população espúria dos trabalhadores do campo, escravos e semilivres. Da simplicidade da estrutura econômica – a terra, única, força produtiva,

dominação pessoal reaparecerá, desta vez de forma transfigurada. Como veremos adiante, os populares seriam seguidamente traídos em seus interesses pelas lideranças personalistas que comandavam as revoltas.

absorvida pela grande exploração agrícola – deriva a estrutura social: a reduzida classe de proprietários e a grande massa que trabalha e produz, explorada e oprimida” (Prado Jr., 2007: 29).

Capítulo III

Entender o passado para mudar o presente: clãs e passagens para Estado nacional

*“Se Pedro Segundo
Vier aqui
Com história
Eu boto ele na cadeia”*
Oswald de Andrade, Senhor Feudal.

3.1 Visões do passado: viagens a Minas Gerais como a experiência viva das origens rurais do Brasil

Vianna e Prado Jr. focam suas interpretações da formação nacional no passado rural da sociedade brasileira, proposta metodológica que permitiu a ambos os autores compreender a dimensão de processo (Botelho, 2009: 148) da passagem do rural à urbanização e à industrialização, que não ocorria em um vácuo de relações sociais (Brasil Jr. & Botelho, 2010: 234). Como Brasil Jr. e Botelho já pensaram em sua comparação entre o rural e o urbano em *PMB-I* e *Raízes do Brasil*, podemos aqui estender esta abordagem para *EPB* e *FBC*, considerando que “esses ensaios mostram-se extremamente sensíveis à maneira pela qual a urbanização e os regimes agrários preexistentes forçosamente interagem na definição do urbano” e ao modo “como essa interação produzia também conseqüências políticas cruciais e duradouras na sociedade brasileira” (Ibidem: 234). Podemos, portanto, afirmar que se Vianna e Prado Jr. pensam nas especificidades regionais do povo brasileiro, um fator que conferia unidade analítica a esta população eram suas origens rurais. Essa constatação proporciona ganhos heurísticos aos dois autores – embora, como veremos, em diferentes níveis – permitindo-os compreender quais as estruturas sociais criavam barreiras à formação da nação e à modernização capitalista do país. Em razão disso surge a preocupação tão grande de ambos em traçar a história do Brasil perscrutando as continuidades com o passado. Entender como essas estruturas se formaram tornava mais palpável propor como superá-las.

É interessante notar que ambos os autores usaram de suas viagens à região central de Minas Gerais – feitas em épocas diferentes – como um meio de verificação empírica do Brasil arcaico e rural. Assim fizeram pois este local manteria as características da família patriarcal, de acordo com Vianna, e das mais antigas tradições da colônia, em concerto com Prado Jr., justificando assim as escolhas de ambos pelas “continuidades”. Esta opção pode ser encarada como uma estratégia intelectual para a construção de uma história crítica do Brasil: abordar como as questões do passado tornavam-se um problema para o presente era um modo de defender a necessidade da mudança social.

As viagens a Minas Gerais, em especial a Ouro Preto, como método de conhecimento do passado nacional não ocorriam ao acaso e eram realizadas por diversos intelectuais brasileiros nas primeiras décadas do século XX. Tal tema foi pesquisado por Vanuza Moreira Braga em sua dissertação *Relíquia e Exemplo, Saudade e Esperança: o SPHAN e a Consagração de Ouro Preto* (Braga, 2010). Nela a autora demonstra como ao mesmo tempo em que perdia importância política – cedendo o posto de capital do estado para Belo Horizonte, em 1897 –, Ouro Preto passava por um processo de valorização simbólica, transformando-se em “cidade relíquia”, patrimônio vivo do passado nacional. O peso simbólico da cidade progrediu de acordo com os intelectuais os quais recebia e que transformavam suas impressões em textos e livros que valorizavam o passado político, artístico e religioso da cidade.

Braga nos dá cinco exemplos destacados dessas viagens. A primeira delas ocorre em 1893, ano em que Olavo Bilac e outros importantes intelectuais opositores de Floriano Peixoto buscaram refúgio na cidade, pois Ouro Preto estava livre do estado de sítio imposto no contexto da Revolta da Armada. Bilac, em companhia de Magalhães de Azevedo, Carlos de Laet, Emílio Rouede, Álvares de Azevedo Sobrinho, entre outros, tornaram a cidade um ambiente de agitação política e intelectual. Já em 1916, Alceu Amoroso Lima mostrou-se

insatisfeito com a situação de preservação da cidade e protestou por mais cuidado com a história do país em seu artigo *Pelo Passado Nacional*, publicado na Revista do Brasil. Em 1919, com somente 25 anos, Mário de Andrade foi a Ouro Preto para pesquisar as expressões religiosas da arte no Brasil. Seus estudos resultaram em quatro artigos publicados na Revista do Brasil, no ano seguinte, com o título *A Arte Religiosa no Brasil*. A quarta e mais conhecida viagem é a realizada pelo grupo de modernistas paulistas, reunidos numa caravana composta pelos escritores Mário de Andrade, Oswald de Andrade e o poeta franco-suíço Blaise Cendrars, a pintora Tarsila do Amaral, o jornalista René Thiollier, o advogado Godofredo Telles, Nonê, filho de Oswald e a fazendeira D. Olívia Guedes Penteadó. Esta última contribuiu para que o grupo ganhasse credibilidade entre as autoridades mineiras e visibilidade na imprensa local.

Por fim, em 1936 Afonso Arinos Melo Franco e Pedro Nava foram até a cidade, evento que resulta no livro *Roteiro Lírico de Ouro Preto*, publicado em 1937 por Afonso Arinos. Nele o autor descreve sua relação sentimental com a cidade e o reencontro com seus ancestrais e o passado de Minas Gerais. Ainda influenciado por essa viagem Afonso Arinos profere no IHGB, em 1938, a palestra *Inconfidência Mineira, Origens e Tendências Ideológicas*. Nesta ocasião defende que a inconfidência havia sido o evento mais importante da história política brasileira, pois teria conseguido inaugurar uma tradição, ao contrário da Independência, que “não teria sido capaz de firmar valores e símbolos sobre os quais, posteriormente, se cultivassem identidades políticas e culturais” (Braga, 2010: 47). A Inconfidência era considerada um marco, pois teria sido “o movimento pioneiro do processo de conscientização nacional” (Ibidem: 47).

Tendo em vista esses exemplos, realçamos que se o interior de Minas Gerais – e em especial, Ouro Preto – era considerado o lugar simbólico privilegiado para compreensão do passado brasileiro, essa representação não tinha um sentido unívoco, pois tal “tempo pretérito”

variava conforme o destaque conferido às continuidades ou rupturas com a vida social e política da colônia. Por meio destas distintas perspectivas das mudanças e permanências exprimia-se o processo no qual – acreditavam esses intelectuais – começava a se esboçar uma nação autônoma, com seus costumes e características peculiares. Braga resume esta crença coletiva valendo-se do pensamento de Gilberto Freyre para destacar o traço inconcluso desse processo, interrompido pela “reeuropeização” por qual passou o Brasil no século XIX:

A impressão que nos fica é que todos esses intelectuais acreditaram estar localizado no século XVIII, em Minas Gerais, o momento em que o Brasil começava a trilhar caminho próprio. Com uma cultura já insubmissa aos padrões europeus, o país estaria formando então uma elite pensante, capaz de sozinha escolher os rumos do país e que tem seu ponto máximo com a Inconfidência. Tudo isso teria sido interrompido no século XIX. Nesse sentido, voltar ao século XVIII significava voltar do ponto onde nossa civilização começava a dar certo, onde começávamos a firmar nossa identidade. O escritor pernambucano Gilberto Freyre em *Sobrados e Mocambos*, esboça uma análise semelhante, quando pondera que o Brasil no século XIX vive uma reeuropeização que interrompe o desenvolvimento de uma cultura autóctone (Ibidem: 49).

Tendo compreendido o contexto intelectual em que se inseriam vejamos agora como Vianna e Prado Jr. reconstroem em suas viagens, cada um ao seu modo, a representação de Minas Gerais como exemplo vivo do passado nacional. Vianna vai a Minas na segunda metade da década de 1910, em busca de um lugar tranquilo em que pudesse repousar e recuperar-se de uma doença da qual estava acometido. Suas observações sobre a região renderam artigos que ele publicou em jornais da época e na Revista do Brasil. Nesta, em agosto de 1920, publica o texto “Minas do Lume e do Pão”, no qual observa que o poder da vida privada – familiar, íntima e doméstica – mantinha-se mesmo em uma “cidade moderníssima” como Belo Horizonte. Esta, apesar de populosa, possuía ruas desertas, devido ao hábito do mineiro de

ficar no ambiente recluso, sossegado e familiar de suas casas. Impressões que remetem Vianna ao seu passado pessoal e rural, em Saquarema:

De Minas guardo também o encanto de me ter revelado um Brasil, de que eu tinha apenas uma lembrança muito vaga, porque lembrança da minha mais verde juvenildade: Brasil patriarcal, de que falavam meus avós, conservando ainda, quase intactos, esses nossos costumes, tão cheios de penetrante poesia, que a civilização dos litorais, na sua expansão incoercível, vai rapidamente destruindo”. (Vianna, 1920: 300).

O autor ainda destaca que estas *encantadoras* influências rurais, tão cheias de “penetrante poesia” na sociabilidade mineira, não ocorriam ao acaso. Eram derivadas do modelo econômico específico do grande domínio rural, que devido a sua atração centrípeta, provoca a simplificação da estrutura social e dos repertórios de ação coletiva aos estreitos limites das solidariedades de clã e de família, perpassadas pelas relações de poder patriarcais:

Essas influências rurais, é preciso acrescentar, contudo, não atuaram desta maneira apenas pelo fato de serem rurais; atuaram, modelando este feitio especial do caráter mineiro, porque se exerceram dentro de um regime econômico particular ao nosso povo – o regime do grande domínio rural, isto é, o latifúndio fazendeiro. Este é que, pela sua enormidade territorial, restringindo o círculo da sociabilidade, isola as famílias e as habitua à solidão (Ibidem, 1920: 298).

É interessante destacar as tensões do argumento de Vianna, que mesmo buscando superar os limites impostos pela solidariedade de clã, descreve com encantamento os antigos costumes do Brasil patriarcal. De modo simultâneo, faz uma crítica à estrutura social, mas não deixa de possuir uma identificação moral com os valores da família e da honra, hegemônicos no Brasil dominado pelos clãs. Em “Minas do Lume e do Pão” está presente um raciocínio semelhante ao de *PMB-I*: as proporções gigantescas dos latifúndios restringem os círculos de sociabilidade, isolando as famílias e as acostumando à solidão. Como vimos, neste texto escrito em 1920, o autor mantém-se fixado às suas próprias contradições. O “Brasil

patriarcal”, do qual falavam os avôs de Vianna, possui o “encanto” e a “penetrante poesia” nos costumes, que a civilização do litoral vai destruindo rapidamente, em seu processo inevitável de expansão. Que civilização do litoral era esta a que Vianna se referia? Era o espaço urbano, dos valores e costumes modernos, que chegavam da Europa e dos EUA e passavam primeiro pelas grandes cidades do litoral. Espaço urbano este que está ausente das páginas de *PMB-I*, sob a justificativa de que seria nas populações do interior que se encontrariam as “matrizes da nacionalidade” (Vianna, 1987: 18). Eram as populações do campo que forneciam as bases culturais e materiais das cidades, tanto as do interior quanto as do litoral, ao menos nos três primeiros séculos da história brasileira⁴³:

Toda a minha preocupação é, por agora, firmar e definir a caracterização das nossas populações do interior. Matrizes da nacionalidade, delas, do seu espírito, da sua laboriosidade, de seu afluxo humano, é que vivem as cidades do *hinterland* ou da costa, e crescem, e se desenvolvem. Silenciosa, obscura, subterrânea, a sua influência hoje, é, no passado, principalmente nos três primeiros séculos, poderosa, incontestável, decisiva (Ibidem: 18).

Porém, ao analisar o processo de mudança social que ocorria já no início do século XX – a chegada dos valores modernos no interior de Minas –, Vianna lamenta, saudosista, a ameaça que estes representavam aos valores patriarcais. O autor entrava novamente em contradição: ao mesmo tempo em que possuía uma identificação moral e estética⁴⁴ com os valores do Brasil patriarcal, desejava a superação da cultura política dos clãs rurais, que era constitutiva da tradição patriarcal. Essa tensão também aparece em *PMB-I*, no contraste entre

⁴³ Vianna possui uma cronologia própria em sua historiografia do Brasil. Buscando “ressaltar quanto somos distintos dos outros povos, principalmente dos grandes povos europeus, pela história, pela estrutura, pela formação particular e original”, o autor de *PMB-I* cria um marco temporal específico para a história do Brasil (Vianna, 1987: 15). O século do “descobrimento” é considerado o século I e assim Vianna conta até o século IV, referindo-se aos oitocentos.

⁴⁴ O que fica claro nas referidas passagens do texto *Minas do Lume e do Pão*, em que enaltece o “encanto” e a “penetrante poesia” do Brasil patriarcal, bem como no apreço que Vianna possuía pelo poeta parnasiano Alberto Oliveira. Assim como Vianna, Oliveira era oriundo de Saquarema e seus poemas que enalteciam as belezas naturais de sua terra natal – lócus dos conservadores do império – causavam grande admiração estética em Vianna (Brasil Jr., 2007).

o elogio moral à aristocracia rural, presente na *Introdução – A Aristocracia Rural*, e na *Primeira Parte – Formação Histórica*, e a dura crítica que faz aos clãs rurais a partir da *Segunda Parte – Formação Social*. As tensões da forma ensaio criam um impasse analítico: a narrativa de Vianna soa como se a esfera dos valores morais da aristocracia rural estivesse descolada da estrutura social e das práticas políticas dos clãs, comandados por essa mesma aristocracia. Talvez entendamos melhor essa questão se considerarmos o peso dos argumentos raciais, secundários, mas também presentes em *PMB-I*. De acordo com estes a aristocracia rural – devido a sua pureza racial conservada pelas austeras práticas da família patriarcal –, possuiria uma natural superioridade moral em relação ao povo do campo, adepto das práticas da mancebia, e, por isso, degenerado moralmente. A família fazendeira do século XIX é classificada como “a mais bela escola de educação moral do nosso povo”, organizando-se “à maneira austera e autoritária, típica da família romana” (Vianna, 1987: 49). Já entre a plebe rural o que domina é “a mancebia, a ligação transitória, a poliandria difusa”, por isso, em contraste com a família fazendeira, possui “uma estrutura instabilíssima” (Ibidem: 49).

No interior do latifúndio haveria uma grande mistura entre as três raças, especialmente devido aos portugueses, que tendo imigrado solteiros para o Brasil, buscavam “desafogo sexual” nestes “vastos e grosseiros gineceus, que são as senzalas” (Ibidem: 68). Mas essa mistura étnica com os escravos e também com os índios ocorreu apenas entre os membros da plebe rural, já que para Vianna a aristocracia mantinha um regime sexual austero⁴⁵, típico da família patriarcal romana. O que não poderia evitar que os mestiços – mulatos e mamelucos – predominassem sobre os “tipos originários”, branco, negro e índio. No entanto, tal ideal de pureza fez com que a mestiçagem se tornasse um critério negativo de distinção de classes. O que faz o mestiço buscar “expungir de si, por todos os meios, os sinais de sua bastardia originária” (Ibidem: 69), criando um preconceito contra o trabalho das roças,

⁴⁵ Tese que seria negada por Gilberto Freyre em *Casa Grande & Senzala*. Segundo Freyre os membros da aristocracia rural também interagiam sexualmente com seus escravos. Em especial, os homens da família fazendeira com as escravas (Freyre, 2001).

que é a principal tarefa material do negro⁴⁶. Como busca se diferenciar de índios e negros, mas não consegue espaço para se afirmar socialmente, pois o branco da alta classe o repele, o mestiço é um “desclassificado permanente” e “sua situação social é indefinida” (Ibidem: 70).

A pureza racial torna-se um critério de distinção entre as classes sociais, mas não apenas no nível analítico, também no nível valorativo. Como se pode constatar na análise de Nelson Werneck Sodré, em *A Ideologia do Colonialismo*, o racismo era inerente ao método de Vianna, influenciado por autores como Lapouge, Le Bon e Gobineau (Sodré, 1984). Desta maneira, os argumentos raciais presentes na primeira parte de *PMB-I* proporcionam a legitimação da dominação de classe da plebe rural mestiça pela aristocracia rural, justificada pela superioridade eugênica e, dela diretamente decorrente, supremacia moral dos grandes proprietários:

No meio da corrupção colonial, onde o ‘ultra aequinotialem non peccari’, de Barleus, é o princípio dominante da conduta, eles guardaram as belas qualidades peninsulares, o espírito cavalheiresco, o culto da honra, o amor das aventuras e também aquela ‘portuguesa alta excelência de lealdade firme e obediência’” (Vianna, 1987: 77).

A elite rural era associada, de modo articulado, tanto à ordem da honra e da lealdade quanto à iniciativa privada da aventura colonizadora. Por outro lado, os indivíduos originalmente portugueses pertencentes às classes inferiores eram degradados moralmente pela poligamia e pela decorrente mestiçagem racial, o que não os impedia, contudo, de contribuir na expansão colonizadora:

Justificando o aforismo de Barleus, degradam-se pela corrupção e pela miséria, pela ociosidade, pela poligamia intensa, e perdem, pela mestiçagem, a pureza de sangue e de caráter, [mas] eles se conservam puros e estremos, mantendo,

⁴⁶ Neste ponto Vianna oferece uma explicação diferente da de Sérgio Buarque de Holanda para a aversão dos homens livres ao trabalho braçal. Em *Raízes do Brasil* a causa dessa repulsa era a influência da cultura personalista ibérica, na qual todos querem mandar e serem fidalgos. Já em *PMB-I* a explicação da aversão do mestiço livre ao trabalho braçal exercido pelo escravo africano na lavoura é a vontade de se distinguir do negro e se aproximar da “raça” mais poderosa, *branqueando-se*.

intactas, as qualidades nobres e heróicas da raça, que as lutas com o selvagem e a educação varonil do sertanismo endurecem e retemperam ainda mais (Ibidem: 77).

Como vimos, mesmo se do útil a aventura colonizadora, a plebe rural é considerada uma degeneração dos primitivos colonizadores. A tese da degeneração decorre da crença de Vianna na idéia de Lapouge, presente em *Sélections Sociales* (1896), segundo a qual “só emigram os caracteres [de uma raça] fortes, ricos de coragem imaginação e vontade” (Idem, 1987: 76). Assim, se por um lado a plebe rural conservou caracteres nobres e heróicos da raça portuguesa, o que lhe permitiu assumir uma postura construtiva na colonização, por outro, teve seu caráter corrompido, o que marca uma inferioridade moral em relação à elite rural. O antropólogo Luiz de Castro Faria lembra em seu livro sobre a produção intelectual de Vianna (Faria, 2002), que se Lapouge obteve popularidade, nunca conquistou prestígio científico na Europa. Desse modo, suas citações por Vianna – que soam como uma reivindicação de autoridade e legitimação científica –, são despropositadas, inserindo-se em uma proposta ideológica de política racial interna à conjuntura brasileira:

Aqui, apesar do que se dizia especificamente de nós, gozava fama e era reverenciado. Na verdade, adotava-se sua versão da teoria da evolução porque era decerto a que melhor servia a uma certa ideologia – ao mesmo tempo explicava a inferioridade do mestiço e justificava a superioridade de uma “raça histórica” e o seu papel no mundo (Faria, 2002: 58).

Perceber as tensões inerentes à descrição que Vianna faz da sociedade mineira e o saudosismo com que descreve os costumes do Brasil patriarcal – ameaçados pela expansão da civilização do litoral –, contribuem para que se entenda melhor as tensões constitutivas ao texto de *PMB-I*. Neste livro, ao mesmo tempo em que faz um elogio moral ao Brasil patriarcal, especialmente à aristocracia rural, como vimos acima, Vianna também busca romper com a estrutura social que dá forma aos clãs rurais. Essa contradição pode ser fruto da separação

epistemológica que Vianna faz entre as boas qualidades morais, relativas à categoria “raça”, – proveniente principalmente de Lapouge – e as péssimas qualidades sociológicas dos clãs rurais, relativos à categoria “solidariedade social” – oriunda da Escola de Le Play. Constatase um limite sociológico no método de Vianna, incapaz de pensar a moral como algo proveniente das relações sociais. Em decorrência disso a superação da estrutura social do Brasil patriarcal deveria ser acompanhada da preservação dos bons valores morais da raça, *mudar-conservando*, o que pode ser pensado, como veremos mais detidamente a seguir, como a defesa da transformação dentro da ordem. Finalmente, *os argumentos raciais, ainda que secundários em PMB-I, complementam os argumentos sociológicos no que tange à incapacidade de auto-organização da plebe rural*. Ao mesmo tempo em que o latifúndio exerce uma função simplificadora sobre a estrutura social, impedindo a formação dos agentes sociais modernos – comércio, indústria, classe média no campo e na cidade – ele também é o *locus* da miscigenação da plebe rural com negros e índios, fator que causa a degeneração racial daquela. Disso decorre a decadência moral dos homens livres pobres, provocada diretamente por fatores biológicos, sem a mediação de determinantes sociais. A miscigenação é apontada como a causa da instabilidade moral da plebe rural, reforçando o argumento principal de *PMB-I*, o da função simplificadora do grande domínio rural, no que tange a ineficácia organizativa dos homens livres pobres.

Passemos a Prado Jr., que durante o período em que escrevia *FBC*, fez duas viagens a Minas Gerais, acompanhando Flávio de Carvalho, pintor modernista e seu amigo. Naquele contexto, no início dos anos 1940, a ida a Minas tinha um significado simbólico mais denso do que a viagem feita por Vianna, ainda na década de 1910. Prado Jr. repetia o itinerário dos modernistas de 1922 e dos professores da USP da chamada “missão francesa” (Iumatti, 2007: 67), que consolidaram as viagens a Minas Gerais como meio metodológico de se aproximar o quanto fosse possível da vivência do Brasil-colônia em seu estado de pureza conservada. No

seu manuscrito de março de 1940, *Viagem a Ouro Preto*, o autor destaca a manutenção das “antigas tradições”, que sofreram apenas mudanças superficiais, mas ao contrário de Vianna, observa as transformações econômicas e sociais nas grandes cidades mineiras:

O objetivo era Ouro Preto, a Semana Santa em Ouro Preto, que numa cidade estagnada há mais de cem anos, com sua arquitetura, suas igrejas velhas de quase dois séculos faria reviver a meus olhos as mais antigas tradições do Brasil-colônia. Nenhum lugar mais indicado neste país para assistir a Semana Santa que Minas. Em nenhum outro se guardou tão viva essa tradição das solenidades da Semana Santa, que se permanecem em toda a parte, ou decaíram em importância, ou se acrescentaram elementos novos, contribuições de fora que não existem numa região que permaneceu como sempre foi. Nisto, como, aliás, em tudo mais. As transformações em Minas apenas se notam, não arranham por enquanto senão a superfície da vida mineira que no fundo é a mesma do passado. Refiro-me naturalmente àquela Minas tradicional, das lavras de ouro, da mineração de pedras e metais preciosos. Não falo em Belo Horizonte que é de ontem; nem de indústria e do cosmopolitismo de Juiz de fora (...). (Ibidem: 67-68).

Sobretudo por influência simbólica dos modernistas e dos professores da missão francesa da USP, Prado Jr. também idealizava uma conservação pura da vida mineira dos tempos da colônia, contudo, não percebemos neste autor o mesmo saudosismo presente nos argumentos de Vianna. Se, em 1920, Vianna temia as mudanças provenientes da civilização do litoral, já em 1940, Prado Jr. constata apenas transformações superficiais na vida mineira, que no fundo continuava sendo a mesma do passado. À exceção das grandes cidades: a nova Belo Horizonte e a cosmopolita e industrializada Juiz de Fora. As mudanças sociais proporcionadas pela urbanização e pela industrialização nessas cidades não são abordadas sob o viés saudosista em relação ao Brasil patriarcal, como em Vianna. Enquanto neste há o *ethos* de uma moral a ser conservada, pelo contrário, os apontamentos de viagem de Prado Jr. fazem vislumbrar a epistemologia presente em *FBC*, na qual o Brasil dos clãs patriarcais era

constitutivo do mesmo Brasil caracterizado pela “ausência de nexos moral”. As relações sociais e a moral são sociologicamente interligadas pelos “tênuos e sumários laços” oriundos do trabalho servil:

Raças e indivíduos mal se unem, não se fundem num todo coeso: justapõe-se antes uns aos outros; constituem-se unidades e grupos incoerentes que apenas coexistem e se tocam. Os mais fortes laços que lhes mantêm a integridade social não serão senão os primários e mais rudimentares vínculos humanos, os resultantes direta e imediatamente das relações de trabalho e produção: em particular, a subordinação do escravo ou do semi-escravo ao seu senhor. Muito poucos elementos novos se incorporarão a este cimento original da sociedade brasileira, cuja trama ficará assim reduzida quase exclusivamente aos ténues e sumários laços que resultam do trabalho servil. (Prado Jr., 2007b: 341).

Em Prado Jr. a fragilidade das associações coletivas restritas a vínculos rudimentares relativos às relações de trabalho e produção, são causa e consequência da ausência de nexos moral. Ambos, moral e organização social, são explicados através da análise das relações sociais. Há uma mudança de nível teórico-metodológico em relação *PMB-I*, onde as relações sociais explicam o quadro de insolidarismo através da função simplificadora do grande domínio rural, mas são as teses raciais originárias da antropossociologia que explicam a boa condição moral do povo brasileiro, em especial a da aristocracia rural, conservada em sua pureza racial. Verifica-se em *FBC* uma sofisticação do método de interpretação sociológica, com importantes ganhos heurísticos em relação às teses raciais presentes em *PMB-I*. Não há em *FBC* a busca por uma “raça histórica”, como Castro Faria aponta que ocorre em *PMB-I* (Faria, 2002). No ensaio de Prado Jr. a procura pelos agentes portadores da mudança social ocorre através de critérios estritamente sociológicos.

Outro ponto importante a se destacar das viagens a Minas Gerais feitas por Prado Jr. é o modo como o autor aborda os espaços urbanos. Em outra mudança de grau explicativo em

relação as idéias de Vianna em *PMB-I e Minas do Lume e do pão*, o mundo rural não é considerado o único lócus das matrizes da nacionalidade, pois tanto em *EPB* quanto em *FBC* campo e cidade estão interligados numa relação de troca dinâmica e complexa. A ação coletiva da revolta dos cabanos, no Pará, narrada em *EPB*, parte do campo, chega à cidade e nela conquista o poder político. A revolta dos praieiros, em Pernambuco, tem um caráter urbano, pois o Partido da Praia e seus partidários estavam situados em Recife. Já a revolta dos balaios, a mais desorganizada e despolitizada das três sublevações historiadas, ocorre no interior rural do maranhão. Em *FBC* é nos centros urbanos onde se situa a principal organização coletiva do processo da Independência nacional, a maçonaria. Para Prado Jr. a vida social e política das cidades são fundamentais – em si e em sua relação com o campo – para se pensar as novas formas de ação coletiva que surgiam na passagem dos poderes locais dos clãs para o Estado nacional, assim como as continuidades com as associações dos clãs patriarcais, rurais, inseridos neste lento processo de nacionalização e urbanização. Se em *PMB-I* Vianna não encontra formas de ação coletiva para além dos clãs rurais, Prado Jr. as localiza em especial nos momento de revolta coletiva, na Independência nacional, em *FBC*, e nas revoltas regenciais, em *EPB*. A seguir, buscaremos analisar como cada um desses dois autores entendeu o processo de formação de novos repertórios de ação coletiva na sociedade brasileira.

3.2 Oliveira Vianna e Caio Prado Jr. em busca de novos repertórios de ação coletiva.

Nesta parte tentar-se-á compreender, de acordo com as propostas de Botelho (2007; 2009), como as tensões do processo histórico de passagem do poder local à autoridade do Estado nacional são narradas no interior dos textos de *PMB-I*, *EPB* e *FBC*, bem como a redinamização do repertório de ação coletiva que ocorre neste interim.

Em *PMB-I* o repertório de ação coletiva do Brasil limitava-se, sobretudo, à esfera privada dos clãs, que adentravam o poder público e faziam uso do Estado em favor de seus interesses particularistas. Vianna pensa essa questão como uma contradição entre Estado e sociedade: assim como ocorrera no Império, também na República seria através da centralização do poder estatal que se entraria em conflito com os padrões de orientação da conduta pertinentes à solidariedade de clã e se instauraria uma ordem pública. Sob o domínio do poder local, a justiça, a polícia, o recrutamento militar, as assembleias e corporações municipais, todos estavam tomados pelo espírito de clã. Usarei aqui, como exemplo do domínio do poder privado e local sobre os órgãos públicos do Estado, o uso do poder judiciário para efetivar uma ação coletiva típica dos clãs, as vinditas, quando as diferentes facções locais entravam em confronto entre si:

Os juízes jogam, com uma das suas principais atribuições, uma arma que, podendo ser manejada contra os homens de qualificação, é das mais terríveis: – a faculdade de tirar “residências” e proceder “devassas”, só abolida em 1821. Essa faculdade é usada com o arbítrio mais odioso. É o enxovalho, a vindita, a perseguição legalizada – “campo aberto a todas as facções para se digladiarem, o vasto laboratório da calúnia e difamação, elevado pela lei ao caráter de instituição regular e permanente”. (Vianna, 1987: 134).

Desta feita, ao contrário do processo histórico inglês – paradigma comparativo de Vianna – no qual o Estado central representava um poder opressor, no caso brasileiro era a centralização estatal que poderia garantir as liberdades civis da plebe rural, libertando-a da dominação autoritária do poder privado e local dos senhores de terras⁴⁷:

Por outro lado, o poder central, o grande opressor das liberdades locais e individuais nos povos europeus, exerce aqui uma função inteiramente oposta. Em

⁴⁷ Podemos perceber como este processo de centralização ocorre gradualmente na história brasileira narrada em *PMB-I*. Seja implicitamente, p. ex., quando Vianna fala do fim da faculdade de tirar residências e proceder devassas, abolida em 1821, ano da independência. Ou explicitamente, quando elogia a centralização estatal ocorrida no reinado de D. Pedro II.

vez de atacá-las, é ele quem defende essas mesmas liberdades contra os caudilhos territoriais, que as agridem. Estes é que, de posse do poder local, ou apenas com a sua capangagem, ameaçam as cidades, as aldeias, as famílias, com as suas brutezas, as suas vinditas, os seus cercos, os seus saqueios, os seus massacres. O poder central sempre intervém para garantir aos cidadãos na integridade dos seus direitos o gozo das suas liberdades, na inviolabilidade do seu domicílio ou da sua pessoa. (Ibidem: 253).

Este raciocínio, que assume uma perspectiva dualista, separando Estado e sociedade de modo abstrato e focando-se no conflito entre o poder central e os clãs, é hegemônico na quarta parte de *PMB-I, Psicologia Política*. Mas esta tese pode ser tensionada com outro argumento – de peso menor na economia dos argumentos do livro, mas não por isso desimportante – presente na terceira parte de *PMB-I, Formação Política*. Segundo este, desde o século III a sociedade colonial passava por um gradual processo de centralização estatal, comandado pelo governo da metrópole com o objetivo de aproximar os clãs da autoridade pública e unificar num poder soberano todos os órgãos governamentais da colônia. Sob esta proposta o dualismo “público X privado” era mantido, mas o Estado não entrava em conflito aberto com os clãs, buscando a superação progressiva desses pelo poder público:

O desenvolvimento progressivo e rápido das capitâneas gerais; o aumento da força material das autoridades locais; a multiplicação dos centros municipais, das vilas, das cidades, dos termos, das comarcas, tão largamente operada durante o correr do III século; a diminuição dos poderes do senado, das câmaras, reduzidos às suas atribuições de polícia fiscal e serviços de pontes, estradas e canais; a restrição da área jurisdicional dos capitães-mores, realizada com regulamento de 1709, e, conseqüentemente, o aumento da sua eficiência disciplinar; tudo isso patenteia, com meridiana evidência, o duplo objetivo do governo da metrópole: - *aproximar dos caudilhos a autoridade pública; centralizar num poder supremo todos os órgãos do governo da colônia*. (Ibidem: 187, grifo do autor).

Durante o período regencial este processo de centralização é momentaneamente interrompido pelo Código de Processo de 1832, de inspiração liberal, que concede poder aos municípios e províncias. Com as mudanças introduzidas pelo Código os principais órgãos do governo local – a polícia, a justiça e a administração – voltavam a ser de responsabilidade exclusiva da autoridade local. Assim, rapidamente o país voltou à “fase anárquica do II século: – e o velho caudilhismo local revive e refloresce, com exuberância e energia” (Ibidem: 188). Isto ocorreu, segundo Vianna, porque as idéias liberais possuíam um caráter inevitavelmente amorfo e inadequado quando aplicadas em território brasileiro, teriam um caráter de cópia fraudulenta e por isso seriam, *a priori*, politicamente ineficazes para a construção da nação. A descentralização liberal teve como consequência o retorno da insegurança pública ligada ao mandonismo privado dos clãs:

Dessa contrafação do *self-government* americano não é, porém, a ordem que sai, como não podia sair; mas, sim, a intranqüilidade, a violência, a desordem e, por fim, a anarquia. Entronizados nos cargos locais, fortes pela enorme força política que o Código do Processo lhes dá, os potentados territoriais renovam, como no segundo século, as suas tropelias e vinditas. Os nossos sertões mais uma vez se alastram do fogo das lutas das facções. Mais uma vez o sangue fratricida avermelha os nossos campos. (Ibidem: 189).

Esta desordem do poder local, provocada pela “hostilidade” e “força pessoal dos caudilhos”, foi combatida com a implementação do Ato Adicional de 1840 (Ibidem: 190). Este fortaleceu o poder provincial, que se tornara o responsável pela repressão dos caudilhos municipais, pois as províncias passavam a controlar “todos os cargos públicos, postos pelo Código do Processo nas mãos dos grandes chefes locais”. (Ibidem: 191). Mas neste trecho novamente aparece uma tensão nos argumentos de Vianna. Por um lado a “absorção do município pela província” fazia parte de um movimento de “centralização progressiva”, constituía “hegemonia do poder público” que passava a exercer “sua preponderância sobre o

poder doméstico, o poder pessoal, o poder privado do indivíduo, da família e do clã.” (Ibidem: 191).

Por outro ângulo, na página seguinte o raciocínio de Vianna muda e a centralização limitada às províncias passa a ser insuficiente, pois “não destrói o caudilhismo. Em vez disso, esmagado no município, ele surge, mais temível ainda na província.” (Ibidem: 192). Passava a existir a figura do “caudilho provincial, o chefe dos chefes da caudilhagem local. Hoje chamá-lo-íamos oligarca” (Ibidem: 192). Este, por sua vez, era o chefe provincial do partido conservador ou liberal e fortalecido colocava em risco a própria unidade nacional. Foi apenas com a retomada do processo de centralização, através da Lei da Interpretação, de 1840 – que “tem sua cristalização mais perfeita” expressa na reforma processual de 3 de dezembro de 1841 – que o poder central ganhou meios de se contrapor aos clãs provinciais. Todos os órgãos policiais e de repressão criminal passavam para o controle do governo nacional (Ibidem: 195). As revoltas regenciais - que tem um peso muito pequeno na economia dos argumentos de *PMB-I* – são consideradas por Vianna “os últimos protestos, as últimas reações do poder provincial contra a ascendência do poder central”, passam por forte repressão pela “metralha do exército”, que as “dizima e varre.” (Ibidem: 196). A Lei de Interpretação e a Lei de Reforma permitiram que o II Império fosse instaurado e inaugurasse uma espécie de *pax romana* à brasileira:

“É nesse período da história nacional que a autoridade pública se revela na sua plena eficiência: acatada, considerada, obedecida, cheia de prestígio e ascendência. O tumulto antigo, a antiga contumácia dos potentados, o banditismo antigo, tudo está abatido e extinto.” (Ibidem: 196).

Constatamos uma retórica presente em *PMB-I*, referente à defesa da necessidade de centralização, na qual o poder central seria o único agente social hábil para combater o poder privado dos clãs e com isso instaurar uma ordem pública capaz de garantir a unidade nacional. E se o autor chega a mencionar um processo progressivo de centralização que aproximaria os

clãs da autoridade pública, garantindo a hegemonia desta última, o argumento que prevalece no ensaio é o do conflito aberto entre clãs e poder central. Só quando este consegue obter as condições materiais que lhe garantiriam o monopólio da violência física, através do controle total sobre as forças policiais e criminais, é que a ordem pública se instaura. A passagem das formas de solidariedade locais para as nacionais era encarada sob uma perspectiva disjuntiva relativa ao dualismo “Estado X Sociedade”. O poder privado dos clãs que dominavam a sociedade se opunha frontalmente ao *modus operandi* de uma autoridade pública moderna. Esta razão dualista excluía a possibilidade de mediações entre os padrões societários e o funcionamento do Estado nacional, que só poderia ocorrer, portanto, com rápida extinção do mandonismo local dos clãs rurais.

Já Prado jr., como marxista, não pensava nos termos de uma oposição entre Estado (poder central) e sociedade (clãs rurais), aborda o aparelho estatal como um instrumento de poder da classe dominante, os senhores de terras. Considerava que o poder soberano, efetivo, não era estatal. Estava situado na ordem privada dos clãs, no domínio territorial dos grandes proprietários, representantes do setor “orgânico”, a parcela organizada da sociedade colonial. A questão da relação entre Estado e sociedade é abordada em *FBC* no capítulo *Organização Social*, onde, como vimos acima, o autor trava um diálogo com as idéias de Vianna, desenvolvendo a categoria “clã patriarcal”:

E em tal terreno, um logo ocorre que, com a escravidão que lhe constitui a base essencial, domina o cenário da vida na colônia: é o “clã patriarcal” – emprego uma expressão já consagrada –, unidade em que se agrupa a população de boa parte do país, e que, na base do grande domínio rural, reúne o conjunto de indivíduos que participam das atividades dele ou se lhe agregam; desde o proprietário que do alto domina e dirige soberanamente esta pequena parcela da humanidade, até o último escravo e agregado que entra para a sua clientela.

Unidade econômica, social, administrativa, e até de certa forma religiosa. (Prado Jr., 2007b: 286).

Primeiro reparemos que Prado Jr. diz empregar “uma expressão já consagrada”, a dos clãs patriarcais. Termo que ganha consagração com *PMB-I* e volta a aparecer nos demais livros de Vianna, não necessariamente com o uso do adjetivo “patriarcal”. No entanto, o historiador paulista propõe uma nova solução analítica para a questão da governabilidade no Império, ou em termos sociológicos, para *o problema da ordem*. O desfecho não ocorre como em Vianna através do conflito entre poder público e senhores de terras, mas antes em virtude do reconhecimento dos limites do poder estatal e da efetividade do poder local, soberano, dos chefes dos “clãs patriarcais”. Uma mudança de nível explicativo que permitiu a Prado Jr. compreender a associação e a complementaridade entre Estado nacional e clãs, que fortalecia a ambos – simultaneamente – através da ação das ordenanças. Tal aliança obteve sucesso, porque ampliava a abrangência do Estado sem visar o fim da sociedade dominada pelos clãs, reconhecendo, antes, a efetividade desta hierarquia social:

Note-se que tudo isto não é determinado por nenhuma lei: nasceu das circunstâncias imperiosas que a vastidão do território e a dispersão da população impunham a uma administração muito mal aparelhada para a tarefa. É uma simples situação de fato e não de direito; mas graças a ela, a colônia se tornou governável. O que facilitou a tarefa das ordenanças, dando força efetiva à hierarquia que representam, e permitindo-lhes o exercício das funções que nelas encontramos foi a preexistência na sociedade colonial de uma hierarquia social já estabelecida e universalmente reconhecida. Assinalei noutro capítulo este aspecto da organização da colônia, disposta em “clãs” que se agrupam em torno de poderosos senhores e mandões locais, os grandes proprietários, senhores de engenho ou fazendeiros. Tal estrutura social abriu caminho para o estabelecimento das ordenanças: não houve mais que oficializar esta situação de

fato, constituir com aqueles “clãs” os corpos destas últimas. E foi o que se fez colocando chefes e mandões locais nos postos de comando das ordenanças. Revestidos de patentes e de uma parcela de autoridade pública, eles não só ganharam em prestígio e força, mas se tornaram em guardas da ordem e da lei que lhes vinham ao encontro; e a administração, amputando-se talvez com esta delegação mais ou menos forçada de poderes, ganhava, no entanto, uma arma de grande alcance: punha a seu serviço uma força que não podia contrabalançar, e que de outra forma teria sido incontrolável. E com ela penetraria a fundo na massa da população, e teria efetivamente a direção da colônia. (Ibidem: 327).

Esta questão marca uma mudança de grau fundamental entre Prado Jr. e Vianna. Se o historiador paulista usa o mesmo termo que o sociólogo fluminense, “clã”, acrescentando-lhe o adjetivo “patriarcal”, de modo diferente de Vianna ele não constrói uma oposição abstrata entre Estado e sociedade. Isto o levaria a uma visão idealizada do poder central, como o portador de um corpo de burocratas situados além dos interesses dos grupos e classes sociais presentes na sociedade brasileira. Prado Jr. mostra como o processo de centralização estatal ocorrido no período pombalino e desenvolvido no pós-Independência (como constata-se em *EPB*) não se voltou contra os clãs patriarcais, mas foi realizado em associação com estes, através das ordenanças⁴⁸. Estas podem ser pensadas como portadoras de um novo repertório de ação coletiva, que surge na passagem das formas de solidariedades locais para as formas de solidariedades nacionais, abordadas sobre uma perspectiva não disjuntiva (Bendix, 1996; Tilly, 1996). Ao mesmo tempo em que os mandões locais aumentavam seu prestígio e sua força ao serem nomeados chefes das ordenanças, o Estado ganhava um aliado fundamental à

⁴⁸ Para realçar esta diferença analítica vejamos como Vianna aborda as tropas de “ordenanças” em *PMB-I*. Elas não são descritas como aliadas do poder central, mas antes como expressão do desconcerto entre leis e práticas políticas, servindo como instrumento de autoridade dos clãs locais e seus comandantes, os capitães-mores, classificados como “homens de clã”: “Estes incluem na sua competência atribuições judiciárias, administrativas, policiais e militares. São os delegados de polícia das aldeias. Comandam as tropas de “ordenanças” – sorte de força local, paga pelas câmaras e conselhos. São também os chefes de serviço do recrutamento. Os seus poderes são definidos em leis, com minudência e precaução; mas, na prática, tais poderes tornam-se perfeitamente arbitrários. Eles se fazem os pequenos ditadores das localidades. São os tiranetes das aldeias, os régulos dos campanários” (Vianna, 1987: 137).

manutenção da unidade territorial da colônia portuguesa e, posteriormente, do Estado brasileiro. Deste modo o poder central promovia a expansão do controle público sob o interior rural e simultaneamente obtinha o apoio do poder local dos clãs, contra os quais não possuía forças para se opor.

Com os ganhos heurísticos obtidos pela abordagem analítica presente em *FBC* não se verifica uma contradição entre público e privado, como em *PMB-I*, e sim uma *unidade contraditória*: enquanto os clãs faziam uso privado das instituições locais do Estado, por sua vez, a administração pública, ao mesmo tempo em que conferia status oficial ao poder dos clãs, se valia deles através das ordenanças para garantir a governabilidade colonial. Todavia, essa “adaptação forçada” não era capaz de criar a hegemonia da ordem pública, pois findava por legitimar o mandonismo local dos chefes de clãs. Com o conseqüente predomínio do poder privado a segurança pública tornava-se precária, compondo uma situação análoga a da *anarquia branca*, descrita por Vianna em *PMB-I*. E em *FBC* há ainda o advento deste problema também estar presente nos centros urbanos: a “insegurança foi sempre a regra, não só nestes sertões despolicados que constituem a maior parte da colônia, mas nos próprios grandes e maiores centros, à sombra das principais autoridades” (Prado Jr, 2007b: 344).

Tendo investigado as ações coletivas pertinentes às relações sociais de clã, o que existiria para além delas na sociedade brasileira? Neste ponto Vianna é mais pessimista do que Prado Jr. A não ser em formas de solidariedade episódicas e descontínuas – quando os fazendeiros paulistas se uniram em conflitos contra os jesuítas e posteriormente contra os reinóis, na guerra dos emboabas; ou quando os oligarcas do Maranhão se associaram para derrotar os comerciantes locais –, o sociólogo fluminense não encontra outros tipos de associações coletivas para além da solidariedade de clã (Bresciani, 2005: 333). Mesmo os bandeirantes são encarados como um “fragmento do latifúndio” (Vianna, 1987: 75). Em um exercício de abstração o autor chega a comparar a sociedade brasileira com todas as

sociedades em geral, sejam bárbaras ou civilizadas, e destaca que o homem do campo não goza da proteção de solidariedade de casta, classe, família ou raça, como seria comum em outras formações sociais. Sua única proteção contra a anarquia branca é a associação com um clã rural específico.

Já Prado Jr. busca analisar em *EPB* as ações coletivas das classes dominadas, com o objetivo entender o porquê dos seus insucessos nas revoltas populares do pós-Independência. O historiador paulista chega a encontrar movimentos revoltosos com relativa organização social e política, que, à exceção da rebelião dos cabanos⁴⁹, eram iniciados pela ação de homens livres defensores da democracia radical, em geral provenientes das camadas médias urbanas. Estes indivíduos compuseram a ala democrática radical do Partido Brasileiro, na revolta da Independência; o jornal *O Bem-te-vi*, na Balaiada; e o partido da Praia, na revolta praieira. Mas a conclusão a que Prado Jr. chega *relativiza*⁵⁰ a própria idéia de ação coletiva. Os democratas das camadas médias, em sua aliança com os membros das classes populares, não possuíam interesses nem ideologia em comum bem definidos, o que prejudicava a coesão da ação em comum. Se o autor constata a existência de ações revoltosas, por outro lado destaca que elas não alcançavam a organização necessária para saírem exitosas no embate de classes contra a aristocracia rural:

Quanto à população livre das camadas médias e inferiores, não atuavam sobre ela fatores capazes de lhe dar coesão social e possibilidades de uma eficiente atuação

⁴⁹ Em *EPB* a rebelião dos cabanos é a única em que não há uma organização na qual os revoltosos estejam atrelados. A revolução popular consegue chegar ao poder político através do levante armado realizado pelas “populações rurais” (Prado Jr., 2007: 74). Contudo, nesta revolta outros agentes sociais cumprem a função de difundir as idéias revolucionárias e, por outro lado, traírem o movimento no momento de sua radicalização, como faziam os democratas radicais. Como difusor das idéias, “um antigo jornalista do Maranhão, Vicente Ferreira Lavor, fazia ouvir em Belém, pelo periódico *A Sentinela*, sua inflamada voz revolucionária” (Ibidem: 75). E entre os traidores do movimento estavam duas diferentes lideranças individuais. Primeiro Felix Antônio Clemente Malcher e posteriormente até mesmo o lavrador, Francisco Pedro Vinagre, ambos, assim que assumiram o poder, protestaram fidelidade ao imperador, a contragosto dos revoltosos.

⁵⁰ Uso a idéia de relativização pois considero que Prado Jr. não nega a existência das ações coletivas das camadas médias e populares, mas destaca que elas não assumiam um caráter de classe, conforme o autor, munido com o método marxista, buscava encontrar. Tal análise de Prado Jr. só foi possível pelo fato de o autor não se prender aos dogmas da ortodoxia marxista e pensar como a ação coletiva ocorrera com características específicas (precárias) na história do Brasil.

política. Havia nela a maior disparidade de interesses, e mais do que classes nitidamente constituídas, formavam antes simples aglomerados de indivíduos.

(Prado Jr., 2007: 68)

Em *EPB* Prado Jr. promove uma dura crítica à aliança de classe dos movimentos populares revoltosos com as “camadas médias” da população, sem especificar quem comporia esse setor da sociedade. As poucas informações presentes no livro fazem crer que seriam profissionais liberais do meio urbano, associados nas agremiações partidárias e de imprensa com linha política democrática radical. O autor adota a posição de *defesa da ação autônoma* das classes populares influenciado pela postura obreirista do PCB de inícios da década de 1930. O partido havia assumido a tática de “classe contra classe”, como recomendava o VI Congresso da Internacional Comunista, de 1928. Neste evento, o *Komintern*, com a percepção do início da crise da economia capitalista que estouraria em 1930, adotou uma postura ultraesquerdista que defendia a inviabilidade das alianças de classe do proletariado com a pequena burguesia. Tal concepção provocou a expulsão e a marginalização de intelectuais nos PCs de todo mundo. Inclusive no PCB, que por decisão de seu comitê central, sobrepôs mecanicamente as teses do VI Congresso da IC à realidade brasileira, entendendo-a como em “incessante efervescência revolucionária” (Antunes, 1995: 30). Podemos ouvir o ecoar dessas idéias nas linhas de *EPB*, onde a *traição de classe* foi considerada a mola-mestra do movimento de *contramarcha revolucionária* do pós-Independência. Prado Jr. promoveu um duro ataque às oscilações dos membros das camadas médias organizadas nos partidos, jornais e facções “democratas radicais”. Estes constantemente abandonavam os movimentos revoltosos no momento de sua radicalização e aderiam à reação comandada pelo poder central do Império.

Entender a *contramarcha* das classes sociais nas revoltas do pós-Independência é fundamental para a compreensão do sentido geral de *EPB* e também da dubiedade do termo “evolução”, presente no título da obra. Ao final do capítulo *A Colônia* o termo evolução

aparece em seu sentido tradicional, de progresso político associado à maior complexidade econômica que alçara a colônia após 1650: “A nossa evolução política segue portanto passo a passo a transformação econômica que se opera a partir de meados do século XVII” (Prado Jr., 2007: 44). No capítulo principal do livro, *A revolução*, o termo “evolução” reaparece no texto com sentido diverso, para descrever o desenvolvimento comum a todas as revoltas do pós-Independência: a derrota dos movimentos populares e de seus anseios democráticos, esmagados pela reação do poder central comandado pela classe dos proprietários rurais. Assim Prado Jr. descreve o processo da contramarcha:

Toda essa agitação, todos estes movimentos, embora desconexos, que ora aqui, ora acolá abalam o país, têm, contudo, entre si um traço comum de evolução. A pressão revolucionária começa nas camadas logo abaixo da classe dominante. Daí se generaliza por toda massa, descendo sucessivamente de uma para outra camada inferior. Isto provoca uma contramarcha das próprias classes iniciadoras do movimento, e que de revolucionárias, sob a pressão que as arrasta para onde não querem ir, passam a reacionárias, ou pelo menos abandonam o movimento. Deixam assim à sua sorte os últimos a entrarem na luta, que por esta forma enfraquecidos, são esmagados pela reação do poder central. (Ibidem: 67).

Em outras palavras, assim pode ser descrito o caráter descendente⁵¹ das revoltas: após chegarem ao poder, com a Independência, os proprietários rurais tornam-se reacionários. A eles se opõem os democratas radicais das camadas médias, que buscam apoio dos elementos populares, estimulando a revolta destes contra a ordem. Porém, no momento em que perdem a

⁵¹ Martínez aponta as semelhanças dessa dinâmica da contramarcha em *EPB* com o sentido descendente das revoluções populares francesas descritas no livro de Marx *18 Brumário de Luís Bonaparte*. Segundo Martínez é bem provável que Caio Prado Jr. tenha se inspirado neste livreto de Marx para escrever *EPB*. Não apenas pelo sentido da contramarcha, mas pelo método de análise das classes sociais a partir da política; o estilo de narrativa irônico; e a busca da compreensão sobre os equívocos das organizações populares, para que os mesmos erros não se repetissem no futuro. Quando escreveu *EPB* o *18 Brumário* ainda não havia sido publicado no Brasil. Porém, Prado Jr. conhecia os trotskistas da Liga Comunista Internacionalista (LCI), entre eles Mário Pedrosa. Este grupo citava o *18 Brumário* em seus documentos e através da divulgação das obras de León Trotsky, um estudioso desse texto (Martínez, 1998: 101-102).

direção sobre os populares sublevados, os democratas radicais abandonam o movimento ou mesmo passam para o lado da reação.

Prado Jr. procedeu deste modo – dando ênfase à traição de classe e aos erros táticos dos populares sublevados –, porque seu principal interesse na análise das revoltas populares da primeira metade do século XIX era mais político do que propriamente historiográfico. O autor buscava antes “corrigir a consciência político ideológica de seus agentes e participantes, individuais e coletivos, através do estabelecimento de balizas sinalizadoras do percurso revolucionário, do que produzir uma reconstituição histórica do passado brasileiro” (Martínez, 1998: 162)⁵². Segundo Paulo Henrique Martínez (1998) existia um *sentido pedagógico* em criticar os equívocos das ações populares nas rebeliões do século XIX. Tinha como fim instruir as ações da classe operária brasileira que se encontrava em ascensão política no pós-1930, quando a questão social foi rotinizada na agenda estatal. Segundo a abordagem de Martínez sobre *EPB*, a tática de luta das revoltas regenciais foram os levantes armados, sendo esta preocupação centrada nas ações militares o principal motivo de seus fracassos políticos. Apesar de dar como certo o uso das armas como meio de se chegar ao poder através de um levante de massas, Prado Jr considerava fundamental a associação da tática militar com a organização política e ideológica. Martinez enumera outras sete causas, secundárias, do malogro das insurreições populares: 1) a falta de unidade dos rebeldes; 2) as traições de indivíduos e segmentos sociais; 3) o equívoco das alianças políticas; 4) a desorganização; 5) a ausência de plataformas de ação; 6) A ausência de programas ideológicos claros (a exceção da praieira); 7) A ausência de medidas de reforma social (Martínez, 1998).

Há em *EPB* um diálogo intelectual com as questões políticas de seu contexto histórico. Um de seus principais interlocutores foi o livro de Fernando Lacerda – um

⁵² Sobre método de análise histórica de Prado Jr., Martinez ainda afirma: “As rebeliões foram abordadas como um **meio** para se conhecer do que um **fim** do conhecimento; foram observadas como **sujeitos** históricos, antes de serem vistas como **objeto** do conhecimento” (Martínez, 1998: 163, grifo do autor).

importante dirigente do PCB obreirista – chamado *A luta contra o prestismo e a revolução agrária e anti-imperialista*, de 1932. *EPB* possui duas importantes afinidades com o livro de Lacerda: 1) a crença em uma crise do capitalismo, derivada da convicção do *Komintern* na terceira e derradeira crise do capital. Disso decorre a importância de se julgar politicamente os equívocos da ação revolucionária das massas, para que eles não se repetissem num futuro próximo dos anos 1930. 2) A crença no espontaneísmo revolucionário das massas populares do Brasil, presente também no PCB e proveniente da linha política de “classe contra classe”⁵³. Alinhado com esta tática, *A luta contra o prestismo e a revolução agrária e anti-imperialista* continha trechos tais como: “o prestismo conseguiu arrastar a simpatia das massas laboriosas e mesmo do proletariado urbano, canalizando, assim, para a direção pequeno-burguesa, a vontade de luta das massas”; e também “Os dirigentes pequeno-burgueses da Coluna tomaram a frente dos desejos de luta das massas” (Martinez, 1998: 168). Disto podemos inferir que a crítica ao militarismo politicamente desorganizado das revoltas regenciais, presente implicitamente em *EPB*, era também uma crítica ao prestismo, que tinha boa aceitação entre as classes populares brasileiras devido aos surpreendentes feitos da coluna Prestes⁵⁴.

⁵³ Mesmo com pouco peso na economia dos argumentos do livro, tal crença na espontaneidade revolucionária das massas populares também aparece em *FBC*. A exploração do trabalho escravo indígena no Pará e a revolta dos índios com esta condição cativa é considerada uma das principais causas da eclosão da revolta da cabanagem: “Note-se que esta ressurreição de práticas bárbaras contra os índios, sensíveis particularmente no Pará, onde, como vimos, os índios forneciam a maior parte do trabalho e os negros eram poucos, contribuiu fortemente para as agitações e insurreições que devastam aquela capitania nos anos que seguem a independência, e que são conhecidas pela designação de ‘cabanagem’”. (Prado Jr., 2007b: 100).

⁵⁴ Vejamos como esta crítica às táticas da Coluna Prestes aparece em *EPB*. Sobre a Balaiada, Prado Jr. lamenta que o movimento tenha se limitado a “sucessivos e ininterruptos” levantes fragmentados, o que possibilitou “a cristalização de grupos sertanejos em torno de chefes, formando assim apenas bandos armados que percorrem o sertão em saques e depredações. O resultado foi não somente a dissolução gradual destes bandos até sua redução a **pequenas colunas** que apenas se aproveitavam da enormidade do sertão para fugirem às armas legais, como ainda o **amortecimento do ímpeto revolucionário inicial das massas**, a que não interessava este “bandoleirismo” de uns poucos elementos” (Prado Jr., 2007: 80-81, grifo meu). Como podemos ver, Prado Jr. faz uma referência direta à ineficiência política do militarismo das “pequenas colunas”, que além de não serem eficientes, amorteciam o ímpeto revolucionário das massas. Estas seriam dotadas de uma espécie de instinto que as possibilitaria perceber que sua condição de opressão só poderia ser superada pela via revolucionária. Sobre a revolta dos praieiros o autor afirma que “se não faltou a Praia uma ideologia concreta, o que a singulariza entre os movimentos populares da época, por outro lado fracassou completamente no conteúdo material da insurreição. **Mostrou-se incapaz**

Se um levante de massas era a melhor forma para se chegar ao poder, um programa de ação e reformas sociais, ideologicamente coeso, era o melhor modo de orientar as condutas para a manutenção do poder. Programa o qual, como lembrou Prado Jr, faltou ao movimento dos Cabanos, que “apesar de sua desorientação, apesar da falta de continuidade que o caracteriza”, conseguiu ser a primeira (e única até o momento) “insurreição popular que passou da simples agitação para uma tomada efetiva do poder” em toda história do Brasil (Prado Jr., 2007: 78). Poderíamos então complementar a interessante análise de Martinez destacando que é a desorganização política e ideológica das camadas populares e a disparidade dos interesses destas com os das classes médias politicamente organizadas que levaram às revoltas regenciais ao enredamento no vil militarismo. Portanto, não seria este a principal causa dos fracassos das revoltas regenciais, pois a própria adoção desta tática era *conseqüência* da incapacidade de organização das camadas populares e médias brasileiras, excluídas do modelo econômico da grande propriedade e colocadas à margem da política institucional. Contudo, é importante lembrar que o apelo à via exclusivamente militar também era recorrente às elites. Ao fim de *EPB* Prado Jr. lembra que ao anoitecer do Império “uma simples passeata militar foi suficiente para lhe arrancar o último suspiro...” e instaurar a República. Esta, assim como a Independência, instituída à revelia do povo (Ibidem: 103).

Essa preocupação de Prado Jr. com a ação autônoma das classes populares não era apenas um derivado da ideologia obreirista do PCB, mas um elemento constante em sua obra e sua vida. Na sua juventude o autor chegara a ser um ativo filiado do Partido Democrático de São Paulo. Agremiação que apesar de ter elementos conservadores em seu

de promover um levante de massas, e sua atividade se reduziu à ação militar de **uma coluna** que nunca ultrapassou o reduzido número de 2.000 homens” (Idem, 1998: 83, grifo meu). Martinez lembra que “o efetivo militar da Coluna Prestes oscilou em torno dos 1.500 combatentes” (Martinez, 1998), o que mais uma vez leva a crer que a crítica ao militarismo dos praieiros era também, implicitamente, uma crítica a Prestes, que no momento da escrita de *EPB* morava na URSS e tinha ótima aceitação entre as classes populares brasileiras. O militarismo de classe média era incapaz de fomentar um levante de massas.

programa, como a crença na vocação agrária do Brasil, também possuía uma concepção mais moderna de política e almejava ser o representante de todas as classes produtoras e não somente dos proprietários rurais. Isso fez com que o PD adotasse um ideário liberal, acompanhado de propostas de reforma social que iam do acesso mais democrático à propriedade privada à proposta de solidariedade entre as classes sociais e à abordagem do Estado como justo regulador dos conflitos sociais. A questão social deixava de ser caso de polícia, como na Primeira República, e a categoria “povo” era invocada como legitimadora das ações do partido. Mas entre esse chamamento e a real participação popular havia um vácuo, justificado por muitos democratas como proveniente do despreparo e da inexperiência política das camadas populares (Iumatti, 2007). Esta contradição entre o convite à atuação democrática e a efetiva participação popular – quase sempre ausente ou ineficiente em suas ações –, é uma preocupação recorrente na obra Prado Jr. e traz importantes conseqüências para as suas concepções de ação coletiva e mudança social na sociedade brasileira, como veremos adiante.

Outro ponto importante a ser abordado é a relação entre a expectativa de uma organização autônoma das massas e o estímulo à ação destas conferido pelas idéias democráticas européias e estadunidenses, difundidas por indivíduos e grupos das “camadas médias” das respectivas sociedades provinciais. Em todas as revoltas a agitação ideológica promovida pelos democratas radicais, em geral habitantes dos centros urbanos, teve um importante peso para a eclosão das insurreições populares. Mesmo nas insurreições que começavam no campo, como a revolta dos cabanos, ou as que ficaram praticamente restritas ao meio rural, como os levantes dos balaios. Na cabanada “um antigo jornalista do Maranhão, Vicente Ferreira Lavor, fazia ouvir em Belém, pelo periódico *A Sentinela*, sua inflamada voz revolucionária” (Prado Jr., 2007: 75). Na revolta dos balaios o “elemento democrático radical era no Maranhão conhecido pelo nome de *Bem-te-vi* – do jornal *O*

Bem-te-vi –, sustentava suas idéias na capital da província” (Ibidem: 80). E na agitação praieira, em 1842, quando a situação da província tornara-se “insustentável para as classes populares”, surge em Recife “o núcleo do partido que nela havia de dominar por longo tempo, e que tomou seu nome à Rua da Praia em que se localizava a tipografia do *Diário Novo*, seu órgão de imprensa” (Ibidem: 83).

Tal descrição aponta para uma dinâmica social mais complexa do que a narrada em *PMB-I*⁵⁵, que limita sua análise ao meio rural e aborda o uso no Brasil das idéias liberais e democráticas provenientes da Europa e dos EUA como “política do devaneio e da ilusão”, vida de “sonhos e ficções” (Vianna, 1987: 21). Como se deslocadas de seu local de origem as idéias perdessem sua efetividade prática e tornassem-se amorfas. De modo diverso, no livro de estréia de Prado Jr. há a abordagem do espaço urbano e de uma trama das relações políticas entre campo e cidade, percepção fundamental para consideração da *circulação das idéias liberais e democráticas das camadas médias para as camadas populares*. Podemos pensar que em *EPB*, mesmo que desorganizadas e sem maturidade política, as classes populares (inclusive as do meio rural, no caso dos cabanos e dos balaios) promovem uma *recepção ativa* das idéias liberais e democráticas difundidas por membros dos setores médios e urbanos da sociedade. Se os populares sublevados não eram capazes de formar associações estáveis, adequadas aos padrões da construção do Estado nacional

⁵⁵ Em *EPB* há uma concordância com *PMB-I* no que tange à vida social do período colonial, de que as cidades seriam quase extensões da sociedade rural. Em *PMB-I* Vianna afirma: “Toda a minha preocupação é, por agora, firmar e definir a caracterização das nossas populações do interior. Matrizes da nacionalidade, delas, do seu espírito, da sua laboriosidade, de seu afluxo humano, é que vivem as cidades do hiterland ou da costa, e crescem, e se desenvolvem. Silenciosa, obscura, subterrânea a sua influência hoje, é, no passado, principalmente nos três primeiros séculos, poderosa, incontestável, decisiva” (Vianna, 1987: 18). E em *EPB* Prado Jr. afirma: “Não passavam por isso os centros urbanos de pequenos arraiais, vilas quando muito, de caráter tipicamente rural. Constituía-se mesmo sua população, no mais das vezes, da própria gente do campo que neles fixava residência, em geral temporária. É, portanto, no campo que se concentra a vida da colônia, e é a economia agrícola a sua base material” (Prado Jr., 2007: 22-23). Mas se há uma semelhança nesses argumentos de Vianna e Prado Jr, este último deu mais atenção ao processo de diferenciação de interesses entre colônia e metrópole, que se desenvolve a partir da segunda metade do século XVII, quando “ao lado da economia agrícola que até então dominara, desenvolve-se a mobiliária: o comércio e o crédito” (Ibidem: 38). Surge uma “rica burguesia de negociantes”, composta “quase todas de naturais do reino” (Ibidem: 39). A partir desta nova fase da economia colonial, mesmo continuando secundários, os espaços urbanos aumentam em importância.

moderno – tal como o esperado pelas teorias européias e seus divulgadores –, as idéias democráticas forneceram um significativo estímulo à percepção das “relações de classe existentes, e contra que se insurgiam” (Prado Jr., 2007: 51) os homens livres pobres: pequenos proprietários, agregados e rendeiros, sempre dependentes do grande domínio rural (Ibidem: 28).

Neste processo de *circulação de idéias* criaram-se expectativas de uma sociedade mais igualitária, na qual os excluídos da (e pela) grande exploração rural também tivessem um lugar. Foi o primeiro sopro de liberdade para uma parcela da população que vivia sob o domínio da política excludente dos grandes proprietários e sem perspectiva de ascensão social, numa sociedade onde a principal fonte de trabalho provinha da mão-de-obra escrava. Se os homens livres pobres não podiam compreender as idéias liberais, estavam aptos a promover o *deslocamento do sentido* destas, adequando-as ao contexto das revoltas locais. Tal contradição entre expectativas teóricas e práticas efetivas pode ter sido uma das causas da incompreensão e do medo que os democratas radicais tiveram das revoltas populares que ajudaram a eclodir. Tendo sido incapazes de organizar essa massa sob seus critérios eurocêntricos, passavam rapidamente para o lado da reação⁵⁶. Explicação que também serve para Vianna, que preso a um ideal de “prática liberal” não conseguiu perceber a efetividade prática do liberalismo em suas específicas apropriações seletivas na história do Brasil.

Podemos concluir este ponto retomando o sentido pedagógico presente em *EPB*. É provável que o próprio Prado Jr. desejasse apontar para os intelectuais comunistas e democratas, bem como para as classes populares dos anos 1930, que tanto para a construção do Estado nacional moderno como para a conquista de direitos pelos

⁵⁶ Tomemos o exemplo dos democratas radicais do jornal *O Bem-te-vi*: “Mas dada a palavra de ordem da insurreição por este partido, a revolta toma uma feição própria, independente do partido que a provocara, e degenerando num levante de massas sertanejas, por cerca de três anos domina todo o interior da província. Os mesmos bem-te-vis, procurando embora tirar do movimento vantagens políticas em proveito próprio, dele se afastam logo que toma vulto, passando-se para a reação” (Prado Jr., 2007: 80).

trabalhadores, seria necessário que os homens livres pobres do Brasil superassem sua histórica incapacidade de auto-organização. Se as idéias liberais e democráticas estimulavam esta superação, *só em um tempo simbólico situado no por vir poderia surgir um novo repertório de ação coletiva que tornasse mais efetivo o uso e a aplicação política destas idéias.*

Na trama dos argumentos de *EPB* as mudanças sociais democráticas só poderiam ocorrer no Brasil após o fim da estrutura social baseada na escravidão. Todavia, no livro a Abolição aparece somente em sua parte final, *O fim do Império*, e não ganha um aspecto de catarse, como se anunciara anteriormente, em *A Menoridade*. A libertação dos escravos apenas serviu “para alienar do trono as últimas simpatias com que ainda contava” (Ibidem: 103), as da elite rural, acelerando o advento da República. Todavia, a mudança almejada por Prado Jr. – a democratização da estrutura social e política do Brasil – não aparece no texto de *EPB*. O que há é uma *retórica*, baseada no diagnóstico das lentas mudanças que ocorriam gradualmente na sociedade brasileira. Tal discurso servia de alerta para a necessidade de organização das classes populares nos anos 1930, pois neste momento as condições estruturais necessárias às mudanças sociais já existiriam e não se deveria repetir os mesmos “equivocos” das ações coletivas do passado.

Em *FBC* a lógica do argumento é semelhante a de *EPB* no que tange ao caráter precário da ação coletiva quando situada para além dos limites do setor orgânico. Pode-se mesmo constatar uma radicalização deste raciocínio, pois em seu ensaio de 1942 Prado Jr. não confere destaque analítico às revoltas populares, tal como em seu livro de estreia. Fora da esfera do latifúndio de base escravista, dos “clãs patriarcais”, encontra-se o setor inorgânico, que, assim como a plebe rural em Vianna, tem como principal característica a desorganização:

No outro setor dela, o que se mantém à margem da escravidão, a situação se apresenta, em certo sentido, pior. A inorganização é aí a regra. O que aliás sua

origem faz prever; vimo-lo anteriormente: aquela parte da população que o constitui e que vegeta à margem da vida colonial, não é senão um derivado da escravidão, ou diretamente, ou substituindo-a lá onde um sistema organizado de vida econômica e social não pôde constituir-se ou se manter (Prado Jr., 2007b: 344).

Por outro lado, em *FBC* Prado Jr. não limita sua análise sociológica ao latifúndio agrário-exportador de mão-de-obra escrava, estuda formas de organização social e de ação coletiva que estavam para além do estrito modelo da solidariedade dos clãs rurais. Isso constitui uma importante mudança de nível em relação a *PMB-I* e uma maior complexidade metodológica em comparação com *EPB*, pois mesmo no âmbito da produção – e não apenas no domínio da política – existiriam organizações sociais que fugiam ao padrão típico de um “clã rural”. Vejamos como Prado Jr. abordou essas organizações sociais, que podem ser pensadas como *mediações dialéticas* entre o setor orgânico e o setor inorgânico, situadas na fronteira entre a lógica do sentido da colonização e os fundamentos de uma nação soberana que lentamente emergiam. Elas aparecem com mais frequência em *FBC*, mas também se encontram em *EPB*. Não no que tange à descrição da estrutura social, mas – como vimos acima –, na narrativa das revoltas do pós-Independência, quando os populares mostraram sua insatisfação com o lugar que ocupavam na sociedade dominada pela grande exploração rural. Como demonstrou Maria Odila Leite da Silva Dias, a consideração analítica das mediações tinha um sentido político, pois conhecendo as variantes históricas e geográficas da grande exploração Prado Jr. poderia apresentar as vias societárias para a sua gradual superação:

Tanto as mediações sociais do inorgânico, quanto o mercado interno foram vistos como parte dessa dependência estrutural com relação à grande lavoura e ao capitalismo mercantil. Para ele, a elaboração das mediações e das peculiaridades de formas sociais, regionais, tinha um sentido político, pois ao desvendar da forma mais concreta possível as variantes da grande lavoura colonial melhor podia destacar as possibilidades de sua desestruturação e de superação dos laços

internos de dependência. Dependência que perdurou na sociedade brasileira do Império em suas várias conjunturas regionais (Dias, 1989: 396).

Começemos essa análise pela *pecuária no sul de Minas*, que pode ser abordada como a principal mediação descrita em *FBC*, no âmbito produtivo, entre o orgânico e o inorgânico. Nela se mantinha o de trabalho paradigma da grande propriedade escravista: “o trabalhador é aí o escravo, e livres na fazenda são apenas o proprietário e sua família” (Prado Jr., 2007b: 200). Também guarda à semelhança do setor orgânico, a organização, posto que o autor destaca “a superioridade manifesta das suas condições técnicas” em relação à pecuária nordestina (Ibidem: 201). Por outro lado, sua produção era voltada para o mercado interno de alimentação e além das carnes chegou a formar uma pioneira “indústria de laticínios”. Produzia um leite “que Saint-Hilaire compara em qualidade com o das montanhas da Auvérnia” e o “já então famoso *queijo de Minas*”, exportado “em grande quantidade para o Rio de Janeiro e outros pontos da colônia” (Ibidem: 200). Subvertia, portanto, a lógica do sentido da colonização, que direcionava a organização da produção para o mercado externo. Também possuía uma organização mais democrática do trabalho, onde o criador de gado “não se aristocratizou”. Na pecuária do sul de Minas “ao contrário da grande lavoura e da mineração”, existia uma “colaboração mais íntima de proprietários e escravos, aproximando as classes por um trabalho comum. Aqueles não se furtam a atividades que em outros lugares seriam reputadas indignas e deprimentes”. (Ibidem: 201).

A *pecuária do Rio Grande do Sul* não tinha a mesma organização que a de Minas, o gado “era antes ‘caçado’ do que criado”, mas também voltava sua produção para o mercado interno, fornecendo o charque. De igual modo possuía um arranjo das relações de trabalho alternativa ao padrão da grande lavoura, desta vez com o predomínio do trabalhado livre: “o pessoal compõe-se do capataz e dos peões, muito raramente escravos; em regra índios ou mestiços assalariados que constituem o fundo da população da campanha” (Ibidem: 205-206).

Outro exemplo de uma mediação entre os setores orgânico e inorgânico é a prática do “*mutirão*”, que consistia no trabalho comum de auxílio mútuo na lavoura entre trabalhadores rurais livres. Prado Jr. lembra que esta prática ainda estava viva em alguns lugares do Brasil quando *FBC* foi escrito. Contudo, ressalta que antes de uma criação cultural da colonização, o *mutirão* parecia ser – de acordo com as descrições de Saint-Hilaire usadas no ensaio –, um resquício da vida cultural comunitária indígena e era mais comum em regiões onde a mestiçagem com os índios foi mais forte.

Além das ordenanças, no âmbito militar, a imbricação entre poder central do Estado e poder local dos clãs se manifestava também nas instituições da política municipal. As *Câmaras* tanto tratavam localmente de assuntos gerais como serviam de “órgãos locais do poder geral”, pois não havia “na administração colonial (...) uma divisão marcada e nítida entre governo geral e local” (Ibidem: 318). As câmaras conseguiam manter essa articulação “geral-local”, pois devido ao seu caráter popular local, podiam estabelecer uma relação íntima com os governados e também com os governantes. Por isso foram designadas “Cabeça do Povo” na “constitucionalização, independência e fundação do Império” (Ibidem: 319). Através desta instituição evidencia-se como o poder privado e local dos clãs participou dos processos gerais de construção do Estado brasileiro, o que, para Prado Jr., retardava a formação de uma nação soberana.

As *corporações* eram as responsáveis pela organização das atividades profissionais da colônia, tinham um caráter semi-público, pois controladas pelo Senado da Câmara de sua localidade. Contudo, sem um mercado interno com grande demanda por serviços, a diferenciação e a autonomização das profissões não se efetivava, “os laços são menos estreitos, a regulamentação mais frouxa e a fiscalização menos rigorosa; em suma, uma liberdade profissional muito mais ampla, e ainda desconhecida na Europa” (Ibidem: 221). Mesmo os artesãos também tinham o costume de utilizar mão-de-obra escrava em seus

serviços. Assim, a solidariedade profissional não chegava a se consolidar como um repertório significativo de ação coletiva. Lembremos que – numa continuidade com *PMB-I* e *EPB* – em *FBC* é destacada a difícil situação dos homens livres pobres, situados entre os dois extremos predominantes da escala social: de um lado os senhores, do outro os escravos. Sobravam poucas oportunidades para o trabalhador livre, “raras ocupações rurais – feitor, mestre dos engenhos, etc”, se não for branco demais, “funções públicas, se, pelo contrário, for suficientemente branco; as armas ou o comércio, negociante propriamente ou caixeiro. Nesta última ainda esbarra em outra restrição: o comércio é privilégio dos ‘reinóis’ os nascidos no reino” (Ibidem: 279). As profissões liberais eram restritas a quem pudesse pagar uma faculdade de direito ou medicina no exterior, condição que provocava a escassez desses profissionais (Ibidem: 280). Tal contexto social adverso ao trabalho livre impedia a formação de um associativismo de classe e estes trabalhadores se submetiam à semi-liberdade dos clãs patriarcais. Tornavam-se “agregados ou moradores de engenho” ou ainda participantes da grande massa dos “desocupados permanentes”, que vagam ao léu pela colônia em busca de seu sustento e de tão numerosos tornam-se um problema de segurança pública para as autoridades⁵⁷ (Ibidem: 283). Por isso, podemos afirmar que mesmo usando o termo “classe”, a descrição da colônia feita por Prado Jr. está mais próxima de uma sociedade dividida por uma hierarquia estamental e a noção de “classe” só pode ser pensada em um sentido não ortodoxo. Pois o autor não identifica a existência de associações de classe estáveis e organizadas na sociedade brasileira da colônia e do Império – especialmente no que tange às camadas populares. A “classe” é antes categoria operativa – que ajuda o autor a compreender analiticamente os conflitos sociais que tem origem no mundo da produção – do que uma categoria descritiva da vida social.

⁵⁷ Assim descreve Prado Jr. o problema dos desocupados permanentes: “... a casta numerosa dos ‘vadios’, que nas cidades e no campo é tão numerosa, e de tal forma caracterizada por sua ociosidade e turbulência, que se torna uma das preocupações constantes das autoridades e o *leitmotiv* de seus relatórios...” (Prado Jr., 2007b: 283).

Os escravos, por sua vez, exerciam sua revolta através de formas de ação coletiva que se voltavam contra o regime de vida e trabalho a eles impostos nos “clãs”. As duas principais delas eram a *formação de quilombos e as insurreições*. Quanto a estas, Prado Jr. cita o exemplo das diversas revoltas escravas ocorridas na Bahia, local no qual os cativos eram “mais numerosos, mais conscientes de sua força, ou de um nível cultural mais elevado” (Ibidem: 367-368). Contudo, o autor não dá indicações de que os escravos pudessem romper com a ordem social do setor orgânico, antes indica que constituíam um foco de tensão constante para sua complexa dominação. Em *EPB* Prado Jr. se refere à importância da participação dos cativos para que os movimentos populares democráticos tivessem obtido êxito, mas lembra que no contexto das revoltas regenciais a aliança das classes médias e populares com os escravos ainda era inviável. Além da inexperiência e da falta de coesão dos movimentos rebelados, a própria organização social brasileira, “assente como estava em uma larga base escravista, não comportava naturalmente uma estrutura política democrática e popular” (Prado Jr., 2007: 68). E sem a aliança com a massa cativa os revoltosos não teriam força suficiente para romper com a ordem aristocrática. Os escravos, que compunham cerca de 50% da população da colônia, não estavam aptos à ação política, muitos eram recém chegados de diferentes tribos africanas, não tinham consciência de qualquer direito e encontravam-se isolados do resto da sociedade, pois ainda eram quase incomunicáveis. Prado Jr., numa reprodução de preconceitos eurocêntricos, lugar-comum no pensamento social de sua época, chega a defini-los como estando em estado de “barbárie” (Ibidem: 67).

Os *bandeirantes* são abordados como independentes dos “clãs rurais”, de maneira diversa de *PMB-I*, onde são narrados como uma continuidade do latifúndio em seu processo de expansão. As bandeiras são responsáveis pela captura dos índios, usados como mão-de-obra no início da colonização. E em sua busca por metais preciosos desbravaram as matas,

expandiram as fronteiras, repeliram os concorrentes espanhóis e com a descoberta das minas de ouro e diamante, fixaram núcleos estáveis de colonização no interior do Brasil:

Concorrem em seguida, para a expansão interior, dois fatores essenciais: o bandeirismo preador de índios e prospector de metais e pedras preciosas, que abriu caminho, explorou a terra e repeliu as vanguardas da colonização espanhola concorrente; mais tarde, a exploração das minas, descobertas sucessivamente a partir dos últimos anos do século XVII, e que fixou núcleos estáveis e definitivos no coração do continente (Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso). (Prado Jr., 2007b: 337).

Dos bandeirantes e dos núcleos de colonização para a exploração das minas surgem *os bandos de garimpeiros*. Grupos que viviam isolados e eram perseguidos pelas autoridades da *Intendência de Minas* e da *Junta da administração geral dos diamantes*, que tentavam lhes cobrar o quinto e expulsá-los das áreas de mineração proibida. Disciplinados e determinados, chegavam a tentar resistir com armas à fiscalização estatal. Este violento “heroísmo” provocava a admiração do povo pobre e oprimido, seu protegido, e causava temor a todos. É importante ressaltar que a atividade garimpeira constituía um meio de subsistência econômica para os homens livres pobres do setor inorgânico, desprovidos de melhor fonte de renda. E Prado Jr. não chega a abordar tal atividade como um meio de ascensão social:

Odiado e perseguido pela administração, admirado pelo povo, temido por todos, vivia o garimpeiro à margem da lei, constantemente a um passo da forca ou do tiro da espingarda, invadindo as áreas proibidas para minerar nelas, desafiando não raro as autoridades a quem chegava a fazer frente de armas na mão. Andava geralmente em grupos mais ou menos numerosos em que reinava disciplina férrea sob as ordens do mais audaz e inteligente. Bandos rebeldes, inimigos da lei, eles se aproximavam naturalmente dos humildes e dos oprimidos, que protegem e defendem. Tudo isso cercou o garimpeiro de uma auréola de

simpatia, de respeito, até de glória; e suas façanhas, transmitidas de geração em geração, chegaram até nós. (Ibidem: 184).

As *missões católicas*, em especial a dos jesuítas, também propiciaram padrões de ação coletiva distintos dos presentes nos clãs rurais. A catequese dos índios tinha objetivos próprios às ordens religiosas e à fé católica e por muitas vezes entravam em conflito com os interesses da colonização leiga (dos clãs), que via nos índios uma fonte de mão-de-obra escrava. Algumas ordens religiosas também ministravam educação e ensino, mas só nas maiores cidades e para uma parcela restrita da população. Outras irmandades, leigas, como os Irmãos da Misericórdia, se dedicavam aos enfermos, expostos e indigentes. Mas eram exceções “num oceano de necessidades não atendidas e de que ninguém se preocupava” (Ibidem: 340). Apesar da reconhecida insuficiência, Prado Jr. as considerava instituições que promoviam a solidariedade numa colônia caracterizada pela dispersão social. Deste modo, “com a expulsão dos jesuítas, desfalcara-se a colônia do que era praticamente o único elemento que promovera em larga escala uma atividade social apreciável”⁵⁸. (Ibidem: 340).

Contudo, mesmo os padres jesuítas organizavam os índios sob o regime de “reduções”, que os segregavam e subordinavam a uma rígida disciplina moral e espacial. A integração dos índios com a sociedade colonial não era estimulada, mantendo-os isolados nas aldeias e dependentes dos jesuítas. Conservava-se assim o padrão fragmentário e autoritário da sociabilidade colonial, sendo neste sentido, comparável à dinâmica dos clãs patriarcais:

O regime adotado nas “reduções” (é como se denominavam as aglomerações indígenas sob autoridade dos padres) e o sistema de organização delas, não eram evidentemente os mais indicados para fazer dos índios elementos ativos e

⁵⁸ Em *EPB*, sob outra óptica, Prado Jr. dá ênfase ao caráter pioneiro de exploração econômica exercido pelos Jesuítas na colonização do Brasil e também na Ásia e África: “São eles que formam na vanguarda, preparando o terreno com a domesticação dos naturais. Assim foi na Europa oriental com os frades dos séculos XV e XVI, e assim é hoje ainda entre as populações asiáticas e africanas; antes dos capitais europeus ou norte-americanos aparece o crucifixo dos missionários” (Prado Jr., 2007: 25). Os jesuítas almejam construir na América seu “império temporal”, “tais projetos colidiam, como era natural, com os interesses dos colonos, pois fundavam-se no privilégio, que os jesuítas reivindicavam, da conquista das almas, ‘eufemismo casuístico disfarçando o monopólio do braço indígena’” (Ibidem: 25). Em outras palavras, era como se os Jesuítas fossem os pioneiros no exercício da lógica do sentido da colonização.

integrados na ordem colonial. O segregamento em que viviam nas aldeias jesuíticas, e que ia até a ignorância do português que não lhes era ensinado para evitar contactos com os colonos brancos; o regime disciplinar, quase de caserna, a que eram submetidos, e que fazia deles verdadeiros autômatos impelidos pela voz incontestável, e o que é mais grave, insubstituível de seus mestres e chefes, os padres, coisa que os integrava de tal forma na vida e rotina das reduções, que fora delas o índio se tornava incapaz de aproveitar os ensinamentos da civilização que lhe tinha sido ministrados; tudo isto não era de molde a formar membros da comunhão colonial, mas sim coletividades enquistadas nela e visceralmente dependentes de seus organizadores. (Ibidem: 92).

Fora das reduções o catolicismo tinha ainda um importante poder de mobilização da sociedade colonial, a participação religiosa era tão importante quanto a vida civil. Em decorrência disso o Estado português disputava com o Vaticano o direito de ministrar diretamente a religião aos seus súditos, um instrumento valioso para a manutenção da ordem. Contudo, mesmo o catolicismo não estava isento da *ausência de nexos moral* e da desorganização que predominavam na sociedade colonial: “não é assim de esperar dos mandamentos religiosos um freio sério à corrupção de costumes. O culto fica nos ritos externos, estes sim rigorosamente observados. Quanto à moral, era-se de uma tolerância infinita”. (Ibidem: 355). Tal diagnóstico faz parte do referido quadro de desagregação social da colônia, sintetizado na noção de ausência de nexos moral, que como veremos adiante, era recorrente em toda a colônia.

A *maçonaria* foi o grupo social mais organizado e com melhor eficácia política de sua ação coletiva no contexto do movimento da Independência nacional. Este era incoerente e confuso, nele os indivíduos agiam de modo disperso, orientados por opiniões diversificadas. A presença dos interesses de uma sociedade secreta internacional, com experiência de atuação política contra o absolutismo em diferentes países da Europa, permitiu que acima das diversas opiniões dos indivíduos que contestavam a ordem colonial se construísse uma vontade e ação

gerais, efetuando a difícil mudança de nível no Brasil – do privado ao público –, ao menos entre os atores políticos mais influentes. Em decorrência disso “a maior parte dos personagens que têm algum papel saliente naquele período é formada de maçons” (Ibidem: 371). Prado Jr. destaca o longo processo de “ação subterrânea”, manobra nos bastidores da elite política, que garantiu o sucesso dos interesses maçons e por fim lhes deu o papel de direção nos últimos acontecimentos que precedem a Independência nacional:

O papel da maçonaria é muito mais amplo e profundo, como também mais antigo; e mais que tudo, é orgânico, articulado dentro e fora da colônia, sistemático e consciente. Não seria por simples coincidência que os principais fatores da Independência, até o próprio futuro Imperador, sejam maçons, que todas as palavras de ordem, que saem a público e procuram orientar os acontecimentos, apareçam antes e se elaborem nas lojas maçônicas. Não se trata de coincidência. O que há é uma ação subterrânea e sistemática que trabalha em certo sentido. Noutras palavras, além dos *indivíduos* que atuam em todos os grandes fatos da nossa história desde os últimos anos do séc. XVIII, há uma *organização* em atividade, organização de que muitas vezes aqueles indivíduos nada mais são que simples instrumentos, e digamos a palavra, nem sempre perfeitamente conscientes de seus atos. (Ibidem: 371).

Se o sentido da colonização expressa a dialética do movimento geral da economia capitalista em expansão no contexto específico da colônia, a maçonaria pode ser pensada como a manifestação local da circulação das idéias liberais de origem européia e estadunidense no processo da Independência brasileira. Mas mesmo na maçonaria, uma instituição que estava articulada organicamente dentro e fora da colônia, o problema dos obstáculos às associações na sociedade brasileira fora das cercas do setor orgânico reaparece. Precisamente, na dificuldade da organização pautar as idéias e opiniões de seus membros – e desta vez não se tratavam das classes populares, como nas revoltas descritas em *EPB* –, provenientes da parcela letrada da população, as camadas médias e a elite:

No limite de tempo dele, a imprecisão ainda é completa; a ação dos indivíduos, como suas idéias e opiniões, divergem largamente; mais que isto, contradizem-se dentro das mesmas correntes de pensamento e de ação, quando não no próprio íntimo dos atores do drama que se representava. E este é o caso da própria e única organização que na incoerência e confusão geral do momento se orienta e se conduz com mais precisão e segurança: refiro-me às sociedades secretas, em particular à *maçonaria*". (Ibidem: 370).

Problema este que não chegou a impedir a eficácia política dos maçons. Prado Jr. encontrou em uma instituição influenciada pelo liberalismo o meio mais eficaz de ordenamento da ação coletiva no Brasil. A maçonaria organizou sua ação contra a Coroa portuguesa porque considerava esta uma expressão do absolutismo europeu. Sua intervenção na política da colônia era apenas um meio para este fim, inspirado por valores liberais universalistas oriundos da Europa e "em especial, na filosofia da Enciclopédia e dos pensadores franceses do séc. XVIII" (Ibidem: 375). Mas se estavam situados além dos limites dos clãs rurais, os maçons comungavam com estes a defesa dos interesses de liberdade comercial do Brasil, que libertaria os grandes proprietários do jugo da metrópole. Todavia, se havia uma explícita afinidade entre a maçonaria e os interesses econômicos dos clãs patriarcais exportadores de matéria prima, ao contrário de Vianna em *PMB-I* – e em todas as suas demais obras –, Prado Jr. considera que instituições liberais podem organizar e ampliar o repertório de ação coletiva na sociedade brasileira, em seu interior restringido pelo poder dos clãs, pela fragmentação e desorganização do setor inorgânico e pela ausência de nexos morais gerais da colônia. Esta mudança de nível analítico foi possível porque, ao contrário de Vianna, Prado Jr. não considera as idéias universalistas liberais e democráticas inadequadas a priori à sociedade brasileira, preferindo entender a forma de recepção específica dessas idéias em cada grupo social do contexto brasileiro. Roberto Schwarz nos ajuda a entender essa mudança de grau analítico em Prado Jr., quando afirma que "o crítico dialético busca no mesmo anacronismo

[das idéias] uma figura da atualidade, e de seu andamento promissor, grotesco ou problemático” (Schwarz, 1987).

Em *FBC* a maçonaria pode ser abordada como um caso típico da recepção das idéias iluministas no Brasil. A organização tinha o limite de agir entre as elites políticas e os setores médios da população. O decreto da Independência foi uma tentativa de consolidar o domínio da elite colonial na nova ordem, fruto do medo das classes dominantes de uma possível mobilização popular estimulada pelas idéias igualitárias do liberalismo francês. Um processo que já havia sido descrito por Prado Jr. em *EPB* e é sintetizado na afirmação de que “a independência brasileira é fruto mais de uma classe que da nação tomada em conjunto”. (Prado Jr, 2007: 53); e que guarda fortes semelhanças com o conceito de *revolução-restauração*, desenvolvido por Gramsci quase no mesmo período de escrita de Prado Jr., o segundo quartel do século XX (Ricupero, 2000: 166). Assim, não importa tanto para Prado Jr. a origem européia do liberalismo, pois o autor não crê que as idéias tenham uma maneira única de aplicabilidade universal.

O fundamental são os modos como se usam as idéias e sob quais interesses de classe elas serão manejadas. Na narrativa de *FBC* os próprios agentes sociais parecem ter consciência que as idéias lhes podem ser proveitosas ou perigosas, dependendo por quem e de qual modo são usadas. No período pré-Independência as classes dominantes tinham grande temor da difusão da filosofia francesa, em especial de sua vertente democrática, jacobina. A simples pronúncia do francês poderia causar repulsa:

Uma tal difusão do pensamento francês, ‘idéias jacobinas’ ou ‘abomináveis princípios franceses’, como se dizia aqui em certas rodas, não deixava de alarmar muito seriamente as autoridades e a ‘gente boa’ da época. A correspondência oficial deixou estampado o terror que provocam tais idéias. O simples conhecimento da língua francesa chegava a ser mal visto: um tio de Fernandes Pinheiro, futuro Visconde de São Leopoldo, cônego da catedral de São Paulo,

sabendo que ensinavam francês ao sobrinho, reclamou revoltado, na sua qualidade de chefe da família, a suspensão formal deste estudo que ia pôr a inocente criança em contato com os ‘libertinos ímpios e ateus daquela nação’ (Ibidem: 377).

Todavia as resistências à “ideologia revolucionária francesa” seriam superadas, com sua adoção “oficial” adaptada aos interesses da elite brasileira no contexto da Independência nacional. Tais idéias foram apropriadas pela classe dominante dos “senhores de engenho e fazendeiros” contra a classe de seus credores, os “comerciantes portugueses”, que se beneficiavam do exclusivismo colonial. Prado Jr. descreve uma *apropriação instrumental*⁵⁹ das idéias liberais e democráticas, especialmente por parte da elite rural brasileira (Martinez, 1998: 116), que deturpava os fundamentos da filosofia francesa em benefício da manutenção da ordem social vigente: da grande propriedade monocultora, escravocrata, exportadora de bens primários e organizada em clãs patriarcais – em suma, da manutenção da lógica estruturante do sentido da colonização, mesmo após o decreto da independência nacional. A constituinte de 1823, descrita em *EPB*, é o melhor exemplo deste uso instrumental das idéias liberais e de Rousseau: xenófoba, com restrições políticas aos estrangeiros; elitista, dizimando os direitos políticos das classes populares; corporativa, fortalecendo o poder do parlamento, mas reservando-o aos proprietários rurais; e “nacionalista”, ao estabelecer pela primeira vez uma ampla liberdade econômica, que só seria usufruída pela classe dos proprietários rurais (Prado Jr., 2007: 57). O caso mais extremo desta *comédia ideológica* (Schwarz, 2000) refere-se ao modo como os constituintes de 1823 adaptaram a teoria democrática do *Contrato Social*

⁵⁹ Assim Prado Jr. descreve este processo de deformação teórica: “Mas a ideologia revolucionária francesa venceria estas tendências, e se adotará ‘oficialmente’ para as circunstâncias brasileiras. Nos seus traços gerais, ela parecia perfeitamente aplicável às necessidades políticas da colônia. A ‘liberdade, igualdade e fraternidade’, que como norma política a sumaria, ia prestar-se bastante bem às várias situações que aqui se apresentam. Castigada embora, e deformada não raro (que castigo aliás, e que deformação não cabem no vago da fórmula francesa?)” (Prado Jr., 2007b: 377). Portanto, para Prado Jr., a própria filosofia francesa, por seu caráter vago, facilitava sua apropriação instrumental.

de Rousseau ao regime de trabalho escravo vigente na sociedade brasileira. Uma constrangedora apropriação narrada com afiada ironia por Prado Jr.:

Assim, a ideologia da Assembléia de 1823 – que era a da classe dominante, por ela representada em grande maioria reflete perfeitamente seus interesses. Isto explica porque, apesar de todo o seu tão apregoado liberalismo, não se embarça com a questão dos escravos, adaptando-lhes a situação às exigências da filosofia rousseunista, de que fazia timbre em não se afastar, com a eufêmica disposição do art. 265 do projeto: “A Constituição reconhece os contratos (!) entre os senhores e escravos; o governo vigiará sobre sua manutenção”.

É este o mais perfeito retrato do liberalismo burguês... (Prado Jr, 2007: 57).

É ainda importante afirmar que assim como nas revoltas populares do pós-Independência – estudadas por Prado Jr. em *EPB* – em *FBC* o autor lembra que outras classes sociais, além dos senhores de engenho e fazendeiros, também se valeram em suas ações coletivas das idéias francesas liberais e democráticas para a formulação de suas reivindicações, *propondo diferentes formas de usá-las*: “... ela servirá de lema a todos que pretendiam alguma coisa: senhores de engenho e fazendeiros contra negociantes; mulatos contra brancos; pés-descalços contra calçados; brasileiros contra portugueses...” (Prado Jr., 2007b: 377). Tais observações trazem considerações de importância teórica para a sociologia contemporânea. Assumindo a postura da dupla hermenêutica (Giddens, 1978; 2001), que aborda as idéias como agentes sociais, é preciso acrescentar que *estas idéias não possuem um padrão de ação social em si, dependendo do modo específico como cada agente social as interpreta e usa, e sob quais interesses de classe. E de acordo com o modo pelo qual são “manejadas”, as idéias tornam-se agentes ativas na construção de novos repertórios de ação coletiva, estabelecendo padrões de orientação da conduta e valores compartilhados pelos indivíduos associados.*

As classes dominantes brasileiras podem ter estabelecido um padrão rotinizado e hegemônico de uso de determinadas idéias, que tenta ocultar outros diferentes modos de se

apropriar do pensamento social e político. No entanto, ao contrário de um simples idealismo das elites letradas, caracterizado pela “política do devaneio e da ilusão” e a vida “de sonhos e ficções” (Vianna, 1987: 21), como em *PMB-I*, em *EPB* e *FBC* verifica-se uma *recepção ativa* do pensamento liberal e democrático europeu pelos agentes sociais brasileiros. São narrados diferentes modos de usá-lo e interpretá-lo, relativos aos interesses e à capacidade de organização da ação⁶⁰ particulares a cada classe e grupo social – considerados em seu contexto regional e histórico específico. Nos ensaios de Prado Jr. que analisamos podemos ver o movimento da luta de classes que permeia esses diferentes usos das idéias. Com a vitória da classe dos grandes proprietários rurais os princípios liberais e democráticos acabaram sendo usados de modo instrumental, pois com a deturpação de seus mais fundamentais axiomas de igualdade e liberdade, visando a legitimação da ordem social escravocrata vigente. As idéias européias foram adaptadas ao contexto brasileiro de passagem aos padrões de ação coletiva do Estado nacional, processo de mudança social comandado pelos próprios portadores do poder local, os clãs patriarcais.

Sob esta perspectiva podemos constatar que a dupla hermenêutica possui uma dinâmica complexa, sujeita aos cinismos instrumentais, cerne do enredo das comédias ideológicas brasileiras – narradas com fina ironia por Prado Jr. no caso da formação do Estado nacional. As idéias não perdiam sua efetividade prática, eram usadas como agentes sociais da luta de classes. Com a vitória das elites dos clãs o igualitarismo jurídico das idéias liberais e democráticas foi negligenciado no texto da Constituição nacional do Império. Mas a exclusão do igualitarismo do projeto de Estado das elites rurais não o retirou do horizonte político de liberais radicais, democratas e, já no século XX, da esquerda influenciada pelo socialismo e

⁶⁰ Em *EPB* Prado Jr. descreve os limites que a estrutura social escravocrata trazia para recepção das idéias democráticas como agentes da formação de novos repertórios de ação coletiva: “Em último lugar, para compreendermos a ineficiência política das camadas inferiores da população brasileira, devemos nos lembrar de que a economia nacional, e com ela a nossa organização social, assente como estava numa larga base escravista, não comportava naturalmente uma estrutura política democrática e popular” (Prado Jr., 2007: 68). E ainda “... a revolução não irá além daquilo para que o Brasil estava preparado, isto é, a libertação do jugo colonial e a emancipação política. Reformas mais profundas teriam de esperar outros tempos e outro momento mais favorável e avançado de evolução histórica do país” (Ibidem: 51).

pelo comunismo, grupos que almejavam a construção de uma nação soberana e consideravam que “uma das principais contradições brasileiras, senão a maior, é a existente entre a organização jurídico-política e a estrutura econômico-social do país” (Ricupero, 2000: 169). Tensão que foi exposta de modo pioneiro por Prado Jr., quando percebeu que a construção de um Estado autônomo não fora o suficiente para a formação de uma nação soberana, posto que não rompia com a lógica do sentido da colonização. Por outro lado, como veremos adiante, é possível perceber *EPB* e *FBC* uma via lenta e gradual de superação desta contradição, observando a dimensão de processo das transformações estruturais. Estas poderiam criar as condições para a superação do uso instrumental do pensamento liberal e democrático efetuado pelas elites rurais, possibilitando que o igualitarismo de matriz europeia se constituísse em um *agente* de construção da cidadania nacional.

Vianna e Prado Jr. abordam, cada um ao seu modo, as passagens dos repertórios locais de ação coletiva para os padrões nacionais. Vianna atém-se a uma perspectiva disjuntiva, criando uma oposição idealizada entre Estado centralizado e o poder privado dos clãs. Como afirma Botelho, para Vianna público e privado são “ordens sociais distintas” (Botelho, 2007: 51). E como vimos aqui, devido ao caráter totalizante da função simplificadora do grande domínio rural, não seria possível construir padrões públicos de orientação da conduta a partir dos agentes internos da sociedade brasileira, dominada pela ordem privada dos clãs:

Em outras palavras, para Oliveira Vianna, a chave para a compreensão sociológica da dominação política estaria no conflito entre público e privado enquanto ordens sociais distintas, concorrentes, regidas por princípios próprios de orientação das condutas apenas indiretamente associados às relações

econômicas e cujo baralhamento histórico teria concorrido ainda para conferir um caráter direto, pessoalizado e violento às relações políticas. (Ibidem: 51).

Prado Jr., por outro lado, consegue – provavelmente devido à perspectiva pragmática do materialismo histórico – perceber que era do interesse dos dois setores da classe dominante da colônia (o Estado e os clãs patriarcais), sua associação entre si. Já em seu livro de estréia é possível constatar uma mudança de nível entre poder público e poder privado, mas o que prepondera nos argumentos de *EPB* é a instrumentalização do Estado pela classe dominante dos grandes proprietários rurais. A *associação assimétrica* entre essas duas ordens, com o predomínio do privado, é percebida, sobretudo, na dura repressão às revoltas populares do pós-Independência, quando o Estado defende não apenas seus interesses de manutenção da unidade territorial, mas mormente os interesses de classe dos senhores de terras na manutenção do *status quo* da grande propriedade rural. Em *FBC* a associação assimétrica entre público e privado aparece na concessão, pelo poder central, do controle das ordenanças aos chefes de clã, que assim tinham seu prestígio aumentado junto aos seus subordinados. Por outro lado, o Estado, ao reconhecer e legitimar o poder de fato dos clãs patriarcais ganhava um aliado na manutenção da unidade colonial (e posteriormente nacional) e no controle público dos isolados territórios do interior. Podemos dizer, em uma linguagem sociológica contemporânea, que através desta associação soluciona-se, mesmo que de modo incompleto, o *problema da ordem* no Brasil colônia. Por isso podemos afirmar que Prado Jr. foi o único dos ensaístas das gerações de 1920 e 1930 a interpretar o processo brasileiro de passagem do poder local dos clãs para o Estado nacional sob uma perspectiva não disjuntiva (Bendix, 1996; Tilly, 1996), considerando público e privado não como ordens sociais opostas, mas como uma *unidade contraditória*.

Desta maneira o autor inaugurou uma vertente interpretativa que considerava a formação do Estado brasileiro a partir da interdependência histórica entre público e privado. Modo de pensar o país que ganhou destaque no decurso da institucionalização das ciências

sociais no Brasil, em livros como *Lutas de Família no Brasil* (1949), de Luiz Aguiar Costa Pinto (Botelho, 2009) e na escola sociológica paulista de um modo mais amplo, onde o eixo das reflexões lançadas por Florestan Fernandes sobre o “perfil e os efeitos do atraso no Brasil” tinham a especificidade da recusa analítica “de uma visão dualista” (Bastos, 2002: 186). Desta escola são diversos os livros escritos sobre tal perspectiva, mas no que se refere à abordagem da unidade contraditória de público e privado enquanto padrões orientadores da conduta no Brasil pode-se destacar *Homens Livres na Ordem Escravocrata* (1964), de Maria Sylvia de Carvalho Franco.

Nos textos de Prado Jr. também podemos constatar a consideração analítica da recepção ativa das idéias universalistas do liberalismo e da democracia, bem como do espaço urbano das cidades – local onde estas idéias primeiro afluíam –, como elementos de compreensão da formação social e política da nação brasileira. Fatores que são desconsiderados por Vianna. Do ponto de vista analítico essas são mudanças de nível fundamentais entre Vianna e Prado Jr., com ganhos heurísticos para o segundo, que o levam a pensar de um modo sociologicamente mais complexo as passagens para o Estado nacional.

Depois desta exposição de como cada autor pensa as passagens para o Estado nacional, vamos nos concentrar em duas categorias e uma noção fundamentais para entender como Vianna e Prado Jr. pensaram essas transformações no repertório da ação coletiva no Brasil: “insolidarismo”, em *PMB-I* e “inorgânico” e “ausência de nexos moral”, em *FBC*. Tal análise nos ajudará a entender melhor as continuidades e as mudanças de grau analítico entre os três ensaios aqui estudados⁶¹.

⁶¹ Cabe lembrar o que foi afirmado no capítulo anterior: as categorias “inorgânico” e “ausência de nexos moral” não estão presentes em *EPB*. Contudo, tomo como hipótese de pesquisa que o problema dos impasses da ação coletiva na sociedade brasileira já estão postos neste livro de estréia de Prado Jr e suas teses são transformadas e sofisticadas em *FBC*, sendo a categoria “inorgânico” uma tentativa de síntese analítica para esses impasses.

Capítulo IV

Da ausência à mudança: insolidarismo, inorgânico e ausência de nexos moral

“...na origem da cidade dos justos está oculta, por sua vez, uma semente maligna; a certeza e o orgulho de serem justos...”.

Italo Calvino, *As Cidades Invisíveis*.

4.1 Idéias da Ausência: Insolidarismo, Inorgânico e Ausência de Nexos Moral

Neste capítulo da dissertação tentarei estabelecer aproximações analíticas entre as categorias *insolidarismo e inorganicidade* e a noção de *ausência de nexos moral*, analisando cada uma em seu sentido específico e estabelecendo as semelhanças e diferenças, continuidades e mudanças de nível analítico entre elas. Dessa maneira será mais fácil comparar as abordagens de Vianna e Prado Jr. acerca da *ausência* de ação coletiva auto-organizada entre os homens livres pobres na sociedade brasileira e o modo como esta falta influencia suas respectivas interpretações da passagem das formas de solidariedades locais para as nacionais.

Em *PMB-I* constatamos o diagnóstico do *insolidarismo*, decorrente da ausência de laços de solidariedade social para além das famílias e dos clãs. Como vimos, a solidez da solidariedade familiar era restrita à casa do senhor rural. Dessa maneira pode-se afirmar que neste ensaio os laços associativos existentes no Brasil eram praticamente restritos à patronagem política da autoridade pessoal dos chefes de clãs sobre seus dependentes da plebe rural. Dado estes limites da sociabilidade, do “ponto de vista” evolutivo “da psicologia social” teríamos uma “mentalidade elementar”, situada “em plena fase patriarcal – a fase da solidariedade parental e gentilícia” (Vianna, 1987: 158). As relações entre as classes dos senhores de terras e a plebe rural eram vivenciadas através de categorias patriarcais e reguladas pelo código social da honra. Na rede de reciprocidades assimétricas que caracteriza a solidariedade de clã, os membros da plebe rural tinham uma espécie de *dívida simbólica eterna* com seus senhores. Devido à proteção contra os perigos da anarquia branca que estes

lhes davam, eram obrigados a ceder não apenas seu trabalho, mas a totalidade de sua pessoa moral às ordens de seu senhor. Por isso tornavam-se *agentes* da privatização do Estado para uso privado dos chefes do clã ao qual estavam ligados. Eram coagidos a fortalecer a própria ordem social que os excluía de um mercado de trabalho e deles tirava a liberdade política. Deste ciclo vicioso surge a idéia de insolidarismo, como categorização da limitação da capacidade associativa na sociedade brasileira. O insolidarismo decorre da ação simplificadora dos grandes domínios rurais sobre a estrutura social e chega a moldar a psicologia dos indivíduos, limitando o repertório de ação coletiva tanto objetivamente quanto subjetivamente. Por isso podemos afirmar que em *PMB-I* configura-se um *circuito fechado*, não existindo a possibilidade dos agentes situados nas sociedades dos clãs romperem com a ordem que os domina. E Vianna apela, ao fim do livro, ao Estado como agente da mudança social.

Para compreender a categoria insolidarismo, no entanto, é preciso também considerar as categorias explicativas não sociológicas que participaram da sua formulação. Ao longo de *PMB-I*, principalmente na primeira parte do livro, *Formação Histórica*, e também, mas menos, na terceira parte, *Formação Política*, aparecem argumentos racistas que buscam justificar a posição social degradada dos mestiços da plebe rural, bem como sua incapacidade organizativa. Mesmo tendo um peso menor na economia dos argumentos, as teses raciais complementam a análise sociológica do latifúndio no que tange às causas da ausência de associativismo no Brasil. Em primeiro lugar, vamos nos ater sobre como a hierarquia social brasileira é narrada neste ensaio a partir de critérios raciais de entendimento. A plebe rural seria um “mediador plástico” situado entre a massa escrava e a nobreza territorial, porém, a posição social dos homens livres pobres não é tão flexível como o termo “plástico” faz parecer à primeira vista. Ao fim da primeira parte do livro, no capítulo VI, *Etnologia das Classes Rurais (II e III séculos)*, a posição subalterna da plebe rural é definida “pela força” de “processos seletivos” “o lugar social dos elementos inferiores da nacionalidade, daqueles em

que predominam na cor, no caráter, na inteligência, os sangues abastardos”⁶² (Idem, 1987: 106). Desta posição racial e social inferior também decorre a “assimetria moral” acompanhada da “inegável assimetria física”. Privados dos atributos “melhores e mais eugênicos das raças componentes”, “mamelucos ou mulatos” “são todos moralmente incoordenados e incoerentes” (Idem, 1987: 105). Essa degeneração moral e racial faz da plebe rural uma classe indisciplinada, nômade, fragmentária, apática. Caracteres que a tornam avessa aos padrões auto-organizados da ação coletiva, típicos dos Estados nacionais anglo-saxões:

Daí faltar aos nossos mestiços de uma ou de outra origem esse senso de continuidade, essa energia do querer, essa pertinácia da vontade, essa capacidade de espera, todas essas fortes qualidades, que denunciam as naturezas inteiriças, fundidas num só bloco, coesas, infrangíveis, monolíticas. Eles são, por isso, ao mesmo tempo, apáticos e impulsivos. É quebradiça a sua conduta, ziguezagueante, irregular, descontínua, imprevista. Obedecendo às descargas divergentes da própria impulsividade, saltam, de súbito, da apatia dos inertes à mobilidade incoercível dos frenéticos, para caírem logo depois na indiferença e quietismo mais completo” (Ibidem: 105).

Argumento semelhante reaparece no início da terceira parte do ensaio, no capítulo X, *Função Política da Plebe Rural (II e III séculos)*. Dessa vez as explicações sociológicas e raciais são misturadas e se confundem, as características da massa de desocupados da plebe rural, sua instabilidade, nomadismo e abundância são considerados elementos facilitadores de seu recrutamento pelos grandes proprietários rurais para as associações de clã:

Essa colossal pululação de elementos instáveis e nômades torna a tarefa dos organizadores de clãs extremamente fácil. Daí a formidável massa de combatentes das hordas sertanistas do II e III séculos. Cada caudilho é senhor de

⁶² Nesse capítulo Vianna chega a explicar toda a hierarquia das classes rurais a partir do “ponto de vista antropológico” dos tipos raciais: “Das três classes rurais – a dos “escravos”, a dos “foreiros”, a dos “senhores” – cada uma se faz o centro de polarização de um tipo étnico específico. Entre os “escravos” – o negro. Entre os “foreiros” – o mestiço. Entre os “senhores” – o branco” (Idem, 1987: 107).

considerável corpo de negros, índios e mamelucos, em regra contando-se por centenas, às vezes por milhares (Ibidem: 162).

A abundância e instabilidade dos mestiços inferiores ainda facilitava seu recrutamento para a formação de exércitos dos clãs rurais dos séculos II e III:

Numa sociedade, como a colonial, com uma plebe ociosa e abundante, vagueando nos latifúndios, os grandes proprietários rurais podem, com facilidade, congregar junto de si e, de fato congregam, com a simples concessão de um retalho de terra e de uma choça de palha, um exército temível (Ibidem: 163).

A metamorfose dos mestiços da plebe rural, que de sertanistas passam a capangas das milícias rurais, marca a conjuntura da formação dos clãs fazendeiros no centro-sul, “o clã vicentista do século II, de feição anárquica e revolucionária” (Ibidem, 1987: 73). Processo descrito no capítulo IV, *Pequena História do Domínio Rural (séculos I, II e III)*, quando a plebe rural torna-se agente ativo da privatização do Estado, no momento dos saques e tomada de poder nos municípios e suas câmaras pelos clãs. Com o afastamento do perigo dos indígenas, os sertanistas se transformavam em temíveis capangas dos exércitos dos potentados rurais, e assim se formaram os clãs:

Os sertanistas acabam espavorindo o índio (...) O serviço de defesa dos engenhos perde, aos poucos, a sua razão de ser. O corpo de mamelucos entra numa madraçaria perigosa. Decaindo progressivamente de sua bela função de vigilância e proteção, torna-se um fator de turbulência social dos mais virulentos. Os soldados das “entradas” sertanistas, o guardião intrépido dos currais, cessada a sua bela função tutelar, transforma-se em capanga temível do potentado; a milícia rural se faz um corpo de sicários e matadores. É então que surge, na história do sul, o clã fazendeiro, o clã vicentista do século II, de feição anárquica e revolucionária. Apoiados na sua tropa de sequazes, os potentados rurais invadem as cidades, assaltam câmaras, expulsam autoridades e impõem aos

representantes dos poderes públicos a sua vontade e o seu arbítrio (Ibidem: 72-

73).

Na primeira parte de *PMB-I* a ação da plebe rural, apesar de violenta, tem um papel positivo, é agente da formação histórica dos clãs e do estabelecimento da ordem rural. O caráter rebelde da plebe rural reaparece no capítulo X, dessa vez fazendo referência ao seu comportamento político. Os clãs rurais já tinham perdido seu caráter anárquico e eram agora representantes da (desordenada) ordem rural. A violência assumia um caráter nitidamente negativo e estava associada exclusivamente às características fragmentárias e indisciplinadas dos homens livres pobres. Essas propriedades tinham conseqüências políticas reprovadas por Vianna, pois devido à “alta potencialidade de instintos destrutivos, que lateja, concentrada, no fundo desses caracteres híbridos e selvagens”, os mestiços da plebe sempre se insurgem contra o poder (Ibidem: 167). Este argumento racista é um modo do autor desqualificar as revoltas populares contra o poder central, conferindo-as um caráter *bárbaro*. As mesmas revoltas que aparecem em *EPB* descritas como “populares” e “democratas radicais”. Isso expressa a *demofobia* presente em Vianna, a ação dos “dispersos” e “desregrados” homens livres pobres representaria sempre um risco de fragmentação nacional, só teria valor quando comandada pelos grandes caudilhos territoriais chefes de clã⁶³ (Ibidem: 167). Tal raciocínio tem como conseqüência a defesa da centralização estatal feita por Vianna ao fim de *PMB-I*. Se agindo autonomamente a plebe rural não seria capaz de organização, o princípio político da liberdade em relação ao poder estatal, fundamental para o liberalismo anglo-saxão, não podia existir no povo brasileiro. Socializada num ambiente com ausência de ordem pública, a resistência da

⁶³ “Sofre com isso a plebe rural sorte de saturação étnica, que a torna, como é de prever, extremamente deflagrante. Cada um desses “pardos”, “cafusos”, “mamelucos”, “carijós”, que se fixa em seu seio, corresponde a uma nova molécula de dinamite ajuntada à sua massa – o que lhe aumenta, de uma maneira progressiva e contínua, a explosividade. Consciente de uma missão histórica qualquer e unida sob um chefe possante, essa plebe, assim formada, teria sido um perigo formidável. Dispersa, desagregada, instável, inconsciente de si mesma pela ação simplificadora dos grandes domínios, só vale quando utilizada pelos grandes caudilhos territoriais” (Vianna, 1987: 167).

plebe rural ao poder não levava à liberdade política, mas à anarquia, à negação do poder e da autoridade pública:

Por isso, a anarquia é para ele a verdadeira liberdade. Sempre o vemos amotinado contra o poder: ao lado dos liberais, se estão no poder os conservadores; ao lado dos conservadores, se estão no poder os liberais. O poder que impõe, que ordena, que disciplina, que coage, que restringe, que encarcera, é que é o seu grande inimigo. Pela indisciplina fundamental de seu temperamento, nessa força de coação e de ordem ele vê, antes de tudo, um aparelho inoportuno e molesto. Daí as suas atitudes habituais de rebeldia e insurgência, em que dá desafogo aos seus instintos explosivos, contidos e reprimidos pela vigilância policial e pela ação das leis (Ibidem: 166).

A segunda parte, *Formação Social*, é onde mais se destacam os argumentos sociológicos, e em um de seus capítulos, o VIII, *Gênese dos Clãs e do Espírito de Clã*, a gravidade do quadro de insolidarismo na sociedade brasileira é destacada em perspectiva histórico-comparativa. Vianna sempre encontra em outros povos, com diferentes níveis de diferenciação social, tipos de solidariedade baseados na auto-organização de casta, classe, família ou raça. Contudo, todos esses elementos estariam ausentes na história do povo brasileiro, do “antigo peão colonial” ao “nosso moderno campônio”, não há no Brasil nenhuma proteção desta natureza para o homem livre do meio rural:

Em todas as sociedades regularmente formadas, sejam bárbaras ou civilizadas, existem, com efeito, certas instituições sociais, no auxílio das quais encontram os indivíduos fracos ou inermes meios de proteção ou reação contra a anarquia circundante. São, nas sociedades bárbaras, o “clã” familiar, ou a “comunidade” de tribo ou de aldeia. É, no mundo romano e grego, a “gens”. No mundo medieval, são as “corporações”, as “comunas” e a “cavalaria andante”. São os “trade-unions”, as “confederações” trabalhistas, ou os “sindicatos” poderosos, no mundo industrial moderno. Em suma: a solidariedade, ou de casta, ou de classe,

ou de família, ou de raça. O nosso moderno campônio, como o antigo peão colonial, não goza nenhuma proteção dessa natureza (Ibidem: 142).

Mas o quadro do insolidarismo não possui estritamente um caráter de classe⁶⁴, restrito aos elementos inferiores da hierarquia social no Brasil. Mesmo sendo a única instituição organizada do passado brasileiro, os clãs rurais, comparados com associações anômalas de outros países, também teriam um caráter desorganizado⁶⁵. Desorganização que permearia toda a evolução política do Brasil, que teve nos clãs – patriarcais, defensivos e instáveis – a “causa primeira de sua dinâmica e evolução”:

O nosso clã rural não possui a forte organização, o possante enquadramento do clã europeu atual, ou do céltico na Antigüidade. O seu caráter é mais patriarcal que guerreiro, mais defensivo do que agressivo, e a sua estrutura menos estável, menos coesa, menos definida e perfeita, e mais fluida; mas, pela sua origem, pela sua composição, pelo seu espírito, ele está dentro das leis constitucionais desse tipo de organização social, tão escrupulosamente estudada pelos modernos sociólogos e historiadores. Toda a nossa história política tem nele a sua força motriz, a causa primeira da sua dinâmica e evolução (Ibidem: 132).

Agora vejamos como o problema da dificuldade de associação do povo brasileiro aparece nas idéias de Prado Jr. Ainda durante a década de 1920, quando era estudante de direito, – na tradicional faculdade do Largo do São Francisco, em São Paulo –, Prado Jr.

⁶⁴ No início da segunda parte de *PMB-I*, no capítulo VII, *Função simplificadora do grande domínio rural*, a vasta extensão e oferta das terras é descrita como uma causa estrutural do caráter prescindível da solidariedade econômica entre as classes sociais no meio rural brasileiro: “Entre nós, ao contrário, a terra vasta e a terra exuberante – o deserto e o trópico – não tornam necessária a aproximação das classes dentro do ecúmeno rural; não as constroem dentro de uma conexão forçada e permanente; fazem os laços, que as prendem, facilmente solúveis; e lhes dão, no tocante à sua estrutura, à coesão dos seus elementos componentes, uma incoerência, uma desintegração, uma fluidez, uma instabilidade, que as tornam, realmente, inorgânicas e informes”. (Vianna, 1987: 129).

⁶⁵ Nas palavras de Vianna em *PMB-I*: “Embora sem a organização dos caudilhos da Calábria, da Córsega e da Albânia, os grandes criadores, os senhores de engenhos ou donos de latifúndios cafeeiros aparecem sempre, no tablado da nossa história, como chefes de clã. É sempre acaudilhando um bando de sócios, de amigos, de camaradas, de capangas, que se mostram na vida pública, durante os nossos quatro séculos de história. Sozinhos é que não os vemos nunca. Ou bandeirantes, que partem para a floresta a descobrir o ouro e o diamante; ou sertanistas, que varam o deserto à cata das malocas dos índios; ou povoadores, que devassam os campos do sul e do centro com as suas tropas e os seus escravos; ou caudilhos locais e chefes de aldeia, do IV século; é sempre assim, isto é, rodeados de uma comparsaria numerosa, que fazem sentir a sua influência, o seu poder, ou o seu arbítrio.” (Vianna, 1987: 132).

travou contato com as teses nacionalistas/ ufanistas do pensamento político brasileiro, inclusive as de Vianna. Entre os estudantes de direito do Largo do São Francisco circulavam as idéias de crítica à cópia de padrões culturais e institucionais estrangeiros, um dos temas centrais nas obras de Sílvio Romero, Alberto Torres, Monteiro Lobato e o já então consagrado no meio intelectual, Oliveira Vianna. Organizados no jornal *A Chave* os estudantes acreditavam que sua geração teria a tarefa de regenerar e constituir a nacionalidade. Inserido neste contexto estudantil Prado Jr. publicou um artigo nesse jornal, em 17 de novembro de 1927, com o título de *A Crise da Democracia Brasileira* (Iumatti, 2007).

Neste artigo percebemos pela primeira vez o diálogo de Prado Jr. com as idéias de Vianna. Prado Jr. ainda não havia elaborado um pensamento social próprio e reproduziu importantes teses do sociólogo fluminense – o que, como vimos, deixa de ser feito em *EPB*, quando sob a ótica do materialismo histórico o autor passa a promover uma releitura crítica das proposições de Vianna. No texto o autor descreve o fracasso do projeto liberal/republicano de 1889, o responsável pela formação de uma sociedade em situação de desorganização social – semelhante ao quadro de insolidarismo descrito em *PMB-I*. No cenário social narrado no artigo verifica-se o afastamento da elite política da realidade do povo do país – novamente de modo parecido com as teses de Vianna, sobre o idealismo liberal. Os políticos, destituídos de boa formação cultural e princípios morais, “divorciavam-se de tal forma da opinião pública, que chegam a esquecê-la por completo” (Prado Jr., 1927). As classes abastadas só se preocupam em enriquecer mais e ficam alheias à política e aos “verdadeiros interesses do país” (Idem, 1927). Já a massa do povo não conta com a proteção do Estado e é oprimida pelas classes ricas, por isso é miserável e ignorante, “perdeu a energia de mover-se e fazer valer seus interesses” (Idem, 1927). Prado Jr. faz uma defesa da centralização monárquica e dos estadistas do Império, de modo semelhante ao presente em *PMB-I*, defendendo que “a monarquia garantiu a unidade do país e a estabilidade das instituições”

(Ibidem). O autor faz uma referência direta ao sociólogo fluminense ao comentar sobre a base social do Império, ecoando as teses elitistas desse autor sobre o caráter superior da aristocracia rural quando comparada ao resto da população: “A monarquia apoiou-se sempre na aristocracia rural (na expressão de Oliveira Vianna), que a independência levava ao poder. Nela se contava tudo quanto no Brasil havia de mais culto, e à sua sombra desenvolvia-se o resto da população” (Ibidem). Tal posição leva Prado Jr. a criticar o modo pelo qual a abolição foi realizada, desestabilizando a aristocracia rural e sua capacidade de sustentar o regime monárquico – tese de Alberto Torres, que é retomada em *FBC* como modo de destacar sociologicamente o caráter organizado do setor orgânico. Como consequência da desestabilização da aristocracia rural “o idealismo entrou em ação” e de um regime centralizador o Brasil passou a uma “federação exagerada”, fabricada às pressas. A república federativa substituiu “os notáveis estadistas do império” por “políticos profissionais” e conferiu poder em demasia à classe militar, a responsável pela instauração do novo regime (Ibidem).

Adotando uma óptica pessimista, Prado Jr. termina seu artigo temendo o risco de uma revolta popular – feita por um povo cansado de sofrer – e a possibilidade um golpe das forças armadas, o que implementaria uma ditadura semelhante ao padrão que tradicionalmente ocorria nos demais países latino-americanos. Como tentativa de solução deste dilema o autor aposta na organização da ação coletiva a partir da força da reação por meios pacíficos e democráticos, de acordo com as teses do Partido Democrático – ao qual era ligado – e em oposição às idéias de Vianna, que não era a favor do sufrágio universal. Acreditava que através do voto poderia se formar na sociedade brasileira “uma opinião pública, que orientada e organizada em partidos, contraporá aos atos dos governantes o peso de uma sanção. Estaremos então no caminho da democracia” (Idem, 1927). Tal proposta aproxima Prado Jr. de suas futuras proposições sobre mudança social na sociedade brasileira – presentes em *EPB*

e *FBC* –, que como estamos verificando em nossa análise, ocorreria através de lentas e constantes mudanças na estrutura social, criando as condições de possibilidade para uma via societária para a formação da nação no Brasil. Muito embora em *A Crise da Democracia Brasileira* Prado Jr. ainda não se orientasse por uma perspectiva materialista de análise social, negligenciando os divergentes interesses entre as classes sociais, tratando o “povo” em bloco.

Passemos a *EPB*, ensaio que é marcado pela crítica à falta de autonomia da ação coletiva das classes populares no contexto das revoltas do pós-Independência. Há neste aspecto uma continuidade temática com *PMB-I*, onde esta incapacidade organizativa aparece como constitutiva de toda a formação social e política do Brasil. O problema surge primeiro no momento da Independência nacional, caracterizada pela ausência de participação popular, como fruto das manobras da classe dos grandes proprietários rurais interessados em assumir o poder político e consolidar a liberdade de mercado conquistada em 1808, com a abertura dos portos:

Resulta daí que a independência se fez por uma simples transferência política de poderes da metrópole para o novo governo brasileiro. E na falta de movimentos populares, na falta de participação direta das massas neste processo, o poder é todo absorvido pelas classes superiores da ex-colônia, naturalmente as únicas em contato direto com o regente e sua política. Fez-se a independência praticamente à revelia do povo; e se isto lhe poupou sacrifícios, também afastou por completo sua participação na nova ordem política. A Independência brasileira é fruto mais de uma classe que da nação tomada em conjunto (Prado Jr., 2007: 53).

A participação popular só aparece no pós-Independência, mas usada como massa de manobra da elite rural no processo da abdicação de D. Pedro I, um aliado dos restauradores portugueses. Nesse momento as classes populares mostram-se incapazes de organização autônoma na defesa de seus interesses e têm seus anseios por reformas sociais frustrados. Por

isso o político Teófilo Ottoni caracterizou o evento como uma *journée des dupes*⁶⁶. O povo se deixara levar pelo discurso demagógico e jacobino que as “classes abastadas” haviam tomado de empréstimo dos revolucionários franceses, “em que ‘liberdade’ e ‘democracia’” eram “entendidas muito mais como idéias abstratas do que como programas definidos” (Ibidem: 60). Prado Jr. aproveitou para tirar um sentido pedagógico do evento, afirmando que “todas as revoluções do passado foram *journée des dupes*”⁶⁷. Deste modo, seguindo o princípio marxiano da auto-organização proletária⁶⁸, o autor deixava implícito que se as massas quiserem que suas reformas sociais sejam feitas, elas mesmas teriam que as fazer (Ibidem: 66). Depois do 7 de abril de 1831 o autor narra a entrada das classes populares na cena política, participando da luta armada comandada pela ala esquerda do partido brasileiro, os democratas radicais. Porém, quando este elemento novo radicaliza suas ações os membros da classe média democrata “fazem marcha atrás, a caminho da reação ativa ou passiva” (Ibidem: 67).

É este primeiro momento de participação popular, marcada por seu “extremismo revolucionário”, que Prado Jr. usa como fonte de análise para pensar as características gerais das revoltas do pós-Independência. E suas conclusões apresentam três importantes semelhanças cognitivas com as teses do insolidarismo presentes em *PMB-I*. Primeiro, o Brasil era considerado uma unidade colonial de direito, mas de fato não passava de “um aglomerado de órgãos independentes” e dispersos. O *poder de fato* era dos grandes proprietários rurais que controlavam as administrações municipais agindo de modo muito mais amplo do que a lei os

⁶⁶ *Journée des dupes* (*Dia dos Logrados* em francês) é uma alusão à data de 11 de novembro de 1630, assim chamada por os inimigos políticos do Cardeal de Richelieu, primeiro ministro da França, terem sido desiludidos em sua expectativa de derrubá-lo – especialmente Maria de Médicis e Ana de Áustria. Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Journ%C3%A9e_des_dupes.

⁶⁷ “Teve razão Ottoni ao afirmar que o 7 de abril fora uma *journée des dupes*. Sim, logrado foi o povo, foram as massas, vendo que tinham lutado para os outros; constatando que as reformas por que aspiravam continuavam no mesmo lugar: esquecidas depois da vitória como antes dela. Aliás, neste sentido – e só nele podemos tomar a expressão de Ottoni – todas as revoluções do passado foram *journées des dupes*.” (Prado Jr., 2007, 66).

⁶⁸ Marx, Karl, *Manifesto do Partido Comunista*, 1997.

designava⁶⁹ (Ibidem: 31-32). Esta característica fragmentária da sociedade colonial acabou prejudicando a eficácia das revoltas populares no pós-Independência, impedindo a aliança entre os insurretos das diferentes províncias. Por outro lado, a reação liderada pelo poder central, mantinha-se unida e incólume, apesar das lutas intestinas por que passava:

Naturalmente, dada a falta de conexão entre vários movimentos que surgem separadamente aqui e acolá, nunca se vai além da tomada do poder local. No centro a reação sempre se conserva indene, e daí a possibilidade de ela, apesar das lutas intestinas que a dividem, continuamente se renovar, e ir assim consolidando o seu poder. (Ibidem: 67).

Em segundo lugar, é a incapacidade associativa das camadas médias e inferiores da população a principal causa do insucesso das revoltas, algo que Prado Jr. chamou de “atitude revolucionária incoseqüente das camadas inferiores” (Ibidem: 67), pois era com a ação deste setor que o autor estava mais preocupado. A aliança entre essas camadas estava fadada ao fracasso e à dispersão, pois havia entre elas “a maior disparidade de interesses, e mais do que classes nitidamente constituídas, formavam antes simples aglomerados de indivíduos” (Ibidem: 68). Como vimos anteriormente, tal argumento relativiza a própria noção de ação coletiva, aproximando Prado Jr. do diagnóstico do insolidarismo de Vianna. Outro problema que prejudicava a associação dos populares, além da aliança “indevida” com as camadas médias, era a sua falta de definição ideológica, impedindo a coesão da ação. A inconstância e desorganização das revoltas impressionaram Prado Jr. O único fator de união das massas eram

⁶⁹ “A administração municipal não se organiza, pois, numa base urbana, contrariamente ao que se observa na Europa com as cidades libertas do julgo feudal. Como as vilas, onde se localiza, nasce apenas do influxo rural. Portanto, dominam nela os senhores de terras. Nas eleições para os cargos da administração municipal votam apenas os homens bons, a nobreza, como se chamavam os proprietários. Tal privilégio é por eles ciosamente defendido, com exclusão de toda a população propriamente urbana: mercadores, mecânicos, outros artífices, os industriais de então. O poder da câmara é, pois, dos proprietários. E seu raio de ação é grande, muito maior do que o estabelecido nas leis. Vemos as câmaras fixarem salários e os preços das mercadorias; regularem o curso e o valor das moedas; proporem e recusarem tributos reais, organizarem expedições contra o gentio, e com ele celebrarem pazes; tratarem da ereção de arraiais e povoações; proverem sobre o comércio, a indústria e a administração pública em geral; chegam a surpreender governadores e capitães, nomeando-lhes substitutos, e prender e pôr a ferro funcionários e delegados régios”. (Prado Jr., 2007: 31).

as lideranças individuais, que sem uma ideologia estabelecida, não sabiam como e para onde direcionar as insurreições:

Sem coesão, sem ideologia claramente definida – que dadas suas condições objetivas, não podiam ter mesmo quando alcançam o poder, tornam-se nele completamente estéreis. Em todos os movimentos populares deste período que vamos analisar o que mais choca é sua completa desagregação logo que passa o primeiro ímpeto da refrega. Congregam-se massas em torno de individualidades mais ou menos salientes – caráter comum a todas as lutas políticas às quais faltam sólidas bases ideológicas – e a ação revolucionária é dispendiosa em dissensões intestinas e hostilidades entre os chefes, que afinal não sabem ao certo o que fazer. (Ibidem: 68).

Por fim, o regime de trabalho escravo no qual se baseava a economia brasileira constituía um impeditivo estrutural para o sucesso de propostas políticas democráticas e populares. Apesar de o trabalho escravo ser apontado lateralmente como uma das causas do insolidarismo em *PMB-I*, em *EPB* há argumentos de outra ordem analítica em relação ao tema. Prado Jr. busca entender por que os escravos não puderam ser agentes políticos das revoltas? Em primeiro lugar, levemos em conta que o autor só pode chegar a este questionamento por pautar sua análise em uma concepção teórico-metodológica diversa a de Vianna. Munido do materialismo histórico Prado Jr. entendia que os conflitos sociais *ocorriam a partir do mundo da produção*, ganhando a configuração de luta entre classes. Sob outra perspectiva, Vianna pensava o conflito social no Brasil como *originário e restrito à esfera política*, circunscrito ao embate entre o Estado, poder central, e a Sociedade, poder local dos clãs, entendidos de modo dualista como “público X privado” (Botelho, 2007). Em virtude disso Vianna não se preocupa em compreender as revoltas escravas no Brasil. Em postura oposta, Prado Jr. busca entender por que a “massa escrava”, que representava cerca de 50% da população brasileira no momento das revoltas do pós-Independência e era o setor de classe que mais sofria com a

exploração econômica, não se uniu às camadas populares nessas ações coletivas (Prado Jr., 2007: 67).

Lembremos que em *EPB* apenas “gradações” de classe separavam os “trabalhadores escravos” e os “pseudolivres” – “proprietários de pequenas glebas mais ou menos dependentes, ou simples rendeiros” –, em essência ocupavam a mesma posição na cadeia produtiva, formando a “grande massa que trabalha e produz, explorada e oprimida” (Ibidem: 29). Dessa forma, para um adepto do materialismo histórico era fundamental compreender os motivos da ausência de aliança entre os escravos e os semilivres. E mesmo com certo ranço etnocêntrico, comum ao meio intelectual de sua época, o autor chega a importantes considerações sociológicas que contribuíram com ganhos heurísticos sobre o tema. Por um lado Prado Jr. ainda entendia o isolamento da massa escrava como consequência do “estado de barbárie de que provinha” os cativos, situação que era entendida como característica das “selvas africanas” (Ibidem: 67). Mas por outro lado o autor chega à conclusão de que o fato de ser escravo no Brasil não conferia unidade aos africanos e a seus descendentes, pois eles eram “divididos por profundas rivalidades tribais do seu habitat de origem; muitas vezes nem ao menos falavam o mesmo idioma”, o que os tornavam incapazes de coesão na ação (Ibidem: 67). Tal raciocínio, pioneiro à época, influenciou a historiografia posterior, que buscou entender como os escravos africanos que foram trazidos para o Brasil tinham origem em diferentes etnias e culturas, e mesmo nações, não apenas diferentes entre si, como também divididas por rivalidades políticas, que em certos casos atingiam séculos de existência. Além desses fatores de divisão oriundos das sociedades africanas, Prado Jr. ainda lembra as causas surgidas na própria sociedade brasileira, onde os escravos encontravam-se privados de quaisquer direitos, isolados e submetidos a um rígido regime de disciplina nos grandes domínios rurais, “cujo rigor não conhecia limite” (Ibidem: 67). O historiador paulista entendeu que sem as condições que permitiriam sua organização, os cativos limitaram-se “a

um papel político insignificante” e os homens livres pobres ficavam privados de uma aliança valorosa nas rebeliões do pós-Independência.

Em *FBC* o problema da dificuldade de associação na sociedade brasileira aparece com uma forma analítica mais elaborada do que *EPB*, através do desenvolvimento da categoria “inorgânico” e da noção de “ausência de nexos moral”. Há uma significativa continuidade entre a abordagem do limitado associativismo entre as camadas populares em *EPB* e a categoria de inorganicidade em *FBC*. Já quanto à noção de ausência de nexos moral, temos com ela um agravamento do quadro de fragmentação e fragilidade das associações na sociedade colonial, em sua totalidade, em relação ao narrado em *EPB*. Característica que aproxima *FCB* ainda mais do diagnóstico de insolidarismo presente em *PMB-I*. Todavia, é importante destacar que a categoria inorgânico e a noção *ausência de nexos moral* estão logicamente interligadas na economia dos argumentos de *FBC*. A lógica excludente do sentido da colonização confere totalidade à explicação de Prado Jr.: ela cria uma imensa massa de homens livres pobres, vivendo “mais ou menos à margem da ordem social” dos clãs patriarcais, o setor orgânico, produtor de grandes monoculturas voltadas para a exportação e de mão-de-obra escrava (Ricupero, 2007). Esse contingente de excluídos crescia a cada crise cíclica da economia colonial, formando uma camada social de desocupados estruturais que constituíam o setor inorgânico, *locus* social onde se manifestavam com mais força a falta de coesão e a precariedade das associações relativas à ausência de nexos moral. Vejamos agora como cada um desses conceitos aparecem em *FBC*.

Para entender a divisão do Brasil nos setores “orgânico” e “inorgânico” precisamos compreender como Prado Jr. pensava a estratificação social da colônia. É desta análise sócio-econômica, articulada ao conceito geral de sentido da colonização, que surge a divisão da sociedade em dois setores:

Em suma, o que se verifica é que os meios de vida, para os destituídos de recursos materiais, são na colônia escassos. Abre-se assim um vácuo imenso

entre os extremos da escala social: os senhores e os escravos; a pequena minoria dos primeiros e a multidão dos últimos. Aqueles dois grupos são os dos bem classificados da hierarquia e na estrutura social da colônia: os primeiros serão os dirigentes da colonização nos seus vários setores; os outros, a massa trabalhadora. Entre estas duas categorias nitidamente definidas e entrosadas na obra da colonização comprime-se o número, que vai avultando com o tempo, dos desclassificados, dos inúteis e inadaptados; indivíduos de ocupações mais ou menos incertas e aleatórias ou sem ocupação alguma. Aquele contingente vultoso em que Couty mais tarde veria o “povo brasileiro”, e que pela sua inutilidade daria como inexistente, resumindo a situação social do país com aquela sentença que ficaria famosa: *‘Le Brésil n’a pas de peuple’* (Prado Jr., 2007b: 281).

Como podemos ver, há em *FBC* uma grande semelhança com a idéia de estratificação social presente em *PMB-I*. No livro de Vianna a sociedade também está dividida em três camadas: os senhores rurais e os escravos e entre eles a plebe rural⁷⁰. Prado Jr. troca o termo plebe rural por inorgânico, que como veremos a seguir, é um termo mais sistemático e abrangente do que o usado por Vianna. Enquanto em *PMB-I* a plebe rural precisa sempre estar associada a algum clã, para fugir dos perigos da anarquia branca, em *FBC* esta associação política não aparece como necessária. Dos três tipos sociais que existem no setor inorgânico apenas um é associado aos clãs. O primeiro tipo destas “subcategorias” da sociedade colonial “é composta daqueles que vegetam miseravelmente nalgum canto mais ou menos remoto e apartado da civilização, mantendo-se ao deus-dará, embrutecidos e moralmente degradados” (Ibidem: 282). São os *tapuias* da Amazônia e os *caboclos* das demais regiões da colônia, que

⁷⁰ A estratificação social em *EPB* também guarda semelhanças com *PMB-I*. Entre a reduzida classe dos proprietários e a grande massa dos escravos havia as camadas médias e inferiores de homens livres. Outra parcela da classe dominante eram os comerciantes portugueses, que também aparecem ao final de *FBC*. Mas, ao menos no que tange aos primeiros 150 anos da colonização, a sociedade estaria dividida em apenas duas classes, pois Prado Jr. iguala escravos e trabalhadores semilivres em apenas uma classe, a da grande massa de explorados: “Reduz-se em suma a duas classes: de um lado os proprietários rurais, a classe abastada dos senhores de engenho e fazenda; doutro a massa da população espúria dos trabalhadores do campo, escravos e semilivres. Da simplicidade da infra-estrutura econômica – a terra, única força produtiva, absorvida pela grande exploração agrícola – deriva a da estrutura social: a reduzida classe de proprietários, e a grande massa que trabalha e produz, explorada e oprimida” (Prado Jr, 2007: 29).

deixavam de serem índios, mas não chegavam a serem colonos, vivendo de economia extrativista e em condições miseráveis. E ainda os *quilombolas*, negros e pardos fugidos da escravidão, que buscavam viver uma vida semelhante a das tribos africanas. Quando alçavam grandes concentrações de fugidos os quilombos eram considerados uma ameaça à ordem social. O segundo tipo é o dos *agregados*, os moradores dos engenhos, que associados aos clãs rurais, têm funções semelhantes aos vassalos europeus. São eles quem “nas cidades, mas, sobretudo no campo, se encostam a algum senhor poderoso, e em troca de pequenos serviços, às vezes até unicamente de sua simples presença, própria a aumentar a clientela do chefe e insuflar-lhe a vaidade, adquirem o direito de viver à sua sombra e receber dele proteção e auxílio” (Ibidem: 283). É o tipo social que mais se assemelha à categoria de plebe rural presente em *PMB-I*.

O terceiro e mais populoso tipo social a compor o setor inorgânico é o dos *desocupados permanentes*. Ele tanto marca importantes mudanças de nível em relação a *PMB-I* e *EPB* quanto não menos significativas continuidades analíticas. Este tipo é caracterizado principalmente pelo seu aspecto nômade e violento, sendo os agentes do grave problema de segurança pública da colônia. “É a casta numerosa dos “vadios”, que nas cidades e no campo é tão numerosa e de tal forma caracterizada por sua ociosidade e turbulência, que se torna uma das preocupações constantes das autoridades e o *leitmotiv* de seus relatórios”⁷¹ (Ibidem: 283). Neste ponto há uma mudança de grau em relação a *PMB-I* e *EPB*, pois a casta dos vadios podia agir de modo independente dos clãs patriarcais. As ações violentas dos “vadios”, mesmo que fragmentárias e desorganizadas, podem ser encaradas como um modo autônomo de ação coletiva dos homens livres pobres da sociedade colonial. De outro modo, os indivíduos deste tipo social também agiam associados aos clãs patriarcais, aderindo às “milícias particulares

⁷¹ Nos espaços urbanos mais importantes o problema da segurança pública era ainda mais grave do que no meio rural: “Nas cidades, os vadios são mais perigosos e nocivos, pois não encontram, como no campo, a larga hospitalidade que lá se pratica, nem chefes sertanejos prontos a engajarem sua belicosidade. No Rio de Janeiro era perigoso transitar só e desarmado em lugares ermos, até em pleno dia” (Prado Jr., 2007b: 284).

dos grandes proprietários e chefes locais”, que canalizavam a “natural turbulência” da casta dos vadios, posto que lhes dariam “um mínimo de organização e disciplina” (Ibidem: 284). Agindo de modo autônomo esses homens livres pobres seriam inerentemente desordenados e violentos: “entregues a si mesmos, eles manteriam o sertão despolicado em constante polvorosa, e normalizariam o crime”⁷² (Ibidem: 284). Todavia, há uma diferença fundamental em relação à idéia de anarquia branca presente em *PMB-I*. Porque não são apenas os clãs rurais a causa da insegurança pública, mas também os próprios desocupados estruturais, em sua ação autônoma – mais ou menos organizada e coletiva –, que constituem o maior fator de insegurança dos sertões.

Podemos ainda neste ponto pensar na hipótese de uma continuidade implícita das teses racistas presentes em *PMB-I*, – mesmo que transfigurada sob categorias e noções sociológicas –, no que tange ao caráter naturalmente anárquico e violento do mestiço inferior. Este era classificado “na ordem moral ou intelectual, na ordem legal ou política, na ordem econômica ou social (...) ele é sempre, por exigências da própria psicofisiologia, um excessivo, um instável, um irregular, um descontínuo, um subversivo” (Vianna, 1987: 166). Em Vianna “pardos”, “cafusos”, “mamelucos” e “carijós” só têm “organicidade” quando associados aos clãs rurais: “Dispersa, desregrada, instável, inconsciente de si mesma pela ação simplificadora dos grandes domínios, só vale quando utilizada pelos grandes caudilhos territoriais.”⁷³ (Ibidem: 167).

Por fim, um último e importante atributo da casta dos vadios: seu papel político nas revoltas desencadeadas na passagem da colônia ao Império independente. Esta massa

⁷² Agindo de modo independente, ou mesmo nas milícias de uma minoria de mandões locais com tendências mais violentas, os vadios constituíam um sério perigo para a segurança pública dos sertões. “É entre estes desclassificados que se recrutam os bandos turbulentos que infestam os sertões, e ao abrigo de uma autoridade pública distante ou fraca hostilizam e depredam as populações sedentárias e pacatas; ou pondo-se a serviço de poderosos e mandões locais, servem os seus caprichos e ambições nas lutas de campanário que eles entre si sustentam; como estes Feitosas do Ceará, que durante anos levam o interior da capitania a ferro e fogo, e só foram dominados e presos graças a um esquema do Gov. Oeynhausen” (Prado Jr., 2007b: 284).

⁷³ Destaquemos que Vianna não fala da ação independente dos mestiços inferiores, seu caráter naturalmente instável e violento é sempre canalizado para as milícias dos clãs rurais.

desenraizada e “mal enquadrada na ordem social” era tanto recrutada pelas facções políticas que se formavam quanto seria a portadora das reivindicações populares contra a estrutura anti-democrática que se consolidava no Império. Suas revoltas serão marcadas pelo uso da violência, *numa espécie de catarse de instintos bárbaros que vinham sendo recalçados até então:*

No torvelinho das paixões e reivindicações então desencadeadas, pelo rompimento do equilíbrio social e político que provoca a transição de colônia para Império livre, aquela massa deslocada, indefinida, mal enquadrada na ordem social, e na realidade produto e vítima dela, se lançará na luta com toda a violência de instintos longamente refreados, e com muitas tintas de barbárie ainda tão próxima que lhe corria nas veias em grandes correntes (Prado Jr., 2007b: 285).

Como vimos no capítulo anterior, em *FBC* a ação política organizada e eficiente estava restrita às camadas médias e altas da sociedade colonial, unidas na maçonaria, da qual os populares estavam excluídos. Entre os homens livres pobres – situados “à margem da escravidão” que sustentava a economia primário-exportadora dos grandes domínios –, não havia a possibilidade de sucesso da organização política autônoma na defesa de seus interesses particulares. Não eram capazes de ação coletiva organizada. Os “vadios”, como o próprio nome indica, não formavam uma classe constituída, caracterizavam-se antes pela desagregação. *Ao contrário do setor orgânico, que lentamente se desestruturava, o setor inorgânico precisava se estruturar.* Prado Jr. buscou tanto enfatizar a falta de coesão deste setor social que chegou a usar argumentos raciais: a inorganização era decorrência tanto da “vadiagem” quanto da “caboclição”. Sem minorar a preponderância da explicação sociológica na economia dos argumentos de *FBC*, ao estabelecer a “caboclição”⁷⁴ como uma

⁷⁴ Lucas Carvalho (Carvalho, 2010) pesquisou como Emílio Willems usa o termo "cultura cabocla" (que alterna com outros, como cultura caipira e rústica). A ênfase está menos na "caboclição" como processo de mistura racial e mais na miscigenação cultural. Com esta noção Willems designa a formação de uma ampla camada

das causas da desagregação social, podemos afirmar que a miscigenação era apontada como um dos motivos da desorganização colonial:

Para este setor não se pode nem ao menos falar em “estrutura” social, porque é a instabilidade e incoerência que a caracterizam, tendendo em todos os casos para estas formas extremas de desagregação social, tão salientes e características da vida brasileira, e que notei em outro capítulo: a vadiagem e a caboclicização.
(Ibidem: 344).

Tais raciocínios apresentam importantes semelhanças com idéias conservadoras e racistas presentes em *PMB-I*. E como vimos no capítulo I, o argumento da catarse de instintos bárbaros reprimidos também guarda fortes similitudes com o pensamento conservador de Sílvio Romero, apropriado por Gilberto Freyre em *Casa-Grande & Senzala*. Por isso retomaremos aqui o debate sobre a episteme naturalista, com o intento de entender como o pensamento racial influenciou a análise desses autores referente à ação coletiva popular no Brasil. No capítulo XVIII de *PMB-I*, *Psicologia das revoluções meridionais*, quando estuda as revoltas ocorridas no centro-sul no Império e na República, Vianna afirma que o povo rural, “– a alta classe e o pequeno povo – está sempre ausente” dos movimentos revolucionários, “deles não participa, nem os compreende” e “só as cidades se fazem pontos exclusivos de rebelião” no centro-sul (Vianna, 1987: 270-271). Nos ambientes urbanos as revoltas têm “uma origem e caráter militar”, porém, mesmo quando ganham participação popular:

...quem realmente intervém, como elemento dinâmico, para lhes dar esse aspecto,
é a ralé, a população, e não o povo, nas suas expressões mais representativas: a

brasileira do interior do Brasil (mistura de branco e índio principalmente) marcada pelo isolamento com o litoral. O modo pelo qual ele dispensa tratamento analítico à cultura cabocla no interior da sociedade global brasileira altera um pouco dentro de sua obra, o que Carvalho mostrou em dissertação. Diversos autores dentro dos chamados estudos de comunidade, ao mapearem o Brasil em regiões culturais, denominaram a região do interior de cabocla. Neste contexto intelectual o termo exprimia, entre outras coisas, o cruzamento cultural entre índio e branco, principalmente. Por isso julgo importante, em pesquisa futura, conferir se no momento da escrita de *FBC* Prado Jr. era leitor dos estudos de comunidade. Em *FBC* o termo “caboclicização” tem um tom pejorativo, associado à desagregação social. Resta conferir se com essa expressão Prado Jr. pensava em termos raciais ou culturais.

burguesia e o proletariado. Quer nos motins regenciais; quer nos motins do segundo império; quer nos da República, todas essas reações populares afetam o caráter olocrático de arruaças e correrias; sobre nenhuma delas vê-se sobrepair a autoridade de chefes ostensivos, que representem elementos de prestígio do escol (Ibidem: 271, grifo meu).

E ainda:

Daí esse aspecto característico, que todas elas [revoltas], mesmo as mais populares apresentam: o aspecto desordenado, tumultuário e efêmero do motim e da bernada. (Ibidem: 264).

Portanto, podemos constatar que para Vianna o portador social (“elemento dinâmico”) das idéias liberais no Brasil do Império e da Primeira República foi a “ralé, a populaça” dos meios urbanos, e não o “povo”, como no paradigma eurocêntrico: a burguesia e o proletariado – que não existiam no país. Por isso considera “*o caráter exótico, extra-nacional das suas origens*” uma das principais causas para o aspecto “inconstante” e “superficial” das revoltas inspiradas pela ideologia liberal (Ibidem: 265, grifo do autor).

Antes de buscar entender como a ação coletiva popular ocorria de modo específico na sociedade brasileira, como faz Prado Jr. em *EPB* e *FBC*, Vianna negava qualquer possibilidade de auto-organização plebéia, ainda que precária, caracterizando-as como “arruaças e correrias”. Ao contrário de Prado Jr., que tem como ideal marxista a auto-organização popular, Vianna, um conservador com elementos de demofobia, via no caráter independente da ação dos populares a causa de sua desordem. O autor lembra que não havia nas ações revoltosas a presença de “elementos de prestígio do escol”, que poderiam organizá-las. A “ralé” agia de modo relativamente independente, apenas incentivada pela “minoría intelectual” – de “caráter habitualmente platônico”, que comumente buscava apoio para seus ideais doutrinários entre os populares e os militares (Ibidem: 272). Contudo, destaquemos que

eram por seu caráter popular, e não pelo liberalismo em si – difundido pela “minoría intelectual” – que as rebeliões tinham o aspecto “desordenado, tumultuário e efêmero”.

Mesmo que Vianna não faça referências a explicações raciais no capítulo XVIII, *Psicologia das revoluções meridionais*, essa caracterização da ação da “ralé” tem grandes semelhanças com a descrição que o autor faz do comportamento dos mestiços inferiores, no capítulo VI, *Etnologia das classes rurais*:

(...) ziguezagueante, irregular, descontínua, imprevista. Obedecendo às descargas divergentes da própria impulsividade, saltam, de súbito, da apatia dos inertes à mobilidade incoercível dos frenéticos, para caírem logo depois na indiferença e quietismo mais completos (Ibidem: 105).

Tal modo de classificar a psicologia dos mestiços é típico do que chamei de episteme naturalista. Assim, as revoltas populares são explicadas como uma ríspida liberação de instintos ou impulsos recalcados pelos mestiços, para, em seguida, voltarem a um estado de apatia e ausência de participação política. No momento da escrita de *PMB-I* Vianna oscilava entre a explicação sociológica e a explicação racial – característica de um autor tensionado na transição entre duas epistemes. O quadro geral do insolidarismo é explicado a partir da categoria sociológica “função simplificadora do grande domínio rural”, que impede a formação de agentes sociais típicos da modernidade, portadores sociais das idéias liberais. Por outro lado Vianna foi incapaz de pensar como ocorreu a recepção ativa das idéias liberais no contexto social brasileiro, como fez Prado Jr., pois considerava os populares dos meios urbanos, chamados pejorativamente de “ralé”, racialmente inaptos à ação coletiva. Neste pensamento transborda todo o seu elitismo e a sua demofobia.

A consideração das semelhanças entre as descrições do comportamento desorganizado e impulsivo da “ralé” no momento de explosão das rebeliões políticas e da psicologia racial dos mestiços inferiores nos permite elaborar uma nova abordagem sobre o modo como Vianna pensa a recepção das idéias liberais no contexto social brasileiro, onde

sempre estariam “fora de lugar”. O caráter negativo desta recepção pode ter relação com o pensamento racial presente em *PMB-I* e com o elitismo a ele inerente, pois ao contrário do que faz parecer a retórica de Vianna no ensaio, *o problema não seriam as idéias liberais, que não eram em si exóticas, mas seus portadores sociais deslocados do modelo europeu originário*. Estes não eram a expressão típica ideal do povo urbano – a burguesia e o proletariado –, mas ralé brasileira, composta pelos mestiços inferiores, em si incapazes de ação coletiva devido à sua psicologia racial. Eram os portadores do exotismo. Dessa maneira “o dogma racial da desigualdade pode ser de certa forma entendido como um estranho fruto, uma perversão do Iluminismo humanitarista, que buscava naturalizar a desigualdade em sociedades só formalmente igualitárias” (Schwarcz, 1993: 244).

Esta perspectiva torna factível pensar como as idéias raciais (e racistas) presentes em *PMB-I* serviam como base para o projeto de modernização conservadora⁷⁵ presente ao fim do ensaio. Nesta parte o autor defende que a construção do Estado nacional seria feita sem a participação popular, de cima para baixo, “naturalizando as diferenças” raciais para justificar as desigualdades sociais. Deste modo a hierarquia social não sofreria grandes transformações na passagem do poder local e privado dos clãs para o poder central e público do Estado nacional, pois tal mudança ocorreria dentro da ordem. Por isso creio que a demofobia inerente à via estatista e autoritária advogada por Vianna pode ser pensada como um caso típico de reação aos valores igualitários do liberalismo em sociedades fortemente hierarquizadas, como foi proposto por Schwarcz em *O Espetáculo das raças* (Schwarcz, 1993: 63-65; 244-245; Dummont, 1997; Arendt, 1989). Neste tipo de sociedade, como era a brasileira da primeira metade do século XX, a resposta à ameaça da de desestabilização da rigidez de sua ordem é dada com o reforço da naturalização da hierarquia social, segundo a lógica holista do “um

⁷⁵ Modernização conservadora é entendida aqui como a articulação dos processos de urbanização, industrialização e construção do Estado nacional, ocorridos sem a tomada de poder político pelo povo. Por isso tais mudanças ocorrem dentro da ordem – comandadas de cima para baixo – através do pacto político entre o velho poder da oligarquia rural e a ascendente burguesia urbana (Moore Jr., 1983).

lugar para cada coisa, cada coisa em seu lugar”. A presença do que chamei aqui de episteme naturalista em *PMB-I* pode ser encarada como a expressão intelectual, sob a forma do ensaio, desses processos sociais e relações de poder típicos de uma sociedade fortemente hierarquizada, por isso “as teorias raciais pareciam `estar no lugar”⁷⁶, pois “o problema da nacionalidade” ainda “escapava do plano da cultura para se transformar em uma questão de natureza” (Schwarcz, 1993: 245). Mesmo que os argumentos raciais já fossem secundários em relação aos sociológicos, em *PMB-I* a questão racial continuava a moldar o pensamento sobre a nação.

Prado Jr. realiza importantes mudanças de nível explicativo em relação à abordagem autoritária e conservadora da ação coletiva, própria da episteme naturalista, mas não chega a romper completamente com este modo de pensar. Verificam-se resquícios elitistas nos textos deste autor, típicos do contexto intelectual em que estava inserido, no qual ainda se fazem sentir os preconceitos elitistas com os setores populares da sociedade brasileira. A tensão entre episteme naturalista e episteme moderna pode ser percebida no modo como Prado Jr. aborda a questão dos excluídos estruturais. Se a casta dos vadios é descrita como *vítima* da economia colonial, denunciando assim sua condição de marginalizados pelo sistema, ainda persiste na narrativa uma *separação elitista entre cultura e natureza*, na qual às camadas populares eram atribuídas as características da “violência de instintos longamente refreados” e “as muitas tintas de barbárie ainda tão próxima” que lhes correm nas veias (Prado Jr., 2007b: 285). Por não terem atingido ainda a condição elitizada da cultura, as ações populares estariam fadadas a se resumirem a fracassados levantes violentos e anárquicos.

⁷⁶ Nas palavras de Schwarcz a “coerência” que as idéias raciais ganhavam no elitizado meio intelectual brasileiro tinha relação direta com o processo de formação do Estado e sua ligação com o poder local: “Em uma sociedade onde a falta do indivíduo, das instituições e do formalismo do Estado – tão desfigurado em meio à dispersão dos poderes locais – era fato, as teorias raciais pareciam “estar no lugar”, na medida em que o problema da nacionalidade como que escapava do plano da cultura para se transformar em uma questão de natureza” (Schwarcz, 1993:245).

Esta explicação presente em *FBC*, mesmo que não tenha grande peso no conjunto do ensaio, deve ser considerada, pois reproduzia um lugar-comum típico dos ensaístas da geração de 1920 e 1930. Tem semelhanças com os argumentos raciais de Vianna, como vimos, e com o modo como Gilberto Freyre retoma a abordagem de Sílvio Romero⁷⁷ sobre as revoluções liberais do século XIX, em *Casa-Grande & Senzala*, como também já abordamos, no capítulo I. Nessa linha de raciocínio o próprio caráter liberal das revoltas é questionado. Referindo-se à Balaiada, à Sabinada, à Cabanada, entre outras, Romero afirmou que não passavam de “assanhamentos desordeiros”, nos quais “os elementos selvagens ou bárbaros que repousam no fundo étnico de nossa nacionalidade, vieram livremente à tona, alçaram o colo e prolongaram a anarquia, a desordem espontânea” (Freyre, 2001: 209). Freyre recupera Romero visando negar o caráter cívico e político dessas revoltas, que seriam antes decorrentes do “choque de culturas desiguais, ou antagônicas” (Ibidem: 209). Nesses conflitos os mestiços encontravam-se prejudicados na escala hierárquica de desenvolvimento cultural, sujeitos que estavam às recaídas ao estado de barbárie recalcado. Argumento que é quase idêntico ao presente em *FBC*: “os relapsos em furor selvagem observamo-los em movimentos de fins aparentemente políticos ou cívicos, mas na verdade a pretexto de regressão à cultura primitiva, recalcada porém não destruída” (Ibidem: 210). Por isso, podemos afirmar que também há em *Casa-Grande & Senzala* a negação dos fundamentos – as condições de possibilidade – da ação coletiva popular a partir do uso de critérios raciais de explicação, que estabeleciam uma hierarquia evolutiva entre as culturas das diferentes etnias que compunham a sociedade brasileira.

Visto isso, voltemos a *PMB-I*, onde a sujeição da plebe rural e da “ralé” urbana ao estado de natureza aparece de modo mais destacado na economia dos argumentos do livro, como uma decorrência de sua subalternidade racial, pois os mestiços inferiores eram “oriundos

⁷⁷ A referência citada por Gilberto Freyre em *Casa Grande & Senzala* é “SÍLVIO ROMERO, *Provocações e Debates*”. (Freyre, 2001: 245).

do cruzamento de tipos étnicos menos ricamente providos de qualidades eugênicas” (Vianna, 1987: 163). Por isso seriam naturalmente violentos e desorganizados. Vianna chega a citar um estudo de antropologia criminal para provar cientificamente as características bárbaras dos mestiços inferiores, já constatadas anteriormente pelos cronistas da colônia – também citados como fonte pelo autor. Vianna não se intimida em concluir que “esse documento é a prova eloqüentíssima da função agressiva e criminal do mestiço em nossa história e confirma o testemunho unânime dos cronistas coloniais: - ‘Eles são [os criminosos], à exceção de um pequeno número de brancos, todos mulatos, cabras, mestiços e negros forros’ – diz Teixeira Coelho” (Ibidem: 167). Impregnado pelo modo de pensar naturalista, ainda não ocorria ao sociólogo fluminense que tal composição étnica dos criminosos pudesse ser decorrente de relações de poder, de suas posições na hierarquia social. Desse modo, podemos afirmar que o discurso da violência popular como liberação desordenada de instintos ou pulsões de origem étnica – presente em *PMB-I*, e em menor peso em *FBC* e *Casa-Grande & Senzala* – era um modo de desqualificar moralmente as revoltas populares, através do uso de argumentos naturalistas. Nestas narrativas as ações coletivas que expressavam a insatisfação dos populares com as condições sociais em que viviam eram *situadas em um estado de natureza*, o que conferia um aspecto bárbaro à raça e à cultura do “outro” – índios, negros e mestiços.

Por fim, vejamos como a dificuldade de associativismo aparece quando relacionada à noção de “ausência de nexos morais”. No início do último capítulo de *FBC, Vida Social e Política*, Prado Jr. apresenta uma abordagem negativa da mestiçagem das três raças e culturas presentes na colônia. Entre “brancos europeus, negros africanos, indígenas do continente”, as duas últimas ainda seriam “semi-bárbaras”. Não tinham instâncias socializadoras que as integrassem à sociedade dos brancos europeus, sua “escola única foi quase sempre o eito e a senzala.” (Prado Jr., 2007b: 341). A sociedade colonial era caracterizada pela coexistência dispersa das raças e culturas, uma perspectiva sociológica mais pessimista que a de Gilberto

Freyre em *Casa-Grande & Senzala*, segundo a qual as três raças e culturas formadoras conseguiam se integrar por meio do equilíbrio de antagonismos.

A “ausência de nexos morais” é uma noção mais próxima do quadro de insolidarismo pintado por Vianna em *PMB-I* do que a categoria “inorgânico”, nas palavras de Prado Jr.: “Raças e indivíduos mal se unem, não se fundem num todo coeso: justapõe-se antes uns aos outros; constituem-se unidades e grupos incoerentes que apenas coexistem e se tocam.” (Ibidem: 341). As associações eram as mais básicas possíveis, restritas aos “tênuos laços materiais, primários e econômicos” (Ibidem: 345). Prado Jr. assume uma perspectiva crítica a esta simplificação das relações sociais, que ao não se destacarem do “terreno puramente material em que se formam”, ficam restritas a uma “quase completa ausência de superestrutura” (Ibidem: 342). Tal tese tem importantes implicações sociológicas sobre a colônia, pois as relações sociais praticamente não eram reguladas por normas jurídicas. Havia um *decréscimo do processo civilizador em relação à metrópole*; devido ao seu aspecto precário, a cultura quase não impetrou aos indivíduos à instância normativa do superego (Elias, 1993) e disto provinha o quadro social de ausência de nexos morais. Mas se era crítico do baixo desenvolvimento cultural da colônia, por outro lado, Prado Jr. percebeu que tal simplicidade das relações sociais garantia a estabilidade da sociedade colonial, resolvendo o complexo problema da ordem em um contexto caracterizado pela desagregação:

A sociedade colonial se definirá antes pela desagregação, pelas forças dispersivas; mas elas são em nosso caso as da inércia; e esta inércia, embora infecunda, explica suficientemente a relativa estabilidade da estrutura colonial: para contrariá-la e manter a precária integridade do conjunto, bastaram os ténues laços materiais primários, econômicos e sexuais, ainda não destacados de seu plano original e mais inferior, que se estabelecem como resultado imediato da aproximação de indivíduos, raças, grupos díspares, e não vão além deste contato

elementar. É fundada nisto, e somente nisto, que a sociedade brasileira se manteve, e a obra da colonização pode se progredir. (Ibidem: 345).

Como podemos constatar, antes de um equilíbrio de antagonismos, tal como em Freyre, para Prado Jr. a sociedade colonial era marcada por uma *ordem primária e dispersiva*, semelhante ao quadro de insolidarismo descrito por Vianna.

Observemos agora como o setor inorgânico está especialmente condicionado à ausência de nexos morais. Da contradição estrutural da economia colonial, dividida entre os setores orgânico e inorgânico, advém a ausência de nexos morais da sociedade. Como os laços primários que garantiam a ordem social eram baseados nas relações de trabalho escravocratas, restritas ao setor orgânico, apenas este possuía “sólida e acabada estruturação e coesão”, por outro lado, o setor inorgânico, composto por homens livres pobres, era caracterizado pela “dispersão e a incoerência.” (Ibidem: 342). Portanto, mesmo sendo uma característica geral da sociedade, *a ausência de nexos morais se manifestava com maior intensidade no setor inorgânico*. Como vimos, os homens livres pobres eram “os desocupados e vadios, vivendo de expedientes, com um pé na ociosidade e outro no crime.” (Ibidem: 354). No capítulo final de *FBC* Prado Jr. inclui uma questão de gênero em sua caracterização do setor inorgânico. O “mais alarmante sintoma da geral indisciplina de costumes” era a “larga disseminação da prostituição”, a principal fonte de trabalho para as mulheres livres pobres (Ibidem: 354). A prostituição estava presente em larga escala em todo território colonial, dos maiores centros urbanos aos menores arraiais. Nestes o autor chega a destacar que “quase toda a sua população fixa é constituída, além dos vadios, de prostitutas.” (Ibidem: 354).

Mas a indisciplina sexual não era uma característica restrita ao setor inorgânico, antes, concernia à toda a sociedade colonial. Prado Jr. faz uma crítica, sem citar nomes, às abordagens de *PMB-I*, onde é conferida à família proprietária do latifúndio uma rigidez moral típica do *pater familias* romano, de modo similar à antiguidade romana; e de *Casa-Grande & Senzala*, segundo a qual a casa-grande seria um espaço de integração cultural e equilíbrios de

antagonismos. Em *FBC*, mesmo o ambiente familiar da grande propriedade do setor orgânico – “exceção no conjunto” da colônia, onde a família inexistia –, era o lugar de socialização para a indisciplina sexual e a degeneração dos costumes e da moral. Desta feita o autor faz uma sociologização da categoria “família”, pensando-a no contexto específico da colônia:

Neste sentido, a casa-grande ficou muito aquém de sua missão. O sistema de vida que a dá lugar, a promiscuidade com os escravos, e escravos do mais baixo teor moral, as facilidades que proporciona às relações sexuais irregulares e desbragadas, a indisciplina que nela reina, mal disfarçada por uma hipócrita submissão, puramente formal, ao pai e chefe, tudo isto faz a casa-grande, antes uma escola de vício e desregramento, apanhando a criança desde o berço, que de formação moral. A família perde aí inteiramente, ou quase, as suas virtudes; e em vez de ser o que lhe concede razão moral básica de existência e que é de disciplinadora da vida sexual dos indivíduos, torna-se pelo contrário campo aberto e amplo para o mais desenfreado sexualismo (Ibidem: 352).

E isto ocorria no setor mais organizado da sociedade, onde o matrimônio era uma regra, pois no setor inorgânico “o casamento constitui uma exceção excepcional”, seja devido ao seu custo, a falta de sacerdotes ou mesmo ao “preconceito de cor e classe”, que impedia a formalização das relações (Ibidem: 352). Assim, muitos dos casos de uniões extraconjugais não podiam ser considerados indisciplina sexual, pois muitas vezes o casamento não ocorria devido à escassez de dinheiro ou mesmo por causa da falta de um padre. Nem mesmo a religião, que tinha um importante papel de mobilização social, fugia do padrão de flexibilização moral da colônia. Os mandamentos religiosos não constituíam “um freio sério à corrupção de costumes. O culto fica nos ritos externos, estes sim rigorosamente observados. Quanto à moral, era-se de uma tolerância infinita” (Ibidem: 355).

No que tange à crítica da ausência de nexos moral, Prado Jr. faz lembrar a idéia de *desterro*, de Sérgio Buarque de Holanda em *Raízes do Brasil*, pois se atém ao paradigma da moral européia, lamentando o fracasso de seu transplante para a colônia. Em 1936, um pouco

antes da escrita de *FBC*, Buarque de Holanda escrevia: “trazendo de países distantes nossas formas de convívio, nossas instituições, nossas idéias, e timbrando em manter tudo isso em ambiente muitas vezes desfavorável e hostil, somos ainda hoje uns desterrados em nossa terra.” (Holanda, 1995: 31). Neste ponto podemos verificar uma ambigüidade na abordagem da ausência de nexos moral. Se por um lado o autor prende-se a uma referência eurocêntrica de moral, às vezes beirando a crítica vitoriana à falta de disciplina sexual, por outro, concebe a explicação sociológica para o decréscimo civilizador da sociedade colonial, através do conceito totalizante de sentido da colonização. Como uma sociedade criada com objetivos puramente mercantis, submissa a interesses econômicos externos e baseada na mão-de-obra escrava, poderia ser civilizada? Como nessa colônia onde praticamente inexistia superestrutura e a diferenciação social era precária poderia ocorrer o processo cultural que levou ao controle das pulsões individuais⁷⁸ na Europa ocidental? (Elias, 1993). Em última instância, é o sentido da colonização e a estrutura econômica autodestrutiva que dele emerge que explicam a ausência de nexos moral na sociedade colonial – que, por sua vez, os retroalimentam. Essa instabilidade moral, social e econômica provocava um mal estar generalizado na colônia, atingindo os diferentes indivíduos e grupos em sua circunstância específica. É interessante destacar que enquanto para Freud o mal-estar da civilização provinha do excesso de normas e estabilidade do mundo moderno (Freud, 2010), para Prado Jr. o mal estar da colônia existia por um motivo exatamente oposto, pela exagerada instabilidade e quase ausência de superestrutura. O que reforça a tese de um *decrécimo civilizador no processo da colonização*:

Um denominador comum somará e identificará todas aquelas situações: o mal-estar generalizado que de alto a baixo perpassa a sociedade colonial e lhe tira a

⁷⁸ Em resumo, assim podemos pensar o processo civilizador descrito por Elias: “Quanto mais apertada se torna a teia de interdependência em que o indivíduo está emaranhado, com o aumento da divisão das funções, maiores são os espaços sociais por onde se estende essa rede, integrando-se em unidades funcionais ou institucionais – mais ameaçada se torna a existência social do indivíduo que dá expressão a impulsos e emoções espontâneas, e maior a vantagem social daqueles capazes de moderar suas paixões; mais fortemente é cada indivíduo controlado, desde a tenra idade, para levar em conta os efeitos de suas próprias ações ou de outras pessoas sobre uma série inteira de elos na cadeia social” (Elias, 1993: 198)

estabilidade e o equilíbrio. Mal-estar econômico e social de raízes profundas, que no caso particular de cada indivíduo ou grupo se explicará por está ou aquela circunstância especial e imediata, mas que em última análise derivará de qualquer coisa de mais fundamental e geral: o próprio sistema da colonização brasileira (Prado Jr., 2007b: 356).

4.2 Perspectivas de Mudança Social

Na análise dos textos de *PMB-I*, *EPB* e *FBC* constatamos que ambos os autores, Vianna e Prado Jr., não encontraram no interior da sociedade brasileira agentes sociais capazes de promover a passagem das solidariedades locais e privadas para padrões nacionais e republicanos de associativismo. Dados os limites da estrutura social – a função simplificadora do grande domínio rural, em *PMB-I*, a escravidão em *EPB* e o sentido da colonização, em *FBC* – não existira até o final do século XIX no repertório de ação coletiva, formas de associação capazes de romper com o domínio social e político dos clãs. Contudo, se os *diagnósticos* de Vianna e Prado Jr. sobre a sociedade brasileira possuem importantes semelhanças, as abordagens que os autores dão ao tema da mudança social – seus *prognósticos* para encarar os problemas que identificaram no Brasil – têm perspectivas bem distintas. Buscaremos entender aqui como as diferentes interpretações que os autores fizeram da relação entre Estado e sociedade e do lugar das idéias liberais na política nacional, são os divisores de águas fundamentais de suas propostas de transformação da dominação dos clãs para a formação do Estado nacional.

Vianna era mais otimista do que Prado Jr. no que tange ao potencial transformador do Estado. O sociólogo fluminense acreditava que através da centralização estatal se chegaria ao patamar da “ação consciente da força organizada” (Idem, 1987: 276). A centralização criaria novas oportunidades no repertório da ação coletiva, possibilitando que as forças do poder central se contrapusessem aos clãs. Acreditava que através da ação estatal racional e

organizada o *homo politicus* poderia libertar-se do *homo sociologicus*, sujeito aos limites da estrutura social. Isto, no entanto, só seria possível se nosso modelo de Estado fosse construído obedecendo às necessidades impostas pela realidade nacional. Vianna afirma que as sociedades do continente americano teriam problemas diversos dos existentes na Europa, por isso o modo de pensar e agir na América deveria ser inovador, para que fosse adequado ao seu próprio contexto:

Os problemas econômicos, sociais e políticos dessas novas sociedades exigem, por isso mesmo, nas formas do seu equacionamento, a inclusão de dados absolutamente novos, de que nem de longe os pensadores e estadistas ocidentais podiam, ou podem, supor a existência (Ibidem: 273).

Na Europa um dos dois problemas centrais da organização do Estado, a autoridade, havia sido resolvido por “um longo período guerreiro” entre as nações, o que forçou os Estados a cumprirem seu principal papel, a função defensiva (Ibidem: 243). Por isso os povos europeus podiam focar-se no segundo problema da organização estatal, a liberdade. Mas no Brasil não havíamos passado por esta etapa, pois como vimos, os conflitos se resumiam à “luta particular, de clã a clã, de domínio a domínio, de caudilho a caudilho” (Ibidem: 240). Para “o resto” da “sociedade rural” os conflitos entre clãs não causavam perigo, por isso não sentiam a necessidade da construção de um Estado, “um órgão comum, superior a todos os clãs e a toda sociedade, com o encargo da defesa geral” (Ibidem: 240). Em decorrência disso no Brasil ainda não existia a “intelectualização do conceito de Estado”; tínhamos “na autoridade pública uma visão ainda grosseira, concreta, material”, como mostramos no segundo capítulo, uma perspectiva personalista de se relacionar com o poder (Ibidem: 247).

A dominação pessoal e a rede de reciprocidades assimétricas dos clãs eram a base sócio-cultural da relação do povo brasileiro com o Estado, por isso “confundíamos os agentes do poder com o próprio poder; os representantes da autoridade com a própria autoridade; os órgãos do governo social com o próprio governo social” (Ibidem: 248). Deste modo, o poder

pessoal do monarca teve um papel fundamental para a manutenção da ordem no processo de centralização estatal promovido pelo segundo reinado. O regime parlamentar no Brasil teria sido um “cataclismo, espalhando por toda parte a subversão e a desordem” (Ibidem: 248). Em comparação com a Inglaterra, país que Vianna elege como exemplo de sucesso liberal, nós não teríamos percorrido o trajeto necessário para colocar o tema da liberdade como prioridade da organização estatal:

Entre nós, essas belas franquezas e garantias liberais são apenas conquistas literárias de uma minoria aristocrática de oradores, publicistas e pensadores. O nosso povo não batalhou nunca por elas, pelo menos nunca batalhou com aquela intrepidez e galhardia com que os ingleses batalharam para defendê-las contra a violência e o arbítrio de seus reis (Ibidem: 255).

Devido ao histórico de repressão do Estado colonial, especialmente após o período da mineração, os matutos do centro-sul eram temerosos em relação ao governo, tendo “uma profunda convicção na incontrastabilidade e onipotência do poder do Estado” (Ibidem: 267). Em razão disso eram politicamente tímidos e não possuíam uma tradição de “luta material contra a autoridade e o governo” (Ibidem: 267). Esta *explicação de ordem política* soma-se à sociológica e à racial na composição do diagnóstico do insolidarismo. Constatando a inaptidão do povo para a ação em conjunto, Vianna argumenta que prevalecia entre os populares um “espírito de insolidariedade” (Ibidem: 269).

Todavia, esta incapacidade política dos matutos era compensada por fatores de “ordem puramente moral”: sua índole “feita de bondade, equanimidade e doçura” (Ibidem: 256). Valores oriundos das relações sociais do latifúndio, baseadas na honra, fundamento das redes de reciprocidade assimétricas dos clãs. Assim se constata a recursividade dos elogios morais ao povo do centro-sul – representante da ordem rural – presentes no início do livro e retomados ao final de *PMB-I*, mas desta vez de modo geral, sem a distinção de classe que privilegiava a aristocracia: era a “faculdade de ir bem no meio da desordem geral, esse regime

de desgoverno” (Ibidem: 256). Deste modo reaparece, marcadamente, ao fim do livro, a tensão argumentativa na descrição dos matutos, que oscilam entre a incapacidade de organização política moderna, problema oriundo, sobretudo, da função simplificadora do grande domínio rural; e o elogio, “de ordem puramente moral”, aos valores da honra, que solucionavam o problema da ordem social através da solidariedade de clã. Vianna destaca esta diferença na quarta e última de *PMB-I*, apontando que se por um lado a sociedade era “bárbara”, por outro possuía “um código digno dos tempos da cavalaria”:

Hoje, ainda essa sociedade, bárbara sob vários aspectos, se rege por um código digno dos tempos da cavalaria: em nenhuma outra se pratica com mais ardor o culto da lealdade, da fidelidade e da hombridade, nem o respeito ao pudor das mulheres e à santidade dos lares (Ibidem: 257).

Nesta parte final de *PMB-I* o autor oferece uma proposta para enfrentar este *impasse dualista* que impedia a formação das solidariedades nacionais: os valores morais da honra, dignos dos tempos da cavalaria, base da autoridade dos clãs, podem ser também fonte de respeito à autoridade estatal, pois “todos aceitam de bom grado a autoridade do poder central e dos seus representantes, *estranhos à localidade*. O que lhes repugna é a autoridade de um qualquer membro da *sua* sociedade, a autoridade do *seu* vizinho” (Ibidem: 246, grifo do autor). Se o poder central do Estado enviasse para seus órgãos locais funcionários estrangeiros às comunidades, teria suas ordens facilmente obedecidas e o problema da formação da ordem nacional estaria resolvido. Estes burocratas representariam “o grande poder, de cuja força incontrastável todos esses rurais guardam, através das tradições populares, a lembrança mais viva” (Ibidem: 246). Assim o Estado brasileiro poderia solucionar os dois problemas necessários ao estabelecimento da autoridade pública: o da unidade: “dar consciência comum a uma vasta massa social ainda em estado ganglionar” (Ibidem: 275); e o da disciplina: construir, “pela ação racional do Estado, o milagre de dar a essa nacionalidade em formação uma subconsciência jurídica, criando-lhe a medula da legalidade” (Ibidem: 276).

Solucionando o problema da autoridade o Estado estaria concomitantemente inserindo a questão da liberdade na política nacional, pois Vianna propunha colocar a garantia das liberdades civis da plebe rural no cerne da legalidade. Por terem efetuado este projeto centralizador no Império, os “reacionários audazes”, conservadores, foram elogiados pelo autor de *PMB-I* pela sua “objetividade” política. Ao pensarem a política segundo as necessidades que a sociedade impunha, mesmo se autoritários, seriam no fundo também liberais, pois tinham noção de que a realização plena desta idéia política no Brasil só poderia ocorrer no futuro:

... porque homens do seu tempo, o que distingue esses reacionários dos verdadeiros e puros liberais é que neles o entusiasmo pela liberdade e pela democracia não chega a turvar nunca a consciência, que todos têm, das nossas realidades e dos nossos destinos americanos. Tentam, por isso, dar, e dão efetivamente, ao problema político uma solução conciliatória. Organizam um governo monárquico, constitucional, unitário, parlamentar, com o princípio semi-aristocrático da vitaliciedade do Senado e do Conselho de Estado. Porque compreendem, com a mais lúcida percepção das nossas realidades, a diferença substancial entre os fins do Estado nas novas nacionalidades americanas e os fins do Estado nessas velhas nações européias, já organizadas e integradas sob a ação prolongada de um regime multissecular de autoridade – autoridade religiosa, autoridade militar, autoridade absolutista, autoridade nacional” (Ibidem: 277).

Temos no decurso da narrativa de *PMB-I* a descrição de uma dinâmica social complexa, repleta de tensões mal resolvidas. Mas ao fim do ensaio Vianna parece simplificar as contradições que expõe ao longo do texto, apontando o caminho para a solução do problema político através da centralização estatal. Tal proposta é possibilitada por dois recursos analíticos: 1) Na parte final do livro, *Psicologia Política*, Vianna inverte sua metodologia, o *homo politicus* passa a prevalecer sobre o *homo sociológico* – o que era comum nos ensaios da década de 1910 e 1920. Por isso o Estado pode ser pensado

abstratamente, como estando acima dos limites colocados pela estrutura social, descrita nas partes anteriores do ensaio; 2) O autor encontra uma solução ufanista para o problema do lugar das idéias. As idéias européias seriam *a priori* amorfas no Brasil, pois abordavam o problema político da liberdade, quando a questão da política brasileira deveria ser primeiro a da autoridade, ponto primordial para a formação da nação. Por isso, só idéias formuladas no Brasil pelos “audazes” conservadores do império, priorizando o problema político da autoridade, teriam valor heurístico entre nós. Mas se o autor indica a solução da questão da formação do Estado nacional brasileiro através da centralização, não chega a escrever sobre como aconteceria esse processo e quais agentes sociais estariam no Estado para efetuar-lo. Dessa forma, a proposta de ação coletiva através do Estado ganhava um aspecto abstrato.

Prado Jr. também não encontra agentes sociais capazes de promover a passagem das formas de associações locais e privadas para as nacionais e republicanas. Mas se não há transformações sociais decorrentes da ação política – dado as derrotas das revoltas populares no pós-Independência –, acontecem mudanças estruturais importantes e indiretas, para além do controle da política conservadora que dominou no Segundo Reinado. Ocorreram através do *gradual* desenvolvimento da economia capitalista no país e podemos chamá-las *mudanças moleculares*, no sentido gramsciano do termo⁷⁹ (Gramsci, 2001). Vejamos como tais transformações são descritas.

Uma conseqüência indireta da Revolução Francesa, a abertura dos portos em 1808, provocou a ampliação da mercantilização da produção agrícola dos latifúndios, direcionada para a exportação. Como resultado, diminuiu-se a parcela de sua produção voltada para o mercado interno e aumentou-se o uso do trabalho escravo em detrimento do trabalho livre:

⁷⁹ No texto *Americanismo e Fordismo*, presente nos *Cadernos do Cárcere*, Gramsci aborda as mudanças moleculares como um lento processo de mudanças sociais que, com o seu acúmulo, levariam a uma transformação social mais ampla, de ordem qualitativa: “saber se o americanismo pode constituir uma ‘época’ histórica, ou seja, se pode determinar um desenvolvimento gradual do tipo (examinado em outros locais) das ‘revoluções passivas’ do século passado, ou se, ao contrário, representa apenas a acumulação molecular de elementos destinados a produzir uma explosão” (Gramsci, 2001: 242) .

As novas exigências dos senhores rurais fazem com que se abandonem as produções invendáveis, os gêneros de consumo interno dos domínios, por outros que servissem para abastecer o comércio exterior. Transformam-se assim as explorações rurais cada vez mais em empresas essencialmente mercantis, voltadas exclusivamente à produção para a venda. Com isso substitui-se, cada vez em maior escala, o trabalho livre pelo trabalho mais econômico do escravo, assumindo o tráfico africano proporções nunca vistas. Tal processo vai naturalmente agravando a situação das classes pobres, que já não encontram nos domínios o acolhimento outrora desfrutado (Prado Jr., 2007: 59).

Usando uma categoria de *FBC*, que acredito ser um desenvolvimento de teses já contidas em *EPB*, podemos entender melhor este processo: a abertura dos portos, ao mesmo tempo em que desenvolve a mercantilização da produção rural voltada para a exportação, amplia o uso trabalho escravo, reforçando o que Prado Jr. veio a chamar de *sentido da colonização*. Desse modo, em 1808 não havia contradição entre a Independência nacional, o desenvolvimento do capitalismo e o reforço das estruturas econômicas provenientes da colonização. A diferença em relação ao passado era que a exportação dos bens primários dos grandes domínios brasileiros não precisava mais ser mediada pela metrópole. Tendo observado essas contradições do desenvolvimento do mercado no Brasil, submetido aos interesses externos e reforçando a antiga dominação de classe, Prado Jr. desenvolve o que chamo aqui de diagnóstico *da mudança social situada no porvir*. As “reformas mais profundas” - leia-se a almejada democratização da política e o desenvolvimento do mercado interno - teriam que aguardar “outro momento mais favorável e avançado de evolução histórica do país.” (Ibidem: 51). Apesar da insatisfação e dos levantes realizados pelos populares, agravados em sua pobreza graças à restrição ainda maior do trabalho livre, a mudança estava limitada naquele contexto à “libertação do jugo colonial e a emancipação política”:

As relações de classe existentes, e contra que se insurgiam, ainda se encontravam solidamente alicerçadas na estrutura econômica fundamental do Brasil que descrevemos nos primeiros capítulos deste livro, e que não somente não se alterara, como prosperava; as relações de classe dela derivadas não se podiam, por isso, modificar sensivelmente. E assim a luta popular contra elas desencadeada não as atingira, e a revolução não irá além daquilo para que o Brasil estava preparado, isto é, a libertação do jugo colonial e a emancipação política. Reformas mais profundas teriam ainda que esperar outros tempos e outro momento mais favorável e avançado de evolução histórica do país” (Ibidem: 51).

No contexto das revoltas do pós-Independência, como vimos em *EPB*, a escravidão era vista como a principal estrutura social a entravar as mudanças políticas liberais e democráticas que estavam sendo propostas. Sua própria existência impedia “naturalmente uma estrutura política democrática e popular” (Ibidem: 68). Também tornava inviável a ação política dos escravos, que representavam cerca de 50% da população. Contudo, mesmo estes, que estavam ainda em “estado de barbárie” ou próximo dele, “divididos por profundas rivalidades tribais” e “privados de todos os direitos, isolados nos grandes domínios rurais”, poderiam, no futuro, tornarem-se uma classe coesa e organizada (Ibidem: 67). Aparece, novamente, a identificação analítica da mudança social situada no porvir. Ganhando consciência das suas iguais condições de exploração, os escravos poderiam se unir no futuro: “Só com o decorrer do tempo poderia a pressão de idênticas condições de vida transformar esta massa escrava numa classe politicamente ponderável, em outras palavras, transformá-la de uma classe em si noutra para si” (Ibidem: 68).

Quando cessa a narrativa das derrotas das revoltas do pós-Independência, no Capítulo IV de *EPB, O Império*, é descrito um novo momento de transformações sociais, decorrentes não da ação política, reprimida, mas do gradual desenvolvimento da economia capitalista no Brasil. No Segundo Reinado a força política que defendia a democratização do

Estado entra em decadência: o “liberalismo – e liberalismo era então sinônimo de democracia – entra por esta época, nas rodas oficiais, em franco declínio” (Ibidem: 89). Os conflitos retrocedem e consolida-se a ordem política da classe dominante, o “império afinal se estabiliza no seu natural equilíbrio: a monarquia burguesa. Esmagada a revolução, subjugada a onda democrática, a grande burguesia nacional entra no gozo indisputado do país” (Ibidem: 85). Todavia, a situação política do Império não era caracterizada pela unidade, o conflito acontecia no próprio âmbito da burguesia e o pomo da discórdia era justamente a escravidão.

Foi a dura pressão da diplomacia britânica – que primeiro obrigou o Império a assinar o pacto do *Bill Aberdeen* e em seguida fez valer o acordo por meio da força, perseguindo os navios negreiros na costa brasileira – a principal causa da abolição do tráfico de escravos. Esta fundamental ruptura destaca-se como marco inicial dos “primeiros passos no sentido da ‘modernização’ do país” (Ibidem: 94). Se ainda não representava o fim da estrutura colonial, esta nunca mais seria a mesma, pois o país atingia um novo patamar de inserção na economia capitalista mundial: “a velha estrutura colonial, varridos os obstáculos que se antepunham ao seu progresso, entra numa fase de completa remodelação” (Ibidem: 94). Se não fora a única causa das transformações que ocorreram a partir de 1850, o fim do tráfico negreiro foi “a ‘vassourada’ preliminar e indispensável de tal surto de progresso. Ele abriu o nosso primeiro período de franca prosperidade comercial, alargando-se com ele os acanhados horizontes do medievalismo brasileiro de então” (Ibidem: 95).

Nesta fase de economia próspera surge “uma nova classe endinheirada”, a fração “‘progressista’ da burguesia nacional ávida por reformas e cujos interesses estreitamente se vinculam à transformação econômica do país” (Ibidem: 95). Eles eram os comerciantes, o capital financeiro, os detentores de capital móvel. Em oposição a estes se posicionavam os proprietários rurais, “conservadores-retrógrados”, “cuja economia assentava no trabalho servil naturalmente abalado pela supressão do tráfico” (Ibidem: 97). Inicialmente os conservadores

eram mais poderosos, mas ao longo do Segundo Reinado a correlação de forças muda continuamente rumo à vitória dos progressistas. E como o uso do trabalho escravo era a principal barreira ao desenvolvimento capitalista desejado pelos progressistas, a abolição da escravidão tornou-se “o eixo principal em torno de que gira essa luta” entre progressistas e conservadores (Ibidem: 98).

Contrapondo-se a uma tese voluntarista de Rui Barbosa⁸⁰, segundo a qual o abolicionismo foi fruto da comoção política nacional, Prado Jr. enfatizou que este movimento surgiu de condições objetivas, da ineficácia e incompatibilidade do braço servil ao desenvolvimento econômico brasileiro na segunda metade do século XIX: “Nasce das condições objetivas do país, da insuficiência qualitativa e quantitativa do trabalho escravo, e por efeito disso, do acúmulo de interesses opostos à escravidão” (Ibidem: 99). O abolicionismo, portanto, pode ser abordado como se propôs aqui, como fruto do acúmulo de transformações moleculares da sociedade brasileira. No campo da política institucional, mesmo com a formação de elementos “progressistas” na política brasileira, como o partido liberal-radical, e de sua “ala esquerda” “democrático liberal”, os republicanos (Ibidem: 100) – setores que lutavam contra o Senado Vitalício e o Conselho de Estado –, com a formação do gabinete 16 de julho de 1868, o Império de D. Pedro II “se definia francamente pelo passado” (Ibidem: 103). Se o imperador só intervinha na política nacional “em proporções insignificantes, praticamente nulas” e “fazia questão de ser um simples instrumento passivo da política que sempre dominou em todo seu reinado” (Ibidem: 101), por outro lado era marcadamente um conservador, “apavorava-o tudo quanto fosse mudança, temia tudo quanto significasse marcha para frente” (Ibidem: 103). Na esfera da política institucional os agentes da burguesia liberal-democrática saíram derrotados, mesmo tendo gradualmente conquistado posições. A mudança só ocorreu quando se tornara socialmente inviável a manutenção da

⁸⁰ Prado Jr. cita como referência de Rui Barbosa em *EPB*: “Prefácio ao livro de Osório Duque Estrada. *A Abolição*”. (Prado Jr., 2007: 99)

escravidão e com ela caíram todas as demais “instituições vacilantes” do conservadorismo imperial. A política nacional chegara a uma situação de esquizofrenia tal que “uma simples passeata militar foi suficiente para lhe arrancar o último suspiro” (Ibidem: 103).

Em *FBC* o diagnóstico da mudança social situada no porvir reaparece com uma formulação teórica mais elaborada: a cada fase descendente dos ciclos da economia colonial aumentava de maneira considerável o contingente da casta dos vadios, desestabilizando progressivamente a ordem do setor orgânico, fundada sob o sentido da colonização. Esta questão aparece no capítulo *Organização Social*, onde é descrito como a cada crise “um número mais ou menos avultado de indivíduos inutiliza-se, perde suas raízes e base vital de subsistência. Passará então a vegetar à margem da ordem social” (Prado Jr., 2007b: 286). O problema volta a aparecer no capítulo *Vida Social e Política*, onde é melhor evidenciado o lento e gradual processo de complexificação da sociedade, na qual surgiam novas categorias sociais, distintas de senhores e escravos. Eram os homens livres pobres situados no setor inorgânico, que avultando em quantidade geravam desequilíbrios estruturais – insuportáveis à longo prazo – ao modelo colonial fundado sobre a mão-de-obra escrava:

Enquanto houve apenas senhores e escravos, e é o que se dá no início da colonização, tudo ia bem. Todos os povoadores do território brasileiro tinham seu lugar próprio na estrutura social da colônia, e podiam normalmente desenvolver suas atividades. Mas formaram-se aos poucos outras categorias, que não eram de escravos nem podiam ser de senhores. Para elas não havia lugar no sistema produtivo da colônia. Apesar disto, seus contingentes foram crescendo, crescimento que também era fatal, e resultava do mesmo sistema da colonização. Acabaram constituindo uma parte considerável da população e tendendo sempre para o aumento. O desequilíbrio era fatal. (Ibidem: 360).

Assim, as próprias estruturas da sociedade colonial geravam em seu seio os elementos de sua destruição. O setor orgânico, sustentáculo da economia colonial, era restrito

a senhores e escravos, mas com o tempo a sociedade se diferenciava e outras categorias surgiam, provocando mudanças lentas e graduais. O setor inorgânico não é então caracterizado apenas como o lócus dos marginalizados da colônia, nele também surgiam modos de relações sociais e econômicas diversos do das grandes propriedades rurais, além do precário, mas importante, desenvolvimento do mercado interno. Podemos constatar este processo analisando as mudanças sociais que Prado Jr. identifica nas cidades da colônia. *As mudanças eram parciais, mas situadas no mesmo movimento de diferenciação que provocaria a ruptura com o sentido da colonização, no porvir.* A maioria dos centros urbanos era apenas “um apêndice rural, um puro reflexo do campo. Em torno da igreja paroquial e de um pequeno comércio eles se constituem” (Ibidem: 292). A maior parte de seus freqüentadores eram lavradores que moravam mais ou menos próximos das vizinhanças dos centros urbanos. Durante a semana trabalhavam no campo e nos fins de semana freqüentavam os centros urbanos para fazer compras, visitar amigos e participar de festejos e rituais religiosos. Nem mesmo os padres costumavam habitar as cidades. Os moradores fixos eram poucos. Um pequeno número de comerciantes, mas mesmo estes eram muitas vezes os fazendeiros da vizinhança, que montavam um negócio complementar ao da economia rural. Como constatamos, a população mais numerosa era comumente composta por “vadios” e “prostitutas” (Ibidem: 293). Os espaços urbanos no Brasil eram, de início, mormente o lugar de habitação para os elementos excluídos do setor orgânico, que não cabiam na economia da grande propriedade monocultora e escravocrata.

Com o tempo as cidades passam a ser um espaço mais dinâmico. Conforme sua população fixa cresce ocorre uma mudança em relação à vida do campo, baseada na diferenciação das funções sociais e na formação da burocracia estatal – que começa a ser especializada e composta por indivíduos estrangeiros à localidade, como o “juiz de fora” –, dando início à separação entre poderes público e privado:

As funções se tornam mais diferenciadas e exclusivas: o comerciante é só comerciante, e não apenas nas horas disponíveis da lavoura; as artes e ofícios já começaram a se destacar das atividades rurais, e aparecem nos centros urbanos os primeiros artífices autônomos. Vão surgindo algumas autoridades fixas e permanentes, como o juiz que não é mais simples fazendeiro a exercer o cargo nas horas vagas: nos *juílgados* mais importantes, haverá um juiz letrado, que não é do lugar, que vem *de fora*; donde sua designação. Haverá mais os serventuários que se podem manter só com os proventos do cargo: escrivães, meirinhos, etc., e não precisam completar o orçamento com outras ocupações. (Ibidem: 293).

Todavia, mesmo com a diferenciação social, nas principais cidades da colônia “a população de origem e raízes rurais predomina, se não em número, pelo menos em categoria e riqueza”, pois os senhores de engenho e grandes lavradores praticavam o absentismo, não trabalhavam e só ficavam em suas fazendas no período da safra (Ibidem: 293). Neste aspecto Prado Jr. usa um argumento quase idêntico ao de Vianna em *PMB-I*, quando o historiador paulista afirma que os centros urbanos eram “um reflexo das condições dominantes no campo”, mas por outro lado inova, ao afirmar que as cidades deixavam de ser espaços nos quais os grandes proprietários rurais mandavam sozinhos. Eles dividiam o poder e o prestígio social com as autoridades públicas, civis e militares, e religiosas, e com o que foi chamado em *EPB* de “camadas médias” e em *FBC* de “profissionais”. Os territórios urbanos representavam, portanto, uma ruptura com a simplicidade estrutural do setor orgânico:

Os senhores rurais formam, aí também, a classe superior. Mas já não estão sós: ombreiam com eles e gozam mesmo de preeminência social e protocolar, as altas autoridades da administração militar, civil, e eclesiástica: vice-reis, capitães-generais, governadores, comandantes e altas patentes militares, desembargadores, bispos... Há também os profissionais, advogados sobretudo e solicitadores que se integram como partes efetivas na ordem judiciária. (Ibidem: 294).

Nas cidades também surge a classe social dos comerciantes, em sua grande maioria portugueses nativos, que salvo o seu desprestígio social, proveniente de “um velho preconceito feudal que nos veio da Europa”, tornam-se “uma classe credora”, “quem financia a lavoura.” (Ibidem: 295). São os principais agentes do desenvolvimento das relações mercantis no interior da economia colonial. Os comerciantes beneficiam-se da ausência de mentalidade capitalista entre os senhores de engenhos, fazendeiros e lavradores, que em decorrência da sua “posição social, vaidade e educação perdulária”, efetuam gastos excessivos, tornando-se devedores constantes da classe urbana do comércio (Ibidem: 295). Esta alcança uma “posição de relevo” e seus conflitos com os proprietários rurais ganham expressão política, ocasionando “aqui no Brasil uma réplica da tradicional rivalidade de nobres e burgueses que enche a história da Europa.” (Ibidem: 296). Mas não se realizava uma simples transposição mecânica da luta de classes européia, pois dadas as especificidades da situação colonial os conflitos ganhavam aqui uma feição nacionalista: “*brasileiros* em oposição a *portugueses*” (Idem, 2007b: 296). Contradição que provoca a revolta de Beckmann no Maranhão, a guerra dos Mascates em Pernambuco e ganhará destaque no contexto das agitações da Independência, quando “se definirá claramente degenerando não raro em lutas armadas de grande intensidade.” (Ibidem: 296-297).

Nos centros urbanos as mudanças sociais ocorriam lenta e gradativamente, através da diferenciação social que propiciava a formação de uma burocracia sem vínculo direto com os clãs; da especialização das profissões; do crescimento geográfico e populacional das cidades, espaços que não eram dominados unicamente pelos senhores rurais, como era o campo; e do conseqüente desenvolvimento, ainda que precário, do mercado interno, como vimos no capítulo III. A *luta de classes* também foi uma dinâmica social importante neste processo de complexificação social. Ainda que tenha um peso menor na economia dos argumentos de *FBC*, quando comparada com *EPB*, a polarização entre grandes proprietários

brasileiros e comerciantes portugueses evidencia como este tipo de conflito ganhou uma feição nacionalista e foi fundamental ao contexto político que antecedeu a Independência. Todavia, o mais importante é ressaltar que em *FBC* a mudança política – a libertação nacional do jugo português – ocorre como conseqüência do acúmulo das lentas e graduais transformações da estrutura social, que levam à diferenciação dos interesses econômicos entre colônia e metrópole. A luta de classes entre latifundiários brasileiros e comerciantes portugueses é um fenômeno deste processo social mais amplo.

Os limites da ação política se tornam patentes quando analisamos os movimentos políticos voluntaristas da colônia, como as Inconfidências Mineira e Baiana, sempre fadados ao fracasso e à restrição às “pequenas rodas e conciliábulos secretos” (Ibidem: 364). Os, chamados por Prado Jr, “profetas” inconfidentes, não logravam porque não seria da idéia de “Independência” que viria a emancipação. As idéias só seriam efetivas se fruto da percepção, pelos agentes sociais, das “contradições gerais que vêm do âmago do sistema colonial” e prejudicavam suas “situações objetivas, exteriores a qualquer cérebro” (Ibidem: 365). Mesmo a maçonaria, única instituição que consegue organizar a ação coletiva no momento da emancipação nacional, não era encarada por Prado Jr. como fundamental a este processo. A Independência poderia ocorrer sem ela e mesmo sem uma ação política organizada. Porém, o mais provável era que surgisse outra instituição semelhante, feita “sob encomenda” do processo histórico. A maçonaria foi a forma de associação escolhida por sua experiência de atuação em outros países e sua inspiração anti-absolutista:

A maçonaria emprestou assim alguma consciência a uma ação que, sem ela, embora continuasse a existir, teria sido certamente cega e desorientada. Ou teria, o que é mais provável, recorrido a outra organização semelhante, feita sob encomenda e que a teria substituído. Se se preferiu a maçonaria foi por motivos óbvios (Ibidem: 374).

A ação comandada pela maçonaria, no entanto, não tinha como fim romper com as estruturas sociais moldadas pelo sentido da colonização. No domínio da política, apenas com a organização da ação coletiva do setor inorgânico se poderiam formar associações com interesses em superar as estruturas coloniais. Contudo, Prado Jr. não chega a apontar as perspectivas históricas de *estruturação* das categoriais sociais “inorgânicas”. Apenas as situa no por vir, momento não especificado pelo autor – e por isso, simbólico – no qual o processo histórico das mudanças sociais lentas e graduais atingisse um nível de acúmulo que oferecesse as condições de possibilidade à auto-organização política do “inorgânico”. O que ganha evidência na narrativa de *FBC* é a escolha do autor em estudar o período que antecede a Independência nacional em função do adiantado estado de “decomposição do sistema colonial” que caracterizava este momento. Essa escolha permitiu ao autor dar ênfase analítica privilegiada ao processo de acumulação das contradições que brotavam no interior do próprio sistema:

A decomposição do sistema colonial está então mais adiantada, os germes de autodestruição que contém, desde o início embora, se definem então com mais nitidez. E ao mesmo tempo, as forças renovadoras que laboram em seu seio, e que são aqueles mesmos germes vistos de um outro ângulo, começam a apontar com mais freqüência e já podem ser apanhados mais facilmente. (Ibidem: 357).

No entanto, o autor destaca que mesmo com o alvorecer das contradições do sistema colonial, dada a generalizada ausência de organização política e ideológica, a grande maioria das ações coletivas das revoltas do pré-Independência não tinham coerência, os agentes de uma mesma categoria social adotavam posições políticas divergentes e assumiam alianças políticas com setores que, em outras ocasiões, eram seus adversários. Podemos dizer que em *FBC* Prado Jr. desenvolve a tese presente em *EPB*, onde relativiza a noção de ação coletiva ao afirmar que “mais do que classes nitidamente constituídas”, as camadas médias e inferiores “formavam antes simples aglomerados de indivíduos” (Prado Jr., 2007: 68). *Não*

que não existissem ações coletivas, mas elas não poderiam ser pensadas somente nos termos do dualismo tradicional da teoria da luta de classes, comum ao pensamento marxista da época em que o autor escrevera *FBC*. As contradições do sistema colonial tinham em comum somente o aspecto de “refletirem a desagregação deste sistema e de brotarem dele” (Prado Jr., 2007b: 369). Não era possível alinhar o conteúdo dessas contradições – as ações coletivas efetivas, em seus momentos e regiões específicos de realização – “num dualismo rígido, em dois campos opostos e nitidamente definidos. Se os seus termos respectivos se opõe num caso, penetram-se e se confundem noutro” (Ibidem: 369). Para exemplificar a incoerência das ações revoltosas Prado Jr. analisa o comportamento dos agentes sociais – classes, categorias, setores, etnias –, descritos ao longo da terceira parte do livro, *Vida Social*, nos momentos de eclosão aberta das contradições do sistema colonial. Ao contrário de *EPB*, onde há uma crítica pedagógica às táticas das ações populares, em *FBC* é enfatizado o caráter contingente da ação, definida antes pela pressão que o turbilhão das forças do processo histórico exerce sobre os indivíduos – “joguetes dos acontecimentos” – do que por estratégias políticas e ideológicas. Não que as ações não tivessem uma lógica, mas esta era definida antes pelas contradições presentes na sociedade do que pela razão e vontade dos agentes. Esta mudança de nível analítico marca uma ruptura do autor com os resquícios de ortodoxia marxista presentes em *EPB*, oriundos – como observamos – de ecos do contexto social de adesão acrítica do PCB à tática de “classe contra classe”, estabelecida no VI Congresso da Internacional Comunista. Vejamos como esta nova abordagem heterodoxa aparece em *FBC*:

... temos os proprietários e indivíduos das classes inferiores livres unindo-se contra os negociantes; mas juntando-se também com estes últimos contra os escravos; e vemos ainda aquelas classes inferiores congregando-se contra proprietários e comerciantes que estão por cima, e que para este efeito, como possuidores, se alinham contra as não-possuidoras... Veremos brancos lutar com pretos e mulatos contra o preconceito de cor (Inconfidência baiana); mulatos e

pretos, com os brancos, a favor dele; portugueses contra a metrópole, e brasileiros a favor... Isto num momento para mudarem de posição respectiva logo em seguida, e de novo mais tarde... É este aliás o espetáculo em todas as situações análogas, em qualquer época ou lugar; e cuja aparente ilogicidade se procura explicar ingenuamente, generalizando casos muito particulares e no conjunto insignificantes, em termos individuais e morais: incoerência, idealismo... conforme o gosto e as preferências pessoais do julgador. Quando os homens, joguetes dos acontecimentos, são por eles levados e dispostos no tabuleiro da História, sem que nos mais das vezes sequer se dêem conta do que estão fazendo (Ibidem: 369).

A metáfora do “tabuleiro” destaca a ruptura com o voluntarismo da crítica pedagógica presente em *EPB*. Em *FBC* Prado Jr. estava mais preocupado em demonstrar *sociologicamente* como, com o tempo, gradualmente a sociedade brasileira se tornaria mais complexa, com a diferenciação das funções sociais, a separação entre poder público e privado, o desenvolvimento da economia capitalista e a formação do mercado interno. Tais mudanças, que podemos chamar, no sentido gramsciano, de moleculares, criariam em um momento simbólico situado no porvir as condições estruturais para a organização do setor inorgânico e a superação da economia fundada pelo sentido da colonização. O autor descarta a crítica à estratégia das ações e passa a priorizar a *análise da formação das condições de possibilidade social* que tornariam possíveis a superação das estruturas coloniais e a decorrente organização política da nação em bases populares e democráticas. Para melhor situar essa questão nos trâmites de nossa pesquisa, podemos afirmar que Prado Jr. buscou entender como funcionava a lógica autodestrutiva do sistema colonial e como o próprio sistema criava lentamente um novo repertório de ação coletiva que, por si, propiciaria as condições de sua gradual superação.

Conclusão

Nessas palavras finais pretendo fazer uma breve revisão dos principais pontos desta dissertação. Como observamos, Vianna e Prado Jr. foram sistematizadores das ciências sociais no Brasil ao analisarem a questão da insuficiente organização da ação coletiva no país. Contudo, como foi destacado ao longo do texto, a explicação sociológica tem diferentes níveis de autonomização nesses dois autores. A teoria social da Escola de Le Play, que Vianna “importa” da Europa na década de 1910, fora formulada ainda na segunda metade do século XIX, quando o grau de racionalização e especialização intelectual ainda era relativamente pequeno e os saberes ainda não estavam fortemente diferenciados em disciplinas distintas, mesmo no contexto intelectual francês. Desse modo, no próprio método da Escola de Le Play misturavam-se as explicações ambientais com as sociológicas. O sociólogo fluminense ainda valia-se de outras teorias – também oriundas do século XIX – cujo racismo era inerente ao próprio método de entendimento. Questão já analisada por Nelson Werneck Sodré, quando lembrou que Vianna, “soprado pelos “métodos” de Lapouge, de Ammon, de Gobineau, de Le Bon”, justificava em *PMB-I* a superioridade social da aristocracia rural e a subalternidade dos “mestiços inferiores” por meio de suas características sangüíneas (Sodré, 1984: 137-138). Portanto, pode-se falar de um certo “atraso” intelectual de Vianna, pois se pioneiro ao pensar a vida política brasileira a partir da estrutura social simplificada pelo grande domínio rural, no entanto foi incapaz de superar os lugares-comuns da episteme naturalista, com a qual compartilhava valores e visão de mundo. Em decorrência disso sua tese sobre a incapacidade de auto-organização do povo brasileiro ganha ares de uma verdade objetiva (Bresciani, 2005) – que como destacou Bolívar Lamounier, é constitutiva de uma ideologia autoritária de Estado⁸¹, pois só poderia ser compensada através da ação centralizadora de um “Leviatã

⁸¹ Lamounier abordou a formação de um sistema ideológico autoritário, expresso no pensamento de Alberto Torres, Oliveira Vianna, Azevedo Amaral e Francisco Campos. O autor cita oito fatores que

benevolente” (Lamounier, 1985: 359). *PMB-I* é marcado por duas tensões centrais. Na esfera política/ valorativa Vianna articula o elogio ao modelo político liberal anglo-saxão com a sua negação enquanto paradigma institucional para a sociedade brasileira (Werneck Vianna, 1993; Piva, 2000; Brasil Jr, 2007), inviabilizado pela função simplificadora do grande domínio rural. No que tange a epistemologia o autor oscila entre o advento, consciente, de um método novo, pensar as instituições políticas a partir das relações sociais (Werneck Vianna, 1993; Botelho, 2007) – o que faz de *PMB-I* um livro pioneiro das ciências humanas no Brasil – e a manutenção das explicações raciais, típicas da episteme naturalista que caracterizou o contexto intelectual brasileiro da segunda metade do século XIX e início do século XX (Schwarcz, 1993).

Como vimos ao longo da dissertação, Prado Jr. parte das teses de Vianna ao buscar entender a sociedade brasileira a partir da estrutura social centrada no latifúndio. Mas assim como Gilberto Freyre (Bastos, 2006) o historiador paulista pode ter contato com a vanguarda da produção intelectual de seu tempo. Quando se auto-exilou em Paris, entre 1940 e 1941 (Iumatti, 2007) conheceu a obra de Georges Lefebvre e da Escola dos Annales. Neste momento o processo de diferenciação intelectual havia avançado na França e o entendimento sociológico da realidade era feito de modo mais autônomo. Assim, sua proposta de nacionalizar o marxismo (Ricupero, 2000) – que já em *EPB* lhe conferia vantagens analíticas em relação aos demais ensaístas de sua geração para pensar o tema da ação coletiva – obteve ganhos heurísticos que refinaram seu materialismo histórico. Este método permitiu a Prado Jr. ser o principal sistematizador das ciências sociais no Brasil no que tange ao tema da ação coletiva, pois tem como foco analítico entender as organizações sociais e políticas próprias às classes subalternas da sociedade brasileira. Desta maneira o materialismo histórico contribuiu

caracterizam a ideologia autoritária de Estado, embora reconhecendo que eles se superpõem em diversos aspectos: “1) Predomínio do princípio “estatal” sobre o princípio de “mercado”. 2) Visão orgânico-corporativa da sociedade. 3) Objetivismo tecnocrático. 4) Visão autoritária do conflito social. 5) Não organização da sociedade civil. 6) Não mobilização política. 7) Elitismo e voluntarismo como visão dos processos de mudança política. 8) O Leviatã benevolente” (Lamounier, 1985: 359).

para que Prado Jr. superasse importantes lugares-comuns de seu contexto intelectual, que negavam a capacidade de auto-organização popular no Brasil, seja com argumentos naturalistas (Schwarcz, 1993), como era mais comum, ou com argumentos culturalistas, no caso de Sérgio Buarque de Holanda em *Raízes do Brasil*. Desse modo o autor obteve uma importante mudança de grau analítico, onde a explicação racial para a falta de auto-organização do povo brasileiro deu lugar à crítica sociológica do racismo e à análise histórica das ações coletivas na sociedade brasileira.

EPB e *FBC* podem ser pensados como *seqüências* da vertente de sociologia política inaugurada por Vianna (Botelho, 2007), por também interpretarem a sociedade brasileira a partir das redes de reciprocidades assimétricas constitutivas dos clãs patriarcais e do predomínio dos padrões privados, locais e pessoalizados de orientação da conduta em detrimento dos públicos, nacionais e abstratos. Todavia, ao superar o dualismo “público X privado”, que restringe os conflitos à origem política, o autor atinge um novo nível interpretativo, considerando os conflitos sociais provenientes dos divergentes interesses econômicos que emergem do mundo da produção. Ao considerar que as ações coletivas revoltosas eram orientadas por diferentes interesses de classe Prado Jr. pode constatar as diferentes apropriações seletivas das idéias liberais /iluministas que cada classe específica promovia, por vezes de modo instrumental, negando seus axiomas mais básicos – como na Constituinte de 1823, quando os grandes proprietários tentaram conciliar a liberdade individual de contrato com a escravidão. Assim – de modo análogo ao que propôs Schwarz em *Ao Vencedor as Batatas* –, Prado Jr. pode constatar que as idéias não vivem apenas da descrição da existência e que em sua recepção ativa pelos agentes sociais da colônia e do Império o liberalismo teve, no Brasil de características estamentais⁸², uma efetividade prática

⁸² Como vimos a categoria “classe” em *EPB* e principalmente em *FBC* não pode ser pensada em um sentido ortodoxo, pois Prado Jr. não chega a identificar a existência de associações de classe organizadas e estáveis na sociedade brasileira – em especial quando se refere aos indivíduos das camadas populares, sujeitos à tutela de algum clã patriarcal ou dispersos pela vastidão do território colonial. A “classe” antes

(Schwarz, 2000). Uma importante mudança de grau em relação a Vianna, que destacava apenas o caráter amorfo – “fora de lugar” – das idéias liberais na sociedade brasileira.

A perspectiva social mais ampla também o permitiu identificar os condicionantes externos que moldam a sociedade brasileira e a confrontação de princípios de uma economia nacional soberana, que privilegie o mercado interno, com a lógica do sentido da colonização, que submete a produção nativa às demandas das nações centrais do capitalismo⁸³. A centralidade conferida à categoria sentido da colonização ainda suscita importantes conseqüências metodológicas em *FBC*. Em analogia a uma recente interpretação de *Raízes do Brasil* feita por Robert Wegner⁸⁴ (Wegner, 2002) e dando continuidade à proposta de Fernando Novais, que considera que a análise caiopradiana desdobra-se em dois movimentos – “da aparência para a essência, e da essência para a realidade” (Novais, 1986: 16) –, podemos dizer que o método de Prado Jr. possui dois níveis distintos e articulados de análise. Por ter como proposta metodológica a consideração das mediações dialéticas entre sua categoria abstrata – sentido da colonização – e as organizações sociais e ações coletivas específicas de cada momento histórico e região geográfica da sociedade colonial e imperial, podemos afirmar que Prado Jr. articula em um movimento dialético⁸⁵ a partida do nível geral de análise, a categoria “sentido da colonização”, com a pesquisa das relações sociais concretas, para em seguida promover um retorno à dinâmica geral da economia dependente. Assim o autor consegue pensar uma “evolução” política e social da colônia, considerando as rupturas

de ser uma categoria descritiva é uma categoria operativa, que ajuda o autor a entender os conflitos sociais que tem origem no mundo da produção – sua preocupação analítica central em *EPB* e uma de suas principais em *FBC*.

⁸³ Mas como alertou Fernando Novais (Novais, 1986), para que *FBC* abordasse a totalidade do processo histórico faltou ao ensaio considerar as articulações da exploração colonial com o processo de transição feudal capitalista que ocorria no centro do sistema. Deste modo, “a colonização não apareceria apenas na sua feição comercial, mas como um canal de acumulação primitiva do capital mercantil no centro do sistema” (Novais, 1986: 20).

⁸⁴ Wegner identifica dois níveis analíticos distintos em *Raízes do Brasil*, um de caráter genético e outro de tipo situacional (Wegner, 2002).

⁸⁵ Nas palavras de Fernando Novais constatamos o caráter dialético deste movimento: “Não se trata, portanto, na constante recorrência ao ponto inicial, de simples recursos de ênfase, uma vez fixada a essência do fenômeno, dispõe-se da categoria explicativa básica para a reconstrução da realidade, dando-lhe inteligibilidade: daí, a volta permanente ao ponto de partida” (Novais, 1986: 16).

conjunturais com as estruturas sociais profundas moldadas pelo sentido da colonização: as monoculturas, exportadoras de bens primários e escravocratas.

Com tais ganhos heurísticos pode-se afirmar a hipótese de uma provável influência de Prado Jr. no pensamento da escola sociológica paulista, que também propunha a recusa de uma visão dualista e da explicação linear da sociedade brasileira, como destacou Bastos (Bastos, 2002). Assim como Prado Jr. pensou que os setores orgânicos e inorgânicos estavam unidos contraditoriamente – de forma tensa – pelo sentido da colonização, a escola sociológica paulista opera “como se as duas pontas do *continuum* se encontrassem e esse encontro gerasse, simultaneamente, o objetivo, a unidade de pesquisa, o desafio à compreensão, a busca de um suporte teórico e o método de investigação” (Bastos, 2002: 136).

Esse projeto de pensar a história das rupturas sociais e políticas com o sentido da colonização era consciente ao autor, que chegou a desenvolvê-lo, mas não o levou adiante. Em uma carta a Evaldo da Silva Garcia – presente nos anexos dessa dissertação –, escrita em 1946, Prado Jr. afirmou que estava trabalhando no segundo volume de *FBC*. Neste novo livro pretendia pensar a história das lutas sociais no Brasil, estudando a Independência e o Império “em função das contradições de classe e de setores sociais”, para poder entender “o que é o Brasil de hoje explicado por este último século de evolução” (Prado Jr., 1945). Prado Jr. acreditava que assim poderia “apresentar um quadro em que se destacará o processo evolutivo atual do nosso país” (Ibidem). Como sabemos, tal projeto não foi concluído e o segundo volume de *FBC* não chegou a ser publicado. Todavia, com a recente organização de seu acervo pessoal no arquivo IEB/ USP posso ter como horizonte a continuidade desta pesquisa, com a análise desse material ainda inédito, onde Prado Jr. evidencia sua preocupação com o tema da ação coletiva e da mudança social no Brasil.

Para concluir, voltemos ao problema da *perspectiva*, que tomamos emprestado de Lukács, e façamos uma comparação entre as abordagens de Vianna e Prado Jr. sobre o tema da mudança social. Lukács afirmava que a questão da mudança, em um romance, deveria se limitar a indicar o próximo passo, identificando o leitor com um processo de transformação já em curso na sociedade (Lukács, 2010). Caso narrasse uma transformação idealizada, muito mais avançada do que os limites postos pelo contexto social, o escritor estaria impondo artificialmente a realidade de sua narrativa aos leitores. Vejamos agora como essa questão pertinente à perspectiva aparece nos ensaios de Vianna e Prado Jr. que aqui estudamos.

Ao chegar ao diagnóstico do insolidarismo Vianna descarta as possibilidades de mudança social a partir dos agentes presentes no interior da sociedade. O poder central seria o único agente social capaz de promover a passagem das solidariedades locais para as do Estado nacional, combatendo a instrumentalização privada feita pelos clãs rurais sobre os órgãos públicos do interior e garantindo os direitos civis da plebe rural. No entanto, não são especificados quais seriam os agentes que atuariam no Estado. O poder central é abordado de uma maneira abstrata, como portador de uma agência independente dos limites postos pelas classes e grupos sociais que atuavam e dominavam nas instituições estatais. Mesmo sendo um texto repleto de tensões ao final de *PMB-I* Vianna fornece uma solução pouco fundamentada às complexas questões que coloca ao longo do ensaio. Ainda que este e outros livros desse autor tenham tido grande influência sobre o pensamento estatista que conquistou hegemonia no Brasil a partir dos anos 1930, não se pode afirmar que o sociólogo fluminense tenha sido um intelectual vitorioso em seu projeto, pois se após 1930 criou-se um novo Estado no país, com o fortalecimento do poder público, desta ação não se formou uma nova sociedade, tal como almejava Vianna.

Uma questão crucial presente em *PMB-I* foi negligenciada pela política varguista: o Estado Novo foi incapaz de garantir liberdade civil e direitos sociais aos trabalhadores do

campo, pois a elite rural continuou atuando e tendo grande influência sobre as ações do Estado. Ironicamente, a proposta da ação estatal como garantidora de direitos do povo brasileiro – posta por Vianna ao final de seu primeiro ensaio –, ficou restrita aos espaços urbanos, considerados menos importantes pelo autor para a formação da nação. E mesmo nas cidades o trabalhismo se apropriou das demandas lançadas pelas ações coletivas sindicais de inspiração anarquista – reprimidas pela ditadura estadonovista –, abordando os direitos dos trabalhadores como uma *dádiva* concedida pelo líder máximo do poder central, Vargas, proclamado o “pai dos pobres”. Deste modo a sociabilidade da rede de reciprocidades assimétricas, típicas dos clãs rurais, atingia um outro nível, chegava ao interior do Estado nacional confundindo a lógica dos direitos com a lógica da dádiva. A política brasileira era constituída por uma unidade contraditória, na qual padrões públicos e privados de orientação da conduta se embaralhavam. Sob a lógica da dinâmica totalizante da dádiva a relação do povo brasileiro com o poder continuava a ser baseada nas relações pessoais e nos valores tradicionais da honra, que predominavam e se confundiam com as normas institucionais do direito. Ângela de Castro Gomes, em *A Invenção do Trabalhismo* (Gomes, 2005), identificou esta continuidade do padrão autoritário de solidariedade do poder local no interior do Estado nacional brasileiro, que passava a regular as modernas relações de trabalho dos centros urbanos do país reproduzindo os padrões tradicionais de patronagem política:

Neste ponto capital, a lógica política hobbesiana não tinha vigência. O contrato que presidia a instituição da obrigação política no Brasil ultrapassava a lógica dos interesses, pela qual se troca obediência por segurança. Nesta perspectiva, o contrato é um “negócio” cuja dinâmica implica custos e benefícios calculáveis, o que o coloca na órbita de uma relação de tipo mercantil. Já no caso do contrato como troca de presentes, a noção de interesse individual, precipuamente material, é fortemente diluída. Ela, sem dúvida, existe no contrato, mas não o preside. Isto porque a base ideológica que institui a obrigação não é a dívida, mas o

compromisso. Aquele que contrata não se submete, ele adere, e sua adesão tem uma força moral totalizadora. Desta forma, o procedimento político assume a feição de um fenômeno social “total”, isto é, econômico, jurídico e também moral. A força da relação dar-receber-retribuir está em conceituar a prática política como uma espécie de prática religiosa, isto é, como um contrato de adesão direta e total com a autoridade. (Gomes, 2005: 229).

Tendo visto este estudo de Gomes, que estende a lógica das reciprocidades assimétricas dos clãs, propostas por Vianna, à análise sociológica do Estado varguista, podemos afirmar que na parte final de *PMB-I* o problema da perspectiva é posto através da idealização da ação estatal racional e impessoal do poder central, o que conduziria ao *happy end* do Estado nacional moderno. Ou em uma linguagem sociológica, a um padrão racional-legal de dominação (Weber, 1999). Mas o processo histórico mostrou que a sociedade brasileira das décadas de 1920 e 1930 ainda não estava preparada para enredo tão coeso e formalmente bem acabado.

Prado Jr., por sua vez, nas análises das ações coletivas que fez em *EPB* e *FBC* também não encontra agentes sociais capazes de promoverem a almejada ruptura com o sentido da colonização. Mas identifica a partir das lentas e graduais mudanças moleculares na estrutura social o surgimento das condições de possibilidade da soberania nacional, que ocorreria em um porvir simbólico. Momento histórico não estabelecido pelo autor, em que o setor inorgânico tornar-se-ia capaz de estruturar-se em novas instituições e constituir a articulação entre os mercados interno e externo, com o predomínio do primeiro. Sob esta ótica o problema da perspectiva aparece nesses dois ensaios por meio da percepção do processo, até então “oculto” no, hoje, dito pensamento social brasileiro, das transformações que gradativamente ocorriam na sociedade: a diferenciação das funções sociais; o surgimento de uma burocracia estatal relativamente autônoma do poder privado dos clãs patriarcais; o desenvolvimento do capitalismo; a formação do mercado interno; e a dinâmica da luta de

classes. Tais processos provocavam constantes abalos na estrutura do sistema colonial e criavam condições para o surgimento de novos agentes sociais. Em decorrência dessa dinâmica o repertório da ação coletiva era gradualmente ampliado e neste decurso se tornava viável a formação de uma nação popular e democrática, criada a partir da ação política do próprio povo organizado.

Lembremos que, como marxista, Prado Jr. pensou o Estado como um aparelho da classe dominante, mesmo tendo alguma autonomia, o poder público exercia suas funções associado aos clãs patriarcais. O método do materialismo histórico possibilitou ao autor não apenas uma abordagem mais sofisticada sobre o tema do associativismo, como também a elaboração de uma perspectiva mais complexa para a análise das relações entre Estado e sociedade do que os demais ensaístas de sua época. Todavia, se o autor apontou para as transformações em curso, como Lukács desejava que os romancistas realistas fizessem, ao contrário do que este gostaria, não chega a especificar qual seria o próximo passo do movimento, prática comum aos ensaístas brasileiros de sua época, que estabeleciam prognósticos para os problemas nacionais identificados em seus textos. Por isso a mudança social aparece apenas de modo implícito em *EPB* e *FBC*, nas entrelinhas dos livros, mas não chega a ser uma questão explicitada ao longo dos ensaios.

Realço que as idéias de Prado Jr. possuem elementos atuais e podem dar suporte a uma teoria sociológica da mudança social no Brasil, em especial no que se refere à democratização social e política. Foram pouco notadas em seu tempo, dada a sua complexidade e o seu caráter implícito nos textos – o contrário do que Vianna fez ao final de *PMB-I*, onde expôs diretamente suas propostas. Enquanto este exagerou, forjando um *happy end* a partir da centralização estatal, Prado Jr. se conteve em demasia, o que provocou certa negligência relativa à recepção de sua análise sobre a mudança social. Seu pensamento só ganhou maior visibilidade após o fracasso das teses do PCB nos anos 60, quando teve

importante papel na reconstrução da esquerda brasileira durante a ditadura civil-militar e no período da redemocratização, em especial com o livro *A Revolução Brasileira* (1996). Tais idéias, se bem compreendidas em seu valor heurístico, podem ser usadas como base para uma teoria sociológica das complexas passagens das solidariedades locais e patriarcais para os padrões de cidadania do Estado nacional, bem como da difícil transição da economia colonial e seus descaminhos rumo à economia soberana, até hoje não plenamente constituída.

Nos anos 1990 o Brasil passou por uma desindustrialização e voltou a ser um país primordialmente exportador de bens primários, produzimos o melhor café do mundo, mas a maior parte da população brasileira não pode consumi-lo; somos o segundo maior produtor de soja do mundo e, no entanto, somente o óleo desta leguminosa tem consumo de massa entre os brasileiros; a Vale do Rio Doce é uma das maiores produtoras de minério do globo, mas quase não refina seus produtos no Brasil, exportando-os ainda em estado primário. Estas questões conferem frescor ao pensamento social caiopradiano sobre as mudanças moleculares na estrutura social, tendo como horizonte a ruptura com o sentido da colonização, dinâmica produtiva submissa a interesses externos, até hoje não plenamente superada. Proposta que nos poderia ajudar a entender as contemporâneas tensões entre a economia globalizada e a continuidade do processo formativo de uma nação soberana, ainda situada em um tempo simbólico, no porvir...

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

OLIVERIA VIANNA

FONTES PRIMÁRIAS

CARTAS

Carta para Plínio Barreto, 8/ 6/ 1922. Disponível no arquivo de Plínio Barreto – IEB/ USP.

DEBATES EM PERIÓDICOS

MOURÃO, Abner, *Ilusão Inexplicável*. Publicado em O Paiz, 19/7/1916. Arquivo da Casa de Oliveira Vianna

LIVROS E ARTIGOS

VIANNA, F. J. O., *Populações meridionais do Brasil. Vol. 1*. Rio de Janeiro: Editora da Universidade Federal Fluminense, 1987; 7ª edição.

_____, *Problemas de Organização e Problemas de Direção*. Rio de Janeiro: Record, 1974.

_____, *Minas do Lume e do Pão*. Revista do Brasil, No 56, Agosto de 1920.

FONTES SECUNDÁRIAS

BASTOS, Elide Rugai, *Oliveira Vianna e a Sociologia no Brasil (Um debate sobre a formação do povo)*. In: BASTOS, Elide Rugai; MORAES, João Quartim (orgs.). *O Pensamento de Oliveira Vianna*. Campinas: Editora da Unicamp, 1993, pp. 405-428.

BOTELHO, André, *Seqüências de uma sociologia política brasileira*. In: DADOS – *Revista de Ciências Sociais*, v. 50, no. 1. Rio de Janeiro, 2007, pp. 49-82.

- BRANDÃO, Gildo Marçal, *Oliveira Vianna: Populações Meridionais do Brasil*. In: L.D. Mota (org.), *Introdução ao Brasil. Um Banquete no Trópico*, vol. 2. São Paulo, Senac, 2001, pp. 299-326.
- BRASIL JR., Antônio, *Uma sociologia brasileira da ação coletiva: Oliveira Vianna e Evaristo de Moraes Filho*. Dissertação de Mestrado em Sociologia e Antropologia – UFRJ, 2007.
- BRASIL JR. & BOTELHO, Próximo distante: rural e urbano em Populações meridionais e Raízes do Brasil. In: Ferreira & Botelho (orgs.). *Revisão do pensamento conservador: idéias e política no Brasil*. São Paulo: Hucitec : Fapesp, 2010, pp. 233-272.
- BRESCIANI, Maria Stella Martins, *O charme da ciência e a sedução da objetividade: Oliveira Vianna entre intérpretes do Brasil*. São Paulo: Editora UNESP, 2005.
- CALDEIRA, Jorge, *História do Brasil com empreendedores*. São Paulo: Mameluco: 2009.
- CARVALHO, José Murilo de, *Introdução*. In: SANTIAGO, Silviano (Org.). *Intérpretes do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, v. 1, 2000.
- ENGLANDER, Alexander David Anton Couto, *O pensamento social de Oliveira Vianna e a cidadania no Brasil – de 1920 ao fim da década de 1940*. In: Revista *Habitus: revista eletrônica dos alunos de graduação em Ciências Sociais – IFCS/UFRJ*, Rio de Janeiro, v. 7, no. 2, pp. 5-23, dez. 2009.
- ENGLANDER, A.; BITTENCOURT, *Crítica e Consagração: a recepção de Populações Meridionais do Brasil na década de 1920*. Poster apresentado no XIV Congresso Brasileiro de Sociologia, SBS, Rio de Janeiro, 2009.
- FARIA, Luiz de Castro, *Oliveira Vianna: de Saquarema à Alameda São Boaventura, 41 – Niterói: o autor, os livros, a obra*. Rio de Janeiro: Relume Dumará Núcleo de Antropologia da Política/ UFRJ, 2002.

LAMOUNIER, Bolivar, *Formação de Um Pensamento Político Autoritário na Primeira República. Uma Interpretação*. In: FAUSTO, Boris (org.). *História Geral da Civilização Brasileira: Sociedade e Instituições (1889-1930)*. São Paulo: Difel, 1985, pp. 345-373.

PIVA, Luís Guilherme. *Ladrihadores e Semeadores: A modernização brasileira no pensamento político de Oliveira Vianna, Sérgio Buarque de Holanda, Azevedo Amaral e Nestor Duarte (1920-1940)*. São Paulo: Editora 34, 2000.

SODRÉ, Nelson Werneck, *A Ideologia do Colonialismo – seus reflexos no pensamento brasileiro*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1984.

SILVA, Ricardo, *Liberalismo e Democracia na sociologia política de Oliveira Vianna*. In: *Sociologias*, ano 10, n°20, jul./dez. 2008, Porto Alegre, pp. 238-269.

VENÂNCIO, G. M, *Na trama do arquivo: a trajetória de Oliveira Vianna (1883-1951)*, tese de doutorado, UFRJ, 2003.

WERNECK VIANNA, Luiz, *Americanista e iberistas: a polêmica de Oliveira Vianna e Tavares Bastos*. In: BASTOS, Rugai Elide; MORAES, João Quartim (orgs). *O Pensamento de Oliveira Vianna*. Campinas: Ed. Unicamp, 1993, pp. 351-404.

CAIO PRADO Jr.

FONTES PRIMÁRIAS

CARTAS

Carta para Evaldo da Silva Garcia, 11/5/1946. Coleção Caio Prado Jr. – IEB/ USP.

CADERNO DE VIAGEM

Viagem a Ouro Preto, março de 1940. In: Iumatti, 2007, pp. 67-68. Coleção Caio Prado Jr. – IEB/ USP.

ARTIGOS EM PERIÓDICOS

A Crise da Democracia Brasileira. Publicado originalmente em *A chave*, 17/11/1927.
In: Martínez, 1998.

LIVROS

PRADO JR., Caio, *Evolução Política do Brasil*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 2007; 21ª edição.

_____, *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 2007; 23ª edição.

_____, *A Revolução Brasileira*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 2004; 7ª edição.

FONTES SECUNDÁRIAS

BASTOS, Elide Rugai, *A Sociologia nos Anos 30 – Uma revisão crítica da articulação: raça e cultura*. In: D'INCAO, Maria Ângela (org.). *História e Ideal. Ensaio Sobre Caio Prado Jr.* São Paulo: Editora Unesp/ Editora Brasiliense, 1989, pp. 335-346.

CALDEIRA, Jorge, *História do Brasil com empreendedores*. São Paulo: Mameluco: 2009.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *A Questão Racial*. In: D'INCAO, Maria Angela (org.). *História e Ideal, Ensaio Sobre Caio Prado Jr.* São Paulo: Editora Unesp/ Brasiliense, 1989, pp. 347-353.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva, *Impasses do Inorgânico*. In: D'INCAO, Maria Ângela (org.). *História e Ideal: ensaios sobre Caio Prado Júnior*. São Paulo: Unesp / Brasiliense, 1989, pp. 377-405.

FERNANDES, Florestan. *Obra de Caio Prado Jr. Nasce da Rebelião Moral*. In: Folha de São Paulo, 7/9/1991.

IGLÉSIAS, Francisco, *Um historiador revolucionário*. In: IGLÉSIAS, Francisco (org.). *Caio Prado Júnior: História*. São Paulo: Ática, 1982.

IUMATTI, Paulo Teixeira, *Caio Prado Jr. – uma trajetória intelectual*. São Paulo: Brasiliense, 2007.

_____, *Diários Políticos de Caio Prado Jr.: 1945*. São Paulo: Brasiliense, 1998.

_____, *O Percurso para o “Sentido da Colonização” e a Dinâmica da Historiografia Brasileira nas Primeiras Décadas do Século XX*. In: IUMATTI, Paulo, SEABRA; Manoel; HEIDEMANN, Heinz Dieter (orgs.). *Caio Prado Jr. e a Associação dos Geógrafos Brasileiros*. São Paulo: Associação dos Geógrafos Brasileiros: Instituto de Estudos Brasileiros: Editora da Universidade de São Paulo, 2008, pp. 127-167.

KONDER, Leandro, *A façanha de uma estréia*. In: D’INCAO, Maraia Ângela (org.). *História e Ideal: ensaios sobre Caio Prado Júnior*. São Paulo: Unesp / Brasiliense / Séc. Est. Da Cultura, 1989.

MARTÍNEZ, Paulo Henrique, *A Dinâmica De Um Pensamento Crítico: Caio Prado Júnior (1928-1935)*. Tese de Doutorado em História Social – USP, 1998.

NOVAIS, Fernando A., *Caio Prado Jr. na historiografia brasileira*. In: MORAES, Reginaldo; ANTUNES Ricardo; FERRANTE, Vera B. (orgs.). *Inteligência brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1986, pp. 9-26.

RÊGO, Murilo Leão, *Sentimento do Brasil: Caio Prado Jr.: – Continuidades e mudanças no desenvolvimento da sociedade brasileira*. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2000.

RICUPERO, Bernardo, *Sete lições sobre as interpretações do Brasil*. São Paulo: Alameda, 2007, 1ª edição.

_____, *Caio Prado Jr. E a nacionalização do marxismo no Brasil*. São Paulo: Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo: Ed. 34, 2000.

OBRAS GERAIS

ADORNO, Theodor W. (1986), *O ensaio como forma*. In: COHN, G. (org.), *Theodor Adorno*. São Paulo: Ática, pp. 167-187.

ALEXANDER, Jeffrey C., *A Importância dos Clássicos*. In: A. Giddens e J. Turner (Orgs.), *Teoria Social Hoje*. São Paulo, Editora Unesp, 1999, pp. 23-90.

ANDERSON, Perry, *Considerações sobre o marxismo ocidental: Nas trilhas do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

ANTUNES, Ricardo, *Os Comunistas no Brasil: As Repercussões do IV Congresso da Internacional Comunista e a Primeira Inflexão Stalinista no Partido Comunista Brasileiro (PCB)*. In: Cadernos AEL, v. 2, no. 2, Campinas, SP, 1995, pp. 11-34.

ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de, *Guerra e Paz: Casa-Grande & Senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.

ARENDT, Hannah, *As Origens do Totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

BASTOS, Elide Rugai, *As Criaturas de Prometeu: Gilberto Freyre e a Formação da Sociedade Brasileira*. São Paulo: Global, 2006.

_____, *Pensamento Social da Escola Sociológica Paulista*. In: MICELI, Sergio (Org.) – *O Que Ler na Ciência Social Brasileira – Volume IV*. Água Branca, SP: Editora Sumaré/ ANPOCS, 2000, pp. 183-230.

BENDIX, Reinhard, *Construção nacional e cidadania*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.

BOTELHO, André, *O Brasil e os dias: estado-nação, modernismo e rotina intelectual*. Bauru, SP: Edusc, 2005.

_____, *Passagens para o Estado nação: a tese de Costa Pinto*. In: *Lua Nova*, no. 77. São Paulo, 2009, pp. 147-177.

_____, *Passado e Futuro das Interpretações do País*. In: *Tempo Social – revista de sociologia da USP*, v. 22, no. 1, São Paulo, 2010, pp. 47-66.

BOTELHO, Tarcísio Rodrigues, *A Família na Obra de Frédéric Le Play*. In: *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, v. 45, no. 3. Rio de Janeiro, 2002, pp. 513-544.

BRAGA, Vanuza Moreira, *Relíquia e Exemplo, Saudade e Esperança: o SPHAN e a Consagração de Ouro Preto*. Dissertação de Mestrado – CPDOC/ FGV, 2010.

BRANDÃO, Gildo Marçal, *A Esquerda Positiva – As duas almas do Partido Comunista – 1920/1940*. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

_____, *Linhagens do Pensamento Político Brasileiro*. São Paulo: Hucitec, 2007.

CALDEIRA, Jorge, *Introdução*. In: Diogo Antônio Feijó. São Paulo: Ed. 34, 1999, Coleção Formadores do Brasil.

_____, *O banqueiro do sertão*. São Paulo: Mameluco, 2006.

CANDIDO, Antonio, *Formação da Literatura Brasileira – Momentos Decisivos 1750 1880*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006.

_____, *Literatura e Sociedade*, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967.

_____, *O discurso e a cidade*, São Paulo-Rio de Janeiro: Duas Cidades-Ouro sobre Azul, 2004.

_____, *O significado de Raízes do Brasil*. In: Holanda, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____, *De Cortiço a Cortiço*. In: *Novos Estudos*, no. 30, julho de 1991, 111, 129.

CARDOSO, F. H., *Livros que inventaram o Brasil*. In: *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo: no. 37, novembro de 1993.

CARVALHO, Lucas Correia, *Transição e Tradição: Mundo Rústico e Mudança Social na Sociologia de Maria Isaura Pereira de Queiroz*. Dissertação de Mestrado – UFRJ, 2010.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens Livres na Ordem Escravocrata*. São Paulo: Editora Unesp, 1997.

COHN, Gabriel. *O pensador do desterro*. Folha de São Paulo. São Paulo, 23 de junho de 2002, Mais!

DA MATTA, Roberto, *Relativizando: uma introdução à Antropologia Social*. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 1981.

DUMONT, LOUIS, *Homo Hierarchicus: o Sistema Das Castas e Suas Implicações*. São Paulo: Edusp, 2008.

_____, *O Individualismo: Uma perspectiva antropológica da ideologia moderna*. Rio de Janeiro: Rocco. 1985.

ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993, 2v.

FOUCAULT, Michel, *As Palavras e as Coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FRAGOSO, João Luís Ribeiro, *Homens de grossa aventura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

FREUD, Sigmund, *O Mal Estar na Civilização: Novas Conferências Introdutórias e Outros Textos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

FREYRE, Gilberto Freyre, *Casa-Grande & Senzala – Introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil- 1*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

GIDDENS, Anthony, *Estado-Nação e Violência – Segundo Volume de uma Crítica Contemporânea ao Materialismo Histórico*. São Paulo: Edusp, 2001.

_____, *Novas Regras do Método Sociológico: Uma Crítica Positiva das Sociologias Compreensivas*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

GOLDFEDER, A. & WAIZBORT, L., *Sobre os 'tipos' em Raízes do Brasil*. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, v. 49, 2009, pp. 13-36.

GOMES, Angela Maria De Castro, *A Invenção do Trabalhismo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

GRAMSCI, Antonio, *Americanismo e fordismo*. In: _____. Cadernos do Cárcere, vol. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

HOLANDA, Sérgio Buarque de, *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HUNT, Lynn. *Charles Tilly's Collective Action*. In: Skocpol, T. *Vision and method in historical sociology*. Cambridge, New York: Cambridge Univ. Press, 1984.

KONDER, Leandro, *A Derrota da Dialética: a recepção das idéias de Marx no Brasil até o começo dos anos 30*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

LIGUORI, Guido, *Roteiros para Gramsci*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007.

LUKÁCS, Gyorgy, *Marxismo e teoria da literatura*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MARTINS, José de Souza, *A Política do Brasil: lupem e místico*. São Paulo: Contexto, 2011.

MARX, Karl, *Manuscritos Econômico-Filosóficos*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

MAUSS, Marcel, *Ensaio Sobre a Dádiva. Forma e Razão da Troca nas Sociedades Arcaicas*. In: MAUSS, Marcel. *Sociologia e Antropologia, com uma introdução à obra de Marcel Mauss, de Claude Lévi-Strauss*. São Paulo: EPU, 1974.

MICELI, Sergio, *Condicionantes do desenvolvimento das ciências sociais no Brasil, 1930-1964*. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 2, no. 5, out. de 1987, pp. 5-26.

_____, *Por uma sociologia das Ciências Sociais*. In: MICELI, Sergio (org.). *História das Ciências Sociais no Brasil*. São Paulo: Editora Sumaré, 2001.

MOORE JR., Barrington, *As Origens Sociais da Ditadura e da Democracia: senhores e camponeses na construção do mundo moderno*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

MORETTI, Franco. *Atlas do romance europeu 1800-1900*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

PINTO, L. de A. C., *Lutas de famílias no Brasil (Introdução ao seu estudo)*. São Paulo: Companhia Editora Nacional (Coleção Brasileira), 1949.

RODRÍGUEZ, Ricardo Vélez, *Sílvio Romero: o homem e sua obra*. Comunicação no II Colóquio de Filosofia Luso-Brasileira, realizado em Ponta Delgada, Ilha de São Miguel, Açores - Portugal, no mês de outubro de 1994. Disponível em: <http://www.ensayistas.org/filosofos/brasil/romero/introd.htm>

SAHLINS, Marshall, *Ilhas de História*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.

SCHWARCZ, Lilia Moritz, *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHWARZ, Roberto. *Ao Vencedor as Batatas*. São Paulo: Duas Cidades, 1992.

_____, *Nacional por Subtração*. In: SCHWARZ, R. *Que horas são?: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, pp. 29-48.

SOMERS, Margaret & Gloria D. Gibson, *Reclaiming the Epistemological "Other": Narrative and the Social Constitution of Identity*, in *Social Theory and the Politics of Identity* / Craig Calhoun Org. – Oxford: Basil Blackwell, 1994.

TILLY, Charles, *Coerção, Capital e Estados Europeus (990-1992)*. São Paulo: Edusp, 1996.

WEBER, Max, *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília : São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999.

ZANINI, Maria Catarina Chitolina, *Totemismo Revisitado: Perguntas distintas, distintas abordagens*. In: *Habitus*, v.4, no. 2, Goiânia, jan./jun. 2006, pp. 513-533.

ANEXOS

1- O documento que segue é uma carta para Evaldo da Silva Garcia, um escritor que perguntava a Prado Jr. sobre as possibilidades de publicar na Brasiliense e também indagava o que é escrever para um comunista e sobre as dificuldades desta meta. Mesmo não conhecendo pessoalmente Garcia, Prado Jr. o responde atentamente, discorrendo sobre o ato de escrever para um comunista; sua preocupação em desenvolver a teoria marxista como instrumento revolucionário no Brasil; as condições de mudança social no país, situada em um porvir não especificado pelo autor; chega a mencionar que estava trabalhando na segunda edição de *FBC*, nunca publicada; e aborda as propostas intelectuais e dificuldades da editora Brasiliense. A carta de Prado Jr. data de 11/5/1946 e está disponível para consulta no acervo do IEB⁸⁶:

Escrever, para um comunista, não é fazer “bonito”. Não é procurar louvores ou mandarinatos. É contribuir para a formação e divulgação da teoria revolucionária, do marxismo. Uns farão isto melhor, outros pior. Mas todos contribuirão com alguma coisa. E é isto que importa.

Veja bem como isto é importante no Brasil neste momento. Pode-se em sã consciência afirmar que já exista entre nós uma correta interpretação marxista do nosso país e da nossa revolução? Qualquer coisa, já não digo que se aproxime, mas lembre vagamente o que Marx fez para o século XIX, e Lênin para a Europa e sobretudo a Rússia dos primeiros vinte anos deste século? A revolução não é uma brincadeira. Transformar a ordem estabelecida é uma tarefa imensa que não se resolve com passe de mágica nem com as melhores intenções do mundo. Sinceridade, dedicação, sacrifício próprio são todos fatores necessários; indispensáveis. Mas faltará ainda alguma coisa, e de importância fundamental: uma consciência, clara, nítida e segura do caminho a seguir. Temos isto no Brasil? Penso que

⁸⁶ A numeração da carta no acervo do IEB é 018-2Co – PB / 19.

ainda não. Porque não considero tal meia dúzia de esquemas abstratos que se vão ajeitando conforme as circunstâncias e que servem para todas as oportunidades.

Não há dúvida que neste último ano demos um grande passo. Formou-se uma consciência popular como nunca tivemos no passado. Um interesse político em grau elevado em amplas camadas da população brasileira. Comparando-se o que hoje existe com o que havia há uma dezena de anos, é para pasmar. A guerra foi realmente uma grande experiência que transformou completamente a fisionomia do Brasil. E existem hoje as condições fundamentais para o início da grande transformação que nos levará, seja embora num futuro que não sabemos ainda prever, para uma nova ordem bem diferente da atual.

Mas condições não bastam; é preciso saber utilizá-las. Senão vamos às cegas, realizando mal e demoradamente o que se faria sem desperdício de tempo e esforço. E se não somos idealistas, cumpre-nos antes de tudo penetrar o sentido profundo da evolução dos acontecimentos, compreender o seu processo. Já se fez isto com relação ao Brasil? Será isto o empirismo de soluções imediatas em que estamos vivendo?

Sua sugestão de uma história do socialismo e das lutas sociais é naturalmente muito interessante. A segunda parte – lutas sociais – é por enquanto minha preocupação. Estou trabalhando no segundo volume de FORMAÇÃO DO BRASIL CONTEMPORÂNEO em que penso explicar a independência e a organização do estado nacional brasileiro em função das contradições de classe e de setores sociais. Virá depois o Império visto através do mesmo prisma. E chegarei então finalmente ao meu objetivo que é o Brasil de hoje explicado por este último século de evolução. Acredito que poderei então apresentar um quadro em que se destacará o processo evolutivo atual do nosso país. É um grande programa, certamente muito ambicioso. Mas bem ou mal, acredito que chegarei a seu fim. E servirá pelo menos para animar outros a seguirem o mesmo caminho.

Tomei nota a respeito de sua promessa a respeito da HISTÓRIA ECONÔMICA, e espero suas observações. E com relação a seu trabalho sobre a ABOLIÇÃO EM CAMPOS, faça um esforço. Não perca demais tempo em “considerações” e ponha-se a datilografá-lo sem mais hesitações. Alguns minutos em cada dia, e logo estarão prontas. É sempre assim. Neste assunto, muitos planos e preparativos não levam a nada...

Como último assunto desta carta: sou de fato um dos diretores da Editora Brasiliense. E está em nosso plano uma coleção de obras marxistas. Mas entre outras dificuldades do momento, temos a precariedade das relações internacionais, ainda mal restabelecidas, o que embaraça a obtenção de edições originais e convenientes. Retraduzir do espanhol, como esta sendo feito, não dá bons resultados. Somente nestes últimos tempos entramos em contato com bons editores europeus em que se pode contar.

2- Nestas duas cartas que seguem Vianna pede a Plínio Barreto – jornalista que o convidara para escrever na Revista do Brasil –, que comentasse criticamente e publicasse o texto de *PMB-I*. Durante as cartas o sociólogo escreve sobre o que pensava do livro e expõe as discordâncias de Barreto no que tange as questões políticas e raciais presentes no ensaio. Mas Vianna ressalta que ao menos nas “partes sociais” ambos estariam de acordo. Tal trecho é importante, pois revela que Vianna estava consciente de estar efetuando uma nova interpretação do Brasil, focada na análise do “social” e usando um método sociológico. Como as cartas são de 1922⁸⁷ e foram escritas a mão, algumas palavras foram incompreensíveis e outras foram inferidas pelo pesquisador:

a) Primeira carta:

_____ Dr. Plínio Barreto.

⁸⁷ A primeira missiva não está datada, mas infere-se que seja do mesmo ano da segunda, escrita em 8/ 6/ 1922. O código da localização de ambas no acervo do IEB é respectivamente PB-C-CP-1492 e PB-C-CP-1453.

Veja o meu nobre confrade o perigo que há em estimular vocação literária: ter me chamado a colaborar na Revista do Brasil, quando seu convite resultou nesta calamidade, que é o calhamaço respeitável que lhe remeto com o título Populações Meridionais do Brasil, e que irá _____ um precioso esforço na (prateleira?) da tua biblioteca.

Não sei se será capaz dessa temeridade: lê-lo do princípio ao fim. Mas se por grande bondade levar a cabo empresa _____, confesso realmente que não sei como expressar-lhe a minha admiração pela generosidade verdadeiramente paulista.

Grande curiosidade tenho em saber da sua opinião sobre as _____ contidas no presente volume, que o meu amigo deve naturalmente estar depurando com mãos _____, dada a sua avantajada tonelagem. Eu não lhe peço um elogio pelas colunas de seu jornal. Não: é que, rompendo com algumas idéias feitas sobre o nosso povo e agitando a discussão de alguns problemas freqüentes da nossa nacionalidade, nada mais interessante para mim do que falar o que pensa disto tudo, através das páginas da minha modesta _____, com alto espírito, as _____ cultura, _____ como o culto, vivamente interessado pelas grandes questões que interessam ao seu país e a sua raça. É assim que espero.

Sempre com a mais viva admiração e cordial estima,

Oliveira Vianna.

b) Segunda carta:

Meu mestre confrade,

obrigadíssimo pela acuradíssima crítica. Fico muito contente da sua resposta. Eu já esperava a divergência. Em questões de política e em questões de raça, é difícil, em nosso país pelo menos, duas opiniões (concordarem?). Escrevo-lhe, entretanto, que a divergência é mais aparente que real – e isto felizmente para mim. Estou _____ convencido nitidamente que, pelo menos nas partes sociais, estamos de acordo. Que talvez seu motivo de divergência foi que eu, para “efeitos de luz”, tive que ressaltar mais certas partes da exposição do que outras, que deixei intencionalmente na penumbra. Pura questão de técnica literária. Eu costumo nesses casos aplicar o princípio da estratégia napoleônica: "Économie partout où elle peut se faire. Dépause sans compter sur le point décisif".

Com os meus agradecimentos, seu, como sempre, o velho e maior admirador,

Oliveira Vianna.